Frank Antonio Mezzomo

Catálogo dos PROCESSOS CIVIS da Comarca de Campo Mourão

Coleção Documentos e História 6

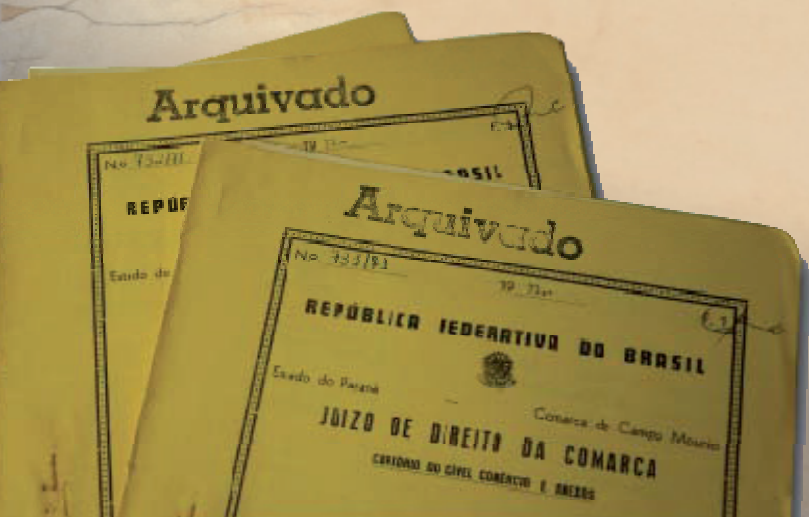
1961/1966
1971/1976

Catálogo dos
PROCESSOS CIVIS
da Comarca de Campo Mourão

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Reitor: Prof. Dr. Júlio Santiago Prates Filho. **Vice-Reitora:** Profa. Dra. Neusa Altoé. **Diretor da Eduem:** Prof. Dr. Alessandro Lucca Braccini. **Editora-Chefe da Eduem:** Profa. Dra. Terezinha Oliveira

EQUIPE TÉCNICA

Projeto Gráfico e Design: Marcos Kazuyoshi Sassaka. **Fluxo Editorial:** Cicilia Conceição de Maria, Edneire Franciscon Jacob, Mônica Tanamati Hundzinski, Vania Cristina Scomparin. **Artes Gráficas:** Luciano Wilian da Silva, Marcos Roberto Andreussi. **Marketing:** Marcos Cipriano da Silva. **Comercialização:** Norberto Pereira da Silva, Paulo Bento da Silva, Solange Marly Oshima.

Frank Antonio Mezzomo

Catálogo dos PROCESSOS CIVIS da Comarca de Campo Mourão

COLEÇÃO DOCUMENTOS E HISTÓRIA N. 6

Maringá
2014

Projeto gráfico e diagramação - arte final: Marcos Kazuyoshi Sassaka

Capa – arte final: Luciano Wilian da Silva

Ficha catalográfica: Cicilia Conceição de Maria

Fonte: Calibri

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Eduem – UEM, Maringá – PR., Brasil)

M617c Mezzomo, Frank Antonio
Catalogos dos processos civis da comarca de Campo Mourão [ebook] / Frank Antonio Mezzomo. – Maringá : Eduem, 2014.
489 p. il. (Coleção documentos e história; 6)

ISBN 978-85-7628-598-4

1. Documentos juridicos. 2. Processos judiciais. I.Título. II. Série.

Cdd 22.ed. 340

Editora filiada à

Eduem – Editora da Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790 – Bloco 40 – Campus Universitário
87020-900 – Maringá-Paraná – Fone: (0xx44) 3011-4103 – Fax: (0xx44) 3011-1392
www.eduem.uem.br – eduem@uem.br

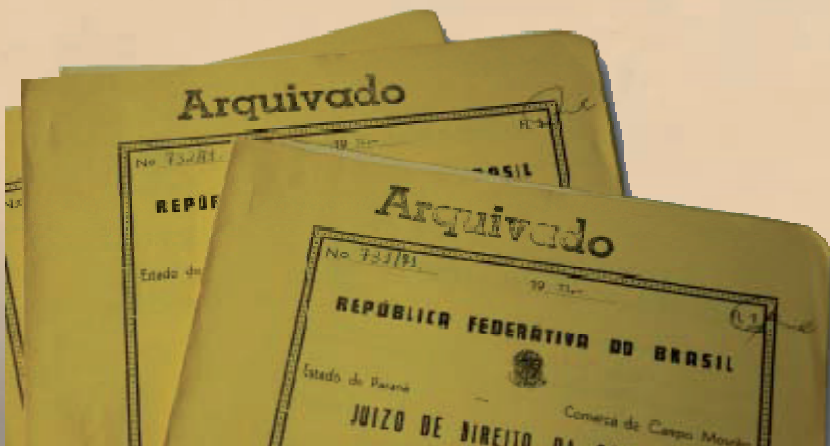
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Este material é resultado da pesquisa “Organização, catalogação, descrição e digitalização dos Processos da Vara Cível da Comarca de Campo Mourão (1961-1976)”, desenvolvida durante o período de 2010 a 2013 com apoio financeiro da Fundação Araucária e do CNPq – Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores: Programa Primeiros Projetos.

O Fórum da Comarca de Campo Mourão e a então Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – Fecilcam e hoje Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão – firmaram, em 29 de março de 2004, Termo de Guarda dos Processos da Vara Cível da referida comarca, ficando a Instituição de Ensino Superior, na condição de depositária, responsável pela guarda e conservação dos referidos processos.

Não obstante, se o termo de guarda firmado resguardou os processos de possível descarte ou incineração, não garantiu, por si só, a preservação e conservação dos autos, assim como a disponibilização para sua utilização como fonte documental. Foi diante desta constatação que em 2008 – quatro anos depois do recebimento do material pela Unespar/Campo Mourão – o Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder colocou como uma de suas metas o tratamento do acervo produzido pelo Fórum da Comarca de Campo Mourão.

O tratamento dos processos compreendeu as etapas de higienização, organização, catalogação, digitalização e, por fim, a elaboração do presente catálogo. A etapa de *higienização* consistiu na

remoção dos grampos, clipes, fitas adesivas, entre outros, afixados nos autos, além da retirada de sujidades da superfície de cada folha. Para a realização desses procedimentos, utilizou-se de instrumentos como trincha e espátula, além de equipamentos de proteção tais como jaleco, luvas, máscaras e óculos.

A etapa da *organização* do material compreendeu o ordenamento das páginas e dos processos, por número de identificação/ano, que foram acondicionados em caixas arquivo etiquetadas e dispostas sequencialmente nas estantes. Com o objetivo de proteger individualmente os autos em parte do acervo, foi confeccionado em papel envelope protetor, no qual constam dados de identificação do processo.

Concomitante a esta etapa, a *catalogação* implicou a leitura dos processos e digitação de informações como: data da autuação e número de identificação; tipo e lei/artigo em que se enquadra o processo; informações sobre os envolvidos; descrição e sentença judicial. Estas informações foram digitadas em formulário eletrônico desenvolvido especificamente para a pesquisa.

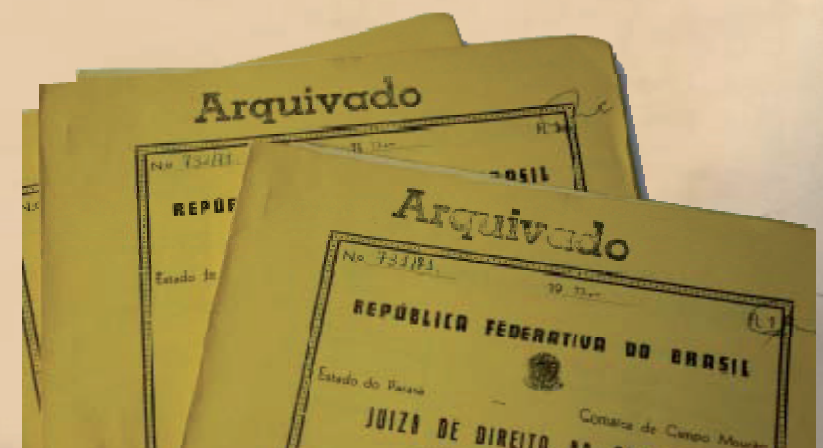
A *digitalização* de todo o acervo documental compreendeu a conversão do documento físico em meio digital. Os arquivos de imagem foram armazenados e organizados em pastas eletrônicas observando o ordenamento das páginas, o número do processo e o ano de referência. A digitalização permite consulta ágil e rápida aos autos, bem como a preservação da integridade física dos documentos – além de possibilitar a disponibilização *online* do acervo, o que viabilizará a consulta por meio da rede mundial de computadores.

A última etapa compreendeu a sistematização das informações dos autos, apresentadas no *Catálogo dos Processos Civis da Comarca de Campo Mourão*. Elaborado com base nos dados obtidos na etapa de catalogação, o presente material constitui-se como um guia que sintetiza as principais informações referentes aos processos civis dos anos de 1961 a 1966 e 1971 a 1976. Esperamos que tal catálogo possa ser utilizado enquanto instrumento para pesquisas desenvolvidas sobretudo na área de Ciências Humanas.

Com a produção deste catálogo, encerra-se uma primeira fase do tratamento e conservação dos processos mantidos sob a guarda da Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão. Durante a execução dos trabalhos, realizados desde 2008, contou-se com o apoio de pesquisadores e acadêmicos vinculados aos cursos de Graduação da instituição, muitos dos quais bolsistas de Iniciação Científica Júnior e Iniciação Científica. Convém destacar o apoio recebido da instituição, ainda em 2009, quando da aquisição de mobiliário e cessão de espaço físico para o tratamento e disponibilização do fundo documental.

Por fim, o apoio da Fundação Araucária e do CNPq tornaram-se fundamentais para a realização do projeto de pesquisa, contribuindo ainda para a consolidação do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, cadastrado em 2007 no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

PESQUISADORES E ESTUDANTES

Desde 2008, estiveram envolvidos no desenvolvimento das etapas de higienização, organização, catalogação e digitalização pesquisadores, estudantes vinculados a projetos de Iniciação Científica Júnior e Iniciação Científica, contado com bolsas concedidas pela Fundação Araucária e CNPq, além de estudantes de Graduação voluntários, todos vinculados ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

PESQUISADORES

Frank Antonio Mezzomo – Coordenador do Projeto

Fábio André Hahn

ESTUDANTES

Bruna Ferro

Bruna Flora Martins dos Santos

Bruna Srutkowiski Santos

Bruno de Souza Picinini

Carlos Eduardo Barbosa de Oliveira

Cinthian Aparecida Baia

Dayana Kelly Barreto dos Santos

Fernanda Cristina Ferro

Flávia Brunetta Daboit

Flavio Rodrigues de Oliveira

Gabriela Lasta

Ginessa Corrêa Lemos

Gislaine Maria Vaz de Oliveira

Jane Kelly Araújo

Karoelen Ramos Santos

Lara de Fátima Grigoletto Bonini

Lidiane Almeida Benedita da Silva

Maria Eduarda Martins dos Santos

Mariele Eloisa Pinzan

Paula Évile Cardoso

Paula Regina Quirino dos Santos

Priscila da Silva de Oliveira

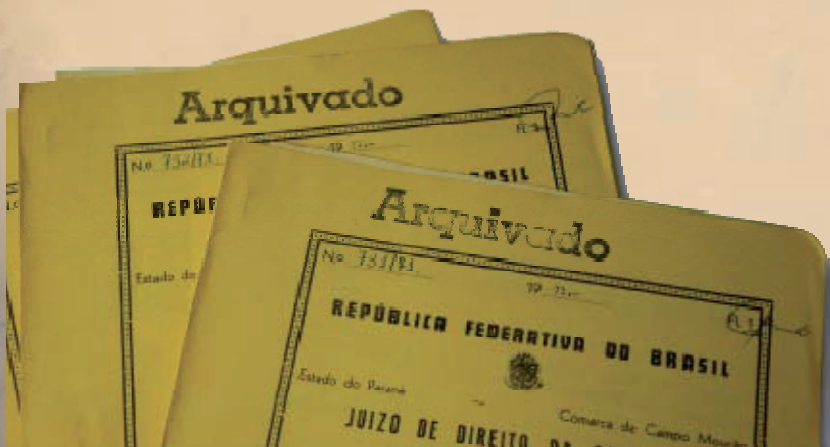
Taise Caroline Rita

Valeria da Silva Almeida

A ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO: A CONSTITUIÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS COMO FONTE HISTÓRICA

Frank Antonio Mezzomo
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro

O tema da organização e da preservação de documentos, sobretudo da digitalização, coloca em questão os usos do passado. Ao contrário das sociedades tradicionais, que justificam seus atos pela lembrança de seus mitos de origem ou seus ancestrais, as sociedades contemporâneas se caracterizam por viver sob a lógica do progresso própria da crença na modernidade e que aposta na superação progressiva dos tempos. Desse modo, a memória não acompanha os atos cotidianos e o passado é situado em espaço próprio para demarcar a diferença entre o antigo e o novo (FREITAS; KNAUSS, 2009).

Com isso, as sociedades de hoje cultivam seus museus e arquivos como lugares de memória, para usar a noção proposta originalmente por Pierre Nora cuja valorização e preocupação no Brasil, no entendimento de Khoury (2005), é muito recente. Centros de Documentação e museus vêm se constituindo, reunindo e disponibilizando acervos e informações para a pesquisa, atendendo a uma demanda de maior acesso à informação e ao patrimônio documental do país. Articulados a questões em debate na universidade e na sociedade, firmam-se como mais um espaço de preservação de memórias variadas.

Assim, a iniciativa de preservação documental passou a ser pautada com mais ênfase a partir da década de 1970 no Brasil, com crescente aumento de investimentos, paralelos ao desenvolvimento de políticas de gestão documental que promovem maior racionalização e eficácia na sua guarda permanente e disponibilização para pesquisa.

A atividade de tratamento documental é realizada por grupos de pesquisas e Centros de Documentação que investem em políticas de microfilmagem e digitalização, permitindo a conservação material e viabilizando o conhecimento e a acessibilidade dos pesquisadores aos documentos. Freitas e Knauss (2009) destacam que os métodos de reprodução foram valorizados na pesquisa histórica, na medida em que o conflito de interpretações passou a substituir o fetiche do documento que justificava a si mesmo. Diante da importância da interpretação histórica, o interesse em revisitar as mesmas fontes instala o espaço do debate como condição da construção do conhecimento.

Entende-se que a história já não é mais mera expressão e caixa de ressonância de determinadas classes sociais, senão o entendimento de que a compreensão histórica de um período é resultado da participação de múltiplos sujeitos (LE GOFF, 1994).

Nesse sentido, conhecer um passado através de autos judiciais tornou-se possível uma vez que nestas fontes é registrado o desenvolvimento de uma sociedade, seja nas relações econômicas, no cotidiano da vida, nas relações entre pessoas física e jurídica, entre patrão e empregado, entre familiares etc. As fontes produzidas na esfera do poder judiciário registraram formas de administrar e punir, ouvir e comunicar no contexto em que o fato ocorreu. Por isso, para as sociedade atuais, "dialogar com esse passado representa uma oportunidade de avaliar como esses processos se forjam e se transformam" (KHOURY, 2005, p. 413), permitindo a construção de uma mémoria regional baseada nas relações entre os seus indivíduos.

Com isso, a realização do trabalho de conservação de processos judiciais busca preservar a memória coletiva por meio da conservação e coleta de informações junto aos autos. Os pesquisadores ampliam, assim, seus objetivos de investigação, abrangendo a história da criminalidade, das instituições jurídicas e das relações da justiça até a história do cotidiano, da luta por direitos encetados por homens e mulheres anônimos (SILVA, 2008, p. 164).

Em sintonia com essa compreensão, a pesquisa em questão direcionou ações voltadas para a higienização, organização, catalogação e digitalização dos processos civis da Comarca de Campo Mourão. A conjugação dessas fases contribui para a conservação física dos autos, a conversão em suporte eletrônico e a possível disponibilização *online* dos processos.

Para a conservação e preservação de acervo documental, o processo de higienização é apontado como procedimento fundamental, implicando a limpeza da superfície e retirada de resíduos e outros objetos alheios ao documento, tais como fitas, grampos, clipes, dentre outros (CAMARGO; BELLOTTO, 1996; SPINELLI JÚNIOR, 1997; CASSARES; MOI, 2000; PALETTA et al., 2004).

Quanto ao trabalho de descrição de documentos, nesse caso específico dos processos civis, elabora-se o que Bellotto denomina instrumentos de pesquisa, na condição de recursos úteis para consulta aos documentos originais (BELLOTO, 2009). A função do documento como instrumento de pesquisa, segundo Cook, é a de ajudar a sociedade a se lembrar de seu passado, de suas raízes, de sua história (COOK, 1998). Os arquivos permitem o acesso a fatos que, no momento em que foram

registrados, tornaram-se dados possíveis de serem consultados e investigados historicamente.

Diante de tal discussão, o presente catálogo contém as principais informações retiradas dos Processos Civis da Comarca de Campo Mourão, referentes ao período de 1961 a 1966 e 1971 a 1976. A guarda do acervo foi concedida pelo Fórum da Comarca à Unespar/Campo Mourão em 2004, ficando esta responsável pela guarda e conservação dos autos, conforme previsto no "Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná". Por força do mesmo Código, ficaram excluídos da doação aqueles processos que tenham sido processados em "segredo de justiça". Convém ainda mencionar que os processos referentes aos anos de 1967 a 1970 foram cedidos ao Museu Municipal "Deolindo Mendes Pereira" de Campo Mourão, mediante Termo de Guarda.

As informações extraídas dos processos civis catalogados neste material buscam facilitar a consulta, trazendo dados sobre as partes envolvidas, a natureza e as motivações jurídicas do processo e os encaminhamentos decorrentes, organizados conforme apresentado na Tabela 1.

Vale destacar que nem todas as informações puderam ser encontradas – como Lei-Artigo, Requerente, Requerido e Data da Sentença – tendo em vista a falta de páginas nos processos ou, ainda, a insuficiência das referidas informações no corpo do documento produzido. De todo modo, tais ausências não trazem maiores prejuízos para a compreensão e utilização do material como fonte histórica. Ainda quanto às informações apresentadas no catálogo, cabe destacar que, em alguns processos de jurisdição voluntária – onde não há lide, somente administração pública de interesses privados – a Data de Autuação é idêntica ou posterior à Data da Sentença.

Tabela 1: Informações dos Processos da Vara Cível

Tipo	Descrição
Data da Autuação	Data de início do Processo
Nº	Número de identificação do Processo, observando a ordem crescente ao longo de cada ano
Tipo	Refere-se à natureza jurídica do Processo
Lei-Artigo	Refere-se à Lei/Artigo em que se fundamenta o Processo
Requerente	Indica informações referentes ao autor do Processo, tais como: natureza (Pessoa Física/Pessoa Jurídica); nacionalidade; profissão; estado civil; localidade
Requerido	Indica informações referentes ao solicitado no Processo, tais como: natureza (Pessoa Física/Pessoa Jurídica); nacionalidade; profissão; estado civil; localidade
Da Descrição	Apresenta informações sumarizadas sobre as motivações do Processo
Da Sentença	A síntese dos encaminhamentos e/ou sentença dados pelo Juiz de Direito
Data da Sentença	Data de emissão dos encaminhamentos ou da sentença dados pelo Juiz de Direito.

O acervo dos Processos da Vara Cível da Comarca de Campo Mourão é composto por 4.157 processos, enquadrados nos tipos apresentados no Quadro 1, e distribuídos nos anos conforme segue na Tabela 2 e Gráfico 1.

A partir dos dados que indicam a quantidade por ano, podemos perceber uma diferença significativa no montante de processos referentes à década de 1970 (média de 14,61% por ano) em relação à década anterior (média de 2,06% por ano).

Quadro 1: Tipos dos Processos Civis Comarca de Campo Mourão (1961-1966 e 1971-1976)

Alimentos	Executiva Fiscal	Pedido de Dispensa de Férias
Alvará	Executiva Hipotecária	Pedido de Encerramento de Livro
Alvará de Assistência Judiciária	Falência	Pedido de Férias
Alvará de Licença para Menor Trabalhar	Homologação	Pedido de Licença
Anulação	Imissão de Posse	Pedido de Nomeação de Escrevente Juramentado
Arresto	Impugnação	Pedido de Opção
Averbação	Indenização	Pedido de Reabertura de Livro
Busca e Apreensão	Inscrição em Concurso	Pedido de Remoção
Cancelamento de Protesto	Interdição	Pedido de Transferência de Férias
Cancelamento de Registro	Interdito Proibitório	Prestação de Contas
Cancelamento de Transição	Interpelação	Processo Administrativo
Carta Precatória	Intervenção	Protesto
Cobrança	Intimação Judicial	Reclamação Trabalhista
Cominatória	Inventário	Reintegração de Posse
Consignação em Pagamento	Juramentação de Funcionário	Reivindicatória
Curatela	Justificação	Renovatória
Declaratória	Mandado de Segurança	Rescisória
Depósito	Manutenção de Posse	Responsabilidade
Desapropriação	Notificação	Ressarcimento de Indenização
Despejo	Pedido de Adiamento de Férias	Retificação
Desquite	Pedido de Afastamento de Cargo	Revogação
Embargos	Pedido de Aprovação	Sequestro
Embargos de Terceiros	Pedido de Aproveitamento	Suprimento de Idade
Entrega de Certificado de Naturalização	Pedido de Baixa na Distribuição	Suscitação de Dúvida
Executiva	Pedido de Certidão	Sustação de Protesto
Executiva Cambial	Pedido de Demissão	Tutela
Executiva de Penhor	Pedido de Desistência das Férias	Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam

Tabela 2: Quantidade de Processos por ano (1961-1966 e 1971-1976)

Ano	Quantidade de Processos	%
1961	43	1,03
1962	73	1,76
1963	53	1,28
1964	123	2,96
1965	99	2,38
1966	122	2,94
1971	1.098	26,41
1972	513	12,34
1973	566	13,62
1974	459	11,04
1975	531	12,77
1976	477	11,47
Total	**4.157**	**100**

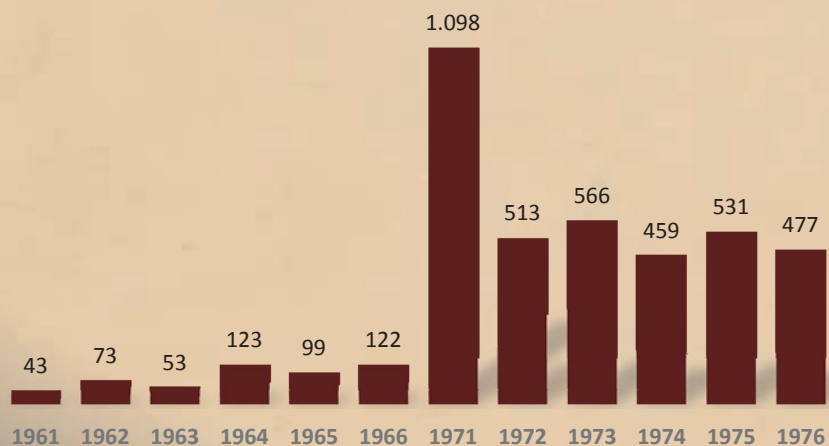
Gráfico 1: Quantidade de Processos por ano (1961-1966 e 1971-1976)

A Tabela 3, a seguir, apresenta a quantidade de processos por tipo, indicando-se os mais recorrentes ao longo dos anos analisados, chamando a atenção a grande incidência de processos enquadrados como Ação Executiva Fiscal (31,13%) e Executiva (24,83%).

Tabela 3: Quantidade de Processos por tipo (1961-1966 e 1971-1976)

Tipo de Processo	Qtd.	%
Executiva Fiscal	1.294	31,13
Executiva	1.032	24,83
Alvará de Assistência Judiciária	385	9,26
Alvará	182	4,38
Alvará de Licença para Menor Trabalhar	123	2,96
Busca e Apreensão	116	2,79
Notificação	108	2,60
Reclamação Trabalhista	81	1,95
Pedido de Férias	68	1,64
Despejo	58	1,40
Suprimento de Idade	55	1,32
Tutela	53	1,27
Cobrança	46	1,11
Pedido de Baixa na Distribuição	44	1,06
Executiva Cambial	40	0,96
Pedido de Licença	30	0,72
Justificação	28	0,67
Pedido de Transferência de Férias	26	0,63
Sequestro	25	0,60
Indenização	23	0,55
Consignação em Pagamento	20	0,48
Embargos	19	0,46
Arresto	18	0,43
Retificação	16	0,38
Cancelamento de Protesto	15	0,36
Reivindicatória	14	0,34
Executiva Hipotecária	14	0,34

Pedido de Aproveitamento	13	0,31
Reintegração de Posse	13	0,31
Embargos de Terceiros	13	0,31
Executiva de Penhor	12	0,29
Desquite	11	0,26
Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam	10	0,24
Outros	152	3,66
TOTAL	**4.157**	**100**

Os processos tramitados na Vara Cível durante o período em questão estão embasados em diferentes decretos, decretos-lei e leis, de abrangência estadual e federal. No recorte temporal relacionado aos autos, constata-se não somente a revogação como também a criação e complementação da legislação, com destaque para a mudança do Código de Processo Civil – o qual embasa grande parte dos processos – ocorrida em 11 de janeiro de 1973 (Lei 5.869/73, revogando o Decreto-Lei 1.608/39). A tabela a seguir apresenta a legislação mencionada na totalidade dos processos.

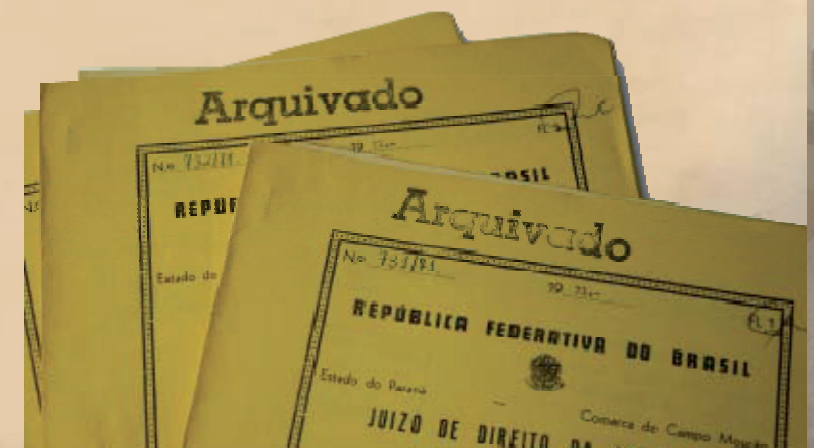
Tabela 4: Legislação Brasileira

Legislação	Súmula
Decreto 2.044/08	Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as operações cambiais
Decreto 2.591/12	Regula a emissão e circulação de cheques
Decreto 3.079/38	Regulamenta o Decreto-Lei 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações
Decreto 4.857/39	Dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil
Decreto 18.809/45	Aprova o regulamento da Lei de Acidentes do Trabalho
Decreto 24.778/34	Dispõe sobre a caução de hipoteca e penhor
Decreto 57.663/66	Promulga as convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias
Decreto 59.566/64	Regulamenta as seções I, II e III do capítulo IV do título III da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o capítulo III da Lei 4.947, de 6 de abril de 1966
Decreto 62.127/68	Aprova o regulamento do Código Nacional de Trânsito
Decreto-Lei 4/66	Regula a ação de despejo de prédios não residenciais
Decreto-Lei 58/37	Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações
Decreto-Lei 94/66	Altera a legislação do imposto de renda e da outras providências
Decreto-Lei 167/67	Dispõe sobre títulos de crédito rural
Decreto-Lei 436/69	Revoga o parágrafo 2º do artigo 1º e modifica a redação dos artigos 13, 14, 16, 17 e 20 da Lei 5.474, de 18 julho de 1968, que dispõe sobre as duplicatas
Decreto-Lei 547/69	Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração
Decreto-Lei 766/69	Altera o artigo 477 da consolidação das Leis do Trabalho
Decreto-Lei 890/69	Dá nova redação aos parágrafos 4º e 5º do artigo 11 da Lei 4.494, de 25 de novembro de 1964, do artigo 350 e seu parágrafo único do Decreto-Lei 1.608, de 18 de setembro de 1939
Decreto-Lei 911/69	Altera a redação do artigo 66, da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária

Decreto-Lei 960/38	Dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da fazenda pública, em todo o território nacional
Decreto-Lei 1.608/39	Código de Processo Civil
Decreto-Lei 2.697/40	Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de 20:000$0 a verba que especifica
Decreto-Lei 3.689/41	Código de Processo Penal
Decreto-Lei 5.452/43	Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho
Decreto-Lei 7.036/44	Reforma a Lei de Acidentes do Trabalho
Lei 187/36	Dispõe sobre as duplicatas e contas assignadas
Lei 492/37	Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia
Lei 765/49	Dispõe sobre o registro civil de nascimento
Lei 960/38	Cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública
Lei 968/49	Conciliação ou acordo nas causas de desquite litigioso ou de alimentos
Lei 1.060/50	Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados
Lei 1.300/50	Altera a Lei do Inquilinato
Lei 3.071/16	Código Civil do Estados Unidos do Brasil
Lei 3.253/57	Cria cédulas de crédito rural
Lei 4.121/62	Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada
Lei 4.214/63	Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural
Lei 4.494/64	Regula a Locação de Prédios Urbanos
Lei 4.504/64	Dispõe sobre o Estatuto da Terra
Lei 4.728/65	Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento
Lei 4.739/65	Dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico e dá outras providências
Lei 4.864/65	Cria medidas de estímulo à indústria de construção civil
Lei 5.107/66	Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Lei 5.316/67	Integra o Seguro de Acidentes do Trabalho na Previdência Social
Lei 5.334/67	Estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis
Lei 5.421/68	Dispõe sobre medidas financeiras referentes à arrecadação da dívida ativa da União, juros de mora nos débitos para com a Fazenda Nacional
Lei 5.474/68	Dispõe sobre as duplicatas
Lei 5.478/68	Dispõe sobre ação de alimentos
Lei 5.768/71	Distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, estabelece normas de proteção à poupança popular
Lei 5.869/73	Institui o Código de Processo Civil
Lei 5.889/73	Estatui normas reguladoras do trabalho rural
Lei 6.015/73	Dispõe sobre os registros públicos
Lei 6.216/75	Dispõe sobre os registros públicos
Lei Delegada 4/62	Dispõe sobre a intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo
Lei Estadual 4.667/62	Lei de divisão e organização judiciárias do estado do Paraná
Lei Estadual 5.849/68	Dispõe sobre o Estatuto do Ministério Público do Paraná

O Quadro 2 detalha a quantidade de processos por tipo em cada ano (1961 a 1966 e 1971 a 1976). Na sequência, os gráficos 2 a 13

representam os cinco tipos de processo mais recorrentes nos anos catalogados.

Por fim, o catálogo foi organizado em 12 seções, correspondentes aos anos de 1961 a 1966 e 1971 a 1976, indicando as principais informações de cada um dos Processos. Assim, este material apresenta um mapeamento do acervo dos Processos Civis da Comarca de Campo Mourão, constituindo-se como instrumento de consulta do pesquisador interessado em compreender as relações vivenciadas pelos sujeitos em sociedade.

Quadro 2: Quantidade e tipo de processos Civis Comarca de Campo Mourão por ano (1961-1966 e 1971-1976)

Tipo de Processo	1961		1962		1963		1964		1965		1966		1971		1972		1973		1974		1975		1976		TOTAL	
	∑	%	∑	%	∑	%	∑	%	∑	%	∑	%	∑	%	∑	%	∑	%	∑	%	∑	%	∑	%	∑	%
Alvará	3	7,0	3	4,1	1	1,9	10	8,1	14	14,1	13	10,6	33	3	19	3,7	26	4,6	15	3,3	33	6,2	12	2,5	182	4,38
Alvará de Assistência Judiciária	5	11,6	6	8,2	1	1,9	--	--	1	1,0	1	0,8	14	1,3	34	6,6	60	10,6	39	8,4	82	15,4	142	29,8	385	9,26
Alvará de Licença para Menor Trabalhar	2	4,7	3	4,1	28	52,7	44	35,8	14	14,1	32	26,2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	123	2,96
Arresto	2	4,7	2	2,7	--	--	4	3,3	3	3,0	1	0,8	2	0,2	--	--	2	0,4	1	0,2	--	--	1	0,2	18	0,43
Busca e Apreensão	1	2,3	--	--	--	--	1	0,8	1	1,0	1	0,8	10	0,9	8	1,5	8	1,4	26	5,7	35	6,6	25	5,2	116	2,79
Cancelamento de Protesto	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	0,1	--	--	2	0,4	6	1,3	4	0,7	2	0,4	15	0,36
Cobrança	--	--	--	--	1	1,9	3	2,4	4	4,1	--	--	1	0,1	7	1,4	9	1,6	10	2,2	6	1,1	5	1,0	46	1,11
Consignação em Pagamento	1	2,3	2	2,7	--	--	3	2,4	--	--	2	1,7	--	--	3	0,6	1	0,2	2	0,4	2	0,4	4	0,9	20	0,48
Despejo	--	--	2	2,7	--	--	--	--	6	6,1	5	4,1	5	0,4	11	2,1	7	1,2	7	1,5	10	1,9	5	1,0	58	1,40
Desquite	--	--	1	1,4	--	--	--	--	--	--	1	0,8	--	--	2	0,4	3	0,5	2	0,4	1	0,2	1	0,2	11	0,26
Embargos	--	--	1	1,4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	6	1,3	8	1,5	4	0,9	19	0,46
Embargos de Terceiros	1	2,3	1	1,4	--	--	--	--	2	2,0	1	0,8	1	0,1	2	0,4	2	0,4	1	0,2	2	0,4	--	--	13	0,31
Executiva	22	51,2	20	27,4	8	15,1	28	22,8	30	30,3	39	31,9	86	7,8	87	16,9	120	21,2	219	47,7	249	46,9	124	26	1.032	24,83
Executiva Cambial	--	--	1	1,4	--	--	--	--	--	--	--	--	5	0,5	10	1,9	24	4,2	--	--	--	--	--	--	40	0,96
Executiva de Penhor	--	--	3	4,1	2	3,8	2	1,6	3	3,0	--	--	--	--	2	0,4	--	--	--	--	--	--	--	--	12	0,29
Executiva Fiscal	--	--	3	4,1	--	--	--	--	--	--	4	3,3	898	81,8	209	40,7	177	31,3	1	0,2	--	--	2	0,4	1.294	31,13
Executiva Hipotecária	--	--	1	1,4	3	5,6	--	--	1	1,0	1	0,8	1	0,1	2	0,4	5	0,9	--	--	--	--	--	--	14	0,34
Indenização	--	--	--	--	--	--	1	0,8	1	1,0	2	1,7	1	0,1	5	1	3	0,5	4	0,9	4	0,7	2	0,4	23	0,55
Justificação	--	--	--	--	1	1,9	--	--	2	2,0	1	0,8	--	--	8	1,6	2	0,4	3	0,7	7	1,3	4	0,9	28	0,67
Notificação	1	2,3	--	--	1	1,9	2	1,6	4	4,1	3	2,5	2	0,2	6	1,2	18	3,2	25	5,5	36	6,8	10	2,1	108	2,60
Pedido de Aproveitamento	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	13	2,7	13	0,31
Pedido de Baixa na Distribuição	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4	0,4	9	1,8	2	0,4	9	1,9	7	1,3	13	2,7	44	1,06
Pedido de Férias	--	--	--	--	--	--	--	--	4	4,1	--	--	4	0,4	6	1,2	12	2,1	20	4,4	2	0,4	20	4,2	68	1,64
Pedido de Licença	--	--	1	1,4	1	1,9	--	--	2	2,0	2	1,7	--	--	6	1,2	1	0,2	6	1,3	2	0,4	9	1,9	30	0,72
Pedido de Transferência de Férias	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	19	3,3	3	0,7	--	--	4	0,9	26	0,63
Reclamação Trabalhista	--	--	--	--	--	--	7	5,8	2	2,0	2	1,7	8	0,7	25	4,9	23	4,0	8	1,7	3	0,6	3	0,6	81	1,95
Reintegração de Posse	1	2,3	6	8,2	2	3,8	1	0,8	--	--	--	--	--	--	1	0,2	1	0,2	1	0,2	--	--	--	--	13	0,31
Reivindicatória	2	4,7	4	5,5	--	--	1	0,8	1	1,0	1	0,8	--	--	--	--	1	0,2	3	0,7	--	--	1	0,2	14	0,34
Retificação	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	0,8	--	--	--	--	1	0,2	3	0,7	--	--	11	2,3	16	0,38
Sequestro	1	2,3	7	9,6	--	--	4	3,3	--	--	2	1,7	2	0,2	4	0,8	3	0,5	1	0,2	1	0,2	--	--	25	0,60
Suprimento de Idade	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	6	0,5	12	2,3	7	1,2	10	2,2	7	1,3	13	2,7	55	1,32
Tutela	--	--	--	--	--	--	2	1,6	--	--	6	4,9	6	0,5	5	1	8	1,4	7	1,5	10	1,9	9	1,9	53	1,27
Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam	1	2,3	2	2,7	2	3,8	--	--	--	--	--	--	1	0,1	1	0,2	3	0,5	--	--	--	--	--	--	10	0,24
Outros	--	--	4	5,5	2	3,8	10	8,1	4	4,1	1	0,8	7	0,6	29	5,6	16	2,8	21	4,6	20	3,8	38	8	152	3,66
TOTAL	43	100	73	100	53	100	123	100	99	100	122	100	1098	100	513	100	566	100	459	100	531	100	477	100	**4.165**	**100**

Gráfico 2: Total de processos por tipo - 1961

Total de Processos: 43

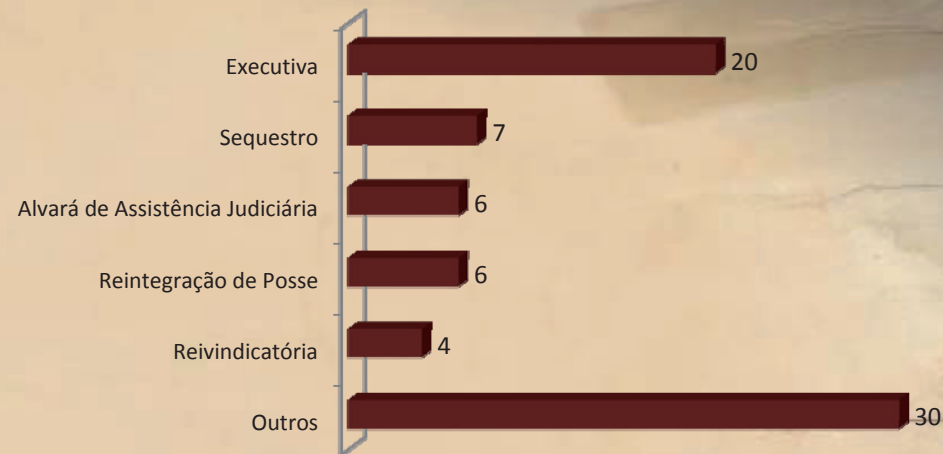
Gráfico 3: Total de processos por tipo - 1962

Total de Processos: 73

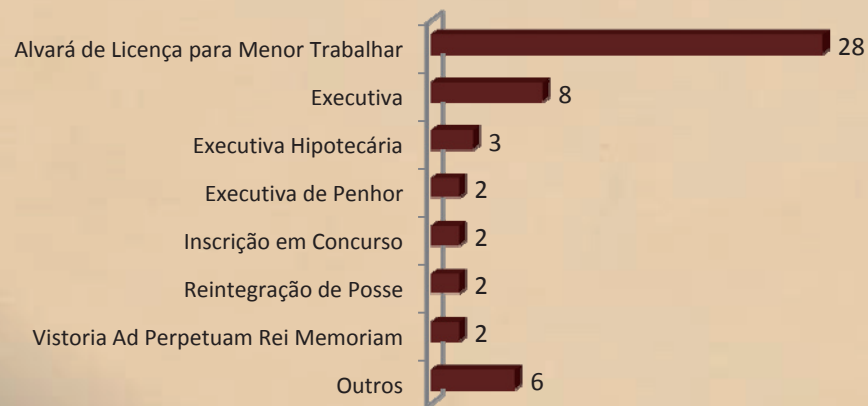
Gráfico 4: Total de processos por tipo - 1963

Total de Processos: 53

Gráfico 5: Total de processos por tipo - 1964

Total de Processos: 123

Gráfico 6: Total de processos por tipo - 1965

Total de Processos: 99

Gráfico 7: Total de processos por tipo - 1966

Total de Processos: 122

Gráfico 8: Total de processos por tipo - 1971

Total de Processos: 1.098

Gráfico 9: Total de processos por tipo - 1972

Total de Processos: 513

Gráfico 10: Total de processos por tipo - 1973

Total de Processos: 566

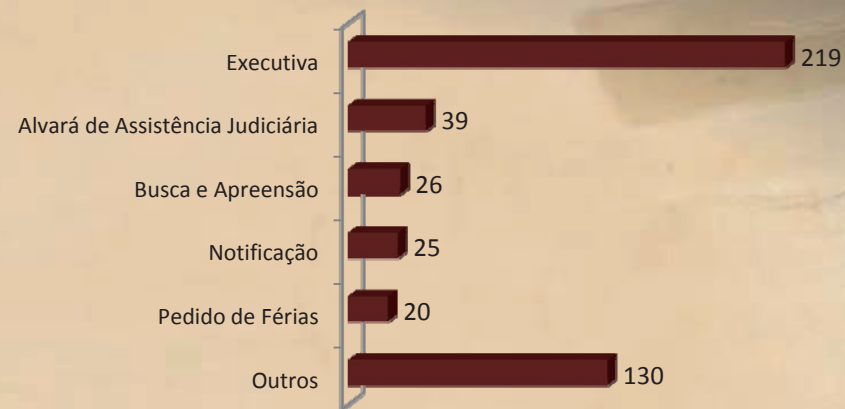
Gráfico 11: Total de processos por tipo - 1974

Total de Processos: 459

Gráfico 12: Total de processos por tipo - 1975

Total de Processos: 531

Gráfico 13: Total de processos por tipo - 1976

Total de Processos: 477

Referências

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4ª edição, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiro, 1996.

CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudantes Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 129-149, 1998.

FREITAS, Carla Regina e KNAUSS, Paulo. Usos eletrônicos do passado: digitalização de documentos e política de arquivos. **Revista Patrimônio e Memória**. Unesp/Cedap, Assis, v. 4, n. 2, p. 3-16, jun. 2009.

KHOURY, Yara Aun. No rastro de memórias silenciadas. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 30, p. 407-414, jun. 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1994.

PALETTA, Fátima Aparecida Colombo et al. **Manual de higienização de livros e documentos encadernados**. São Paulo: Hucitec, 2004.

SILVA, Fernando Teixeira. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da justiça do trabalho. In: **A História e seus territórios**: conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Leopoldo: Oikos, 2008.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. **Conservação de acervos bibliográficos e documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

Processos

1961

Data da Autuação	Nº	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/02/1961	28/61	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Do comércio; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado	O requerente pede ao requerido a importância de Cr$ 264.000,00.	Pede-se a desistência da ação, pois as partes entraram em composição amigável.	30/08/1967
03/02/1961	29/61	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado	O requerente pede ao requerido a importância de Cr$ 264.000,00.	Pede-se a desistência da ação, pois as partes entraram em composição amigável.	29/08/1967
03/02/1961	235/61	Executiva	Art. 492 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Brasileiro; advogado e agricultor; casado; Cruzeiro do Oeste - PR	O suplicante firmou com o suplicado três contratos de abertura de créditos. O requerido pagou apenas a primeira prestação referente ao primeiro contrato de crédito e algumas parcelas de juros, nada mais pagou ao devedor. Pede-se a citação do devedor para efetuar o pagamento do débito e o sequestro de seus bens sem dependência de mais requerimento.	O requerente pede a desistência da ação e do arresto que foi processado nos próprios autos.	07/05/1962
22/05/1961	237/61	Executiva	Art. 206 do Decreto-Lei 1.608/39	Do comércio; casado	Pessoa Jurídica; lavrador	O requerente move a presente ação tendo em vista ter o requerido efetuado compra de determinável imóvel, descrito no processo, o qual recusa-se a pagar o valor restante, visto que já vencera a data firmada para o pagamento.	Pede-se a desistência da ação, pois as partes entraram em composição amigável.	25/08/1962
08/07/1961	254/61	Executiva	Art. 293 e 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Do comércio; casado; São Lourenço - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	O suplicante é credor da quantia de Cr$ 90.000,00 representada por três notas promissórias. Pede-se a citação do requerido para que proceda ao pagamento, sob pena de penhora de bens.	Pede se a desistência da ação, e que proceda ao levantamento da penhora do veículo.	26/04/1962
08/07/1961	288/61	Executiva	Art. 293 e 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador	O requerido teve 24 horas para pagar a dívida com juros para o requerente.	A dívida foi paga.	19/01/1962
08/07/1961	299/61	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Física; Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador	Fora solicitado pelos meios amigáveis que o requerido pague uma dívida no valor de Cr$ 16.000,00, porém ele não tem aceitado a cobrança e não quer pagar a dívida e sempre apresenta desculpas quando chega o prazo estipulado.	Embora a proposta do requerido não tenha atingido os objetivos, o mesmo solicitou baixa no processo, por meio de procuração, alegando já ter pago a dívida.	30/03/1962
08/07/1961	300/61	Reivindicatória		Pessoa Física; brasileira; do comércio; desquitado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente quer reaver a posse de um terreno que é seu, segundo documentação e título, o qual o requerido vem ocupando. Requer ainda todos os frutos e rendimentos desde que o requerido está usufruindo. As partes entram em acordo amigável.	Homologado o pedido de desistência pelo requerente.	27/10/1962

Data da Autuação	Nº	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
08/07/1961	320/61	Executiva		Pessoa Física; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente quer receber quantia já vencida no valor de Cr$ 10.000.	Foi homologado que a dívida a ser cobrada deve ser de valor menor, para possibilitar o pagamento.	18/05/1972
30/07/1961	322/61	Arresto	Art. 980 do Decreto-Lei 1.608/39	Do comércio; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio	O requerente pede contra o requerido o arresto de seus bens como medida preparatória da Ação Executiva que irá propor ao requerido, referente a acordo com fatos e fundamentos jurídicos.	Pede-se a desistência da ação, pois as partes entraram em composição amigável.	30/08/1967
27/07/1961	329/61	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 3.689/41	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador	O requerido se recusa a pagar dívida já vencida.	Os bens do requerido serão penhorados até que ele pague a dívida por completo ao seu credor.	05/11/1963
27/07/1961	335/61	Executiva	Art. 1.056 do Decreto-Lei 1.608/39	Casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador	A requerente empresa de transportes aéreos expõe contra a empresa requerida e seus representantes legais a cobrança de dívida ativa, referente a serviços prestados.	O requerido, antes mesmo de ser citado, providenciou a liquidação do seu débito.	01/08/1962
27/07/1961	336/61	Arresto	Art. 158 e 683 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerido comprou um caminhão no estabelecimento citado no auto e não cumpriu suas responsabilidades com a parcela do valor de Cr$ 38.000,00. Todas as parcelas estão atrasadas e o caminhão já se encontra com outro dono no município de Presidente Pudente - SP.	O requerido deve reparar todas as perdas e danos ao estabelecimento, e a responsabilidade de trazer novamente o caminhão para essa cidade.	27/09/1961
02/08/1961	348/61	Alvará		Lavrador; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização judicial para que possa, em nome do seu filho menor de idade, convencionar empréstimo. Ele ainda oferece alguns de seus bens como garantia no estabelecimento do empréstimo.	Empréstimo concedido.	11/08/1961
04/08/1961	351/61	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; operário	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O filho do requerente, menor absolutamente incapaz, recebeu da seguradora, por indenização de acidente de trabalho, a quantia de Cr$ 33.177,60, porém a parte autora nada produz com o dinheiro, salvo inexpressivos juros anuais. Convencendo-se dessa desvantagem, julgou conveniente procurar empregar o capital numa compra e venda de imóveis. Solicita portanto liberação de alvará para que seja feita compra visando benefícios para o menor.	Alvará concedido.	29/05/1964
07/09/1961	354/61	Executiva	Art. 50 do Decreto 2.044/08; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; contador; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor do requerido da quantia de Cr$ 150.000,00. Pede a citação do devedor sob pena de penhora de bens.	Pede-se a desistência da ação, pois as partes entraram em composição amigável.	13/11/1961

Data da Autuação	Nº	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/09/1961	361/61	Executiva		Pessoa Física; do comércio; casado; Goioerê - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Goioerê - PR	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 60.000,00 representados por cheques sem provisão de fundos. Pede-se a citação do dever sob pena de penhora de bens.	Pede-se a desistência da ação, pois as partes entraram em composição amigável.	11/09/1963
14/08/1961	365/61	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; escriturário	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 40.600,00, representada por cheques, porém sem fundos. Sendo assim, o requerente solicita ao Juiz que se digne mandar citar o devedor para que pague dentro de 24 horas a mencionada quantia.	A penhora de bens se efetuou com medidas diversas.	20/08/1962
16/09/1961	368/61	Reintegração de Posse	Art. 2, 14, 15 e 371 do Decreto-Lei 1.608/39	1) Pessoa Física; do comércio; casado; 2) Pessoa Física; do lar; casada	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador	Os peticionários alugaram determinado imóvel pelo prazo de locação de 6 meses e aluguel de Cr$ 3.000,00 mensais, os mesmos pagavam os aluguéis ao requerido, representando o proprietário. Ao tentar pagar o último aluguel, o procurador não quis receber, alegando estar mais interessado na casa do que no próprio aluguel. Inesperadamente, o procurador alega ser o novo proprietário e estabelece violentamente a posse do imóvel. Pede-se a reintegração de posse.	Obteve-se a medida liminar.	03/04/1962
22/08/1961	380/61	Executiva	Art. 298, XIII do Decreto-Lei 1.608/39	Casado; Osvaldo Cruz - SP	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 304.000,00, representada por oito títulos, já vencidos. Pede-se a citação do devedor sob pena de penhora bens.	O requerente pede a desistência da ação, levantando-se a penhora como de direito.	15/09/1961
22/09/1961	381/61	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 300.000,00, representada por cheques. Pede-se a citação do devedor sob pena de penhora bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	30/09/1961
23/08/1961	385/61	Executiva	Decreto 2.044/08; Art. 13 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; do comércio; casado	Pessoa Física; proprietário de padaria; casado	O requerente é credor do requerido. Pede-se a citação do devedor sob pena de penhora bens.	As partes entraram em composição amigável.	23/08/1962
29/08/1961	389/61	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	O suplicante é credor da quantia de Cr$ 117.000,00 em nota promissória emitida pelo requerido. Pede-se a citação do mesmo, podendo proceder a penhora de seus bens.	O requerente pede a desistência da ação por ter entrado em composição amigável com o executado.	13/10/1961
06/09/1961	401/61	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; lavrador	Pessoa Jurídica	O requerente não possui meios para custear quaisquer ações judiciais, solicitando assistência jurídica.	Alvará concedido.	06/09/1961
07/10/1961	443/61	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente não possui meios para custear quaisquer ações judiciais, solicitando assistência jurídica.	Solicitação concedida.	07/10/1961

Data da Autuação	Nº	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
13/01/1961	453/61	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; do comércio	A peticionaria é credora do requerido da importância de Cr$ 200.000,00, representados por cheques. O direito da peticionaria está devidamente comprovado pelos cheques, representativos da dívida líquida e certa, protestada, desde já, pelo depoimento pessoal do requerido. O requerido pediu um prazo de 24 horas para pagar o valor citado, e também as custas e os honorários do advogado.	Homologada por sentença a desistência da ação.	23/08/1963
14/11/1961	513/61	Executiva		Pessoa Física; lavrador	Pessoa Física	O cheque dado pelo requerido não possui provisão de fundos. Pede-se a citação do requerido para pagamento, sob pena de penhora de bens.	O requerente pede desistência da ação, tendo em vista a composição entre as partes.	04/03/1966
14/11/1961	514/61	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente é pai do menor, com 15 anos, e pede uma licença para que seu filho trabalhe como aprendiz em uma firma.	Solicitação concedida.	14/11/1961
25/11/1961	540/61	Consignação em Pagamento	Art. 314 e 973 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador	O Banco requerente, estabelecimento de crédito, por seu procurador e advogado, quer propor ação de consignação em pagamento contra o requerido. É locatário do prédio de propriedade da firma do requerido mediante o aluguel de Cr$ 7.000,00. Sempre efetuou rigorosamente em dia o pagamento. Procurou a locadora para efetuar o pagamento do aluguel vencido no dia 30 de outubro, porém sem motivos, recusou-se a mesma a importância a ele correspondente. Dado a causa para efeitos o valor de Cr$ 84.000,00 protesta por tudo o gênero de provas um direito permitidas.	Por meio de determinação do Juiz de Direito, os autos foram sentenciados e arquivados, mas não foi autorizada a baixa da distribuição.	12/09/1972
28/11/1961	546/61	Reivindicatória	Art. 524 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; viúva	Pessoa Física; casado	Requer reaver do requerido seu terreno, com frutos e rendimentos.	A requerente pediu a desistência do feito, pois amigavelmente fez composição com o requerido.	26/07/1968
28/11/1961	547/61	Notificação		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente firmou com o requerido um contrato de parceria agrícola em lavoura de café onde, após realizada colheita, o empreiteiro teria o prazo de 30 dias para se retirar do lote.	O requerido deve deixar o local impreterivelmente no prazo de 10 dias.	12/12/1961
01/12/1961	548/61	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Pedido de justiça gratuita para defesa de seus direitos.	Benefício concedido.	01/12/1961
01/12/1961	549/61	Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita vistoria de livros comerciais em juízo, pertencentes ao requerido.	Expedido mandado de vistoria.	11/12/1961

Data da Autuação	Nº	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
01/12/1961	550/61	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Foi determinada a citação do requerido para que, em 24 horas, pague a importância de Cr$ 100.000,00, mais custas e honorários de advogado na base de 20 do valor da ação, ou nomear bens a penhora.	A dívida foi paga.	05/11/1963
05/12/1961	559/61	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Requer justiça gratuita, para pleiteio de ação de reintegração de posse.	Solicitação concedida.	05/12/1961
05/12/1961	561/61	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará de licença para que sua menor possa trabalhar.	Solicitação concedida.	05/12/1961
05/12/1961	562/61	Busca e Apreensão		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita busca e apreensão de um veículo tipo jeep, o qual foi vendido ao requerido, que não pagou o veículo, transferindo-o para terceiros.	Julgado procedente o pedido de busca e apreensão de Jeep.	05/12/1961
11/12/1961	569/61	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerido está em débito com o requerente.	Julgada extinta a ação de execução.	11/03/1976
15/12/1961	572/61	Embargos de Terceiros	Art. 707 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Em ação executiva proposta anteriormente, foi penhorado um Jeep, porém o veículo é de propriedade do embargante, de cujo corpo de corretores e agentes de venda faz parte o réu na ação executiva mencionada. Requer que sejam recebidos os embargos e expedido um mandato de manutenção de posse.	Os embargos são improcedentes.	19/08/1962
18/12/1961	576/61	Sequestro	Art. 676 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física	1) Pessoa Física; brasileiro; casado; lavrador; 2) Pessoa Física; brasileiro; casado; lavrador	Solicita sequestro da produção, que é sua por direito.	Foi determinado que os requeridos devem liberar em favor do requerente a hortelã que em seu poder está depositado, também dando-se baixa na ação.	17/05/1962
22/12/1961	585/61	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física	Pessoa Física	O devedor tem o prazo de 24 horas para pagar sua dívida com o valor de Cr$ 10.000,00.	Homologada desistência da ação em função de acordo amigável entre as partes.	30/12/1963
26/12/1961	589/61	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente pede assistência judiciária para custear seu registro de nascimento, que possui erros, sendo que o mesmo não possui recursos para arcar com os custos.	Solicitação concedida.	26/12/1961
28/12/1961	591/61	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Inventário. Morte de seu esposo e a partilha dos bens entre os três filhos, na época, menores de idade.	Foi concedida a venda da casa, para a repartição entre os filhos.	19/01/1962

Processos

1962

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/01/1962	02/62	Executiva Hipotecária		Pessoa Jurídica; brasileiro	1) Pessoa Física; brasileiro; agricultor e pecuarista; casado; Dracena - SP; 2) Pessoa Física; brasileiro; prendas domésticas; casada; Dracena - SP	O requerente, sociedade anônima, abriu ao suplicado o crédito fixo de Cr$ 465.000,00, ao juros de 7% ao ano, além de outras obrigações contratuais, destinado à solução do compromisso oriundo da aquisição de um automóvel, ano 69, tendo sido como garantia da dívida a 1ª hipoteca do imóvel "Sitio Santa Teresinha". O devedor utilizou todo seu crédito, elevando-se seu débito a Cr$ 536.719,20. Requer-se, então, a citação do suplicado para que seja paga a dívida, sob pena de penhora do imóvel hipotecado.	O requerido compareceu à sua agência local, liquidando seu débito, pedindo-se, então, a desistência da ação.	06/08/1965
03/01/1962	03/62	Executiva de Penhor	Lei 492/37; Art. 23, 24 e 25 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor e pecuarista; casado; Dracena - SP	O requerente, sociedade anônima, abriu ao requerido o crédito fixo de Cr$ 718.600,00 ao juros de 7% ao ano, e outras condições acordadas, destinado ao custeio das lavouras de algodão, amendoim, batata e milho formadas nos imóveis "Sitio Santa Terezinha" e "Fazenda São João". Tendo sido a garantia da dívida constituída penhor agrícola das colheitas referidas. O devedor recebeu uma importância emprestada, porém faltou ao cumprimento das obrigações assumidas. O suplicante pede a citação do suplicado e o sequestro de seus bens.	Julgada procedente a ação.	20/01/1964
04/01/1962	07/62	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente é credora do requerido na quantia de Cr$ 3.844,50. Requer, então, que haja expedição de mandado de intimação e penhora contra o devedor.	A dívida foi liquidada, portanto requer-se baixa da distribuição da ação.	12/04/1973
08/01/1962	10/62	Reivindicatória	Art. 169 e 524 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; prendas domésticas; casada; Peabiru - PR	Pessoa Física	A suplicante é proprietária de um lote de terras de 354.000 m² da Colônia Rio Verde. Todavia, o suplicado, sem qualquer autorização, alojou-se no imóvel do suplicante efetuando plantações, usando e gozando das terras e causando prejuízos e verdadeiro esbulho ao direito da suplicante. Pede-se que o réu seja condenado a restituir o imóvel à verdadeira proprietária.	Houve composição amigável, requerendo-se, então, a desistência da ação.	06/03/1963
09/01/1962	17/62	Executiva	Art. 298 e 676 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Roncador - PR	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 50.000,00, por meio de uma nota promissória. Pede-se que se pague a dívida ou que lhe sejam penhorados seus bens.	Foi levantada a penhora que se fez registrar nos bens do devedor, dando baixa na distribuição.	25/08/1964

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
10/01/1962	19/62	Despejo		Pessoa Física; português; do comércio; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Física; brasileiro; hoteleiro; casado	Os requerentes são proprietários de um sobrado em locação às instalações de determinado Hotel. Porém, o inquilino passou a introduzir modificações na destinação, alterando-lhe substancialmente e propiciando o perecimento do imóvel locado. O suplicado instalou no prédio um armazém de secos e molhados, onde armazena produtos de fácil deterioração, além de depositar combustível inflamável, o que implica em infrações contratuais.	Os suplicantes requerem a desistência do auto, que seja homologada por sentença, bem como dado baixa na distribuição.	28/03/1977
10/01/1962	21/62	Executiva	Art. 298, XVIII do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; prendas domésticas; viúva	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	A suplicante é credora do suplicado da importância de Cr$ 250.000. Requer-se ação executiva para que ocorra o pagamento ou a penhora de tantos bens quanto os necessários.	A requerente, em extra-autos, recebeu do aludido devedor o "quantum" da dívida, desistindo da ação.	18/12/1964
15/01/1962	29/62	Executiva Cambial		Pessoa Física	Pessoa Física	O suplicante é credor do suplicado da importância de Cr$ 330.000. Requer-se ação executiva para que ocorra o pagamento ou a penhora de tantos bens quanto os necessários.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/01/1962
17/01/1962	38/62	Responsabilidade	Art. 159 e 291 do Decreto-Lei 1.608/39	1) Pessoa Física; japonês; lavrador; casado; Maringá - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barreiro do Oeste - PR	Os requerentes são proprietários de um automóvel, e, quando trafegavam, foram atingidos por um Jeep cujo proprietário e motorista era o requerido. Houve danos materiais de Cr$ 158.972,00 sendo a culpa da falta de atenção do motorista do Jeep, que tentou ultrapassar em trecho impróprio. Nestas condições, requer-se que o valor calculado seja pago, respondendo a ação de responsabilidade civil.	Houve composição amigável, pede-se a desistência da ação.	09/08/1962
20/01/1962	46/62	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente, pessoa jurídica de direito público interno, é credor do requerido na quantia de Cr$ 641,30. Pede-se que seja ordenada a expedição de mandado executivo contra o devedor, sob pena de se proceder a penhora de seus bens.	Houve pedido de desistência da ação.	23/01/1962
26/01/1962	64/62	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; casado; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	O suplicante é credor do suplicado da importância de Cr$ 80.000,00, representada por um cheque. Requer-se a citação do devedor e que seja declarada a falência do devedor.	O requerente recebeu do requerido a importância do reclamado, pedindo desistência do procedimento.	04/06/1962
31/01/1962	347/62	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Londrina - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Barbosa Ferraz - PR	O suplicante é credor do suplicado da importância de Cr$ 245.000, representada por duas notas promissórias já vencidas e protestadas. Requer que o réu pague a referida importância sob pena de que lhe sejam penhorados seus bens.	Houve composição amigável, pedindo-se a desistência da ação.	13/03/1963

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
31/01/1962	351/62	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado	A suplicante é credora do suplicado da quantia de Cr$ 60.000,00, representada por uma duplicata. Requer que seja efetuado o pagamento sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quanto forem necessários para a quitação.	O requerido pagou integralmente a dívida, tendo portanto o requerente solicitado a desistência da ação.	04/11/1968
02/02/1962	356/62	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente, pessoa jurídica de direito público interno, é credor do requerido da quantia de Cr$ 29.730,80. Desejando promover a quantia deste débito pede que seja ordenado a expedição de mandado executivo contra o devedor, sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável entre as partes.	05/02/1962
02/02/1962	357/62	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Goioerê - PR	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 15.000,00. Solicita que, caso não seja paga a quantia no prazo de 24 horas, proceda-se a penhora de tantos bens quanto necessários à execução.	Foi efetuado o pagamento do débito pelo executado.	28/08/1962
06/02/1962	473/62	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Goioerê - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é reconhecidamente pobre e pede seja concedido o benefício da justiça gratuita, pois não pode custear as despesas da ação judicial que deseja mover contra o requerido, administrador da fazenda em que trabalha o peticionário.	Benefício concedido.	06/02/1962
06/02/1962	474/62	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; dona de casa; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente, reconhecidamente pobre, conforme atestado de miserabilidade, vai requerer medida de busca e apreensão de bens móveis, que se encontram ilegalmente em poder do requerido. Não dispondo de recursos necessários para despesas judiciais, solicita benefício da justiça gratuita.	Benefício concedido.	06/02/1962
08/02/1962	479/62	Reintegração de Posse	Art. 506 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente e sua esposa construíram há mais de um ano uma casa de madeira na Vila Operária nesta cidade. Em agosto de 1961, designaram-se a Maringá para fins de trabalho, oportunidade em que foram esbugalhados de sua posse pelo requerido que se apropriou indevidamente da residência.	Tendo o requerido se evadido da localidade, houve desistência da ação por parte do requerente, visto manter mansa e tranquila a sua posse.	03/04/1962
08/02/1962	480/62	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado; Campo Mourão – PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede que se conceda licença para que seu filho menor possa trabalhar.	O alvará foi deferido.	08/02/1962
08/02/1962	482/62	Executiva	Art. 298, 299 e 301 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado; Mamborê - PR	O suplicante é credor do suplicado na quantia de Cr$ 200.000. Entretanto com a ação para que seja efetuado o pagamento ou que recaia sobre a penhora de bens.	O requerente entrou em composição amigável com o requerido, desistindo da ação.	07/05/1962

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
08/02/1962	484/62	Consignação em Pagamento		Pessoa Física; brasileiro; funcionário estadual; casado	Pessoa Física; brasileiro; tintureiro; casado	O requerente pagou ao requerido a importância de Cr$ 25.000,00, restando a pagar a importância de Cr$ 15.000,00 e mais os juros de lei, 6% ao ano, totalizando Cr$ 75,00 de juros.	Houve desistência do acordo de ambas as partes.	19/01/1963
10/02/1962	487/62	Consignação em Pagamento	Art. 314 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	O requerente é locatário de um prédio de propriedade do requerido, e está estabelecido com um bar no referido prédio. O requerente nunca se atrasou no pagamento dos aluguéis e nunca exigiu recibo do suplicado, pois mantém com o mesmo estreita relação de amizade. No mês de Janeiro de 1962, o requerido recusou-se a receber o aluguel, com a intenção de conseguir o despejo do suplicante.	Solicitada desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	08/03/1962
10/02/1962	489/62	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente tem a necessidade de entrar com ação judicial para a defesa de seus direitos, ilegitimamente ameaçados, e, sendo reconhecidamente pobre, solicita benefício de justiça gratuita.	Solicitação concedida.	10/02/1962
13/02/1962	492/62	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente diz ser credor dos requeridos da importância de Cr$ 70.000,00, tendo o título vencido em 16/11/1961, protestado e não pago.	Houve pedido de desistência da ação, tendo o requerente recebido a quantia por que demandava.	10/03/1962
13/02/1962	493/62	Executiva	Art. 22 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido da importância líquida de Cr$ 212.178,90. Caso o requerido não efetue o pagamento, o requerente solicita que se proceda a penhora de bens que forem encontrados, como o bem de propriedade do executado, um automóvel.	Houve pedido de desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes	25/05/1962
19/02/1962	500/62	Executiva		Pessoa Jurídica	1) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; 2) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita que se efetue o pagamento pelos devedores.	A dívida foi paga pelos devedores amigavelmente.	25/09/1973
23/02/1962	521/62	Embargos de Terceiros	Art. 299 e 707 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; proprietário; casado	Pessoa Jurídica	O requerente propôs Ação Executiva para cobrar o requerido, em função de este último não ter efetuado o pagamento da dívida no prazo. Foi penhorado um automóvel.	O requerente efetuou composição amigável com o requerido, para a solução do crédito. Homologada por sentença a desistência do feito.	25/05/1962

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/02/1962	523/62	Embargos	Art. 385 e 388 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	O requerente possui lote de terras desde 1940. O mesmo foi invadido, tendo sido cortadas todas as madeiras existentes, sendo que parte já fora transportada para serrarias do município, parte encontra-se à beira da estrada que segue para Barreiro do Oeste e parte está ainda no terreno do suplicante. Os requeridos prosseguem com o corte das madeiras, apesar dos protestos do suplicante, acarretando prejuízos enormes. Prende-se ao fato de decisões anteriores acerca de casos idênticos terem sido contra os grileiros de má fé e em favor dos legítimos posseiros.	Houve desistência da ação por composição amigável entre as partes, tendo sido estipulado o depósito em favor do requerente do valor da venda das madeiras apreendidas.	27/06/1963
24/02/1962	524/62	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita justiça gratuita.	Solicitação concedida.	24/02/1962
24/02/1962	525/62	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente alega ser pobre, e não dispõe de recursos financeiros para custear ação judiciária.	Solicitação concedida.	24/02/1962
26/02/1962	528/62	Executiva		Pessoa Física; português; do comércio; solteiro; Maringá - PR	Pessoa Física; português; do comércio	O requerente é credor do requerido por título de dívida líquida de cheque emitido. O cheque, no valor de Cr$ 14. 370,00, não foi pago por falta de suficiente provisão de fundos em contas. O requerido, réu na ação executiva, ofereceu bens a penhora, como uma máquina de costura.	Houve pedido de desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	13/03/1963
08/03/1962	535/62	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica; Campo Mourão – PR	O requerente solicita alvará.	Solicitação concedida.	24/05/1962
09/03/1962	540/62	Alvará	Art. 108 e 386 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; separado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita autorização para colocar os bens, ou seja, imóveis de propriedades em nome de suas duas filhas menores. Ele como pai é o principal tutor legal de suas filhas.	Foi concedida a autorização para escritura em nome das menores, cinco alqueires de terra.	20/03/1962
10/03/1962	541/62	Sequestro	Art. 675 e 676 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; dentista e agricultor; casado; Rio de Janeiro - RJ	1) Pessoa Física; lavrador; solteiro; 2) Pessoa Física; lavrador; solteiro	Os requeridos abandonaram a lavoura pertencente ao requerente, sendo evidente a probabilidade do dano irreparável, dada a natureza dos bens que estão sob o cuidado dos requeridos. O requerente pede que se sequestre os bens constantes do contrato como medida preventiva e que se nomeie um depositário particular para que a lavoura seja cuidada.	Solicitada desistência da ação por parte do requerente.	14/03/1962

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
10/03/1962	542/62	Sequestro	Art. 675, 682 e 683 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado	O requerente pede que se decrete o sequestro da lavoura cafeeira que está sob a posse do requerido, pois esse último vem praticando atos contrários aos bons costumes, e ilicitamente se aproveitamos da parte que caberia ao peticionário no café produzido, inclusive sob ameaças de violências físicas contra o requerente.	Houve pedido de desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	10/07/1962
13/03/1962	546/62	Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam	Art.675 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; dentista e agricultor; casado; Rio de Janeiro - RJ	1) Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Goioerê - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; casado; Goioerê - PR	O requerente é proprietário de fazenda, sob cuidados do requerido. O suplicante alega que os suplicados não vêm tratando da lavoura, desde a colheita passada, estando atualmente no mato, prevendo grande prejuízo para a safra. Os suplicados não tomaram nenhuma providência conforme as obrigações contratuais.	A vistoria foi realizada conforme as prescrições legais.	06/04/1962
13/03/1962	547/62	Alvará	Art. 379 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campina da Lagoa - PR	Pessoa Jurídica	O requerente alega que foi depositada a quantia de Cr$ 50.000 em nome de seus filhos menores. Vê-se na contingência de lançar mão da quantia para que assim esteja munido financeiramente para os gastos futuros. Tal motivo de relevante valor redundará em evidente utilidade para os menores para se suprir do sustento e manutenção dos mesmos, despesas de vestuário e material.	Foi concedida a autorização para levantar a importância de Cr$ 15.000.	15/05/1962
16/03/1962	590/62	Reintegração de Posse	Art. 371 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; São Sebastião do Guaraci - Comarca de Jaguapitã	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Nova Cantu - PR	Os requerentes comprometeram-se com o requerido a vender um imóvel de acordo com determinadas condições de pagamento, porém o pagamento não foi efetuado, tendo sido paga somente a entrada do valor. Apesar de não ter efetuado o restante do pagamento, o requerido não só permaneceu no imóvel, mas ainda vendeu aproximadamente 150 árvores de madeira tão logo entrou na posse, atingindo a importância de Cr$ 300.000,00.	Houve pedido de desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	10/01/1963
21/03/1962	595/62	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Rio de Leão – PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita alvará de licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Solicitação concedida.	21/03/1962
21/03/1962	599/62	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; técnico em refrigeração; casado; Campo Mourão – PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita alvará de licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Solicitação concedida.	21/03/1962
26/03/1962	609/62	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileiro; distribuidor	Pessoa Jurídica	O requerente solicita licença, tendo que se ausentar por 6 dias, fazendo indicação de substituto.	Licença concedida, tendo sido nomeado substituto por 6 dias.	26/03/1962

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/03/1962	614/62	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente pede alvará para fins judiciais, em virtude de ser pobre.	Solicitação concedida.	27/03/1962
31/03/1962	626/62	Executiva		Pessoa Física; português; do comércio; casado; Ubiratã - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado; Ubiratã - PR	O requerente é credor do requerido da quantia de Cr$ 199.330,00 que, vencido o prazo para o pagamento, foi o título levado a protesto, sem que o devedor se dispusesse a pagá-lo.	Houve pedido de desistência da ação, em função de composição amigável. Foi procedida a entrega de um veículo.	24/04/1962
03/04/1962	636/62	Reintegração de Posse		Pessoa Física; brasileira; doméstica	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado; Cantú - PR	A requerente fez acordo com o requerido, seu cunhado, em que o mesmo tomaria conta de um lote de terras da requerente. A mesma deixou diversas benfeitorias no lote, inclusive uma casa de madeira serrada. O requerido ficou de se retirar do lote em prazo acordado e ficou sem o direito de derrubar madeira de lei. Porém, agiu de forma contrária ao acordado, julgando-se dono da propriedade. Em vista do exposto, deve o requerido ser condenado a abrir mão do terreno, bem como indenizar a suplicante pelas perdas e danos.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	08/11/1962
12/06/1962	816/62	Arresto		Pessoa Física	Pessoa Física	Solicitação de Arresto.	Julgado procedente o pedido de Arresto.	18/06/1962
12/07/1962	915/62	Reintegração de Posse	Art. 344 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	A firma comercial vendeu uma caminhonete ao requerido, o qual não liquidou totalmente a dívida. O requerente pede que lhe seja apreendido e depositado judicialmente.	Houve desistência da ação e composição amigável entre as partes.	07/05/1974
13/07/1962	923/62	Reivindicatória	Art. 524 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; industrialista e agricultor; casado; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador	Os requerentes são legítimos proprietários de um lote de terras de 850 mil m². O requerido invadiu o imóvel e, ajudado por assalariados seus, efetua derrubada de madeira e plantio de cereais há mais de um ano, como se dono fosse. Os autores desejavam reaver a posse que está injustamente com o requerido.	Houve desistência da ação e composição amigável entre as partes.	31/08/1962
13/07/1962	925/62	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; japonês; lavrador; casado; Maringá - PR	Pessoa Jurídica; japonês; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 36.000,00. Requer que a dívida seja quitada, sob pena de serem penhorados os bens do devedor em tantos quantos bastem para cobrir a execução.	Foi solicitado deferimento da ação, tendo o requerente recebido o valor de Cr$ 44.100,00.	25/08/1962
16/07/1962	930/62	Arresto		Pessoa Física	Pessoa Física	Solicitação de Arresto.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	05/10/1962

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
16/07/1962	932/62	Reintegração de Posse	Art. 343 e 344 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileira; casada; Janiópolis - PR	O requerente é credor da requerida, tendo vendido à mesma um automóvel pelo preço de Cr$ 855.000,00 em 7 prestações. A requerida deu uma quantia no ato, mas não cumpriu com os pagamentos combinados. Tendo o veículo sido entregue no ato da venda, o requerente pede que o mesmo seja apreendido e depositado judicialmente.	O requerente solicitou desistência da ação e baixa na distribuição.	11/03/1963
17/07/1962	933/62	Manutenção de Posse	Art. 371 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; Campina da Lagoa - PR	Pessoa Jurídica; Nova Cantu - PR	A firma requerente comprou um lote de terras de 83 hectares, passando a exercer a posse de forma pacífica, mantendo cultura efetiva e moradia habitual. Porém, a firma requerida iniciou indiscriminada derrubada de árvores de pinheiros que se encontram no imóvel aludido.	As firmas industriais entram em acordo amigável e pedem a desistência da ação.	01/04/1963
02/08/1962	980/62	Executiva	Art. 677 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado	O requerido é credor do requerente da quantia de Cr$ 50.000,00. Na impontualidade do pagamento, o peticionário viu-se, em garantia de seu crédito, na necessidade de pedir o arresto de semoventes deixados pelo devedor, após sua fuga.	O requerente entrou em composição amigável com o executado sobre o objeto em questão, pedindo a desistência da ação.	03/09/1962
02/08/1962	981/62	Executiva	Art. 298 e 301 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campina da Lagoa - PR	A firma comercial é credora de 2 duplicatas de Cr$ 38.539,10 cada, as quais foram protestadas e não pagas pelo devedor. A requerente solicita que sejam penhorados tantos bens do requerido quanto bastem para o pagamento.	A requerente desiste da ação.	18/10/1962
09/08/1962	997/62	Sequestro	Art. 682 e 683 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; casado; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Mamborê - PR	O requerente e esposa são proprietários de um imóvel de 951.000 m², mantendo moradia efetiva e cultura habitual. Todavia, em verdadeiro abuso, o requerido vem derrubando pinheiros indiscriminadamente. O requerente pede sequestrar todos os pinheiros em pé e derrubados que se encontram dentro dos limites e confrontações do lote.	O requerente entra em composição amigável com requerido, pedindo a desistência da ação.	20/08/1962
09/08/1962	998/62	Reivindicatória	Art. 524 e 291 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; barbeiro/do lar; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador	o requerentes são proprietários de um imóvel constante em um lote de 232 mil m² na colônia Rio Verde. O requerido se apoderou indevidamente de parte do lote, nele edificando um rancho e efetuando derrubadas na plantação, numa área aproximada de 2 alqueires, a nordeste do lote. A reivindicação é a ação dada ao proprietário não possuidor contra o possuidor não proprietário.	Houve procedência à ação reivindicatória pelos requerentes, ressalvando ao último direito do requerido recolher os cereais que plantou.	02/03/1963
09/08/1962	999/62	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 50.000,00, representada por um cheque, e solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	O requerente recebeu do devedor a quantia principal e os honorários, pedindo assim desistência da ação.	17/08/1962

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
16/08/1962	1009/62	Interdito Proibitório	Art. 377 e 378 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; aeronauta/do lar; casados; Rio de Janeiro - RJ	1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; Mamborê - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; Mamborê - PR	Os requerentes são possuidores de situações agrícolas e, esperando uma colonização rápida e produtiva, estabeleceram para venda em pequenos lotes coloniais. Os requeridos, através de ameaças, pretendem ultrapassar as linhas divisórias do perímetro demarcador da propriedade, pois ocupam imóveis confiantes aos dos requerentes. Solicita-se, assim, mandado proibitório que garanta contra a turbação e posse molestada.	Não houve comparecimento das partes, demonstrando desinteresse pela causa, efetivando o não manifesto dos contendores. Diante do explicado, requer-se a desistência da ação.	04/05/1972
20/08/1962	1012/62	Executiva	Art. 208 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O peticionário forneceu ao suplicado mercadorias, um cheque de Cr$ 6.000,00, protestado por falta de fundos, e uma duplicata de Cr$ 24.940,00. O requerido é sócio e não tem se manifestado em pagar-lhe. Pede-se que pague ou indique bens suficientes a penhora.	O requerente veio receber extra autos o valor, perdendo a razão do processo. Pede-se desistência da ação.	04/04/1963
24/08/1962	1029/62	Sequestro	Art. 507 da Lei 3.071/16; Art. 675 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; Goioerê - PR	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é proprietário de um lote de terra, do qual o requerido invadiu uma faixa coberta de matas de 20 metros de frente, como também deslocou os tapumes marcos indicativos da linha divisória e, ainda, colocou fogo sobre uma faixa de terras, causando grande prejuízo de lesão de difícil reparação. Requer que seja determinado o sequestro sobre bem imóvel.	Houve pedido de desistência da ação.	26/10/1964
27/08/1962	1031/62	Sequestro		Pessoa Física	Pessoa Física	Solicita sequestro de determinado imóvel, além de mata que fora cortada sem autorização do requerente.	Julgado o pedido de sequestro.	06/09/1962
21/09/1962	1046/62	Sequestro	Art. 176 e 675 do Decreto-Lei 1.608/39	1) Pessoa Física; brasileiro; casado; Cornélio Procópio - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; casado; Cornélio Procópio - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; 2) Pessoa Física; brasileira; lavradora; casada	Os requerentes são proprietários de um lote de terras e os requeridos adentraram em parte do lote dos suplicantes, que ficaram despejados da posse de uma faixa de terras de 200 m². Os requeridos tiram ainda proveito das benfeitorias e plantações feitas pelos suplicantes. Pedem, assim, que seja expedido mandado de sequestro sobre área de 5 alqueires que os suplicados mantêm sob posse injusta.	Após o pagamento dos custos devidos, pedem a desistência da ação.	16/03/1963
26/09/1962	1089/62	Reivindicatória	Art. 513 e 524 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é proprietário de um lote rural, tendo o requerido ocupado o imóvel sem qualquer título que justifique. O requerente quer reaver o aludido terreno com todos os frutos, rendimentos e acessões desde que o posseiro se apoderou.	Houve pedido de desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	03/06/1963
06/10/1962	1121/62	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; prendas domésticas; viúva	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	A requerente é credora do requerido na importância de Cr$ 200.000 e o mesmo nega efetuar o pagamento. Solicita-se que seja efetivada a penhora de bens, tantos quantos bastem para o pagamento.	A requerente recebeu o pagamento, solicitando desistência da ação.	16/12/1964

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/10/1962	1151/62	Despejo	Art. 1.415 da Lei 3.071/16	1) Pessoa Física; brasileiro naturalizado; casado; Presidente Prudente - SP; 2) Pessoa Física; brasileira; casada; Presidente Prudente - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; Goioerê - PR	Em fins do ano de 1960, os suplicantes adquiriram uma sorte de terras, Fazenda Caçura. O proprietário anterior possuía lavoura de cereais, havendo, para tanto, contratos com homens da lavoura da região. Aos novos proprietários não lhes interessava, pois se dedicam à cultura da hortelã. Apesar disso, os requerentes fizeram uma “autorização-contrato” com os trabalhadores, desde que desocupassem as terras até 30/08/61. O requerido, único entre os parceiros agrícolas do ex-proprietários, não quer desocupar o local. Solicita-se, então, ação de despejo.	Houve pedido de desistência da ação.	29/08/1963
23/10/1962	1152/62	Desquite	Art. 317 da Lei 3.071/16; Art. 177 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Goioerê - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerido viveu em companhia da requerente por aproximadamente 1 ano. Após nascimento do filho, o requerido abandonou o lar, não participando há mais de 4 anos da residência, sem satisfação ou auxílio financeiro. A requerente pede assim o desquite com o suplicado.	O pedido é procedente, passando a desquitada a usar o nome de solteira e obtendo a guarda do filho do casal.	25/02/1964
14/11/1962	1186/62	Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam		Pessoa Física; português; casado	Pessoa Física	O requerente é proprietário do imóvel que foi desmembrado, e sobre sua área de terras encontram-se diversas árvores de pinho, os peticionários pedem a derrubada e a retirada de tais madeiras.	O requerente, não mais desejando o procedimento de uma vistoria, vem respeitosamente pedir que, após as formalidades legais, seja homologada a desistência, ficando as custas por conta do requerido.	01/06/1967
24/11/1962	1201/62	Sequestro	Art. 530 Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física	Pessoa Física	Os requerentes solicitam que os requeridos adquiram uma sorte de terras a ser desmembrada do lote da colônia Mourão.	Não consta.	Não consta.
28/11/1962	1208/62	Reintegração de Posse	Art. 343 e 344 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Goioerê - PR	O requerente vendeu ao requerido um automóvel pelo preço de Cr$ 937.000,00, a ser pago com entrada Cr$ 317.000,00 e o restante em 6 prestações, conforme contrato. Foi pago somente a entrada, ficando reservado à vendedora a propriedade do veículo, o qual só seria transferido ao suplicado mediante o pagamento integral. Requer-se que o veiculo seja apreendido e depositado judicialmente.	Houve pedido de desistência da ação.	10/12/1962
06/12/1962	1229/62	Executiva	Art. 298 e 299 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Ubiratã - PR	O requerente é credor do requerido da quantia de Cr$ 105.000,00. Pede-se o pagamento no prazo de 24 horas ou a penhora de bens.	Houve pedido de desistência da ação, em função de acordo entre as partes.	08/02/1963

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/12/1962	1236/62	Rescisória	Art. 675, 676 e 291 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerente vendeu o requerido um veículo pelo preço de Cr$ 250.000,00, a ser pago em 5 prestações representadas por 5 promissórias. O comprador não pagou nenhuma das prestações combinadas. O requerido transferiu o veiculo para terceiro, o que, ao final, culminou em acordo entre o requerente e o terceiro de boa fé.	Houve desistência da ação, sendo que as despesas processuais foram saldadas, estabelecendo um acordo entre o requerente e o terceiro.	13/01/1963
12/12/1962	1240/62	Executiva	Art. 298, XIII do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor; solteiro; Paraná d' Oeste - PR	Pessoa Física; brasileiro; comerciante de café; Paraná d' Oeste - PR	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 621.400,00, representada por um cheque protestado por falta de fundos e não pago. A quantia é oriunda da venda de 395 sacas de café. Requer-se então o sequestro de tantas sacas de café quanto sejam necessárias à garantia da dívida líquida.	Houve pedido de desistência da ação.	14/12/1962
14/12/1962	1245/62	Executiva de Penhor	Lei 492/37; Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; agricultor; brasileiro	O requerente, sociedade anônima de economia mista, abriu ao requerido um crédito fixo de Cr$ 163.950,00, aos juros de 6% ao ano e outras condições contratuais. O crédito destinou-se ao custeio da lavoura de 15 alqueires de milho. Foi constituído penhor agrícola sobre a colheita da lavoura do creditado. O devedor faltou ao cumprimento das obrigações assumidas, deixando de efetuar o pagamento devido no vencimento. Pede-se o sequestro dos bens penhorados.	Houve pedido de desistência da ação, em função de o requerido ter liquidado seu débito.	20/08/1965
14/12/1962	1246/62	Executiva de Penhor	Lei 492/37; Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	1) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; agricultora; casada; Campo Mourão - PR	A requerente, sociedade anônima de economia mista, abriu aos requeridos um crédito fixo de Cr$ 280.800,00, aos juros de 7% ao ano e outras condições contratuais. O crédito destinou-se ao custeio das lavouras de milho, algodão e arroz. Para a segurança, foi concedido penhor agrícola sobre as colheitas das lavouras dos creditados. Os devedores deixaram de efetuar o pagamento devido no vencimento, de modo que se requer o sequestro dos bens penhorados.	Houve pedido de desistência da ação, em função de os requeridos terem efetuado o pagamento integral do débito.	20/02/1963

Processos

1963

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/02/1963	116/63	Executiva	Art. 299 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; paraguaio; do comércio; solteiro	O requerente cita o devedor para quitar a dívida no valor de Cr$ 200.000,00.	Houve desistência da ação por parte do requerente e composição amigável.	17/06/1974
05/08/1963	485/63	Cobrança	Art. 291 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente propõe ação de cobrança contra requerida referente a duas duplicadas no valor de Cr$ 37.642,00 e Cr$ 57.740,00.	Extinta ação devido ao pagamento da dívida.	16/05/1964
06/08/1963	492/63	Executiva Hipotecária	Art. 826 da Lei 3.071/16; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Flora - PR	O suplicante, por sua Carteira de Crédito Agrícola e industrial e Agência de Campo Mourão, abriu ao suplicado e esposa um crédito fixo de Cr$ 255.000,00 aos juros de 7% ao ano, pagáveis em 3 prestações anuais e sucessivas (1961, 1962 e 1963). Para utilização do crédito aberto, foi construída em favor do Banco a hipoteca do imóvel pertencente aos executados. O executado efetuou pagamento de parte do valor da dívida, porém deve ao suplicante Cr$ 221.738,60 até 30/06/1963 (embutidos juros). Assim, a ação é para que paguem no prazo legal de 24 horas o valor do débito.	O requerido liquidou sua dívida para com o requerente.	15/01/1965
09/08/1963	503/63	Inscrição em Concurso	Art. 170 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; solteiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede inscrição para o concurso para provimento vitalício do cargo de escrivão de paz aberto pelo diário da justiça.	Solicitação concedida.	10/08/1963
12/08/1963	505/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar	Art. 422 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; solteiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é órfão dos pais e tem sob seus cuidados o irmão de 17 anos, desejando o auxílio do mesmo no trabalho que desempenha. Para não infringir as leis do trabalho, requer o alvará para que o menor possa trabalhar.	Expediu-se o competente alvará.	12/08/1963
13/08/1963	515/63	Executiva de Penhor	Lei 492/1937	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileira; agricultor; solteiro; Ubiratã - PR	O requerente cita o devedor para que efetue o pagamento da quantia de Cr$1.108.201,80.	Houve pagamento da dívida por parte do devedor.	16/12/1964
13/08/1963	516/63	Executiva Hipotecária	Art. 826 da Lei 3.071/16; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente cita o devedor para que efetue o pagamento de determinada quantia, ou que sejam hipotecados os bens descritos no processo.	Homologada por sentença a desistência.	19/05/1967
13/08/1963	521/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para o menor poder trabalhar.	Solicitação concedida.	13/08/1963
13/08/1963	523/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para o filho menor trabalhar de assistente em firma da comarca.	Solicitação concedida.	13/08/1963

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
13/08/1963	526/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita licença para que seu filho possa trabalhar.	Solicitação concedida.	13/08/1963
13/08/1963	527/63	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; servente da justiça; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavador; casado	O requerente é credor do requerido em Cr$ 65.500,00. Solicita que o requerido pague no período de 24 horas, sob pena de proceder a penhora. O requerido não se manifestou dentro do prazo legal. Penhorou-se o lote de terra do requerido. Firmou-se acordo entre o requerente e o avalista, quitando a dívida e pedindo desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	17/12/1963
21/08/1963	548/63	Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam	Art. 675 e 676, VI do Decreto-Lei 1.608/39	1) Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado; 2) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Os requerentes são legítimos proprietários de um lote de terras, no qual existem aproximadamente 90 árvores de pinho e outras madeiras de lei. O requerido promoveu a derrubada das madeiras industrializáveis, transportando-as para sua serraria. Com a Ação de Vistoria, pede-se que se apure e se comprove os prejuízos dos requerentes e a citação do requerido.	Não consta.	Não consta.
22/08/1963	551/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; marceneiro; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará para o filho menor de idade trabalhar em agência bancária.	Solicitação concedida.	14/10/1963
30/08/1963	555/63	Executiva Hipotecária	Art. 762 e 826 da Lei 3.071/16; Art. 298, VI do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; paraguaio; do comércio; solteiro; Campo Mourão - PR	A requerente forneceu mercadorias de acumuladores ao requerido, na quantia de Cr$ 1.000.000,00. O requerido deu como garantia, em escritura pública de dívida, obrigação e hipoteca à requerente: carta de uma data, uma casa residencial e uma embarcação de madeira. Ficou justo e contratado a obrigação do requerido liquidar a dívida em prestações, porém o requerido não se manifestou em liquidar sequer a primeira prestação. Assim, pede-se o prazo de 24 horas para pagamento da quantia devida, sob pena de proceder-se a penhora dos bens e de tantos quantos bastem para a solução da dívida e acessórios.	Houve composição amigável e o requerente desiste da ação.	23/05/1974
30/08/1963	557/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede licença para seu filho menor de idade trabalhar como assistente de refrigeração em comércio de autopeças.	Solicitação concedida.	14/10/1963
02/09/1963	558/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Em virtude de precisar de ajuda de seu filho menor, o requerente pede licença judicial para que este possa trabalhar.	Solicitação concedida.	14/10/1963

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
02/09/1963	559/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente tem em seus cuidados o neto, menor, cuja mãe encontra-se em lugar incerto, e necessita empregá-lo. Requer assim licença para o menor trabalhar em firma da comarca.	Solicitação concedida.	14/10/1963
04/09/1963	566/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para que o filho menor possa trabalhar como balconista em quitanda.	Solicitação concedida.	14/10/1963
13/09/1963	573/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita que seu filho possa trabalhar como servente em firma com sede na comarca.	Solicitação concedida.	14/10/1963
13/09/1963	574/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita licença para que seu filho possa trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	14/10/1963
18/09/1963	581/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita licença para sua sobrinha, menor, trabalhar como atendente em loja do comércio.	Solicitação concedida.	14/10/1963
30/09/1963	588/63	Notificação	Art. 720 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; médico; desquitado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente pede inscrição no concurso para provimento vitalício do cargo de escrivão de paz.	Homologada desistência da ação.	21/02/1973
08/10/1963	591/63	Inscrição em Concurso		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita chamada de concurso prestado.	Assume função estabelecida em concurso.	28/10/1963
10/10/1963	594/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede autorização para seu filho menor trabalhar como balconista em comércio.	Solicitação concedida.	14/10/1963
14/10/1963	595/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente pede autorização para seu filho menor de idade trabalhar em indústria.	Solicitação concedida.	14/10/1963
14/10/1963	600/63	Executiva	Art. 298, XIII do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido em Cr$ 1.097.000,00 mais juros, representados por notas promissórias. O requerente já esgotou todos os meios de fazer com que o requerido pague. Assim, requer o pagamento em 24 horas ou que nomeie bens a penhora.	Homologada desistência da ação.	19/11/1963

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
15/10/1963	610/63	Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam	Art. 675 e 676, VI do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita a presente ação uma vez que havia árvores plantadas em sua propriedade de terra: 53 árvores de pinho, 36 de peroba, 49 de canela, 31 de óleo pardo, 4 de marfim e 19 de cedro. O mesmo alega que as árvores foram derrubadas e transportadas para a serraria do requerido, sendo devidamente industrializadas. Assim, resultando na diminuição econômica do patrimônio do requerente e em patrimônio do requerido.	Não consta.	Não consta.
17/10/1963	619/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; solteiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede autorização para seu irmão menor de idade trabalhar em indústria de madeira.	Solicitação concedida.	17/10/1963
21/10/1963	621/63	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileiro; escrivã de paz; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pedido de licença de 15 dias para tratar de assuntos particulares.	Solicitação concedida.	28/10/1963
22/10/1963	624/63	Executiva		Pessoa Jurídica; japonês; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; industrial; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 154.984,00 representados por notas promissórias. Não conseguindo receber amigavelmente a dívida, requer pagamento em 24 horas sob pena de penhora.	Homologada por sentença a desistência da ação.	19/02/1964
25/10/1963	634/63	Reintegração de Posse	Art. 487, 497, 499 e 506 da Lei 3.071/16; Art. 371 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; operário; solteiro	Pessoa Física	O requerente é portador de um quiosque e um fogão econômico que emprestou à requerida por meio de comodato para que fizesse o uso e, inclusive, residisse no local por um período de seis meses. Passados os seis meses a requerida não se manifestou em cumprimento ao acordo. Todas as abordagens foram tentadas sem se obter resultados. Assim, é expedido mandado de reintegração de posse.	Homologada por sentença a desistência.	12/12/1963
30/10/1963	645/63	Justificação	Art. 35 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica	O requerente cobra do devedor o aluguel de firma comercial de nove meses atrasados, sendo que o valor mensal do aluguel resulta num valor de Cr$ 10.000,00.	A dívida foi extinta devido à quitação.	21/11/1963
07/11/1963	658/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente pede autorização para que seu filho menor de idade possa trabalhar em comércio.	Solicitação concedida.	07/11/1963
11/11/1963	668/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede autorização ao filho menor de idade para que este trabalhe como servente em indústria de madeira.	Solicitação concedida.	11/11/1963

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/11/1963	671/63	Executiva de Penhor	Lei 492/37	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente concedeu crédito sob penhor agrícola fixado em Cr$ 384.010,00 a juros de 7% ao ano, entre outros pactos, para custeio da lavoura de arroz e uma lavoura de milho. Vencido o contrato, o requerido não se pronunciou em pagar. Assim, requer o suplicante que seja pago o débito em 48 horas ou deposite bens apanhados. O devedor cumpriu com suas obrigações e o requerente pediu desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	25/02/1965
16/11/1963	675/63	Executiva	Art. 15 da Lei 2591 de 1912; Art. 298, XIII e 299 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; casada	Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Campo Mourão - PR	O requerido é credor do requerente por título de dívida líquida no valor de Cr$ 265.000,00, em forma de cheque, que não foi pago por falta de fundo. Apesar de ser constantemente avisado, o devedor não se manifestou em pagar. Assim, o credor requer pagamento em 24 horas ou que nomeie bens para penhora.	Homologada desistência da ação.	12/12/1963
18/11/1963	676/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica	O requerente pede autorização para o filho menor trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	18/11/1963
18/11/1963	677/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Polonês; casado	Pessoa Jurídica	O requerente pede autorização para o filho menor trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	18/11/1963
18/11/1963	678/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede permissão para o filho trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	18/11/1963
18/11/1963	679/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede permissão para o filho trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	18/11/1963
18/11/1963	680/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente pede autorização para seu filho menor trabalhar.	Solicitação concedida.	18/11/1963
18/11/1963	681/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede autorização para seu filho menor trabalhar como auxiliar no comércio.	Solicitação concedida.	18/11/1963
20/11/1963	687/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede autorização para seu filho menor trabalhar como servente em firma.	Solicitação concedida.	20/11/1963
21/11/1963	688/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica	O requerente pede autorização para seu filho menor trabalhar como servente em indústria.	Solicitação concedida.	21/11/1963

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/11/1963	690/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede autorização para seu filho menor trabalhar como servente em indústria.	Solicitação concedida.	22/11/1963
22/11/1963	691/63	Reintegração de Posse	Art. 159 da Lei 3.071/16; Art. 371 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; safrista	O requerente e sua mulher são proprietários de um lote de terras, situado na Colônia Muquilão, que foi invadido no mês de setembro de 1962 pelo requerido e alguns empregados, os quais passaram a plantar milho e construir. Pela lei descrita, o réu é obrigado a restituir os requerentes. Assim, os requerentes exigem a reintegração de posse e prejuízos gerados. O réu apresenta-se como pessoa violenta, fazendo ameaças e em dia de audiência portava uma arma em sua cintura. Após audiência com presença das partes e de testemunhas, foi determinado mandado de reintegração de posse.	As partes entraram em acordo, solicitando-se desistência da ação.	05/02/1964
22/11/1963	693/63	Executiva	Art. 298, XIII e XII do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; operário; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; safrista	O requerente é credor do requerido da quantia de Cr$ 169.200,00, representada por nota promissória. O primeiro já esgotou todos os meios no sentido de fazer o devedor pagar seu débito. Assim, requer o pagamento em 24 horas ou que nomeie bens a penhora. Foi nomeado como penhora uma lavoura de milho da propriedade do executado, correspondente a 150 sacas. Foi feito acordo onde o executado pagou o valor que devia e custas processuais.	As partes entraram em acordo, solicitando-se desistência da ação.	12/12/1963
26/11/1963	696/63	Executiva	Art. 298, 299 e 301 do Decreto-Lei 1.608/39; Art. 49 do Decreto 2.044/08	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerido é credor de um terceiro da quantia de Cr$ 100.000,00, avaliado pelo requerente e vencido sem qualquer manifestação do requerido. Solicita-se que o requerido pague o débito dentro de 24 horas ou que nomeie bens a penhora. O pagamento foi procedido e o requerente pediu desistência da ação.	O requerido liquidou sua dívida para com o requerente, sendo solicitada a desistência da ação.	05/02/1964
29/11/1963	707/63	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita justiça gratuita para mover ação contra o proprietário da fazenda em que trabalha.	Solicitação concedida.	29/11/1963
29/11/1963	721/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará para o filho menor trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	29/11/1963
13/12/1963	730/63	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	O requerente é proprietário de uma sala comercial que loca por meio de contrato verbal. Nove meses depois da locação o requerido desocupou o espaço sem ter pago as obrigações, apesar de avisos ao requerente. Assim, solicita-se pagamento em 24 horas, sob pena de penhora de bens.	Não consta.	Não consta.

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/12/1963	733/63	Alvará	Art. 386 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Roncador - PR	Pessoa Jurídica	O requerente tem em nome de seu filho menor uma Carta de Data a qual sua esposa deixou em inventário. Contudo, o bem vem trazendo apenas despesas. Assim, quer vender a propriedade a um interessado que apresentou excelente proposta. Para tanto, requer alvará para vender a propriedade que se encontra em nome do filho.	Solicitação concedida.	23/12/1963
16/12/1963	734/63	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita permissão para filho trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	16/12/1963

Processos

1964

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
02/01/1964	02/64	Busca e Apreensão	Art. 675, II do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; costureira; solteira	Pessoa Física; brasileiro	A requerente solicita busca e apreensão de veículo alugado ao requerido por 15 dias por Cr$ 5.000,00 o dia, tendo sido devolvido apenas 3 meses depois. Tendo que pagar o valor correspondente aos meses, o requerido propôs a compra do carro, o que foi aceito pela requerente. No ato, o requerido pagou Cr$ 500.000,00, alegando que o resto seria pago em 10 dias. O requerido mudou-se sem deixar qualquer satisfação à suplicante e sem cumprir com o acordo. Alega ainda a defesa da suplicante, ter o requerido aproveitado de seu baixo grau de instrução, por não ter formado qualquer compromisso além do verbal. O veículo foi apreendido.	Homologada desistência da ação.	14/06/1965
17/01/1964	09/64	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; Campo Mourão - PR	O requerente solicita recebimento das notas promissórias no valor de Cr$ 38.000,00. Como não houve pagamento, procedeu-se a penhora de um lote. A importância foi paga via acordo amigável.	Homologada desistência da ação.	09/02/1965
23/01/1964	17/64	Executiva	Art. 298, XIII do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; engenheiro civil; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido pela quantia líquida de Cr$ 43.800,00, representada por cheque emitido sem provisão de fundos. Esgotados os meios suasórios de fazer com que o devedor pague, exige-se que o mesmo cumpra com seu débito ou nomeie bens a penhora.	Homologado auto de pagamento, para que surta os devidos efeitos de decreto e proceda-se o levantamento da penhora.	17/10/1966
24/01/1964	18/64	Notificação	Art. 720 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente pede execução do contrato de compra e venda estabelecido com o requerido, devido à inadimplência do mesmo.	Proferida sentença pelo Juiz indicando que o devedor pague sua dívida periodicamente.	28/02/1964
28/01/1964	19/64	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Mariluz - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de Cr$ 70.000,00. Esgotados os meios amigáveis de receber a dívida, solicita-se o pagamento da importância em 24 horas ou que sejam penhorados os bens encontrados. Após receber o pagamento da importância, pede-se desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	04/03/1964
30/01/1964	23/64	Executiva	Art. 50 da Lei 2.044/08; Art. 298, XIII do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Pinhelão do Oeste - PR	O requerente foi avalista do requerido em nota promissória. O título teve seu vencimento e o requerido não realizou o pagamento, tendo então o avalista efetuado o mesmo. Depois de tentar reaver a importância paga sem êxitos, o requerente (avalista) solicita por meio desta ação executiva o pagamento da quantia de Cr$ 200.000,00 ou que nomeie bens a penhora.	Homologada desistência da ação.	21/09/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/01/1964	24/64	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente foi avalista no valor de Cr$ 100.000,00, tendo efetuado o pagamento ao credor. Pede-se que o executado pague esse valor ao requerente, que lhe é devido por direito.	Houve composição amigável entre as partes.	11/02/1966
30/01/1964	25/64	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Nova Cantu - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão – PR	O requerente solicita cobrança de dívida vencida, representada por nota promissória.	Homologada desistência da ação.	11/06/1965
03/02/1964	26/64	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente exercia a função de motorista, cumprindo com seus deveres, mostrando ser uma pessoa idônea. Declara que sofreu um acidente entre veículos quando estava a trabalho, acidente esse que não teve culpa. Após o acidente, foi demitido sem que reconhecessem seus direitos, os quais requer judicialmente. Em audiência, foi feito acordo entre as partes.	Houve acordo entre as partes.	07/04/1964
03/02/1964	27/64	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente exercia a função de motorista na firma, mostrando ser bom profissional, cumprindo sempre com seu dever. Ao requerente, foi solicitada transferência e esse declarou não ser favorável. O reclamante foi demitido sem receber seus direitos, os quais requer judicialmente. Em audiência, a requerida alegou não ter demitido o reclamante e que se esse quisesse poderia voltar ao trabalho, porém nas condições oferecidas pela empresa. O requerente concordou.	Houve acordo entre as partes.	14/02/1964
03/02/1964	28/64	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido. Foram inúteis as tentativas de receber a dívida, vindo assim solicitar o recebimento da importância, mais juros e honorários processuais. Houve acordo entre as partes.	Homologada desistência da ação.	28/04/1964
03/02/1964	30/64	Executiva de Penhor	Lei 492/37	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Roncador - PR	O requerente abriu ao requerido uma carteira de crédito agrícola, a ser paga em três prestações, para a aquisição e instalação de um alambique. Para tanto, foi penhorada a colheita agrícola de hortelã. O requerido faltou ao cumprimento das ações acordadas e não pagou pelo seu débito. O requerente exige o pagamento ou a penhora dos bens. Tendo recebido o valor do débito, pediu desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	16/12/1964
04/02/1964	34/64	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Quinta do Sol - PR	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado; Campo Mourão - PR	O requerente trabalhou por 10 anos para o requerido. O requerente foi despedido e vem solicitar pagamento ou indenização, férias, 13° salário e aviso prévio, já que nunca firmou contrato algum de trabalho.	Após paga a dívida, houve pedido de desistência do processo.	28/03/1964

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/02/1964	37/64	Sequestro	Art. 458 e 683 do Decreto-Lei 1.608/39	1) Pessoa Física; brasileiro; secretário da justiça; casado; Peabiru - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Peabiru - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	Os requerentes são proprietários de lotes de terra, adquiridos do governo do estado. Alegam que a firma requerida invadiu a área de posse dos requerentes e extraiu todas as árvores de pinhos, a fim de transportá-las para serraria da mesma empresa. Exposto os fatos, os proprietários vêm requerer o sequestro de toda a madeira que lhes é de direito. As partes entraram em composição amigável e os requerentes pediram desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	19/02/1964
07/02/1964	39/64	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor por nota promissória vencida há dois anos e da qual o requerido é avalista. O requerente tentou de forma amigável receber seu crédito junto aos devedores, sem sucesso. Assim solicita pagamento da dívida sob pena de penhora dos bens. O devedor quitou a dívida em 16/03/64, sendo assim solicitada desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	25/03/1964
07/02/1964	41/64	Consignação em Pagamento	Art. 972 e 973 da Lei 3.071/16; Art. 324 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente alugou uma casa do requerido mediante acordo verbal. O vencimento do aluguel dava-se todo dia 30. Conforme combinado, o requerente deseja pagar a quantia do mês de janeiro (1964), mas o requerido se recusa a receber. Dessa forma, solicita-se que o recebimento seja feito em cartório, resguardado de seus direitos. Foi realizado acordo entre as partes.	Homologada desistência da ação.	11/03/1964
07/02/1964	42/64	Consignação em Pagamento	Art. 972 e 973 da Lei 3.071/16; Art. 314 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Mamborê - PR	O requerente alugou por acordo verbal, por prazo indeterminado, uma casa cujo vencimento do aluguel seria no dia 30 de cada mês. O requerido, visando pretexto para rescindir o contrato de locação e com o intuito de majorar abusivamente o valor combinado, recusa-se a receber o último aluguel. Dessa forma, o requerente solicita que o requerido receba em cartório a quantia combinada. Houve acordo entre as partes.	Homologada desistência da ação.	11/03/1964
13/02/1964	44/64	Notificação	Art. 720 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	Os requerentes são sócios de uma compra, vencida, e benefício de café em um montante de 60% do capital. A firma encontrava-se em época de entressafra e safra com a possibilidade de retirada de mais um sócio. Os requerentes desejam notificar o requerido, para que seja rigorosamente cumprida a vontade dos requerentes de que só sejam movimentados documentos, inclusive cheques, que levem as assinaturas do sócio-gerente e a do sócio quotista.	Homologada por sentença a notificação.	11/03/1964

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/02/1964	46/64	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Iretama - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro	O requerente é credor do requerido de Cr$ 550.000,00, representados por nota promissória vencida em 30/01/64, sem ter sido efetuado pagamento. Solicita-se o pagamento em 24 horas ou que nomeie bens a penhora. Foi penhorado o lote nº 58 da gleba nº 8 da Colônia Muquilão, e todas as benfeitorias existentes. O devedor pagou o montante da dívida e o requerente pediu desistência da ação.	Foi solicitada desistência da ação e baixa da penhora.	14/02/1966
15/02/1964	51/64	Tutela	Art. 406 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do lar; viúva	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente solicita tutela de 4 netos que ficaram órfãos de pai e mãe. Os 4 menores possuem bens no valor de Cr$ 120.000,00 depositados em seus nomes.	Tutela concedida.	05/03/1964
18/02/1964	56/64	Cominatória	Art. 302 e 303 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Roncador - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Roncador - PR	O requerente comprou, por contrato particular, 10 alqueires de terras lavradias pelo preço de Cr$ 100.000,00 pagos no ato. Ficou pendente a escritura, a ser emitida tão logo fosse concluído o inventário dos bens deixado pelos pais do requerido. Contudo, terminado o inventário, o requerente não recebeu a parte acertada. Requer assim a outorga da escritura e depoimento pessoal dos réus sobre motivo da não entrega da escritura. A escritura foi concedida e pediu-se desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	10/02/1965
18/02/1964	57/64	Consignação em Pagamento	Art. 972 da Lei 3.071/16; Art. 314 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do lar; Peabiru - PR	A requerida recusa-se a receber a importância de Cr$ 24.000,00 correspondente a 12 meses de aluguel do prédio de sua propriedade. Foi estabelecido acordo amigável, sendo as custas processuais pagas pela requerida.	Homologada desistência da ação.	22/10/1964
19/02/1964	59/64	Reclamação Trabalhista	Lei 4.214/63	Pessoa Física; casado; lavrador	1) Pessoa Física; casado; lavrador; 2) Pessoa Física; casado; lavrador; 3) Pessoa Física; solteiro; lavrador	Os requerentes solicitam receber direitos trabalhistas, não pagos.	No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	17/10/1964
20/02/1964	65/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita autorização para o menor trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	20/02/1964
20/02/1964	66/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho com 16 anos trabalhar.	Solicitação concedida.	20/02/1964
20/02/1964	67/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita autorização para o filho menor, trabalhar.	Solicitação concedida.	20/02/1964

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
20/02/1964	68/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; espanhol; construtor; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 16 anos trabalhar como auxiliar de escritório.	Solicitação concedida.	20/02/1964
21/02/1964	70/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 16 anos trabalhar.	Solicitação concedida.	21/02/1964
24/02/1964	75/64	Rescisória	Art. 344 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente vendeu ao requerido uma geladeira, a ser paga em prestações mensais. A aquisição não foi paga, sendo assim solicitada a apreensão da geladeira. A geladeira foi apreendida.	Homologada desistência da ação.	30/04/1964
24/02/1964	77/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 17 anos trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	24/02/1964
24/02/1964	78/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho com 15 anos trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	24/02/1964
25/02/1964	80/64	Cobrança		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor do requerido de cédula rural garantida por sacos de café. O requerente já esgotou todos os meios amigáveis para fazer com que o devedor o pague, sem sucesso. Solicita, assim, o sequestro de bens para quitação da dívida. O requerido quitou a dívida e os demais encargos gerados.	Homologada desistência da ação.	23/04/1964
26/02/1964	83/64	Alvará	Art. 387 e 1.132 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; proprietário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita alvará para alienar um lote de terra a um de seus descendentes, devendo os demais descendentes concordar com tal alienação.	Solicitação concedida.	10/02/1965
26/02/1964	84/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 15 anos trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	26/02/1964
26/02/1964	85/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho com 17 anos trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	26/02/1964
27/02/1964	86/64	Pedido de Nomeação de Escrevente Juramentado	Lei 4.739/63	Pessoa Física; brasileiro; escrivão de paz; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	Solicita-se encaminhamento para nomeação de funcionária no cargo de escrevente juramentada, já que passou em concurso para tal função.	Houve devolução do processo, pois a candidata não tem 21 anos completos como exige a lei.	06/05/1964

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
27/02/1964	88/64	Executiva de Penhor	Lei 422/37	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor do requerido sob pena agrícola para custeio de lavoura de hortelã, aquisição de um alambique e construção de casas no imóvel. Como garantia hipotecária, ficou estabelecido penhor agrícola sobre parte da lavoura de hortelã. Os requeridos não cumpriram com suas obrigações e, esgotado o prazo para a quitação do débito, o requerente solicita sequestro dos bens. Foi executado penhora dos bens e liquidado o débito.	Homologada desistência da ação.	21/09/1965
28/02/1964	90/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 15 anos trabalhar como cobrador.	Solicitação concedida.	28/02/1964
28/02/1964	91/64	Homologação	Art. 52 do Decreto-Lei 7.063/44		Casado	Solicita-se Homologação Judicial de termo acordado entre as partes, referente a acidente de trabalho que sofreu o funcionário da empregadora. A requerida pagou, a título de indenização, a importância de Cr$ 325.000,00 ao funcionário.	Homologação judicial concedida.	28/02/1964
28/02/1964	92/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o menor de 16 anos, seu filho, trabalhar como servente em serraria.	Solicitação concedida.	28/02/1964
02/03/1964	95/64	Executiva	Art. 298, XIII do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Ubiratã - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor do requerido por nota promissória que venceu e não foi creditada, mesmo tendo sido realizadas tentativas amigáveis em vida. O requerente solicita receber o que lhe é de direito por meio de ação executiva. Houve composição amigável.	Homologada desistência da ação.	11/04/1964
04/03/1964	102/64	Sequestro		Pessoa Física; brasileiro; costureira; casada	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	A requerente, juntamente com seu marido, adquiriu um lote de terra no qual trabalhou e realizou benfeitorias. Com o passar do tempo, o marido da requerente a deixou e passou a viver com outra mulher, fazendo uma simulação de venda forjada do lote que lhes era comum. Solicita-se, assim, o sequestro dos documentos da venda mais o lote que lhe é de direito. Houve composição amigável.	Homologada desistência da ação.	12/04/1965
05/03/1964	108/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; solteiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para trabalhar como ajudante receber e despachantes de madeira.	Solicitação concedida.	16/03/1964
07/03/1964	115/64	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita alvará para vender terrenos improdutivos, deixado pela falecida esposa, por meio de inventário, aos filhos menores de idade.	Alvará concedido.	30/04/1964

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/03/1964	117/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro naturalizado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho menor trabalhar.	Solicitação concedida.	09/03/1964
09/03/1964	118/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho menor trabalhar.	Solicitação concedida.	09/03/1964
09/03/1964	119/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho menor trabalhar.	Solicitação concedida.	09/03/1964
09/03/1964	120/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; viúva	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 14 anos trabalhar como servente em serraria.	Solicitação concedida.	09/03/1964
09/03/1964	121/64	Reivindicatória	Art. 524 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; casado; Londrina - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Os requerentes são proprietários de lotes de terra que estão sendo ocupados pelo requerido de forma indevida e precária. Vêm requerer seus direitos sobre os lotes de sua propriedade.	Homologada desistência do feito, sendo o processo arquivado.	14/04/1965
09/03/1964	122/64	Reintegração de Posse		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	O requerente vendeu ao requerido um ponto comercial de açougue, com vários equipamentos. O requerido não cumpriu com o contrato. O requerente solicita rescisão do contrato para recuperar os equipamentos. Em primeira sentença, foi determinada notificação contra o requerido e, posteriormente, feito acordo entre as partes.	Homologada desistência da ação.	30/04/1964
10/03/1964	128/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho menor trabalhar.	Solicitação concedida.	10/03/1964
11/03/1964	132/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; prendas domésticas; casada	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para menor, com 14 anos, trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	11/03/1964
11/03/1964	133/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para menor, com 16 anos, trabalhar como office-boy.	Solicitação concedida.	11/03/1964
12/03/1964	135/64	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; operário especializado; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Apucarana - PR	O requerente firmou contrato de trabalho com o requerido por seis meses. A fim de realizar o trabalho acordado, contratou três empregados para auxiliá-lo. O requerido entrou em desacordo com sócio e pediu rescisão do contrato unilateralmente, ou seja, sem consenso das partes. Tendo sido prejudicado, o requerente solicita os direitos que lhe garantiam o contrato. Em audiência, as partes entraram em acordo.	Houve acordo entre as partes.	15/04/1964

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
13/03/1964	138/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho menor trabalhar.	Solicitação concedida.	14/03/1964
14/03/1964	137/64	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; solteiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente é herdeiro de uma quantia em dinheiro, depositada em banco. Requer alvará para que a importância seja retirada do banco.	Solicitação concedida.	25/03/1964
16/03/1964	139/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita licença para seu filho de 15 anos trabalhar em empresa do bairro em que reside.	Solicitação concedida.	16/03/1964
16/03/1964	142/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 15 anos trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	16/03/1964
17/03/1964	151/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho com 17 anos trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	17/03/1964
20/03/1964	152/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 15 anos trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	20/03/1964
20/03/1964	154/64	Pedido de Nomeação de Escrevente Juramentado		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	Solicita-se nomeação para exercer funções de Escrevente Juramentado.	O requerente foi nomeado à função.	19/05/1964
20/03/1964	155/64	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; carpinteiro; solteiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita alvará para que possa levantar junto ao banco quantia que se encontra depositada em nome de terceiro.	Solicitação concedida.	21/03/1964
20/03/1964	156/64	Cobrança	Art. 19 do Decreto-Lei 1.608/39; Lei 3.253/57	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido de dívida representada por cédula rural pignoratícia, já vencida. O requerido não efetuou pagamento de seu débito e o credor requer judicialmente o recebimento e penhora dos bens.	Homologada desistência da ação.	31/03/1965
20/03/1964	157/64	Cobrança	Art. 19 do Decreto-Lei 1.608/39; Lei 3.253/57	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido de cédula rural pignoratícia, garantida por café e coco. O requerido não efetuou pagamento de seu débito e o credor requer judicialmente o recebimento e penhora dos bens. Foi feito acordo entre as partes.	Extinta a ação.	06/03/1965
21/03/1964	160/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	A indústria oferece vagas de emprego para menores entre 14 e 18 anos, que sejam parentes de seus funcionários.	Solicitação concedida.	21/03/1964

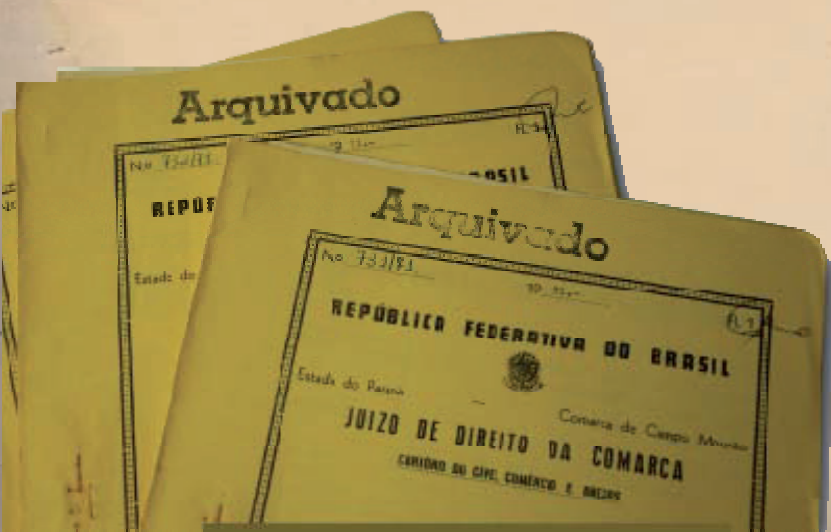
Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/03/1964	161/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho com 16 anos trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	23/03/1964
24/03/1964	163/64	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente, sendo viúva e mãe de 7 filhos menores, tem por herança, deixada pelo falecido marido, certa importância em dinheiro, depositada em banco. Requer alvará para que possa retirar a importância que lhe é de direito.	Solicitação concedida.	24/03/1964
25/03/1964	168/64	Arresto	Art. 675, 676 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Alto Alegre - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido de importância representada por nota promissória, já vencida, tendo sido efetivadas todas as alternativas de fazê-lo pagar, sem sucesso. O requerido vem se dispondo de seus bens e não é encontrado na cidade, o que dificulta a cobrança. O requerente é informado de que certo lote está desonerado junto ao banco, faltando apenas baixa no cartório para que seja liberado. Solicita, assim, o arresto do imóvel diante da situação eminente de insolência do devedor. O arresto foi permitido. Houve composição amigável.	Homologada desistência da ação.	30/04/1965
31/03/1964	173/64	Impugnação	Art. 2 do Decreto-Lei 58/37; Art. 2 do Decreto-Lei 3.079/38; Art. 345 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente fez pedido de registro de imóvel (loteamento). Houve por terceiros impugnação do pedido, alegando eles serem os proprietários do lote em questão e comprovando os documentos apresentados pela requerente. Houve composição amigável.	Homologada desistência da ação.	20/03/1967
01/04/1964	174/64	Declaratória	Art. 98 e 147 do Decreto-Lei 1.608/39; Lei 2.044/08	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente vendeu um imóvel rural a terceiro. Durante a venda, o requerido acompanhou o comprador até o imóvel a fim de mostrá-lo, contudo sem a autorização do requerente. Após a venda, o requerido quis receber comissão e corretagem. O requerente procurou acertar de maneira amigável, dando ao requerido parte do dinheiro, mas não a quantia exigida. O requerido passou a ameaçá-lo de morte para que desse mais dinheiro. Amedrontado pelas ameaças, o requerente assinou nota promissória. Assim, requer a anulação da nota. Houve composição amigável.	Homologada desistência da ação.	13/05/1964
02/04/1964	176/64	Desapropriação		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente deseja utilizar área dos requeridos em sua obra e alega tais datas já serem de domínio público por lei. Requer mandado de desocupação das datas. Foi concedida emissão provisória. Houve composição amigável entre as partes.	Homologada desistência da ação.	14/07/1966

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/04/1964	180/64	Arresto	Art. 683 e 685 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; paraguaio; do comércio; casado	A requerente é credora do requerido. Quando da tentativa de receber do devedor, soube-se que o mesmo voltara para o Paraguai levando parte das mercadorias consigo, e ainda que o único bem do devedor é o comércio (propriedade). Solicita, assim, mandado de arresto para todos os bens penhoráveis do devedor para garantia da dívida. O mandado foi expedido e houve acordo entre as partes.	Homologada desistência da ação.	07/05/1964
08/04/1964	184/64	Sequestro	Art. 675, 682 e 684 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; São José do Rio Preto - SP	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente arrendou seu lote rural ao requerido, mediante contrato, pelo prazo de uma safra de cereais e, como pagamento, foi convencionado 25% de toda a safra. Não tendo o suplicado cumprido o acordo na colheita das primeiras safras, vem o requerente solicitar, como medida preventiva, a decretação de sequestro da safra. O sequestro foi deferido. Houve composição amigável.	Homologada desistência da ação.	15/06/1964
08/04/1964	186/64	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado; Luiziana – PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita os direitos assegurados pela lei trabalhista e que não lhe eram concedidos.	Houve acordo entre as partes.	29/04/1964
10/04/1964	188/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho com 14 anos trabalhar.	Solicitação concedida.	10/04/1964
10/04/1964	189/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho menor trabalhar.	Solicitação concedida.	10/04/1964
13/04/1964	193/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho com 17 anos trabalhar.	Solicitação concedida.	13/04/1964
13/04/1964	194/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 15 anos trabalhar.	Solicitação concedida.	13/04/1964
14/04/1964	196/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 14 anos trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	14/04/1964
14/04/1964	197/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho com 15 anos trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	14/04/1964
15/04/1964	201/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho com 14 anos trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	15/04/1964

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
16/04/1964	205/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita alvará para menor trabalhar.	Solicitação concedida.	16/04/1964
17/04/1964	207/64	Manutenção de Posse	Art. 499 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente solicita impedimento a turbação de posse, provando ser o proprietário do imóvel.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	11/06/1973
20/04/1964	209/64	Indenização	Art. 159, 1.518 e 1.532 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente era proprietário de um lote rural, no qual havia árvores de espécies diversas. O requerido procedeu a derrubada das árvores para transportá-las para sua serraria. Solicita-se assim indenização referente às árvores cortadas.	Foi paga indenização ao requerido no valor correspondente ao de uma chácara.	03/06/1965
23/04/1964	210/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 14 anos trabalhar.	Solicitação concedida.	23/04/1964
23/04/1964	211/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 15 anos trabalhar.	Solicitação concedida.	23/04/1964
23/04/1964	212/64	Arresto	Art.676 e 683, 681 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	O requerente é credor do requerido da quantia representada por nota promissória, que não foi paga em sua totalidade, e o devedor se nega a pagar o que falta. Solicita-se, assim, o arreste de um veículo do devedor para garantia do recebimento. Houve composição amigável.	Homologada desistência da ação.	26/05/1964
24/04/1964	215/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 16 anos trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	24/04/1964
24/04/1964	216/64	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barreiro das Frutas – PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	Solicita-se que o requerente seja nomeado tutor do menor abandonado pelo pai.	Solicitação concedida.	24/04/1964
28/04/1964	224/64	Executiva	Art. 298, XIII do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido por nota promissória já vencida. Como não conseguiu receber a importância, requer citar o requerido em ação executiva para cobrança. O requerido propôs como pagamento os bens penhorados, firmando-se acordo entre as partes.	Homologada desistência da ação.	09/09/1965
28/04/1964	225/64	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; funcionário público; casado	O requerente é credor do requerido por nota promissória vencida e que não foi paga mesmo com tentativas amigáveis de cobrança. Solicita-se, assim, citar em ação executiva para cobrança do saldo credor do requerente.	Homologada desistência da ação.	18/05/1964

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/04/1964	226/64	Executiva	Art. 298, XIII do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido por nota promissória já vencida e não paga. Como não conseguiu receber amigavelmente, cita-se em ação executiva para cobrança do crédito. Foi indicado, pelo requerido, lote para penhora. As partes entraram em acordo, representado pela emissão de 2 cheques do requerido em favor do requerente, solicitando-se, assim, desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	29/03/1965
02/05/1964	232/64	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileira; do comércio; casada; Mamborê - PR	O requerente é credor da requerida de importância representada por duplicata vencida. Alega o requerente que a requerida sempre se recusou a efetuar o pagamento. Solicita-se, assim, o pagamento da importância ou penhora de bens em mesmo valor. Houve composição amigável.	Homologada desistência da ação.	12/04/1965
04/05/1964	234/64	Alvará	Art. 367 e 345 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; do lar; viúva; Nova Cantu – PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	Solicita-se alvará para vender o imóvel que encontra-se em nome do filho menor.	Não consta.	Não consta.
04/05/1964	235/64	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica; brasileiro	Solicita-se alvará para vender propriedade deixada em inventário para a filha menor de idade.	Solicitação concedida.	14/05/1964
11/05/1964	238/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 16 anos trabalhar como servente.	Solicitação concedida.	11/05/1964
11/05/1964	240/64	Interdito Proibitório	Art. 377 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física	Pessoa Jurídica; solteiro	O requerente é legítimo dono de determinado imóvel, o prefeito porém, por motivos políticos, quer esbulhar seu imóvel, abrindo estradas em suas cercas.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	25/08/1964
12/05/1964	242/64	Alvará	Art. 429 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente adquiriu lote de terras que utiliza para a cultura de cereais. Para a produção agrícola, solicita a determinado banco a concessão de crédito agrícola, que para tanto necessita hipoteca do imóvel. Como o imóvel está em nome do filho menor, solicita alvará para que possa hipotecá-lo.	Solicitação concedida.	15/05/1964
20/05/1964	273/64	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor do requerido de importância representada por notas promissórias já vencidas, sem a quitação mesmo após tentativas amigáveis. Requer o pagamento ou nomeação de bens a penhora. Houve composição amigável entre as partes.	Homologação de acordo e desistência da ação.	11/02/1966

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
20/05/1964	274/64	Sequestro	Art. 675, II do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; casado	O requerido deve ao credor e está se desfazendo de seus bens para que torne infrutifera a ação de execução proposta contra este. Devido a tais circunstâncias, pede o requerente que sequestre uma geladeira, de propriedade da firma devedora.	Houve composição amigável entre as partes.	05/04/1965
27/05/1964	289/64	Alvará	Art. 429 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente adquiriu, em nome de seu filho menor, um lote de terras que utiliza para a cultura de cereais. Solicita alvará para que possa hipotecá-lo a fim de obter concessão de crédito para a produção agrícola.	Solicitação concedida.	30/05/1964
30/05/1964	295/64	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; funcionário público estadual; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do executado no valor de Cr$ 150.000,00.	Houve desistência da ação e composição amigável entre as partes.	31/08/1965
03/06/1964	299/64	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido por nota promissória já vencida e não recebida mesmo com tentativas amigáveis. Requer pagamento ou nomeação de bens a penhora. Foi nomeada a penhora de lotes rurais. O requerido foi condenado ao pagamento ou todas as custas. As custas foram pagas e pediu-se desistência.	Homologada desistência da ação.	11/11/1965
10/06/1964	309/64	Executiva	Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; dentista; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; viúvo	O requerente pede que o devedor pague a importância de Cr$ 260.000,00.	Houve composição amigável entre as partes.	18/09/1964
18/06/1964	318/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 16 anos trabalhar.	Solicitação concedida.	18/06/1964
22/06/1964	326/64	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor do requerido por duplicata e, apesar de tentar todos os meios possíveis, não recebeu a importância. Houve composição amigável das partes.	Homologação do acordo e desistência da ação.	05/04/1965
24/06/1964	328/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; sargento da Polícia	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para seu filho menor trabalhar.	Solicitação concedida.	26/06/1964
15/07/1964	353/64	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido. A quantia creditada não foi paga.	Homologada por sentença a desistência da ação.	12/10/1964
17/08/1964	387/64	Alvará	Art. 386 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita alvará para vender propriedade deixada pelo falecido marido, em inventário, em nome dos filhos menores.	Solicitação concedida.	24/04/1965

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/08/1964	397/64	Executiva	Art. 15 do Decreto 2.591/12; Art. 298 e 299 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; vereador	O requerente é credor do requerido. A quantia creditada não foi paga. Houve composição amigável entre as partes.	Homologada desistência da ação.	04/02/1965
19/08/1964	398/64	Executiva	Art. 15 do Decreto 2.591/12; Art. 298 e 299 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; vereador	Os requerentes são credores do requerido por cheque não pago. Solicita a penhora dos bens para garantia de pagamento do débito. Houve composição amigável entre as partes.	Homologada desistência da ação.	04/02/1965
22/08/1964	409/64	Executiva	Art. 15 do Decreto 2.591/12; Art. 298 e 299 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido por cheque não pago. Solicita pagamento ou penhora de bens. Houve composição amigável.	Homologada desistência da ação.	05/11/1964
28/08/1964	420/64	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor de quantia representada por nota promissória não paga. Requer a penhora de imóveis do requerido. Houve pedido de desistência.	Homologada desistência da ação.	29/01/1965
28/08/1964	422/64	Executiva	Art. 298, XIII do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; pecuarista; casado	Pessoa Física; casado	O requerente pede que o requerido pague a dívida de Cr$ 157.800,00.	Homologada desistência, uma vez que não houve licitante na venda.	05/08/1968
02/09/1964	432/64	Arresto	Art. 675 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor da importância de Cr$ 600.000,00.	Foi marcada nova audiência para resolver tal litígio.	03/09/1964
09/09/1964	440/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 15 anos trabalhar.	Solicitação concedida.	09/09/1964
09/09/1964	441/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho de 16 anos trabalhar.	Solicitação concedida.	10/09/1964
10/09/1964	451/64	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor da importância de Cr$ 600.000,00.	Houve composição amigável entre as partes.	03/08/1965
12/09/1964	457/64	Executiva	Art. 22 da Lei 187/36; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor do requerido por duplicatas não pagas. Solicita penhora dos bens do executado. O pagamento foi realizado e pediu-se desistência.	Homologada desistência da ação.	28/09/1964
14/09/1964	458/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o filho menor trabalhar.	Solicitação concedida.	14/09/1964

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/09/1964	486/64	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro; funcionário público; casado	O requerente é avalista de nota promissória que não foi saldada pelo suplicado. Após pagamento das formalidades, pediu-se desistência.	Homologada desistência da ação.	03/11/1964
01/10/1964	497/64	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para o menor trabalhar.	Solicitação concedida.	05/10/1964
03/10/1964	499/64	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física	Pessoa Física	Solicita pagamento de salário de aviso prévio, férias e outros direitos não recebidos.	Homologada por sentença a desistência.	03/11/1964

Processos

1965

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/01/1965	14/65	Justificação	Art. 87 do Decreto 4.857/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Tendo falecido na cidade de Maringá, o filho do requerente foi sepultado na cidade de Mamborê, sem, no entanto, ter sido providenciada a retirada do atestado de óbito em Maringá. Decorrido algum tempo, o requerente necessita do documento e veio a saber que só o conseguia através de pedido ao Juiz de Direito.	Solicitação deferida.	30/01/1965
21/01/1965	21/65	Notificação	Art. 720 do Decreto-Lei 1.608/39 e Art. 11 da Lei 4.494/64	Casado	Casado	O requerente solicita notificação imputada ao requerido para desocupar imóvel comercial, pertencente ao requerente. A locação se deu de forma verbal e por tempo indeterminado. O requerente necessita das salas para instalar um escritório comercial.	Homologada sentença.	20/03/1965
04/02/1965	39/65	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 170.000,00 representada por uma nota promissória. Pede-se a citação do devedor sob pena de lhe serem penhorados os bens.	Pede-se a desistência da ação tendo em vista o pagamento do débito.	25/02/1965
06/02/1965	47/65	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica; Campo Mourão – PR	O requerente solicita férias.	Solicitação concedida.	06/02/1965
10/02/1965	54/65	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	31/03/1965
11/02/1965	57/65	Arresto	Art. 675, 676, 683 e 685 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 275.000,00. O devedor, com visível intuito de fugir ao pagamento, vendeu todos os seus bens, exceto pequena quantidade de cereais e objetos outros de pequeno valor, que estão para ser transportados em caminhão por ele fretado, segundo noticias do motorista do veículo, para São Paulo. Assim, pede-se o arresto dos bens acima qualificados, diante da incesta separação de seu crédito.	Houve desistência da ação.	03/04/1965
11/02/1965	58/65	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; estudante; solteiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente foi emancipado por seus pais por meio de escritura pública, e possui depósito no banco na importância de Cr$ 1.100.000. Pede-se alvará para que o requerente possa retirar do banco a aludida importância.	Alvará expedido.	12/02/1965
15/02/1965	62/65	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39; Art.15 da Lei 2.591/12	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 930.000, representados por um chegue, sem suficiente provisão de fundos. Pede-se a citação do devedor, podendo lhe ser penhorados os bens que lhe pertencem.	Solicitada desistência da ação tendo em vista o pagamento do débito.	12/04/1965

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
17/02/1965	68/65	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; operário; solteiro; Roncador - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente presta serviços à requerida desde Fevereiro/1964, não tendo recebido 13º salário, nem férias e, completado um ano, foi despedido sem justa causa. Requer-se a citação da requerida para pagar o "quantum" devido, sendo de Cr$ 317.540,00.	Solicitada desistência da ação.	11/03/1965
17/02/1965	69/65	Cobrança	Art. 2, 19 e 22 da Lei 3.253/57	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Tuneiras do Oeste - PR	O requerente é credor do requerido de cédula pignoratícia no valor de Cr$ 1.600.000,00 aos juros de 10% ao ano e outras condições, tendo como garantia 1.000 sacas de café. Embora o requerido não tenha pago a cédula, o mesmo vendeu o café apanhados ao banco. Pede-se a citação do devedor e sequestro dos bens apanhados e vendidos, ou a penhora de bens bastantes à satisfação do débito global.	Solicitada desistência da ação tendo em vista o pagamento da dívida.	09/05/1965
17/02/1965	70/65	Cobrança	Lei 3.253/57	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido de cédula rural pignoratícia no valor de Cr$ 1.280.000,00 aos juros de 10% ao ano e outras condições, tendo como garantia 800 sacas de café. A dita cédula foi vencida e não paga pelo devedor. Pede-se a citação do requerido, sob pena de sequestro dos bens penhorados ou a penhora de bens bastantes à satisfação o débito global.	O requerido liquidou seu débito.	05/09/1966
24/02/1965	84/65	Reivindicatória	Art. 524 da Lei 3.071/16	1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Roncador - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; prendas domésticas; casada; Roncador - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Os requerentes adquiriram um lote de terras com área de 658.000 m². O imóvel vem sendo ocupado indevidamente, sem título que justifique, pelos requeridos. Os requerentes solicitam reaver o terreno, pedindo citação dos requeridos, dando-se a condenação a restituírem o imóvel.	Houve composição amigável, sem necessidade de audiência.	23/03/1965
24/02/1965	91/65	Busca e Apreensão	Art. 8 da Lei 3.071/16	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Londrina - PR	A requerente vendeu ao requerido um automóvel, 1964, pela importância de Cr$ 2.863.000,00, tendo no ato da compra e venda aceito uma duplicata não paga pelo requerido. O mesmo já informou dois ou mais domicílios para dificultar a cobrança. Requer-se a expedição de Carta Precatória para Londrina, solicitando busca e apreensão do veículo.	Tendo localizado o requerido, firmou-se declaração em que o mesmo abre mão de seus direitos em favor do requerente.	01/04/1965
10/03/1965	117/65	Notificação	Lei 1.300/50	Casado	Casado	O requerente pede ação de despejo por motivo de reforma em seu prédio, para maior capacidade de utilização.	Notificação homologada.	09/04/1965

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/03/1965	120/65	Executiva	Art. 298 da Lei 3.071/16; Art. 7 do Decreto 2.591/12	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado; São Paulo - SP	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 405.000,00. Não sendo possível receber seu crédito pelos meios amigáveis, nem mesmo com o arresto efetivado sobre bens do devedor, requer-se confirmar a penhora sobre os bens arrestados.	Houve composição amigável entre as partes.	22/03/1965
15/03/1965	123/65	Alvará	Art. 380 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva; Juranda - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente, representando seus dois filhos menores, vem expor que os bens de seu falecido esposo foram inventariados e partilhados e os mesmos receberam um lote de terras com exploração de ramos de café e lavouras em geral. Esse lote necessita de benfeitorias e investimentos, de modo que a viúva e filhos pretendem adquirir empréstimo agrícola pelo Banco.	Alvará concedido.	25/08/1965
18/03/1965	124/65	Alvará	Art. 636 e 637 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo; Pinhalão D'Oeste - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é pai adotivo de 3 menores de idade, tendo adquirido para suas filhas duas chácaras. Embora já tenha conseguido a escritura dos imóveis, ficou a dever aproximadamente Cr$ 150.000,00 a terceiros. Já com 69 anos, viúvo e homem honesto, sente-se na obrigação moral de requerer alvará para a venda de apenas 1 alqueire de terra para cobrir a dívida.	Alvará concedido.	05/07/1965
20/03/1965	165/65	Arresto	Art. 676, 681 e 683 da Lei 3.071/16	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	A firma requerente é credora da firma requerida da importância de Cr$ 369.828,00. A firma devedora nega-se efetuar o valor sob infundadas alegações, pretendendo seus sócios transferirem seu domicílio para São Paulo, tendo, para tanto, já vendido todos os bens existentes nesta praça. A transferência está marcada para 21/03/1965. Diante do exposto, pede-se arresto do veículo, único bem ainda não alienado de que a requerente tem conhecimento, para garantia do crédito do requerente.	Houve composição amigável entre as partes. Requer-se que seja feita a entregado veículo arrestado e que seja homologado o acordo por sentença.	12/04/1965
24/03/1965	190/65	Executiva	Art. 676, 681 e 683 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 273.000 representada por uma nota promissória. Pede-se a citação do devedor sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável entre as partes.	26/03/1965
30/03/1965	213/65	Alvará	Art. 9 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O pai da requerente faleceu devido a um acidente de trabalho e a mesma recebeu uma indenização por seguro no valor de Cr$ 288.000,00. Na ocasião a requerente era menor e incapaz, entretanto sua incapacidade foi cessada em virtude de seu casamento. A mesma deseja fazer uso da importância, evitando que sofra os efeitos da desvalorização da moeda.	Alvará concedido.	22/04/1965

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/03/1965	216/65	Executiva	Art. 298 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; contador; casado; Terra Boa - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 200.000,00, representados por duas notas promissórias. Pede-se a citação do devedor sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável.	17/08/1971
30/03/1965	217/65	Executiva	Art. 298 da Lei 3.071/16	Do comércio; casado; Peabiru - PR	Pessoa Física; engenheiro; casado	O requerente é credor do requerido de dívida representada por duas notas promissórias. Pede-se a citação do devedor sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável.	22/04/1965
30/03/1965	219/65	Executiva		Pessoa Física; português; do comércio; casado	Pessoa Física; português; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 260.217,00 representada por 6 cheques devolvidos por falta de fundos. Pede-se a citação do devedor sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável, com a quitação do principal e acessórios pelo requerido.	20/05/1965
03/04/1965	227/65	Manutenção de Posse	Art. 371 e 499 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Roncador - PR	Há aproximadamente 30 anos, o requerente se estabeleceu com sua família em determinado lote, possuindo cultura habitual e criação de porcos. Somente em 1960 o mesmo conseguiu documentar-se das terras com "cessão de direitos". O requerido se diz proprietário do lote em questão e vem turbando a posse do requerente, além de estar roçando suas terras. Pede-se que o requerido seja notificado de cessar qualquer turbação, sob pena de multa.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	26/02/1973
05/04/1965	230/65	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O filho e a enteada do requerente são proprietários de lote com área de 497,00 m². A enteada está prestes a contrair matrimônio e necessita vender o lote para cobrir suas despesas. O filho do requerente é menor impúbere, de modo que o requerente solicita alvará para dispor da meação pertencente ao menor.	Alvará concedido.	17/05/1965
05/04/1965	233/65	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; Jordânia; do comércio; casado	O requerente é proprietário de imóvel que foi locado ao requerido, porém o mesmo ocupou o lugar usado como comércio e não mais desocupou. O requerente solicitou que o local fosse desocupado para que ele amplie seu negócio.	O requerido foi notificado por não ter cumprido os acordos, podendo ser executado e ser despejado.	01/12/1965
05/04/1965	236/65	Executiva	Art. 298 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; engenheiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 640.000,00 representados por 8 notas promissórias já protestadas. Pede-se a citação do devedor, podendo ser efetuada a penhora de seus bens.	Houve composição amigável entre as partes, tendo sido solicitada desistência e que expedido mandado para a liberação dos bens penhorados.	13/03/1967

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/04/1965	240/65	Executiva de Penhor	Lei 492/37	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Ubiratã - PR	O requerente abriu ao requerido um crédito agrícola de Cr$ 406.000,00 destinados ao custeio das lavouras de algodão, milho, feijão, com juros de 7% ao ano e outras condições contratuais. O requerido usou o crédito, mas não liquidou o débito. Requer-se o pagamento do débito ou o sequestro dos bens, ressaltando a aplicação das penas civis e criminais que se tornam cabíveis, inclusive a prisão do devedor.	Solicitada desistência da ação, em tendo em vista o pagamento do débito.	08/10/1965
20/04/1965	249/65	Cobrança	Art. 59 e 60 do Decreto 18.809/45; Art. 291 da Lei 3.071/16; Art. 60 da Lei 5.316/67	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Mamborê - PR	A requerente entrou com ação para reaver a importância correspondente a fatura de ajustamento da apólice de Seguro de Acidente do Trabalho. Por obrigação contratual, a autora é compelida no vencimento da apólice a fazer ajustamento do prêmio do seguro.	Extinta a ação tendo em vista o pagamento do débito.	09/10/1965
30/04/1965	260/65	Alvará	Art. 386 da Lei 3.071/16	1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; 2) Pessoa Física; brasileira; prendas domésticas; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Os requerentes pretendem vender o imóvel sobre o qual existe uma pequena casa em péssimas condições e com o progresso da cidade a incidência dos impostos é cada vez maior. Os requerentes pretendem adquirir um lote rural em Tuneiras D'Oeste para o cultivo de cereais, e solicitam alvará para a venda do imóvel, uma vez que dois dos proprietários são menores.	Alvará concedido.	01/06/1965
03/05/1965	264/65	Cobrança	Art. 298 da Lei 3.071/16	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido da importância Cr$ 88.510,00 representados por duplicatas já protestadas. Requer-se a citação do devedor, podendo efetuar-se a penhora de seus bens.	Houve composição amigável entre as partes.	24/11/1965
04/05/1965	270/65	Executiva	Art. 298 da Lei 3.071/16	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 216.200,00 representada por uma duplicata já protestada. Requer-se a citação do devedor, podendo ser efetuada a penhora de bens.	Solicitado arquivamento da ação, tendo em vista o pagamento da importância pelo requerido.	23/07/1967
05/05/1965	271/65	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é tutor de 3 menores, seus netos. Na partilhados bens dos menores, coube a cada um a quantia de Cr$ 275.612,00 que se encontram depositados no banco. O requerente solicita investir tais importâncias em bens imóveis, uma vez que o dinheiro no banco não produz fruto compensador, pelo contrário, desvaloriza-se sistematicamente. Pede-se alvará para o levantamento da importância.	Alvará concedido.	10/05/1965

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
10/05/1965	287/65	Alimentos	Lei 968/49	Pessoa Física; brasileiro; agrimensor; casado; Iretama - PR	Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	A requerente e o requerido estão em separação desde agosto de 1964, ocasião em que nasceu a quinta filha do casal. Os outros 4 filhos estão em poder da avó paterna em Apucarana. A criança em questão está sob o cuidado da requerente, ficando a cargo do requerido a assistência financeira. Para tanto, a requerente solicita que seja fixada pensão mensal de Cr$ 40.000,00.	Foi acordado o pagamento de pensão mensal de Cr$ 40.000,00 à requerente.	24/05/1965
11/05/1965	289/65	Despejo	Art. 11 da Lei 4.494/64	1) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; 2) Pessoa Física; brasileira; prendas domésticas; casada	Pessoa Física; brasileiro; cirurgião dentista; casado	Os requerentes deram ao requerido, em locação verbal e por tempo indeterminado, duas salas de imóvel de propriedade dos requerentes. Os requerentes necessitam das salas para instalação de um escritório comercial. O requerido já foi notificado e não tomou nenhuma providência.	Houve desistência da ação.	28/05/1965
12/05/1965	290/65	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Londrina – PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 524.000,00. Pede-se a citação do devedor, podendo efetuar-se a penhora de seus bens.	Homologado acordo amigável entre as partes.	22/10/1965
20/05/1965	292/65	Executiva	Art. 298 e 299 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Rodeiro - MG	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 900.000,00 representados por uma nota promissória. Pede-se a citação do devedor, podendo ser efetuada a penhora de seus bens.	Houve desistência da ação em função de composição amigável.	22/03/1966
20/05/1965	293/65	Executiva	Art. 298 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; japonês; lavrador; Barboza Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 6.000,00, representado por chegue sem fundo. Pede-se a citação do devedor e penhora de tantos bens quantos bastem.	Solicitada desistência da ação tendo em vista o pagamento da dívida.	26/09/1965
20/05/1965	294/65	Despejo	Lei 4.494/64	Pessoa Física; brasileiro; dentista; casado	Pessoa Jurídica	O requerente locou ao requerido um barracão de madeira de sua propriedade, utilizado pelo requerido como oficina mecânica e agência de automóveis, sendo o aluguel fixado em Cr$ 30.000,00. O requerido não efetuou o pagamento do mês de Abril/1965. Transcorridos mais de 15 dias da data do pagamento, pede-se o despejo. O requerido responde que a razão primordial desta ação abusiva decorre da intenção do requerente em retomar o imóvel, mas afirma estar disposto a liquidar o mês de abril e mais, mediante recibos, para não ser novamente prejudicado pelo locatário.	Extinta a ação tendo em vista o pagamento do débito.	15/07/1965
20/05/1965	296/65	Executiva	Art. 298 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; motorista; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 2.000.000,00 representados por notas promissórias, devidamente protestadas e não pagas. Requer-se o pagamento da dívida ou que sejam penhorados tantos bens quantos bastem.	Houve composição amigável e desistência da ação.	21/05/1966

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
31/05/1965	308/65	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; Mamborê - PR	Movida ação a fim de reaver direitos trabalhistas não cumpridos na demissão.	Homologado por sentença o acordo pactuado pelas partes.	23/09/1965
04/06/1965	317/65	Alvará	Art. 4 do Decreto 1.060/50	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente é casada no regime de comunhão de bens. Teve que fugir do lar, pois seu esposo tentou contra sua integridade física. A mesma não possui recursos para custear uma ação de desquite, bem como medida de sequestro dos bens do casal, e pede os benefícios da justiça gratuita.	Benefício concedido.	04/06/1965
11/06/1965	334/65	Executiva	Art. 298 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado; Bandeirantes - PR	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 500.000,00 representada por cheque. O requerente, a fim de garantir seu crédito, uma vez que o devedor saiu desta cidade e não ofereceu garantias de pagamento, viu-se na contingência de impetrar medida preventiva de arresto.	Houve acordo amigável, tendo o requerido se comprometido a saldar seu débito.	15/07/1965
26/06/1965	338/65	Executiva Hipotecária	Art. 826 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Jurídica	O requerente é proprietário de um lote com benfeitorias, locado para a firma requerida, pelas inscrições hipotecárias. Após o tempo determinado, o requerido não quitou a dívida de Cr$ 3.410.000,00 podendo ir à penhora seus bens.	Homologada desistência da ação.	06/10/1966
26/06/1965	340/65	Responsabilidade	Art. 159 e 291 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	O requerente possui um lote com pinheiros. O requerido, dono de uma serraria, retirou as árvores do lote sem autorização, cometendo ato ilícito. O requerente solicita que o mesmo acerte os prejuízos morais e financeiros.	Enviada notificação ao requerido.	26/06/1965
26/06/1965	342/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; Industriário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará de licença para que seu filho menor de idade possa trabalhar como aprendiz.	Alvará concedido.	28/06/1965
26/06/1965	343/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; carpinteiro; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará de licença para que seu filho menor de idade possa trabalhar como aprendiz.	Alvará concedido.	30/06/1965
28/06/1965	352/65	Despejo		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente alega a falta de pagamento do aluguel, de responsabilidade do requerido, referente a 2 meses em atraso, executando assim ação de despejo.	Solicitada desistência da ação, em tendo em vista o pagamento do débito.	12/07/1965
28/06/1965	353/65	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor da quantia de Cr$ 525.000,00, representada por nota promissória, já vencida e não paga.	Homologada desistência da ação.	20/12/1966

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
05/07/1965	364/65	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor da importância de Cr$ 2.738.480,00, representada por três notas promissórias já vencidas e não pagas.	Homologada desistência da ação, tendo havido penhora de bens e o pagamento da dívida.	27/03/1967
07/07/1965	365/65	Indenização	Art. 159 e 1.521 da Lei 3.071/16		Pessoa Jurídica; casado	O requerente pede indenização, uma vez que levou seu automóvel numa mecânica que não solucionou o problema de seu automóvel, acarretando prejuízos no valor de Cr$ 700.000,00 com serviços prestados sem que o problema fosse solucionado.	Extinto o processo por desinteresse do requerente.	12/11/1965
09/07/1965	370/65	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor da importância de Cr$ 500.000,00 representada por notas promissórias, vencidas e não pagas.	Homologada desistência da ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1967
12/07/1965	373/65	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	O requerido é devedor da importância de Cr$ 119.000,00, representada por notas promissórias já vencidas e não pagas.	Homologada desistência da ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	05/08/1965
12/07/1965	374/65	Alvará		Pessoa Física; brasileira; prendas domésticas; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente, representando suas filhas menores de idade, herdeiras dos bens deixados pelo falecido pai, solicita autorização para a venda dos bens para um financiamento agrícola.	Alvará concedido.	22/07/1965
15/07/1965	381/65	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro	O requerido é devedor da importância de Cr$ 130.000,00, representada por nota promissória já vencida e não paga.	Homologada desistência da ação, em função de composição amigável.	16/11/1965
19/07/1965	385/65	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerido é devedor da importância de Cr$ 88.000,00 em nota promissória, já vencida e não paga.	Homologada desistência da ação, em função de acordo entre as partes.	27/07/1965
22/07/1965	389/65	Despejo	Art. 720 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; jordanês; do comércio; casado	Após ter sido notificado a desocupar o local e não tendo o cumprido, o requerido terá que desocupá-lo por uma ação de despejo movida contra o mesmo.	A ação de despejo movida contra o requerido não foi finalizada.	22/07/1965
26/07/1965	400/65	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 4 do Decreto 1.060/50		Casado	A requerente foi abandonada pelo seu marido e tem necessidade de propor ação para anular o registro feito e para reclamar, cumulativamente, os alimentos devidos, além de responsabilizar penalmente o requerido pelas falsas declarações que prestou. A requerente não possui recurso para custear a ação, solicitando assim assistência judiciária.	Assistência Judiciária concedida.	26/07/1965
28/07/1965	404/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	30/07/1965

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/08/1965	421/65	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita uma autorização para que possa ser efetuado o saque de importância que seu filho (já falecido) deixou. Não há ninguém que possua o consentimento para a retirada, e o requerente pede a importância para investir em seus netos (órfãos).	Autorização concedida.	13/08/1965
13/08/1965	425/65	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro	O requerido é devedor da importância de Cr$ 150.000,00 representada em nota promissória vencida e não paga.	Houve acordo amigável e pagamento da dívida.	28/04/1969
20/08/1965	436/65	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário de justiça; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente vem solicitar férias regulamentares.	Solicitação concedida.	20/08/1965
23/08/1965	437/65	Justificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente comprou direitos sobre um lote. Ao vender seus direitos, seu estado civil nos autos está intitulado como solteiro, havendo assim oposição.	Homologada desistência da ação.	16/11/1965
25/08/1965	441/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará para que seu filho menor possa trabalhar como servente.	Alvará concedido.	26/08/1965
25/08/1965	442/65	Anulação		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	Após feita uma sociedade, parte dos bens estava sob o poder do requerido, bem como a escritura de uma data. Apesar da terra ser da firma, o requerido vendeu a um terceiro. O requerente vem solicitar a anulação da escritura por se tratar de mais de um dono.	Homologada desistência da ação.	10/09/1965
26/08/1965	444/65	Alvará		Pessoa Física; brasileira	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente é inventariante dos bens deixados por seu finado marido, e solicita autorização para que possa sacar o valor em dinheiro no banco em que foi depositado.	Autorização concedida.	15/09/1965
17/09/1965	431/65	Notificação		Pessoa Física	Pessoa Física	Solicita-se notificação para que o requerido deixe imóvel dentro de prazo legal, para que assim o requerente possa fazer as alterações solicitadas pela prefeitura.	Notificação concedida.	16/11/1965
22/09/1965	497/65	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	1) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; 2) Pessoa Física; brasileira; casada	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Após uma compra os requerentes combinaram com o requerido as forma de pagamento, porém o requerido não cumpriu com o combinado, ficando devendo para os requerentes.	Homologada desistência da ação, tendo sido penhorados bens do requerido.	04/03/1966

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/09/1965	510/65	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita licença para que possa tirar 15 dias para tratar de assuntos particulares de ordem imperiosa.	Alvará concedido.	27/09/1965
09/10/1965	514/65	Arresto		Pessoa Física	Pessoa Física	Solicita Arresto.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	04/03/1966
11/10/1965	517/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita autorização judicial para que seu filho menor de 17 anos possa trabalhar como servente.	Autorização concedida.	25/10/1965
13/10/1965	520/65	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerido é devedor da importância de Cr$ 200.000,00, representada promissória, já vencida e não paga.	Homologada desistência da ação, tendo em vista o pagamento.	08/11/1965
13/10/1965	524/65	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita uma autorização para que sejam vendidos os bens de seus filhos menores, pois não lhe geram lucro, e ainda geram despesas.	Alvará concedido.	10/11/1965
16/10/1965	530/65	Embargos de Terceiros	Art. 707 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro	O requerente comprou um veículo que, após um período, foi vendido para um terceiro. Este teve o veículo apreendido, afirmando que o automóvel era do requerente para não assumir as consequências.	Homologada desistência da ação, tendo em vista o pagamento.	16/11/1965
16/10/1965	532/65	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para que possa realizar a venda da metade de um terreno que está gerando despesas. A data se encontra em nome de seus filhos menores de idade.	Alvará concedido.	06/12/1965
23/10/1965	541/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita um alvará para que seu filho menor possa trabalhar como servente.	Alvará concedido.	12/11/1965
25/10/1965	543/65	Despejo		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerido recusa-se a ajustar novo valor de aluguel.	Julgada extinta a ação, em função de acordo entre as partes.	18/11/1965
26/10/1965	546/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	12/11/1965
28/10/1965	548/65	Embargos de Terceiros	Art. 707 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro	O requente, como prevenção, pediu o arresto do veículo, pois o documento cedido por terceiro comprova que o veículo é do requerente, tendo assim a permissão de embargar o arresto feito.	Solicitada desistência da ação, em função de composição amigável.	04/03/1966

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/10/1965	558/65	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor da importância de Cr$ 63.000,00 representada em notas promissórias, vencidas e não pagas.	Homologada desistência da ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	01/12/1965
09/11/1965	571/65	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; solteira	O requerido é devedor da importância de Cr$ 1.000.000,00 representada por cheque.	Homologada desistência da ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	04/03/1966
10/11/1965	573/65	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador e pecuarista; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita uma autorização para a realização de construções no terreno que está no nome de sua filha menor de idade.	Alvará concedido.	10/12/1965
10/11/1965	578/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Campo Mourão - PR	O requente solicita alvará para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	10/11/1965
11/11/1965	581/65	Executiva de Penhor		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; ex-agricultor; casado	O Banco requerente executou abertura de crédito para custeio de lavoura, mediante penhor agrícola. Todavia, o requerido não cumpriu o acordo combinado, sendo solucionado o penhor agrícola.	Homologada desistência da ação, em função de composição amigável.	11/12/1967
11/11/1965	582/65	Executiva de Penhor		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor e do comércio; casado	O Banco requerente executou abertura de crédito para custeio de lavoura, mediante penhor agrícola. Todavia, o requerido não cumpriu o acordo combinado, sendo solucionado o penhor agrícola.	Homologada desistência da ação, em função de composição amigável.	16/04/1968
12/11/1965	584/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita um alvará para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	19/11/1965
26/11/1965	593/65	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	Pessoa Física; brasileiros; do comércio; casados	O requerido é devedor da importância de Cr$ 1.500.000,00, representada por notas promissórias vencidas e não pagas.	Homologada desistência da ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	23/08/1967
01/12/1965	600/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; laminador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará para que seu filho menor possa trabalhar.	Autorização concedida.	06/12/1965
06/12/1965	606/65	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; engenheiro; casado	O requerido é devedor da importância de Cr$ 163.900,00, representados por cheque já vencido e não pago.	Homologada desistência da ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	22/12/1966
06/12/1965	607/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará para que seu filho menor possa trabalhar.	Autorização concedida.	09/12/1965
07/12/1965	609/65	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	07/12/1965

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
10/12/1965	614/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	04/03/1966
14/12/1965	617/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	14/12/1965
15/12/1965	619/65	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	15/12/1965
15/12/1965	620/65	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é proprietário de um imóvel, que se faz alugado para ser utilizado como Hotel. O inquilino fez construções e mudanças não permitidas no contrato. Não sendo cumprido o combinado, o requerente solicita o despejo do mesmo.	Solicitada desistência da ação.	03/06/1966
20/12/1965	625/65	Executiva	Art.298 e 299 do Decreto-Lei 1.608/39	Casado	Casado	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 220.000,00.	Solicitada desistência da ação.	17/12/1966
21/12/1965	629/65	Pedido de Férias	Art. 233 do Decreto-Lei 1.608/39; Art. 221 da Lei 4.667/62	Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará de 30 dias de férias.	Alvará concedido.	21/12/1965
22/12/1965	633/65	Pedido de Férias	Art. 233 do Decreto-Lei 1.608/39; Art. 221 da Lei 4.667/62	Pessoa Física	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará de 30 dias de férias.	Alvará concedido.	22/12/1965
29/12/1965	640/65	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerido é devedor da importância de Cr$ 500.000,00 ao requerente, representada em nota promissória, vencida e não paga.	Houve composição amigável entre as partes, solicitando-se homologação do pedido.	02/02/1966

Processos

1966

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
05/01/1966	03/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	07/01/1966
17/01/1966	14/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	05/02/1966
20/01/1966	18/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	05/02/1966
25/01/1966	23/66	Notificação	Art. 28, 720, 1.196 e 1.209 do Decreto-Lei 1.068/39; Lei 4.864/65	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; advogado; casado	Solicita-se o pagamento e desocupação do requerido da sala em questão, descrevendo-se os bens que posteriormente serão penhorados para o acerto da dívida.	Houve penhora de bens para pagamento da dívida.	02/05/1966
27/01/1966	29/66	Alvará	Art. 143 do Decreto-Lei 1.068/39; Lei 46/46; Lei 5/65	Pessoa Física; brasileiro; fotógrafo; viúvo	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Por herança da mãe, já falecida, os filhos do requerente possuem uma casa. O requerente solicita autorização para venda, pois alega ser de renda muito baixa e os menores já entraram na idade escolar. Assim, todo o dinheiro da venda do imóvel seria revertida para o estudo dos menores.	Alvará concedido.	12/02/1966
29/01/1966	36/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado; operário	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Autorização concedida.	05/02/1966
29/01/1966	37/66	Justificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente quer o registro civil do óbito de seu pai, que faleceu sem assistência médica na cidade de Luiziania, onde também foi sepultado.	Solicitação atendida independente de pagamento de custas.	16/02/1966
01/02/1966	40/66	Arresto	Art. 675, 676, 681 e 683 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	Pessoa Física; do comércio; casado	O requerente busca promover uma medida preventiva de arresto sobre o requerido, devedor de Cr$ 600.000,00. O requerido, de péssimos antecedentes, fechou as portas de seu estabelecimento vendendo e escondendo seus bens, tendo ainda desaparecido da cidade. A fim de conseguir o pagamento, o requerente pede para que os bens do requerido, que se encontram no nome de sua esposa, sejam incluídos no processo para o pagamento da dívida, assim como as custas judiciais e extrajudiciais, advocatícias, juros moratórios e demais combinações legais. Registrados os bens do requerido, homologou-se a desistência, havendo acordo amigável para ambas as partes, contendo prazo de pagamento.	Houve desistência da ação e composição amigável entre as partes.	23/01/1967

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
01/02/1966	43/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	05/02/1966
01/02/1966	44/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	03/02/1966
05/02/1966	46/66	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; mecânico	O requerente solicita notificação para que não ocorra venda pela procedência criminosa.	Notificação concedida.	11/02/1966
05/02/1966	48/66	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Os filhos do primeiro casamento da requerente ficaram com pequena terra deixada em cláusula pelo falecido pai. Os requerentes pedem a venda dessa terra, ao alegar não aproveitamento e gerador de gastos.	Alvará concedido.	24/03/1966
07/02/1966	49/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	10/02/1966
08/02/1966	50/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	10/02/1966
08/02/1966	51/66	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a tutela de sua irmã menor, cujos pais são falecidos, para que esta possa consolidar núpcias.	Tutela concedida.	09/02/1966
15/02/1966	65/66	Despejo	Decreto-Lei 94/66	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; português; do comércio; casado	O requerido nega-se a pagar o aluguel de valor Cr$ 35.000,00 e não aceita o pagamento nem entre mãos amigáveis. Se a conta não for paga, o requerente terá todas as despesas em seu nome.	Homologado acordo amigável entre as partes.	30/03/1966
15/02/1966	66/66	Executiva	Art. 677 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Após o prazo de pagamento não cumprido, o requerente procura seus direitos, pedindo que os bens do requerido venham a ser penhorados para o pagamento de sua dívida no valor de Cr$ 600.000,00. Após acordo amigável, a dívida foi encerrada com o pagamento da mesma.	A dívida foi paga.	23/01/1967
25/02/1966	70/66	Executiva	Art. 298 e 299 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; casado; funcionário público; casado	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	O requerido é devedor de Cr$ 1.573.000,00, sendo a metade paga pelo seu avalista e o restante ainda estando pendente. Houve assim a penhora de seus bens.	Solicitada desistência da ação após penhora dos bens e pagamento da dívida.	25/02/1966
05/03/1966	82/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Autorização concedida.	09/03/1966

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
05/03/1966	83/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	12/03/1966
05/03/1966	84/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Autorização concedida.	09/03/1966
09/03/1966	91/66	Reclamação Trabalhista	Art. 487 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente fora contratado pela empresa requerida como motorista de caminhões, embora em sua carteira de trabalho conste como “Servente”. O requerente foi despedido no dia 01/03 do ano em curso, ultimamente recebendo o salário mínimo. Assim, tem direito a receber o “aviso prévio” e a indenização pelo tempo de serviço prestado. Os proprietários da empresa requerida devem comparecer em juízo no dia e hora designada, sob pena dos fatos.	Homologada por sentença a desistência da ação e liberação da carteira profissional do requerente.	04/07/1973
12/03/1966	96/66	Consignação em Pagamento	Art. 974 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro	O requerente tem relação locatícia com o requerido. Sem querer receber os dois últimos meses vencidos do aluguel combinado sem motivos plausíveis, ainda notificou para que o requerente desocupasse o prédio em 30 dias, sob pena de pagar Cr$ 100.000,00 mensais.	Homologada desistência da ação tendo em vista o pagamento da dívida.	01/06/1966
12/03/1966	98/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Autorização concedida.	23/03/1966
14/03/1966	100/66	Executiva	Art. 298 e 937 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerido se nega a quitar a dívida feita na firma requerente, no valor de Cr$ 190.000,00. A empresa requerente, após tentar receber por meios amigáveis e não obtendo bons resultados, buscou seus direitos por meios Jurídicos.	Houve acordo entre as partes e pagamento da dívida.	30/03/1966
15/03/1966	102/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	A firma do requerente é credora da importância de Cr$ 4.207.600,00 representada por títulos de créditos. Tentou receber de todas as formas amigáveis (sem sucesso). Para que o devedor não consuma com os itens de seu comércio, foram confiscados para evitar prejuízos futuros.	Homologada desistência da ação.	25/03/1966
17/03/1966	104/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; português; do comércio	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Após o requerente tentar por diversas vezes receber do requerido, de forma amigável, a quantia de Cr$ 800.000,00 e não ter tido sucesso, decide cobrá-lo judicialmente. Após penhorar seus bens o requerido pagou o valor descrito.	A dívida foi paga após penhora de bens.	30/08/1967

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
17/03/1966	106/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor da importância de Cr$ 100.000,00. A dívida foi vencida e não foi recebida, tendo o requerido tentado todas as formas de cobrança.	Homologada desistência da ação.	21/03/1966
17/03/1966	112/66	Executiva Hipotecária	Art. 826 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Os requeridos são devedores do requerente, e haviam dado determinado imóvel como garantia. O requerente solicita a hipoteca para quitação da dívida.	Homologado por sentença o pedido de desistência, tendo em vista o pagamento da dívida.	09/09/1966
21/03/1966	114/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerido se nega a pagar por meios amigáveis a importância de Cr$ 453.000,00 ao requerente, que apela para a intervenção judicial.	A dívida foi paga após penhora de bens.	05/07/1966
25/03/1966	122/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	A requerente deseja receber a quantia de Cr$ 5.600.000,00, que o requerido se nega a pagar por meios amigáveis, tendo assim que exigir seus direitos judicialmente.	A dívida foi paga, sem necessidade de penhora de bens.	06/04/1966
25/03/1966	123/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Física; brasileiro; casado	A requerente é credora da importância de Cr$ 300.000,00 representada por uma nota promissória já vencida. Todos os meios foram feitos para receber amigavelmente a quantia. O requerido deve pagar a quantia em 24 horas com juros, custas e honorários do advogado. Se não houver o pagamento, 20% de seus bens serão penhorados	Homologado por sentença a desistência da ação em função de acordo entre as partes.	12/04/1973
29/03/1966	129/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Autorização concedida.	06/04/1966
22/04/1966	166/66	Executiva	Art. 298, 923 e 930 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; construtor; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido se disponibilizou a ser avalista e a dívida não foi paga, de modo que o requerente solicita que o acerto seja feito em 24 horas, ou que se efetue a penhora dos bens. O requerido fez a penhora de seus bens, e assim quitou as dívidas.	A dívida foi paga após penhora de bens.	01/08/1966
06/05/1966	184/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Autorização concedida.	07/05/1966
06/05/1966	185/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Autorização concedida.	06/05/1966
07/05/1966	189/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização judicial para que seu filho possa trabalhar em firma.	Autorização concedida.	07/05/1966

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/05/1966	191/66	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; viúvo	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é pai dos menores de idade, que possuem Cr$ 750.000,00 cada, guardados no banco. O requerente, para evitar desvalorização da moeda, deseja pegar o dinheiro e investir em uma casa.	Alvará concedido.	02/06/1966
23/05/1966	201/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor de Cr$ 260.000,00. Sendo paga toda quantia de forma amigável, foi desnecessária a continuação do processo.	A dívida foi paga de forma amigável.	21/06/1966
25/05/1966	208/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é credor de Cr$ 305.000,00, não pagos por meios amigáveis. Foi paga a quantia determinada e encerrou-se o processo.	A dívida foi paga.	27/06/1966
27/05/1966	210/66	Executiva	Art. 298 e 963 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor de Cr$ 415.000,00 ao requerente. Após a penhora de seus bens, o requerido quitou a dívida em questão.	A dívida foi paga após penhora de bens.	02/08/1968
02/06/1966	223/66	Busca e Apreensão	Art. 676 e 683 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	O requerente pede a apreensão de seu veículo (Caminhão Ford), que se encontra em poder do requerido, o qual se nega a fazer a devolução, sem motivos justificáveis, além de se utilizar o bem causando sérios danos.	Houve devolução do automóvel.	13/04/1971
03/06/1966	226/66	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a tutela de menor, órfão, para que o mesmo tenha o consentimento para se casar.	Tutela concedida.	03/06/1966
06/06/1966	229/66	Tutela	Art. 409 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente mantém sobre sua guarda uma menor, com pais falecidos. Sendo ele o parente mais próximo (tio) e tendo condições de proporcionar a devida assistência, solicita a guarda da menor.	Tutela concedida.	23/06/1966
07/06/1966	236/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Autorização concedida.	11/06/1966
07/06/1966	239/66	Executiva	Art. 163, 204 e 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	A empresa requerente alega que a requerida empresa recebeu mercadorias utilizando-se dos serviços da requerente, e se recusa a efetuar o pagamento da utilização dos mesmos. Os bens da firma requerida foram penhorados, a fim de pagar as dívidas. No entanto, a mesma move ação para que a dívida seja revogada, alegando que o empregado não tem autoridade para recebimento de mercadorias, pois não sabia o valor combinado.	Homologada desistência da ação.	10/02/1967

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
07/06/1966	240/66	Indenização	Art. 21, 52 e 55 do Decreto-Lei 1.068/39	1) Pessoa Física; operário braçal; casado; 2) Pessoa Física; do lar; casada	Pessoa Jurídica	Os requerentes propõem ação de indenização por acidente de trabalho. Seu filho foi vítima de acidente ocorrido dentro da empresa em que trabalhava. A empresa em questão não se manifestou em pagar os direitos da família.	Homologada desistência da ação.	25/06/1966
08/06/1966	243/66	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor de Cr$ 150.000,00, representados por nota promissória já vencida. Tentou-se o pagamento de forma amigável, porém sem sucesso.	Houve desistência da ação, em função de acordo entre as partes.	25/06/1966
08/06/1966	246/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	08/08/1966
16/06/1966	255/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	21/06/1966
16/06/1966	256/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	21/06/1966
16/06/1966	257/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	21/06/1966
16/06/1966	258/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	21/06/1966
16/06/1966	259/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	21/06/1966
16/06/1966	260/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	21/06/1966
17/06/1966	264/66	Despejo	Lei 4.494/64; Lei 4.864/65; Art. 4, 5, 28 e 291 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; advogado; casado	O requerente move Ação de Despejo contra o requerido, ao alegar que o mesmo não desocupou a sala no prazo determinado, além de não acertar devidamente o aluguel combinado entre as partes.	Homologada a desistência do processo, após acordo entre as partes.	17/06/1966
17/06/1966	265/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	O requerido é devedor de Cr$ 1.500.000,00 representado por notas promissórias já vencidas, sendo parte paga pelo avalista. Apesar das tentativas amigáveis, não obteve sucesso, tendo que recorrer ao poder judiciário.	Homologada a desistência do processo, após acordo entre as partes.	14/08/1967

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/06/1966	273/66	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente mantém consigo uma menor cujos pais encontram-se em lugar incerto. O requerente pede a guarda da menor, para que possa executar o casamento.	Tutela concedida.	25/06/1966
22/06/1966	274/66	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro	A firma comercial do requerido é devedora de Cr$ 40.000,00 à empresa requerente. A requerente pede ao poder judicial que o requerido seja solicitado para o pagamento da dívida.	O requerente solicita a baixa competente no livro de dívida ativa.	18/03/1976
22/06/1966	276/66	Executiva Fiscal	Art. 11 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; açougueiro	A firma comercial do requerido é devedora de Cr$ 70.000,00 à empresa requerente.	O requerente solicita a baixa no competente livro de dívida ativa.	18/03/1976
22/06/1966	277/66	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro	A firma comercial do requerido é devedora da importância de Cr$ 14.000,00 à empresa requerente. A requerente pede a convocação da outra parte para o acerto judicial.	O requerente solicita a baixa competente de dívida ativa.	18/03/1976
22/06/1966	280/66	Executiva	Art. 11 do Decreto-Lei 1.068/39; Lei 5.421/68	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; padeiro	O requerido é devedor de Cr$ 14.000,00 à empresa requerente. O requerente solicita a intimação para ser efetuado o pagamento da dívida.	Homologada desistência da ação e baixa na distribuição.	29/03/1976
22/06/1966	281/66	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerido é devedor de Cr$ 15.000,00 à empresa requerente. A requerente solicita a intimação do devedor para que o pagamento seja efetuado.	O requerente solicita a baixa competente de dívida ativa	18/03/1976
22/06/1966	282/66	Alvará		Pessoa Jurídica	Casado	Solicita-se autorização para que o requerente possa, em caráter provisório, trabalhar para a requerente, até que seja providenciada toda a documentação.	Pedido deferido.	28/06/1966
24/06/1966	289/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	25/06/1966
24/06/1966	290/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	25/06/1966
27/06/1966	298/66	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; empregado da lavoura; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão – PR	O requerente busca a investigação de paternidade de seu neto de 4 anos, com pai já falecido, com objetivo de dividir os bens. O requerente, não tendo condições para custear a investigação, pede judicialmente a elaboração da investigação.	Benefício concedido.	28/06/1966
28/06/1966	301/66	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerido é devedor de Cr$ 5.000.000,00 ao requerente, não tendo sido possível receber amigavelmente nem do requerido, nem de seu avalista.	Solicitada desistência da ação em função de composição amigável.	30/06/1966

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/06/1966	302/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; ancião; casado	Pessoa Física; Italiano; do comércio; casado	O requerido é devedor de Cr$ 1.000.000,00, representado em notas promissórias, já vencidas. Tentou-se a resolução da dívida por meios amigáveis, porém sem sucesso.	Solicitada desistência da ação em função de composição amigável.	01/08/1966
30/06/1966	312/66	Pedido de Licença	Art. 84 e 90 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; solteiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita um pedido de licença, pois vai contrair matrimônio e pretende executar uma viagem logo na sequência.	Licença concedida.	01/07/1966
04/07/1966	315/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	05/08/1966
04/07/1966	316/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	05/08/1966
05/07/1966	317/66	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; solteiro; lavrador	Pessoa Física; espanhol; casado	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 400.000,00, representada por notas promissórias. Solicita-se o pagamento no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens.	Homologada a desistência da ação.	01/08/1966
16/07/1966	333/66	Alvará		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita um alvará de venda de terreno que está em nome de seus filhos.	Alvará concedido.	05/08/1966
25/07/1966	337/66	Executiva	Art. 923 e 957 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; viúvo	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor de Cr$ 500.000,00, representado por cheque, já vencido. Tentou-se receber de forma amigável, porém sem sucesso, tendo assim que colocar alguns bens a penhora.	Homologada desistência da ação após pagamento da dívida.	20/03/1968
28/07/1966	342/66	Notificação	Decreto-Lei 2.697/40	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita notificação do requerido para que o mesmo entre em um acordo e quite as dívidas feitas para que a lavoura de café não fosse perdida.	Solicitada desistência da notificação.	25/11/1966
02/08/1966	347/66	Anulação	Art. 210 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente reclama do município o custo excessivo que é cobrado de imposto de indústria e profissões, solicitando que sejam reconsiderados os valores em questão.	Homologada desistência da ação.	28/09/1966
03/08/1966	349/66	Tutela	Art. 412 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; advogado; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a tutela do menor que vive separadamente em outra residência.	Tutela concedida.	03/08/1966
03/08/1966	350/66	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; funcionário autárquico; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita um alvará de autorização para que seus filhos, menores de idade, possam ter a escritura de uma data em seus nomes, porém para seus pais administrarem enquanto não se tornarem maiores.	Alvará concedido.	16/08/1966

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/08/1966	354/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita um alvará de autorização para que seu filho menor possa trabalhar como operário em determinada firma.	Alvará concedido.	05/08/1966
04/08/1966	335/66	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; mecânico; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor no valor de Cr$ 200.000,00, representados por nota promissória já vencida.	Homologada desistência da ação após pagamento da dívida.	13/09/1966
04/08/1966	358/66	Alvará		Pessoa Física; brasileira	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente, sendo menor de idade, não pode fazer a venda ou hipoteca de onde é o domicílio, assim os pais da mesma vêm solicitar autorização da hipoteca de sua residência para compra de bens mais rentáveis.	Alvará concedido.	10/08/1966
05/08/1966	365/66	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	13/08/1966
11/08/1966	367/66	Consignação em pagamento	Art. 314 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; japonês; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente, como arrendatário da propriedade do requerido, disponibilizou-se a pagar a quantia combinada entre as partes, porém o proprietário se recusa receber.	O pagamento foi efetuado.	23/08/1966
18/08/1966	372/66	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor de Cr$ 400.000,00, representados por notas promissórias, já vencidas. Tentou receber a dívida amigavelmente, sem resultado.	Houve penhora de bens, mas a dívida não foi totalmente quitada.	28/03/1968
22/08/1966	375/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	22/08/1966
22/08/1966	378/66	Reivindicatória	Art. 3.764 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; casado; do comércio; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Física; do comércio	O requerente comprou produtos agrícolas do requerido, emitindo cheque que não chegaria a ser depositado, pois o requerente depositaria a quantia representada em conta do requerido. O dinheiro foi depositado, porém o cheque não foi devolvido ao requerente, tendo sido, segundo o mesmo, descontado pelo requerido.	Julgada improcedente a ação, visto que o cheque nunca foi depositado pelo requerido.	16/03/1970
26/08/1966	387/66	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente tem sob sua guarda uma menor, órfã de pai e mãe. Esta pretende convolar núpcias, sendo necessário para tanto que lhe seja nomeado um tutor. O requerente solicita assumir o compromisso de tutor da menor.	Solicitação concedida.	29/08/1966
26/08/1966	389/66	Pedido de Licença		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias conforme tabela.	Solicitação concedida.	29/08/1966
29/08/1966	390/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Autorização concedida.	29/08/1966

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/08/1966	393/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor do requerente da quantia de Cr$ 1.250.000,00, representada por notas promissórias já vencidas e não pagas.	Solicitada desistência da ação, por acordo amigável entre as partes.	16/10/1970
14/09/1966	411/66	Retificação	Art. 117 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Após seu casamento e o nascimento de dois filhos, o requerente, ao observar que o registro estava equivocado (com alterações no nome da mãe), pede permissão para correção nos registros citados.	Permissão concedida.	19/09/1966
14/09/1966	412/66	Alvará de Licença para Menor Trabalhar		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pede a devida licença para que seu filho menor possa trabalhar.	Alvará concedido.	14/09/1966
24/09/1966	425/66	Alvará	Art. 214 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; pedreiro; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é pai da menor que foi seduzida. A menor ainda não completou 16 anos exigidos pela lei. O requerente pede autorização judicial para que a sua filha possa contrair matrimônio com seu sedutor.	Alvará concedido.	24/09/1966
26/09/1966	426/66	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita seus direitos legais, não pagos pelo ex-contratante.	Homologado por sentença a desistência da ação.	30/12/1966
28/09/1966	428/66	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerido é devedor da importância de Cr$ 1.000.000,00 representada por nota promissória, já vencida e não paga.	Homologado por sentença a desistência da ação.	30/04/1969
29/09/1966	429/66	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; engenheiro agrônomo; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerido é devedor da importância de Cr$ 387.174,00 representada por nota promissória, já vencida e não paga.	Solicitada desistência da ação por composição amigável entre as partes.	12/05/1971
29/09/1966	431/66	Indenização	Lei 7.036/44	Pessoa Física		O requerente pede indenização por acidente de trabalho, ocorrido em fazenda na qual o mesmo estava a consertar um trator, quando incendiou um líquido combustível que resultou em queimaduras no rosto, pescoço, orelhas, tórax, ambas as mãos até o punho. Q empresa não indenizou legalmente o requerente pelas despesas hospitalares, médicas e farmacêuticas, nem pelas lesões sofridas, vindo a pagar somente algumas despesas efetuadas nos primeiros dias logo após o acidente. O valor da indenização requerida representa Cr$ 1.985.460,00.	A ação foi julgada improcedente e condenado o autor quanto às custas, honorários e demais cominações legais. No exame dos autos, constatou-se que o requerente, autor da ação, não era empregado da requerida.	05/09/1968
04/10/1966	437/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerido deve à empresa requerente a quantia de Cr$ 22.000.000,00, representada por notas promissórias, vencidas, protestadas e não pagas.	A dívida foi paga após penhora de bens.	13/06/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
20/10/1966	464/66	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; português; do comércio; casado	O requerido é devedor da importância de Cr$ 1.250.000,00 representada por cheques vencidos e não pagos, não sendo possível pagamento amigável.	Solicitada desistência da ação por composição amigável entre as partes.	27/09/1967
29/10/1966	472/66	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido deve à empresa requerente a importância de Cr$ 850.000,00, representada por duplicatas, questionadas por falta de pagamento e ainda assim não pagas.	O automóvel foi penhorado e a dívida foi paga.	17/10/1968
29/10/1966	473/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	A requerente é credora da quantia de Cr$ 125.000,00, representada por cheque que foi devolvido por falta de fundos na conta corrente do emitente. Apesar dos esforços, não foi possível receber pelos meios amigáveis. Assim, a requerente solicita que a firma requerida pague em 24 horas a importância devida e juros a 1%. Não havendo o pagamento dentro do prazo, será cobrado o pagamento em dobro.	Homologada desistência da ação.	29/10/1966
10/11/1966	480/66	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro; hoteleira; casado	O requerido é devedor de Cr$ 630.000,00, representados por notas promissória vencidas, protestadas e não pagas.	A dívida foi paga.	20/02/1969
10/11/1966	484/66	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; industriário; viúvo	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente alega que sua filha menor de idade foi seduzida e o autor quer reparar o erro com o casamento. O pai da menina pede a autorização necessária para concretizar o fato.	Autorização concedida.	10/11/1966
22/11/1966	490/66	Sequestro	Art. 20, 25, 492 e 676 da Lei 492/37	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerido, após ter feito empréstimo bancário e assinar contratos de que se houvesse falta de pagamento seus bens e sua colheita iriam a penhor, recebeu a quantia solicitada e não cumpriu com as cláusulas contratuais, deixando de pagar o empréstimo nos dias combinados.	Solicitada desistência da ação após penhora dos bens e pagamento da dívida.	02/05/1967
24/11/1966	497/66	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerido é devedor da quantia de Cr$ 1.000.000,00, representados por notas promissórias já vencidas.	Homologado por sentença a desistência da ação.	06/06/1968
25/11/1966	501/66	Desquite		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	A requerente solicita o desquite, pelo fato de seu marido deixar o lar, considerando que não teria motivos plausíveis e que mudou de cidade a fim de viver com outra mulher.	O requerido foi condenado a pagar os custos do processo, além de ser concedido o desquite do casal.	14/05/1969
28/11/1966	504/66	Executiva	Art. 22 e 298 do Decreto-Lei 1.068/39; Lei 187/36	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor da importância de Cr$ 372.900,00, representada por duplicatas vencidas e questionadas do não pagamento.	Solicitada desistência da ação, por acordo amigável entre as partes.	17/05/1967

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/11/1966	505/66	Executiva	Art. 50, 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor da importância de 1.250.000,00, representada por notas promissórias vencidas e não pagas.	Solicitada desistência da ação após o pagamento da dívida.	02/02/1968
29/11/1966	506/66	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerido é devedor da importância de Cr$ 2.000.000,00, representada por nota promissória, já vencida e não paga.	Solicitada desistência da ação após acordo entre as partes.	04/12/1972
02/12/1966	512/66	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; proprietário; casado	O requerido é devedor da importância de Cr$ 650.000,00, representada por notas promissórias, já vencidas e não pagas.	Solicitada desistência da ação após acordo entre as partes.	17/11/1967
06/12/1966	515/66	Executiva		Pessoa Física; português; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerido é devedor da importância de Cr$ 273.000,00, representada por cheques já vencidos e não pagos.	Solicitada desistência da ação após pagamento da dívida.	30/09/1967
07/12/1966	516/66	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita um alvará para que possa se desfazer das propriedades que estão em nome dos filhos, menores, a fim de que possa fazer um financiamento.	Alvará concedido.	09/07/1971
09/12/1966	523/66	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita autorização para que sua filha menor possa se casar	Alvará concedido.	16/12/1966
12/12/1966	526/66	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; economista; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido é devedor da importância de Cr$ 1.000.000,00, representada por notas promissórias, já vencidas e não pagas.	Solicitada desistência da ação após o pagamento da dívida.	20/03/1967
12/12/1966	528/66	Embargos de Terceiros	Art. 707 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; português; proprietário	Pessoa Física; brasileiro; bancário; casado	Após ação movida pelo requerido contra um terceiro, acabou sendo penhorado um terreno no qual havia uma casa que não pertencia ao devedor, assim o proprietário da mesma vem requerer seu direito.	O requerido deverá pagar o valor da casa penhorada.	13/12/1966
14/12/1966	535/66	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro	Os requeridos são devedores da quantia de Cr$ 300.000,00 representada por notas promissórias já vencidas e não pagas.	Solicitada desistência da ação após penhora dos bens e pagamento da dívida.	12/10/1967
16/12/1966	537/66	Sequestro	Art. 20 do Decreto-Lei 1.068/39; Lei 492/37	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Os requeridos fizeram empréstimo no banco requerente, sujeito a penhora da colheita se não cumpridos os acordos. O casal requerido não cumpriu com o combinado, vendendo sacas de café a um terceiro clandestinamente. O requerido deve pagar a dívida, custas judiciais, honorários advocatícios à razão de 20% sobre o valor da ação.	Solicitada desistência da ação após o pagamento da dívida.	16/12/1966

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
20/12/1966	539/66	Despejo		Pessoa Física; libanês; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; dentista; casado	O requerente deu em locação ao requerido parte do prédio residencial, uma casa geminada. O locatário está em atraso com o pagamento dos aluguéis de agosto a novembro, num total de Cr$ 140.000,00, não sendo possível ao locador receber pelos danos de forma amigável. O requerido pagou somente os primeiros meses de aluguel. Pede-se ao requerido que pague o valor total da dívida com juros monetários, custas judiciais, e honorários de advogados.	Homologada por sentença a desistência da ação.	01/03/1967
20/12/1966	540/66	Despejo	Art. 11 do Decreto-Lei 1.068/39; Lei 4.494/64	Pessoa Física; libanês; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; militar	O requerente deu imóvel em locação ao requerido, sem contrato por escrito, para fins residenciais e por prazo indeterminado, ao preço mensal de Cr$ 50.000,00.	Homologada por sentença a desistência da ação.	15/02/1967
21/12/1966	544/66	Despejo	Art. 4 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileira; viúva	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	A requerente move uma Ação de Despejo, pois o requerido deixou de pagar 2 meses de aluguel, além de fazer mudanças não autorizadas.	Houve acordo entre as partes, e pagamento do débito.	30/08/1967
22/12/1966	545/66	Alvará	Art. 214 do Decreto-Lei 1.068/39	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita Alvará Judicial para que possa abrir um crédito para financiamento para sua lavoura, devido a não homologação dos bens deixados pelo seu falecido ex-marido.	Alvará concedido.	05/01/1967

Processos

1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/01/1971	01/71	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileira; prendas domésticas; casada	Para aquisição de financiamento, a requerida ofereceu como garantia um automóvel. O financiamento no valor de Cr$ 9.386,88 foi dividido em 24 parcelas. A requerida efetuou apenas 3 pagamentos. Pede-se busca e apreensão do bem.	Houve arquivamento da ação, após acordo entre as partes.	24/05/1971
06/01/1971	05/71	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileira	Pessoa Jurídica; brasileira	O requerido é devedor da importância de Cr$ 643,00, representada por duplicata já vencida.	Houve desistência da ação.	17/09/1974
08/01/1971	06/71	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; viúva	1) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; 2) Pessoa Física; brasileiro; contador; casado	Os senhores requeridos são devedores de quantia representada por nota promissória. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação, após composição amigável.	09/03/1971
11/01/1971	10/71	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 673,00 representados por notas promissórias vencidas e não pagas. O requerente solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação, após composição amigável.	19/04/1971
13/01/1971	12/71	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente tem entre seus empregados o menor, que deseja contrair matrimônio.	Tutela concedida.	05/02/1971
18/01/1971	13/71	Busca e Apreensão	Art. 3 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado	Para a aquisição de financiamento, o requerido deixou de garantia um refrigerador. O financiamento tinha o valor de Cr$ 1.109,00, tendo 24 meses para acertar a dívida em parcelas mensais. Foram pagas apenas 14 prestações. Solicita-se busca e apreensão do bem.	Houve desistência da ação, após composição amigável.	08/09/1971
18/01/1971	15/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	O requerente é credor da importância de Cr$ 663,39 representado por notas promissórias vencidas e não pagas, advindas de serviços prestados. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada desistência da ação após pagamento da dívida.	26/10/1971
28/01/1971	29/71	Despejo	Art. 350 da Lei 890/69	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; barbeiro; casado	O requerente é proprietário de uma sala alugada por Cr$ 60,00 ao requerido, que por sua vez sublocou o imóvel sem autorização. O aluguel está atrasado. Pede-se o pagamento do aluguel e ação de despejo do atual residente.	Houve desistência da ação, após composição amigável.	06/03/1971
01/02/1971	33/71	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor da quantia de Cr$ 5.000,00 provenientes de notas promissórias vencidas e não pagas. O requerente solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação, após composição amigável.	05/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
01/02/1971	38/71	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente alugou um imóvel ao requerido, que por sua vez acumulou 2 meses de aluguel não pagos. O requerente solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação, após composição amigável.	22/08/1971
01/02/1971	39/71	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é pai da menor de 13 anos, seduzida pelo namorado. Pra que seja reparado o erro, o sedutor contrairá o matrimônio, sendo para tanto necessário Alvará Judicial.	Alvará concedido.	05/02/1971
05/02/1971	47/71	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente reclama que foi despedido injustamente, sendo seu trabalho de longa jornada e sem intervalo, o mesmo vem requerer suas horas extras de direito.	Houve arquivamento do processo após acordo e pagamento dos direitos do requerente.	13/03/1971
09/02/1971	53/71	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 4.728/65	Pessoal Física; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Cascavel - PR	O requerente solicita busca e apreensão do veículo descrito no processo, no valor de Cr$ 5.866,80.	Ação julgada procedente.	25/09/1972
10/02/1971	54/71	Executiva		1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; 2) Pessoa Física; brasileira; lavradora; casada	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerido adquiriu através de banco uma cédula Rural Pignoratícia no valor de Cr$ 4.500,00 sendo os requerentes avalistas. A dívida não foi paga totalmente, devendo-se acertar o restante, no valor de Cr$ 2.658,75.	Houve desistência da ação, após composição amigável.	21/02/1972
10/02/1971	55/71	Alvará	Art. 8 e 25 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; advogado; solteiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente deseja fazer uso da quantia de Cr$ 1.110,17 disponíveis em seu fundo de garantia, para adquirir máquinas do trabalho autônomo. Para tanto necessita de Alvará Judicial.	Solicitação concedida.	19/02/1971
15/02/1971	62/71	Alvará		Pessoa Física; brasileira	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente necessita de um alvará para que o seu filho fique com parte de um terreno, deixado por meio de inventário. Tendo ocorrido acidente e o falecimento do marido, e sendo o filho herdeiro, tem por direito parte do terreno deixado.	Solicitação concedida.	24/04/1972
17/02/1971	69/71	Alvará		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é representante da interessada, a qual tornou-se viúva e tem em banco determinada quantia deixada pelo falecido esposo. Necessita, portanto, do levantamento de tais importâncias, por meio de liberação do Alvará.	Solicitação concedida.	25/03/1971
17/02/1971	70/71	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente é viúva e deseja receber o seguro obrigatório de responsabilidade civil. Para tanto, necessita de alvará.	Alvará executado, sendo julgado pelo Juiz como caso de justificação e não alvará.	03/03/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
17/02/1971	71/71	Alvará	Art. 183 e 625 do Decreto-Lei 1.608/39	Brasileiro; lavrador; Distrito de Farol - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	O requerente solicita autorização para poder casar sua filha, que não possui ainda idade permitida pelo Código Civil Brasileiro.	Indeferido o pedido de autorização judicial.	07/05/1971
24/02/1971	82/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor da importância de Cr$ 4.291,46 representada por cédula Rural Pignoratícia. Sendo esgotados todos os meios de pagamento amigável, requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação após penhora de lavoura de hortelã.	21/12/1971
24/02/1971	83/71	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é pai de 2 menores e vem, por meio do processo judicial, pedir para que o lote deixado a seus filhos, por herança da mãe, seja disponível para venda, uma vez que o imóvel está sem utilidade no momento.	Alvará concedido.	04/05/1971
26/02/1971	88/71	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Física; brasileiro	A requerente vem solicitar pensão alimentícia e, não tendo condições financeiras, deseja o benefício de Justiça Gratuita.	Pedido deferido.	02/03/1971
01/03/1971	91/71	Executiva	Art.15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro; Goioerê - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Janiópolis - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 26.003,00. Por fim, houve desistência da ação.	Solicitada desistência da ação.	03/03/1971
01/03/1971	93/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro	1) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; 2) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Após a busca e apreensão de um automóvel do requerido, os requerentes desejam a quantia de Cr$ 13.999,49, contestando que o valor do veículo não era o suficiente para sanar a dívida.	Arquivado o processo, tendo o Juiz considerado que a ação Executiva é utilizada para outro fim que não o desejado.	27/05/1971
01/03/1971	94/71	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor da quantia de Cr$ 3.500,00, parte restante de promissória advinda de serviços prestados. Solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologado por sentença a desistência da ação.	24/03/1971
01/03/1971	95/71	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; 2) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor da quantia de Cr$ 2.691,58 proveniente de notas promissórias. Solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Solicitação deferida.	14/04/1971
01/03/1971	98/71	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Física; brasileiro	A requerente vem solicitar Pensão Alimentícia a seu marido e, não tendo recursos, necessita de auxílio judiciário.	Solicitação concedida.	04/03/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
02/03/1971	99/71	Executiva Hipotecária	Art. 298, VI e 826 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	1) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; 2) Pessoa Física; brasileira; prendas doméstica; casada	A requerente tornou-se credora dos requeridos da importância de Cr$ 34.407,90 representada por notas promissórias. A referida dívida foi garantida pela hipoteca de imóvel, com área de 4.182,50 m². Diante das evasivas dos requeridos em cumprirem com suas obrigações, a requerente vem judicialmente solicitar o que lhe é devido. Requer a liquidação da dívida, sob pena de proceder-se a penhora do bem indicado.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
04/03/1971	104/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileira; do comércio; casada	A requerente é credora da quantia de Cr$ 5.008,30 proveniente de cheque, não pago. Solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação após composição amigável.	15/04/1971
05/03/1971	107/71	Sequestro	Art. 20 da Lei 492/37	Pessoa Física; brasileiro; proprietário rural; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerido e requerente eram sócios na propriedade rural, sendo o requerente proprietário. O requerido deveria lhe pagar 22% da produção, porém, agindo de má fé, no 2° ano de produção, não pagou adequadamente. O proprietário vem, portanto, pedir medida de sequestro ao requerido.	Houve desistência da ação após composição amigável.	16/03/1971
05/03/1971	108/71	Despejo	Lei 4.494/64; Art. 350 a 353 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	O requerente é proprietário de uma casa de madeira, objeto de um contrato verbal de locação com a ré. O pagamento ficou estabelecido em Cr$ 50,00 mensais. Porém, a locatária não pagou os meses de janeiro e fevereiro, devendo Cr$ 100,00. O requerente solicita, assim, que seja expedido mandado de despejo.	Houve composição amigável entre as partes.	19/04/1971
11/03/1971	120/71	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente teve 4 filhos com seu esposo, que faleceu no ano de 1971, sendo que 2 filhos não foram registrados no nome do falecido. A requerente move, assim, ação de investigação de paternidade. Porém, por ser pobre, requer para tanto o benefício de assistência judiciária gratuita.	Solicitação concedida.	11/03/1971
12/03/1971	123/71	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente menor, 17 anos, concebeu um filho de indivíduo que se recusa a assumir paternidade. A requerente, sendo pobre, pede assistência judiciária gratuita para mover ação de investigação de paternidade.	Solicitação concedida.	12/03/1971
22/03/1971	133/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	A requerente é credora do requerido da importância de Cr$ 1.599,80, representada por duplicata. Requer a citação do devedor, sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável entre as partes.	15/04/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/03/1971	135/71	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Nova Aurora - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Goioerê - PR	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 3.300,00, representada por cheque. Solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Solicitada desistência da ação.	29/03/1972
24/03/1971	138/71	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Mourão - PR	A requerente é credora do executado da importância de Cr$ 3.487,32, representada por notas promissórias. Diante do exposto, solicita o pagamento da dívida, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
24/03/1971	141/71	Executiva Cambial		Pessoa Física; brasileiro; contador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor da quantia de Cr$ 6.500,00 provenientes de taxa judiciária. Solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	01/08/1973
26/03/1971	155/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 1.072,50. Solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Houve pagamento do débito e baixa na distribuição.	11/10/1971
26/03/1971	157/71	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 1.537,00 e solicita a expedição de mandado de intimação e penhora de bens.	Houve pagamento do débito e baixa na distribuição.	11/10/1971
26/03/1971	159/71	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente deseja propor ação de despejo contra o usuário do imóvel que possui em nome de seus filhos. Não tendo recursos para custear a ação, pede assistência judiciária.	Solicitação concedida.	02/04/1971
29/03/1971	162/71	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; serviços gerais; solteiro	Pessoa Física; brasileiro	Os requeridos são os chefes do requerente, que vem reclamar por direitos trabalhistas, uma vez que, ao ser demitido, não recebeu nada como indenizações.	Houve arquivamento do processo após pagamento do débito.	06/07/1971
31/03/1971	168/71	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de Cr$ 5.000,00 parcelados em cinco vezes, já vencidos. Solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Houve arquivamento da ação, após acordo entre as partes.	02/08/1971
01/04/1971	172/71	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente deseja propor a ação de desquite e, não tendo condições para bancar os custos da ação, necessita assistência judiciária.	Solicitação concedida.	05/04/1971
05/04/1971	175/71	Curatela	Art. 600 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente é mãe de menor, e deseja passar um de seus bens (casa) em nome de seu filho e de seu genro. Requer a nomeação de um curador especial para que receba em nome do menor.	Solicitação concedida.	15/04/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
05/04/1971	179/71	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado; Quinta do Sol - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Fênix - PR	O requerente avalizou uma nota promissória de Cr$ 4.400,00 do requerido. Em virtude do devedor principal não quitá-la, o avalista ficou sub-rogado às ações em relação à dívida. Pede-se a citação do devedor, sob pena de penhora de bens.	Solicitada desistência da ação tendo em vista o pagamento da dívida.	12/04/1971
05/04/1971	181/71	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente foi dispensado dos serviços de operário que prestava. Logo em seguida, seu filho de 1 ano e 7 meses adoeceu. O trabalhador requer alvará para retirar valores de seu fundo de garantia.	Solicitação concedida.	05/04/1971
06/04/1971	182/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 12.711,00 correspondente a uma nota promissória. Pede-se a citação do devedor, sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável entre as partes.	25/10/1971
06/04/1971	183/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor da importância de Cr$ 2.300,00 representada por nota promissória. Solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Houve composição entre as partes, solicitando-se baixa na distribuição, cancelamento da inscrição da penhora no Registro de Imóveis.	07/04/1976
06/04/1971	184/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Jurídica	O requerente é credor da importância de Cr$ 1.300,00 representada por um cheque. Solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável entre as partes.	16/08/1971
07/04/1971	192/71	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente distribuiu um pedido de Reclamação Trabalhista contra o requerido. O referido pedido não se encontra em cartório, apesar dos esforços do escrivão para encontrá-lo. Devido a não existência do pedido em cartório, requer-se que seja ordenado a baixa do distribuidor.	Pedido deferido.	23/04/1971
16/04/1971	217/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 3.000,00 advindos de duas promissórias. Solicita o pagamento sob a pena de penhora de bens.	Houve a desistência da ação, sendo feito acordo a respeito do pagamento.	20/07/1971
22/04/1971	225/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,74 provenientes de tarifa sanitária, além de multa. Solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
22/04/1971	226/71	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,74 provenientes de tarifa sanitária, além de multa. Solicita o pagamento sob pena de multa.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/04/1971	227/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de taxa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	228/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de taxa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	229/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de taxa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	230/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/05/1971
23/04/1971	231/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/05/1971
23/04/1971	232/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/05/1971
23/04/1971	233/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
23/04/1971	234/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
23/04/1971	235/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
23/04/1971	236/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/05/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/04/1971	237/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	238/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/05/1971
23/04/1971	239/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/05/1971
23/04/1971	240/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/05/1971
23/04/1971	241/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,39 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	242/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,56 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
23/04/1971	243/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	244/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia Cr$ 7,87 correspondentes a tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	245/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 10,40 proveniente da tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
23/04/1971	246/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 correspondentes a tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	247/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de determinada quantia correspondente à tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/04/1971	248/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 35,88 correspondente à tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	249/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob a pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	29/10/1971
23/04/1971	250/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob a pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	251/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	252/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 32,59 proveniente de tarifa sanitária e multa de mora Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/05/1971
23/04/1971	253/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 31,70 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/05/1971
23/04/1971	254/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 31,70 proveniente da tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/05/1971
23/04/1971	255/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 92,10 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
23/04/1971	256/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 19,81 proveniente da tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
23/04/1971	257/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 52,98 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
23/04/1971	258/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 41,76 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/05/1971
23/04/1971	259/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 52,98 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/04/1971	260/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 60,37 de proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/05/1971
23/04/1971	261/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 52,98 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
23/04/1971	262/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,21 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	263/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,10 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	264/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,12 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
23/04/1971	265/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	266/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
23/04/1971	267/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 177,56 proveniente de tarifa sanitária e multa de moera. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	23/03/1972
23/04/1971	269/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 46,00 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/02/1972
23/04/1971	270/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,48 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/05/1971
23/04/1971	271/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,64 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se que seja expedido mandado executivo contra o requerido, a fim de que se pague a quantia mencionada.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento do débito.	28/05/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/04/1971	272/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,96 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	273/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,04 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
23/04/1971	274/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,04 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
23/04/1971	277/71	Notificação	Art. 720 e 723 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; libanês; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	O requerente teve a transação de aquisição de mercadorias com a requerida. Ficou convencionado que mercadorias seriam mandadas em virtude do que foi dado pelo requerente (dois cheques no valor de Cr$ 1.670,00). A mercadoria foi entregue e os cheques não poderiam ser cobrados, já que não existem origem de dívida. Pede-se a notificação do requerido.	Julgada extinta a ação.	13/05/1975
23/04/1971	278/71	Alvará	Art. 183, 625 a 628 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é mãe da menor que pretende se casar, por isso solicita autorização por alvará.	Solicitação concedida.	02/07/1971
26/04/1971	279/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente é credor da quantia de Cr$ 3.413,60. Solicita que seja expedido mandado executivo contra o devedor, sob a pena de penhora de bens.	Homologada desistência da ação.	19/11/1971
26/04/1971	280/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; motorista; solteiro	1) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; 2) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	O requerente é credor dos requeridos da importância de Cr$ 1.000,00 representada por uma nota promissória. Solicita citar os referidos devedores ou que se proceda a penhora de bens.	Solicitada desistência da ação em função de composição amigável.	04/10/1971
27/04/1971	281/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; soldado da policia militar; casado; Roncador - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Roncador - PR	O requerente é credor do requerido da importância de Cr$ 2.212,00 representada por nota promissória. Solicita a citação do devedor sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável entre as partes. Solicita-se, após homologação, o levantamento da penhora efetivada.	07/07/1972
28/04/1971	283/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Janiópolis - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 2.795,00. Solicita a citação do devedor sob pena de penhora de bens.	Solicitada desistência da ação em função de composição amigável.	17/04/1973
28/04/1971	284/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; viúvo; Janiópolis - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 1.062,00 representada por nota promissória. Solicita a citação do devedor sob pena de penhora de bens.	Solicitada desistência da ação após pagamento da dívida.	13/05/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/04/1971	286/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Janiópolis - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 4.000,00 em notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do devedor, sob pena de penhora de bens.	Solicitada baixa da distribuição e levantamento de penhora, em vista do pagamento da dívida.	30/08/1972
28/04/1971	289/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,97 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/05/1971
28/04/1971	290/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 12,25 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
28/04/1971	291/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 10,14 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento da dívida, ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
28/04/1971	292/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,72 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
28/04/1971	293/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,72 referente a tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
28/04/1971	294/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,72 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
28/04/1971	295/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 13,26 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
28/04/1971	296/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 46,44 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
28/04/1971	297/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
28/04/1971	298/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	299/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 34,92 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento ou que se proceda a penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/04/1971	300/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 97,40 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
29/04/1971	301/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 53,35 provavelmente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	302/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	303/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 29,29, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob a pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	304/71	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 13,76 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	305/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/05/1971
29/04/1971	306/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 60,66, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	307/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 8,75, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/05/1971
29/04/1971	308/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	309/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,26 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/02/1972
29/04/1971	310/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 147,79, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	311/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 10,74, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/04/1971	312/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 21,58 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
29/04/1971	313/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 59,04, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/10/1971
29/04/1971	314/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 28,64 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/05/1971
29/04/1971	315/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 28,64, proveniente de tarifa sanitária e de multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	316/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 28,64 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
29/04/1971	317/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 29,66, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
29/04/1971	318/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/05/1971
29/04/1971	319/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 143,96, proveniente a tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	320/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
29/04/1971	321/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 9,09 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	322/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 200,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/04/1971	323/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,48, proveniente de tarifa sanitária e multa. Pede-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	324/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 200,68, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/08/1971
29/04/1971	325/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 18,37, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
29/04/1971	326/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 29,55, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
29/04/1971	327/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credora importância de Cr$ 15,74, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
29/04/1971	328/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 76,50, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
29/04/1971	329/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 65,44 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
29/04/1971	330/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 76,50, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/05/1971
29/04/1971	331/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 76,50, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
29/04/1971	332/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,08, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	333/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 25,00 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/04/1971	334/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 9,44, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
29/04/1971	335/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 128,00, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
29/04/1971	336/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 46,16, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1971
29/04/1971	337/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 31,08, proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1971
29/04/1971	338/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Janiópolis - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 4.290,00, representadas por notas promissórias. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento do débito.	04/07/1974
29/04/1971	342/71	Busca e Apreensão	Art. 675, II; Art. 676, III; Art. 684 e 683 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; motorista de táxi; casado; Campina da Lagoa - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é proprietário de um automóvel, alugado ao requerido por Cr$ 50,00 por dia. Após o prazo do aluguel (1 mês), o requerido negociou a compra do veículo através de financiamento junto banco, efetuando parte de valor da entrada combinado com o requerente. Porém, o requerido não cumpriu com o restante do valor e tampouco com as prestações mensais combinadas. Após dois meses sem notícias ao requerente, o veículo foi preso pela polícia local, em mãos do requerido, por falta de documentação legal. Nestas condições, requer-se reaver o veículo que ilegal e fraudulentamente se encontrava em mãos do requerido.	Houve composição amigável entre as partes.	16/09/1971
29/04/1971	343/71	Pedido de baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Devido a uma Reclamação Trabalhista em nome igual ao do requerente, o mesmo solicita a extração de certidões negativas, e baixa na distribuição da ação.	Houve o cancelamento da distribuição da ação.	25/06/1971
30/04/1971	345/71	Executiva Cambial	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 1.416,00 representados por notas promissórias, já vencidas e não pagas. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	16/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/04/1971	346/71	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 1.180,00 proveniente de taxa judiciária de vida. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	15/03/1973
03/05/1971	353/71	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; 2) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; 3) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23.264,80, correspondente a duplicatas de prestação de serviços vencidas e não pagas. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	04/11/1971
03/05/1971	354/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor da quantia de Cr$ 1.060,00, devido à falta de pagamento da nota promissória para prestação de serviços. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença, a desistência da ação.	12/05/1971
03/05/1971	355/71	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor da quantia de Cr$ 1.374,90 representada por duplicatas, já vencidas e não pagas. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	12/05/1971
06/05/1971	364/71	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 2.644,50 provenientes de duplicatas vencidas e não pagas. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	06/09/1971
06/05/1971	366/71	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 3.000,00, representada por duplicatas vencidas e não pagas. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Solicitada desistência da ação após pagamento da dívida.	19/07/1973
06/05/1971	368/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 11,89 provenientes de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
06/05/1971	369/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 48,32 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
06/05/1971	370/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 12,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/05/1971	371/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
06/05/1971	372/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 79,24 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
06/05/1971	373/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 70,84 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
06/05/1971	374/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 169,78 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
06/05/1971	375/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 169,78 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
06/05/1971	376/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 17,84 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
06/05/1971	377/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Física	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 17,89 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
06/05/1971	378/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 48,32 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
06/05/1971	379/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
06/05/1971	380/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 19,29 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
06/05/1971	381/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,75 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
06/05/1971	382/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 21,35 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/05/1971	383/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 21,35 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
06/05/1971	384/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
06/05/1971	385/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
06/05/1971	386/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
06/05/1971	387/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
06/05/1971	388/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,98 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/02/1972
06/05/1971	389/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
06/05/1971	390/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
06/05/1971	391/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 29,75 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/05/1971
06/05/1971	392/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
06/05/1971	393/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 51,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/04/1972
06/05/1971	394/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,62 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/05/1971	395/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 41,48 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
06/05/1971	396/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 51,38 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/02/1972
10/05/1971	403/71	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15.000,00, advinda de 3 notas promissórias de taxa judiciária. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	26/07/1972
11/05/1971	404/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente responde por dívida, sendo fiador do requerido. Assim, faz-se necessário o pagamento da quantia de Cr$ 11.000,00, sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	06/09/1971
13/05/1971	414/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
13/05/1971	415/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 116,61 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
13/05/1971	416/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
13/05/1971	417/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
13/05/1971	418/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 838,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
13/05/1971	419/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
13/05/1971	420/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,31 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
13/05/1971	421/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,31 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
13/05/1971	422/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,75 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
13/05/1971	423/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 116,61 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
13/05/1971	424/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
13/05/1971	425/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 17,61 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
13/05/1971	426/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	31/05/1971
13/05/1971	427/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 82,50 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	17/08/1971
13/05/1971	428/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileira; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 80,98 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	31/05/1971
13/05/1971	429/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	21/05/1971
13/05/1971	430/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 14,94 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	21/05/1971
13/05/1971	431/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 54,38 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
13/05/1971	432/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
13/05/1971	433/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
13/05/1971	434/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 87,38 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
13/05/1971	435/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 74,08 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
13/05/1971	436/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileira; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1971
13/05/1971	437/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,31 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
13/05/1971	438/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,31 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
13/05/1971	439/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
13/05/1971	440/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,45 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
13/05/1971	441/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
13/05/1971	442/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
13/05/1971	443/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 74,08 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
13/05/1971	444/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
13/05/1971	445/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 116,61 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/10/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
13/05/1971	446/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 116,61 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
14/05/1971	450/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerida é devedora da quantia de Cr$ 100,00 provenientes de infração quanto ao disposto no artigo 360 da Consolidação das Leis de Trabalho. O requerente solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	18/08/1971
14/05/1971	451/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
14/05/1971	452/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/05/1971
14/05/1971	453/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
14/05/1971	454/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/05/1971
14/05/1971	455/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 24,68 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
14/05/1971	456/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 27,76 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
14/05/1971	457/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileira; do comércio; casada; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 12,76 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/05/1972
14/05/1971	458/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 263,58 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
14/05/1971	459/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 10,14 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/06/1971
14/05/1971	460/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 168,94 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/05/1971	461/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 113,08 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
14/05/1971	462/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 113,10 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1971
14/05/1971	463/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
14/05/1971	464/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 54,07 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
14/05/1971	465/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
14/05/1971	466/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
14/05/1971	467/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 22,99 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
14/05/1971	468/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87, provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
14/05/1971	469/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
14/05/1971	470/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 12,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	21/05/1971
14/05/1971	471/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,96 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
14/05/1971	472/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 93,78 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/05/1971	473/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
14/05/1971	474/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 100,96 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
14/05/1971	475/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 10,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
14/05/1971	476/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
14/05/1971	477/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 29,68 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1971
14/05/1971	478/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 484,04 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	31/05/1971
14/05/1971	479/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 169,25 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
14/05/1971	480/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 19,17 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
14/05/1971	481/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 5.181,00 representados por notas promissórias, já vencidas. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	26/11/1974
14/05/1971	483/71	Suprimento de Idade	Art. 182 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Após a filha do requerente se ausentar da cidade e manter conjunção carnal com o namorado, os pais da mesma desejam que o matrimônio seja realizado o mais rápido possível, a fim de reparar o mal causado a ela. Para a realização do matrimônio, faz-se necessária a liberação da certidão.	Certidão de nascimento liberada.	14/05/1971
17/05/1971	488/71	Pedido de Remoção		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; juiz de direito; Campo Mourão - PR	O requerente solicita remoção dos bens arrestados que se encontram depositados em mão de depositário público. Solicitação concedida pelo requerido.	Solicitação concedida.	19/05/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/05/1971	489/71	Executiva	Decreto-Lei 24.778/34	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; casado; Goioerê - PR	O requerente é credor dos requeridos no valor de Cr$ 4.611,71. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	22/05/1972
19/05/1971	492/71	Suprimento de Idade	Art. 182 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; do lar	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente, mãe da menor, solicita a dispensa da publicação dos editais ou proclame, para que sua filha possa se casar de imediato com seu namorado, com o qual manteve congresso carnal, estando em seu 3º mês de gestação.	Autorização concedida.	19/05/1971
19/05/1971	493/71	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
19/05/1971	494/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
19/05/1971	495/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
19/05/1971	496/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
19/05/1971	497/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 36,01 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
19/05/1971	498/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	499/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 47,84 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
19/05/1971	500/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 36,01 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	501/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
19/05/1971	502/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoal Física; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/05/1971	503/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 9,09 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
19/05/1971	504/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 136,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/03/1972
19/05/1971	505/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 48,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1972
19/05/1971	506/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 48,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1972
19/05/1971	507/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 48,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1972
19/05/1971	508/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 48,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1972
19/05/1971	509/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 48,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1972
19/05/1971	510/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 48,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1972
19/05/1971	511/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 17,46 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1972
19/05/1971	512/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 41,16 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1972
19/05/1971	513/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 126,22 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
19/05/1971	514/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 120,50 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/05/1971	515/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 68,14 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
19/05/1971	516/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 400,60 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	31/05/1971
19/05/1971	517/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 400,60 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
19/05/1971	518/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 72,02 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	519/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 54,38 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	520/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 8,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/08/1971
19/05/1971	521/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 27,28 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/05/1971
19/05/1971	522/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 58,63 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	523/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 21,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1971
19/05/1971	524/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 16,44 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
19/05/1971	525/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 27,95 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/04/1972
19/05/1971	526/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 33,38 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/02/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/05/1971	527/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 33,38 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
19/05/1971	529/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	530/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 16,09 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	31/05/1971
19/05/1971	531/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	532/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 16,27 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	533/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoal Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	534/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	535/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 31,70 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	536/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,83 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	537/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	538/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	539/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/05/1971	540/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	541/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
19/05/1971	542/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1971
19/05/1971	543/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 8,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1971
19/05/1971	544/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 18,37 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1971
19/05/1971	545/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/05/1971
19/05/1971	546/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 48,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1971
19/05/1971	547/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 48,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1971
19/05/1971	548/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da importância de Cr$ 48,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1971
19/05/1971	549/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da importância de Cr$ 48,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1971
19/05/1971	550/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da importância de Cr$ 48,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/05/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/05/1971	551/71	Notificação	Art. 96 da Lei 4.504/64; Art. 720 e 723 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado; Londrina - PR	Os requerentes, lavradores, foram notificados para desocuparem o imóvel de propriedade do requerido, com o qual possuem contrato de parceria agrícola. Conforme o Estatuto da Terra, o prazo de duração do contrato mencionado é de 3 anos. Assim, os requerentes esclarecem que não desocuparão as terras do requerido antes de ocorrer o terceiro ano, conforme lhes faculta.	Notificação expedida.	10/08/1971
19/05/1971	553/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
19/05/1971	554/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 98,96 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
19/05/1971	555/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 98,96 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	556/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 73,25 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
19/05/1971	557/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 130,36 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	558/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 130,36 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
19/05/1971	559/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
19/05/1971	560/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,40 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	17/08/1971
19/05/1971	561/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	562/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 88,94 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/05/1971	563/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 88,94 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	31/05/1971
19/05/1971	564/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 88,94 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	565/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 88,94 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
19/05/1971	566/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 38,76 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	567/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 85,84 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	568/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
19/05/1971	569/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 43,26 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	570/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 43,26 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971
19/05/1971	572/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 17,31 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
19/05/1971	573/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
19/05/1971	574/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 16,77 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
19/05/1971	575/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,63 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/05/1971	576/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 36,01 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	31/05/1971
19/05/1971	577/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
19/05/1971	578/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
19/05/1971	579/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 39,08 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1971
19/05/1971	580/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 39,08 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
19/05/1971	581/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
19/05/1971	582/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/09/1971
24/05/1971	583/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
24/05/1971	584/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1971
24/05/1971	585/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
24/05/1971	586/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/05/1971	587/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/08/1971
24/05/1971	588/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 26,35 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
24/05/1971	589/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 43,22 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
24/05/1971	590/71	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A filha do requerente, ainda menor de idade, foi seduzida por seu namorado. Ambos desejam consolidar núpcias, sendo necessária, para tanto, Autorização Judicial.	Solicitação concedida.	01/06/1971
25/05/1971	592/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Farol - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Farol - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 1.700,00. Por fim, houve desistência da ação.	Solicitada desistência da ação.	21/08/1972
25/05/1971	593/71	Arresto		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Iretama - PR	O requerente solicita mandado de arresto dos bens não pagos pelos requeridos, para garantia de seu crédito. Por fim, houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Solicitada desistência da ação.	02/06/1971
25/05/1971	596/71	Embargos de Terceiros		1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; professora; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Iretama - PR	O requerente solicita embargos à execução, em função do preenchimento inadequado dos autos de ação executora. Por fim, houve desistência da ação, em virtude da composição amigável entre as partes.	Solicitada desistência da ação.	25/06/1971
26/05/1971	599/71	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; servente; casado; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; juiz de direito; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para a liberação de uma quantia que se encontra em banco, e que lhe pertence por direito. Pedido de alvará concedido.	Alvará concedido.	26/05/1971
26/05/1971	605/71	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileira; doméstica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 263,00 advinda de cheque sem fundos, referente ao pagamento de serviços. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença desistência da ação após o pagamento da dívida.	13/07/1971
26/05/1971	606/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador. Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 733,32 correspondente a duplicatas, vencidas e não pagas, referentes a prestação de serviços. Requer o pagamento sob a pena de penhora de bens.	Houve pagamento da dívida e baixa na distribuição.	24/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/05/1971	607/71	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 970,68. Por fim, houve desistência da ação.	Solicitada desistência da ação.	08/03/1972
26/05/1971	608/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
26/05/1971	609/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
26/05/1971	610/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 10,24 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
26/05/1971	611/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
26/05/1971	612/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 71,38 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	23/03/1972
26/05/1971	614/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 34,70 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
26/05/1971	615/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 71,38 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/02/1972
26/05/1971	617/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 66,68 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1971
26/05/1971	618/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 66,68 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
26/05/1971	619/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 33,20 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/11/1974
26/05/1971	620/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 33,20 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/05/1971	621/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/06/1971
26/05/1971	622/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 63,53 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
26/05/1971	623/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 10,14 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
26/05/1971	624/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
26/05/1971	625/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
26/05/1971	626/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
26/05/1971	627/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 105,12 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
26/05/1971	628/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
26/05/1971	630/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 16,93 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
26/05/1971	631/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
26/05/1971	632/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
26/05/1971	633/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/05/1971	634/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
26/05/1971	635/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
26/05/1971	636/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
26/05/1971	637/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 9,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
26/05/1971	638/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 92,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
26/05/1971	639/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
26/05/1971	640/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
26/05/1971	641/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 58,24 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
26/05/1971	642/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 61,10 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1971
26/05/1971	643/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 31,37 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	06/03/1974
26/05/1971	644/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 8,75 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
26/05/1971	645/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/05/1971	646/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
26/05/1971	647/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 8,75 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
26/05/1971	648/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 8,75 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
26/05/1971	649/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 29,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
26/05/1971	650/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 52,88 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
26/05/1971	651/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 52,36 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1971
26/05/1971	652/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 59,46 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
26/05/1971	653/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 32,76 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
26/05/1971	654/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
26/05/1971	655/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
26/05/1971	656/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
26/05/1971	657/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/05/1971	658/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30, 86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
27/05/1971	660/71	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor da importância de Cr$ 2.259,71 representada por nota promissória vencida e não paga, protestada por falta de pagamento. Requer-se o pagamento, sob pena de penhora de bens.	Solicitada desistência da ação, baixa da distribuição e devolução da penhora.	09/06/1975
28/05/1971	666/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
28/05/1971	667/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 11,71 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento do débito.	15/06/1971
28/05/1971	668/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 149,000, provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
28/05/1971	669/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 10,50 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
28/05/1971	670/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 31,36 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
28/05/1971	671/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 83,96 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	09/05/1973
28/05/1971	672/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 83,96 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	05/12/1972
28/05/1971	673/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 116,04 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	05/12/1972
28/05/1971	674/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 57,20 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	05/12/1972
28/05/1971	675/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 116,04 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	05/12/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/05/1971	676/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 116,04 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	23/06/1971
28/05/1971	677/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 83,96 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	05/12/1972
28/05/1971	678/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 83,96 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	05/12/1972
28/05/1971	679/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 72,02 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/08/1971
28/05/1971	681/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 74,58 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
28/05/1971	682/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 114,98 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
28/05/1971	683/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
28/05/1971	684/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 72,02 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
28/05/1971	685/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 72,02 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/02/1972
28/05/1971	686/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 9,44 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
28/05/1971	687/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
28/05/1971	688/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/05/1971	689/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 47,70 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
28/05/1971	690/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1976
28/05/1971	691/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
28/05/1971	692/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 35,22 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
28/05/1971	693/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,39 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1976
28/05/1971	694/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 16,62 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1971
28/05/1971	695/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,39 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
28/05/1971	696/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 16,60 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1971
28/05/1971	698/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,40 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/06/1971
28/05/1971	699/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 33,60 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
28/05/1971	700/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 13,10 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1971
28/05/1971	701/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 12,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/05/1971	702/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 12,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1971
28/05/1971	703/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 12,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
28/05/1971	704/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 12,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1971
28/05/1971	705/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 33,05 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
28/05/1971	706/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 25,37 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1971
28/05/1971	707/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
28/05/1971	708/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 33,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1971
28/05/1971	709/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 669,28 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
28/05/1971	710/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
28/05/1971	711/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 53,26 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
28/05/1971	712/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 11,02 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/06/1971
28/05/1971	713/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/05/1971	714/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 16,59 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
31/05/1971	715/71	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 500,00 proveniente de taxa judiciária. Pede-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	23/08/1971
31/05/1971	718/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 1.780,00 proveniente de nota promissória de taxa judiciária. Pede-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	12/06/1971
31/05/1971	720/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
01/06/1971	723/71	Alvará	Lei 960/38	Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O falecido marido da requerente vendeu, quando em vida, um automóvel, o qual não foi transferido ao novo proprietário, que alega ter perdido o recibo de quitação. No entanto, o ex-proprietário veio falecer, não havendo tempo para passar a 2ª via. Por isso, a requerente vem solicitar alvará para que o carro possa ser transferido ao novo proprietário.	Alvará concedido.	17/06/1971
02/06/1971	727/71	Busca e Apreensão	Art. 3 do Decreto 911/69	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Fênix - PR	Requerido e requerente celebraram com banco um financiamento de crédito e investimento para aquisição, pelo requerido, de um refrigerador, com cláusula de alienação fiduciária em garantia. O valor do financiamento foi de Cr$ 1.590,00, tendo o requerido pago somente 2 prestações. Requer-se a busca e apreensão do refrigerador e a citação do devedor.	Foi procedida a busca de apreensão da geladeira, reintegrado na posse da requerente e recebido os valores de crédito.	31/10/1975
03/06/1971	731/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	732/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 9,09 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	733/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 8,04 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
03/06/1971	734/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 16,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/06/1971	735/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 16,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/10/1971
03/06/1971	736/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 52,92 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
03/06/1971	738/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
03/06/1971	739/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 110,08 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	29/03/1972
03/06/1971	740/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	741/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
03/06/1971	742/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	743/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
03/06/1971	744/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,62 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	745/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
03/06/1971	746/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 65,65 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/06/1971
03/06/1971	747/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 35,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/06/1971	748/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 35,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/06/1971
03/06/1971	749/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
03/06/1971	750/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/06/1971
03/06/1971	751/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 9,24 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	752/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	753/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	754/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	755/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	756/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	757/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	758/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	759/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/06/1971	760/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	761/75	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	762/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	763/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 22,99 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	764/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	765/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 26,67 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	766/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 26,6 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	767/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 38, 27 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	768/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 9,24 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	769/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 399,71 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	17/08/1971
03/06/1971	770/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 26,85 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	18/06/1971
03/06/1971	771/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,06 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/06/1971	772/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/06/1971
03/06/1971	773/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/06/1971
03/06/1971	774/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
03/06/1971	775/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 59,64 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/06/1971
03/06/1971	776/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 59,64 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/06/1971
03/06/1971	777/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 68,73 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
03/06/1971	778/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	779/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/02/1972
03/06/1971	780/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 37,79 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	782/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,04 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	784/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	785/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/06/1971	786/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	787/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	788/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 50,54 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
03/06/1971	789/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 50,54 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
03/06/1971	790/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/10/1971
03/06/1971	791/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 304,97 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	792/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 304,97 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
03/06/1971	793/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	794/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
03/06/1971	795/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	796/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 72,02 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/02/1974
03/06/1971	797/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/06/1971	798/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 22,63 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
03/06/1971	799/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 20,36 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	800/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Campo Mourão - PR	Requerida é devedor da importância de Cr$ 20,36 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
03/06/1971	801/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 20,36 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	802/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; do comércio; São Paulo - SP	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
03/06/1971	803/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
03/06/1971	804/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
03/06/1971	805/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/06/1971
03/06/1971	806/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 53,02 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
03/06/1971	807/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 161,04 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
03/06/1971	808/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 8,39 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	809/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/06/1971	810/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 11,37 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	811/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 67,14 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
03/06/1971	812/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
03/06/1971	813/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
03/06/1971	814/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	815/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	816/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	817/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 33,16 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
03/06/1971	818/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi movida em razão de débito oriundo de taxa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	819/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,39 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	820/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 47,36 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
03/06/1971	821/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 47,36 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/06/1971	822/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 16,28 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/06/1971
03/06/1971	823/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 10,84 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/06/1971
03/06/1971	824/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,75 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/06/1971
03/06/1971	825/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 47,92 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/06/1971
03/06/1971	826/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 32,18 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens. de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/04/1972
04/06/1971	827/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 6.000,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	11/08/1971
04/06/1971	828/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Roncador - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 605,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	30/06/1971
04/06/1971	830/71	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileiro; operário; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; juiz de direito; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da Justiça para promover Alvará Judicial.	Solicitação concedida.	03/06/1971
07/06/1971	831/71	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente menor foi seduzida por seu namorado, que confessou o crime e está disposto a reparar o mal, casando-se. Sendo desejo comum entre os evolvidos, há necessidade de autorização judicial.	Solicitação concedida.	10/08/1971
09/06/1971	838/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Campo Mourão - PR	O requerente é credor importância de Cr$ 25,50 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
09/06/1971	839/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 16,81 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/06/1971	840/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
09/06/1971	841/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Campo Mourão - PR	O requerente é credor importância de Cr$ 22,99 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	842/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Campo Mourão - PR	O requerente é credor importância de Cr$ 22,99 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	843/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
09/06/1971	845/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 42,10 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/09/1971
09/06/1971	846/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 42,10 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
09/06/1971	847/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	848/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	21/06/1971
09/06/1971	849/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	850/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária e multa. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	851/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	852/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/06/1971	853/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	854/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 72,02 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/03/1974
09/06/1971	855/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 59,31 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	856/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
09/06/1971	857/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 proveniente de tarifa sanitária e multa. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	858/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 24,31 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
09/06/1971	859/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 14,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	860/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	861/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	862/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
09/06/1971	863/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	864/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/06/1971	865/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 10,81 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	866/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	867/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	868/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	869/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 36,01 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	870/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 59,84 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	871/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 216,50 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	26/08/1971
09/06/1971	872/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
09/06/1971	873/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/08/1971
09/06/1971	874/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
09/06/1971	875/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/08/1971
09/06/1971	876/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 55,17 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/06/1971	877/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 54,14 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
09/06/1971	878/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 101,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	879/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 129,34 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	880/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,98 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	17/06/1971
09/06/1971	881/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 61,32 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	882/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	883/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,39 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	884/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,39 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	885/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	886/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	887/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	888/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/06/1971	889/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	890/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	891/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	892/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	893/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	894/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	895/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	896/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	897/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	898/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	899/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	900/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 138,46 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/06/1971	901/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 138,46 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/08/1971
09/06/1971	902/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 34,54 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
09/06/1971	903/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 34,54 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/10/1971
09/06/1971	904/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	905/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 28,72 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/10/1971
09/06/1971	906/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	907/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
09/06/1971	908/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	909/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 20,81 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
09/06/1971	910/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 20,81 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
09/06/1971	911/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 21,84 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
09/06/1971	912/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 72,02 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/06/1971	913/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 53,65 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
09/06/1971	914/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	915/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
09/06/1971	916/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	917/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	918/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,39 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	919/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	920/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	921/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 159,34 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
09/06/1971	922/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	923/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	924/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/06/1971	925/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	926/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	927/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 29,88 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	928/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	929/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 10,31 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
09/06/1971	930/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 10,31 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	931/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 12,25 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	932/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 24,50 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	933/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 24,85 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	934/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 12,60 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	935/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 54,38 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	936/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/06/1971	937/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/06/1971
09/06/1971	939/71	Tutela		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente, menor, solicita que o maior citado no processo tenha sua tutela para contrair matrimônio, em meios legais, sendo seu pai já falecido e sua mãe ausente ou em lugar incerto.	Solicitação concedida.	08/07/1971
09/06/1971	946/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Após o consentimento de crédito rural, o requerido ficou devendo Cr$ 4.410,00 ao banco. Após vencido o prazo de pagamento, a dívida ainda não havia sido quitada.	Houve desistência da ação em função de acordo entre as partes.	07/02/1972
09/06/1971	947/71	Executiva	Art. 41 do Decreto - Lei 167/67		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Os requeridos são devedores da quantia de Cr$ 3.603,00 provenientes de crédito rural. Como garantia de pagamento houve a hipoteca de um imóvel. Requer-se o pagamento da dívida.	Houve desistência da ação em função de acordo entre as partes.	14/08/1972
09/06/1971	948/71	Executiva	Art. 41 do Decreto - Lei 167/67	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor da quantia de Cr$ 1.569,00 provenientes de crédito rural, vencido e não pago. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	07/10/1971
09/06/1971	949/71	Executiva	Art. 41 do Decreto - Lei 167/67	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Os requeridos são devedores da quantia de Cr$ 6.000,00 provenientes de crédito rural, vencido e não pago. O requerente solicita o pagamento sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação em função de acordo entre as partes.	22/08/1971
14/06/1971	952/71	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor da quantia de Cr$ 19.309,50 provenientes de crédito rural, vencido e não pago. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	31/08/1971
17/06/1971	955/71	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente é pai da menor que pretende contrair matrimônio, sendo necessária, para tanto, autorização judicial.	Solicitação concedida.	25/06/1971
17/06/1971	956/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor da quantia de Cr$ 1.855,00, proveniente de um cheque emitido que não foi coberto. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	16/04/1972
17/06/1971	960/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 21,47 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
17/06/1971	961/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 49,52 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
17/06/1971	962/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 206,08 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	29/10/1971
17/06/1971	963/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
17/06/1971	964/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 8,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
17/06/1971	965/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 13,29 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
17/06/1971	966/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/02/1974
17/06/1971	967/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/03/1974
17/06/1971	968/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/02/1974
17/06/1971	969/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,01 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	970/71	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 1.580,00 provenientes de taxa judiciária. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	12/11/1971
18/06/1971	977/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	978/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
18/06/1971	979/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/06/1971	980/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
18/06/1971	981/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 52,34 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
18/06/1971	982/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
18/06/1971	983/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 59,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
18/06/1971	984/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 118,44 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	985/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 118,44 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	986/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	987/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	988/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 10,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	29/10/1971
18/06/1971	989/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
18/06/1971	991/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 22,99 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	17/08/1971
18/06/1971	992/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/06/1971	993/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 54,60 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	995/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 32,70 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
18/06/1971	996/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	997/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
18/06/1971	998/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/09/1971
18/06/1971	999/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/08/1971
18/06/1971	1000/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1001/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 19,24 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
18/06/1971	1002/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 53,90 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	1003/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 38,50 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/08/1971
18/06/1971	1004/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 24,44 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1005/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/06/1971	1006/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 208,73 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
18/06/1971	1007/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1008/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
18/06/1971	1009/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1010/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 39,14 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
18/06/1971	1011/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 17,12 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1012/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 36,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/05/1972
18/06/1971	1013/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 25,22 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
18/06/1971	1014/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 25,22 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1015/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 8,75 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
18/06/1971	1016/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 74,96 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	29/10/1971
18/06/1971	1017/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/06/1971	1018/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	1019/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
18/06/1971	1020/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 55,12 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1021/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 42,84 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
18/06/1971	1022/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 8,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	03/08/1971
18/06/1971	1023/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,92 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
18/06/1971	1024/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	1025/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,75 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
18/06/1971	1026/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1027/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
18/06/1971	1028/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1029/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/06/1971	1030/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1031/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
18/06/1971	1032/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 187,76 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
18/06/1971	1033/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 36,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1034/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 30,86 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	1035/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 14,10 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
18/06/1971	1036/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1037/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
18/06/1971	1038/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1039/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
18/06/1971	1040/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 64,60 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	03/08/1971
18/06/1971	1041/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 8,39 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/10/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/06/1971	1042/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	03/08/1971
18/06/1971	1043/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 208,51 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
18/06/1971	1044/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1045/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
18/06/1971	1047/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 239,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	1048/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 10,24 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1049/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 19,95 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1050/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/08/1971
18/06/1971	1051/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 37,16 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/06/1971
18/06/1971	1052/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 35,90 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	1053/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 20,97 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	1054/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 18,37 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/06/1971	1055/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 53,65 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	1056/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 32,70 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
18/06/1971	1057/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 32,70 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	1058/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 32,70 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
18/06/1971	1059/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 32,70 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	1060/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 32,70 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
18/06/1971	1061/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 32,70 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	1062/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 49,22 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
18/06/1971	1063/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 20,80 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
18/06/1971	1064/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 20,46 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
18/06/1971	1065/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 72,02 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/02/1972
18/06/1971	1066/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Brasileiro	O requerente é credor da importância de Cr$ 24,67 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/06/1971	1067/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Brasileiro	O requerente é credor da importância de Cr$ 352,24 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1068/71	Busca e Apreensão	Art. 4.728 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado; Farol - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão do bem descrito no processo, mediante a expedição de carta precatória, já que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	14/12/1971
22/06/1971	1071/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1072/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1073/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 17,61 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1074/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 9,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1075/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 17,61 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1076/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 9,74 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1077/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1078/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1079/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
22/06/1971	1080/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 22,79 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/06/1971	1081/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 22,99 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1082/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 13,12 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/06/1971
22/06/1971	1083/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 13,12 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1084/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
22/06/1971	1085/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1086/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 23,93 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
22/06/1971	1087/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 16,62 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1088/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 100,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
22/06/1971	1089/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 165,38 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1090/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 159,18 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
22/06/1971	1091/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 131,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1092/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 131,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/06/1971	1093/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 131,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1094/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 131,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1095/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 131,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1096/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 111,38 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1097/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 106,29 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	17/08/1971
22/06/1971	1099/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da importância de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1101/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1102/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1103/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1104/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1105/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1106/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/06/1971	1107/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
22/06/1971	1108/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1109/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1110/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1111/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1112/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/02/1972
22/06/1971	1113/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1972
22/06/1971	1114/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1972
22/06/1971	1115/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/06/1972
22/06/1971	1116/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1972
22/06/1971	1117/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1972
22/06/1971	1119/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 25,83 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/06/1971	1120/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/10/1971
22/06/1971	1121/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de determinada quantia proveniente de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/08/1971
22/06/1971	1122/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 22,99 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	25/08/1971
22/06/1971	1123/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 97,48 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1124/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1125/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 78,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1126/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor da quantia de Cr$ 289,88 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1127/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1128/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 65,32 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1129/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1130/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/10/1971
22/06/1971	1131/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 32,18 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/06/1971	1132/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 11,42 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1133/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 98,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	17/08/1971
22/06/1971	1134/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 82,68 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1135/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 82,68 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1136/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 82,68 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1137/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1138/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 10,67 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
22/06/1971	1140/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 26,02 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
22/06/1971	1141/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 72,02 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	18/08/1971
22/06/1971	1142/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 24,12 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1143/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1144/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/06/1971	1145/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1146/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1147/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23,30 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1148/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,87 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/10/1971
22/06/1971	1149/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 24,36 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
22/06/1971	1150/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 89,20 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1151/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/06/1971
22/06/1971	1152/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7,56 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1153/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 11,54 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
22/06/1971	1154/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 10,31 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/04/1972
22/06/1971	1155/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1972
24/06/1971	1159/71	Alvará	Art. 183 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente é pai de menor que deseja contrair matrimônio e solicita, para tal feito, a autorização judicial.	Julgado procedente o pedido de Autorização.	15/09/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/06/1971	1163/71	Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita vistoria em seu veículo envolvido em acidente, para futura ação de indenização.	Homologado por sentença o laudo de vistoria.	18/08/1971
24/06/1971	1166/71	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica; casado	O requerente morador e trabalhador da Fazenda requerida utilizou dos benefícios combinados, até que o dono da propriedade pediu para que ele procurasse outro trabalho. Quando estava no novo serviço, o requerido agrediu seu filho e esposa para que saíssem de lá antes do anoitecer.	O requerido indenizou a família, sendo arquivada a ação.	08/11/1971
25/06/1971	1167/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 15,43 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
25/06/1971	1168/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 119,80 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	17/08/1971
25/06/1971	1169/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 43,50 provenientes de tarifa sanitária. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
25/06/1971	1171/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Física; brasileiro; carpinteiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita vistoria após um acidente que houve entre os envolvidos, tendo requerido tentado se ausentar do local. Pede-se a presença de um perito para resolver a ação.	Julgada extinta a ação de vistoria.	13/05/1975
25/06/1971	1174/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 1.419,60 advindos de Imposto de Renda (Pessoa Jurídica). Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	05/11/1971
25/06/1971	1175/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Pessoa Jurídica	O requerente é credor da quantia de Cr$ 4.349,80 advindos de Imposto de Renda e outros. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	05/11/1971
25/06/1971	1178/71	Executiva			Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 7.700,00 representada por duplicatas, advindas de prestação de serviços já vencidas e não pagas. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Após o cumprimento das obrigações, houve a baixa de distribuição.	30/06/1971
25/06/1971	1186/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 87,90 provenientes de imposto referente ao lançamento de Alvará de Licença para o funcionamento de lavanderia.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
25/06/1971	1188/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 85,83 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
25/06/1971	1189/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 79,64 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	05/02/1974
25/06/1971	1191/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 50,16 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/08/1971
25/06/1971	1195/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 87,90 provenientes de imposto referente a lançamento de alvará de licença para funcionamento de um bar.	Homologada por sentença a desistência da ação.	02/09/1977
25/06/1971	1198/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38		Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 70,31 correspondente a Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/09/1971
25/06/1971	1200/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 50,16 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/09/1971
25/06/1971	1201/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 87,90 provenientes de imposto referente a lançamento de alvará de licença para funcionamento de uma estofaria. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
25/06/1971	1202/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 22,88 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
25/06/1971	1203/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 53,38 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/08/1971
25/06/1971	1204/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 53,38 proveniente de um débito e juros de mora. Requer-se o pagamento sob pena da penhora dos bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/08/1971
25/06/1971	1205/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 53,38 proveniente de um débito e juros de mora. Requer-se o pagamento sob pena da penhora dos bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
25/06/1971	1207/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	A empresa requerida é devedora da quantia de Cr$ 9.007,69. O requerente solicita o pagamento sob pena de penhora dos bens.	Julgada extinta a ação após acordo amigável.	22/10/1973
25/06/1971	1208/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 166,76 representado por certidões, vencidas e já acrescida de juros.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	02/08/1971
25/06/1971	1213/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 302,69 representado por certidões, vencidas e já acrescida de juros.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	02/08/1971
25/06/1971	1215/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 166,76 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	20/09/1971
25/06/1971	1216/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 1.021,42 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/09/1971
25/06/1971	1217/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 273,98 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
25/06/1971	1218/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 358,37 provenientes de imposto de lançamento de alvará de licença para funcionamento de oficina mecânica. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	06/06/1973
25/06/1971	1221/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 527,00 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	09/03/1973
25/06/1971	1223/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 609,06 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/02/1973
25/06/1971	1224/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 205,58 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação, após o pagamento das causas processuais.	04/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
25/06/1971	1226/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 205,58 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	17/08/1971
25/06/1971	1227/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 244,39 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento da dívida, bem como os juros já acumulados.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/10/1971
25/06/1971	1228/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 205,15 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
28/06/1971	1232/71	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita receber o que lhe é de direito, e que não foi pago pelo contratante.	O requerido deve pagar, sob pena de penhora dos bens.	26/06/1972
28/06/1971	1233/71	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente é credor da requerida. Não havendo mais formas amigáveis de cobrar o pagamento da dívida, propôs a presente ação.	Homologada a desistência da ação.	09/03/1972
30/06/1971	1242/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 116,35 provenientes de imposto referente a lançamento de alvará. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	06/11/1971
30/06/1971	1243/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 399,78 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada desistência da ação após composição amigável.	26/06/1973
30/06/1971	1244/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 230,13 provenientes de lançamento de alvará. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	23/09/1971
30/06/1971	1246/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 205,58 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/10/1971
30/06/1971	1247/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 147,29 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/09/1971
30/06/1971	1248/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; agricultor	O requerente é credor da quantia de Cr$ 799,60 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação após acordo amigável.	01/09/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/06/1971	1249/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 982,45 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada desistência da ação após acordo entre as partes.	19/10/1973
30/06/1971	1250/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 186,81 provenientes de imposto referente a lançamento de alvará de licença para o funcionamento de uma serraria. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/08/1971
30/06/1971	1251/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 250,82 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	19/08/1971
30/06/1971	1252/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 302,69 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	24/05/1973
30/06/1971	1253/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 594,02 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/08/1972
30/06/1971	1254/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 372,09 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	02/05/1973
30/06/1971	1256/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 302,02 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	18/10/1974
30/06/1971	1257/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 372,34 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	06/11/1971
30/06/1971	1260/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 111,41 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/03/1973
30/06/1971	1263/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 399,78 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação após acordo amigável.	30/03/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/06/1971	1267/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 145,58 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1971
30/06/1971	1271/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileira;	O requerente é credor da quantia de Cr$ 36,44 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
30/06/1971	1274/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 29,67 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/10/1971
30/06/1971	1277/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 50,24 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	20/09/1971
30/06/1971	1280/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 70,31 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
30/06/1971	1281/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileira	O requerente é credor da quantia de Cr$ 22,88 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
30/06/1971	1283/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 205,76 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	23/09/1971
30/06/1971	1284/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 50,19 provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	22/02/1973
30/06/1971	1285/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 87,90. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	24/09/1971
30/06/1971	1287/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	O requerente é credor da quantia de Cr$ 50,24. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Solicitada desistência da ação após pagamento da dívida.	04/03/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/06/1971	1291/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de Imposto Predial e Territorial Urbano. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/08/1972
30/06/1971	1294/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 19,50. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	02/08/1971
30/06/1971	1295/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 28,15 em débito vencido e não pago. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Após a penhora de um lote, foi realizado o pagamento do débito.	17/05/1972
30/06/1971	1296/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 50,16 em débito vencido e não pago. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	02/08/1971
30/06/1971	1298/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 87,90 em débito vencido e não pago. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	17/10/1972
30/06/1971	1300/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da quantia de Cr$ 81,47 em débito vencido e não pago. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	29/12/1971
30/06/1971	1303/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Janiópolis - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/09/1971
30/06/1971	1304/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; Janiópolis - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	19/06/1973
30/06/1971	1305/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Janiópolis - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
30/06/1971	1306/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Janiópolis - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
30/06/1971	1307/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Janiópolis - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/06/1971	1308/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Janiópolis - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/10/1971
30/06/1971	1309/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Janiópolis - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/08/1971
01/07/1971	1310/71	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 960 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; operário; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da Justiça. Pedido deferido pelo Juiz.	Solicitação deferida.	02/07/1971
05/07/1971	1315/71	Pedido de Remoção	Art. 960 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 5.401,50. Houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	22/08/1971
05/07/1971	1319/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 2.350,00. Por fim, houve desistência da ação.	Solicitada desistência da ação.	10/02/1972
05/07/1971	1320/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 3.650,00. Por fim, houve desistência da ação.	Solicitada desistência da ação.	16/12/1971
05/07/1971	1322/71	Alvará	Art. 386	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente solicita uma autorização para que possa vender um lote no nome do seu filho, menor de idade, para a compra de um bem mais valioso.	Solicitação concedida.	26/12/1971
08/07/1971	1326/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; agrônomo; viúvo	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da importância de Cr$ 4.500,00 representado por cheque já vencido e não pago.	Homologada desistência da ação após acordo entre as partes.	02/10/1972
09/07/1971	1335/71	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado	O requerente é credor da importância de Cr$ 5.000,00 representado por nota promissória, já vencida e não paga.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/08/1971
14/07/1971	1339/71	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerido solicita a tutela de menor, pois os pais são separados, sem moradia certa, além de a menor conviver desde os dois anos de idade com o requerente.	Solicitação concedida.	10/11/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/07/1971	1347/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor da quantia de Cr$ 3.150,00 representados por nota promissória já vencida e não paga.	Homologado acordo entre as partes, após pagamento das custas.	16/08/1972
19/07/1971	1351/71	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para a venda de uma área de terra, que tem em comum com seus filhos. Pedido de alvará concedido.	Alvará concedido.	07/12/1971
22/07/1971	1359/71	Despejo	Art. 32 do Decreto 59.566/64	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é proprietário da terra arrendada ao requerido, que, além de não pagar o valor combinado, ainda tem degradado o lote e feito derrubadas. O requerente solicita o despejo de seu inquilino.	Tendo o requerido desocupado o imóvel, foi julgada extinta a ação.	15/03/1972
23/07/1971	1363/71	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para fazer um financiamento e assim promover benfeitorias nas terras que tem em comum com os filhos e a esposa. Pedido de alvará concedido.	Alvará concedido.	10/09/1971
26/07/1971	1373/71	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da importância de Cr$ 1.000,00 representados por notas promissórias já vencidas e não pagas.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	09/02/1973
29/07/1971	1383/71	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente foi autuado por determinada empresa, apresentou defesa na esfera administrativa da mesma, porém foi surpreendido com Ação de Execução contra si. Apresentou-se no cartório para pagar, mas as ações tinham sido retiradas por falta de habilitação do advogado da exequente da referida Ação de Execução. Assim, solicita que seja dado baixa na distribuição de tais ações.	Não consta.	Não consta.
29/07/1971	1384/71	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita baixa da ação de distribuição, pois ao iniciar um cadastro no banco, ficou impedido de efetivá-lo porque havia uma certidão negativa de ações contra sua pessoa. Na verdade, a ação se referia a pessoa com o mesmo nome. Solicitação concedida.	Solicitação concedida.	30/07/1971
30/07/1971	1389/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor da importância de Cr$ 2.865,00 representados por notas promissórias já vencidas e não pagas.	Homologada desistência da ação em função de composição amigável.	09/11/1972
06/08/1971	1399/71	Cobrança	Lei 5.474 e Decreto-Lei 436	Pessoa Jurídica; brasileiro; industrial; casado; Santo André - SP	Pessoa Física; brasileiro; Mamborê - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 4.500,00 referente a uma triplicata de uma duplicata, vencida e não paga. Por fim, o requerido efetuou o pagamento, julgada assim extinta a ação.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	27/10/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/08/1971	1400/71	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da importância de Cr$ 2.164,40 representados por notas promissórias já vencidas e não pagas.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	25/08/1971
09/08/1971	1401/71	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita nomeação de tutor, para que o menor que estará agora sob sua responsabilidade possa se casar, visto sua mãe ser falecida e seu pai estar em lugar incerto. Solicitação concedida pelo Juiz.	Tutela concedida.	12/08/1971
11/08/1971	1409/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 46,50. Por fim, houve a desistência da ação.	Solicitada desistência da ação.	26/08/1971
11/08/1971	1410/71	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor da importância de Cr$ 2.192,50 representados por duplicatas já vencidas e não pagas.	Homologada desistência da ação após acordo entre as partes.	13/10/1971
11/08/1971	1411/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 3.700,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	04/10/1971
12/08/1971	1413/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Brasileiro; lavrador; casado; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 2.500,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	23/03/1972
12/08/1971	1414/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 8.044,12. Por fim, houve desistência da ação.	Homologado a desistência da ação.	06/10/1971
12/08/1971	1416/71	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileira; solteira	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita notificação do requerido, para comparecer a audiência de conciliação e julgamento, já que o requerido não efetuou o pagamento dos serviços prestados pelo requerente. Por fim, houve desistência da reclamatória trabalhista, em função do pagamento dos salários atrasados ao requerente.	Homologado a desistência da ação.	21/09/1971
12/08/1971	1417/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 400,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação de indenização.	12/09/1973
16/08/1971	1425/71	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; juiz de direito; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para a venda de imóvel, que lhe pertence por direito. Pedido de alvará concedido.	Solicitação concedida.	12/10/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/08/1971	1429/71	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; auxiliar de cartório; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita Alvará Judicial para se casar.	Alvará concedido.	18/08/1971
20/08/1971	1437/71	Executiva	Art. 14 da Lei 167/67	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 3.780,00. Por fim, houve desistência da ação.	Solicitada desistência da ação.	15/09/1971
25/08/1971	1445/71	Alvará		Pessoa Física; brasileira; professora; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; juiz de direito; Campo Mourão - PR	A requerente solicita autorização para alienação dos imóveis que lhe pertencem por direito, tendo em vista ser casada em regime de comunhão universal de bens e seu marido estar ausente. Pedido de alvará concedido.	Alvará concedido.	12/10/1971
31/08/1971	1460/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	A requerente é credora do requerido da importância de Cr$ 1.037,74 referente a duplicata já protestada e não paga. Requer-se o pagamento sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável.	22/09/1971
02/09/1971	1464/71	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; juiz de direito; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para a liberação de uma quantia que se encontra em banco, e que lhe pertence por direito. Pedido de alvará concedido.	Alvará concedido.	02/09/1971
08/09/1971	1467/71	Alvará		Pessoa Física; brasileira doméstica; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; juiz de direito; Campo Mourão - PR	A requerente solicita autorização para a liberação de uma quantia que se encontra em banco, e que lhe pertence por direito. Pedido de alvará concedido.	Alvará concedido.	08/09/1971
10/09/1971	1480/71	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Brasileiro	A requerente representa sua filha menor, 13 anos, que recebeu do falecido pai um lote de terras com pouco mais de 9 alqueires, sem nenhuma benfeitoria. A família pretende se mudar para cidade de Campo Mourão - PR para dar estudo aos demais filhos, sendo de interesse a permuta pura e simples do imóvel. Requer-se a avaliação e que seja concedido o competente alvará para permuta do imóvel.	Alvará concedido.	24/01/1972
10/09/1971	1482/71	Executiva Cambial	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro; Ribeirão Preto - SP	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor de duas duplicatas no valor de Cr$ 6.010,00. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	31/01/1972
13/09/1971	1485/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro; Guarulhos - SP	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 794,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	05/10/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
13/09/1971	1486/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro; Guarulhos - SP	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 3.141,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	05/10/1971
21/09/1971	1510/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro; Rolândia - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 1.212,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	19/10/1971
21/09/1971	1511/71	Executiva	Art. 924 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; Osasco - SP	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Fênix - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 6.850,13. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	02/12/1975
23/09/1971	1518/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Araruna - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 7.028,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	26/10/1971
23/09/1971	1519/71	Tutela		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente deseja tutela para que o menor possa se casar, já que sei pai é falecido e sua mãe está em lugar incerto.	Solicitação concedida.	11/10/1971
24/09/1971	1522/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 2.500,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	08/11/1971
01/10/1971	1527/71	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da Justiça Gratuita.	Solicitação deferida.	05/10/1971
04/10/1971	1539/71	Tutela		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Barboza Ferraz - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita a nomeação seu noivo como tutor, para poder casar-se.	Solicitação concedida.	17/11/1971
06/10/1971	1547/71	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo; Luciana - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita Alvará Judicial para venda de bens pertencentes a menor de idade.	Solicitação concedida.	20/12/1971
11/10/1971	1556/71	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita Alvará Judicial para venda de bens pertencentes a menor de idade.	Solicitação concedida.	21/01/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
15/10/1971	1564/71	Executiva	Art. 924 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Fênix - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 29.400,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	15/12/1971
18/10/1971	1565/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 3.796,04. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	22/09/1972
18/10/1971	1567/71	Busca e Apreensão		Londrina - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão de um veículo descrito no processo.	Solicitada desistência da ação.	02/03/1972
18/10/1971	1568/71	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; enfermeira; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício de Justiça Gratuita.	Pedido deferido.	15/10/1971
22/10/1971	1583/71	Arresto		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	A presente ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	12/11/1971
27/10/1971	1589/71	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da Justiça Gratuita.	Pedido deferido.	28/10/1971
29/10/1971	1592/71	Alvará	Art. 214 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a autorização de casamento para a filha menor de idade.	Solicitação concedida.	30/11/1971
03/11/1971	1597/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 1.000,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	28/02/1973
03/11/1971	1598/71	Alvará		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita Alvará Judicial que autorize o financiamento de um trator, dando como garantia um terreno que está no nome do filho órfão de pai e menor de idade.	Solicitação concedida.	29/11/1971
05/11/1971	1605/71	Depósito	Art. 343 e 344 do Decreto-Lei 1.608/39	Brasileiro; mecânico; viúvo; Campo Mourão - PR	Brasileiro	A requerente vendeu bens móveis ao requerido, o qual não efetuou o pagamento de algumas das parcelas combinadas. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	18/01/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
08/11/1971	1607/71	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão de veículo, já que o réu adquiriu um financiamento e não efetuou o pagamento das parcelas estipuladas pelo contrato. Por fim, houve composição amigável entre as partes e desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	29/11/1971
10/11/1971	1615/71	Alvará	Art. 635, 636 e 637 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita Alvará Judicial para vender imóvel que se encontra no nome dos filhos menores de idade.	Solicitação concedida.	18/02/1972
10/11/1971	1616/71	Alvará		Pessoa Física; brasileira; de prendas domésticas; viúva; Barboza Ferraz - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita Alvará Judicial que autorize a venda de propriedade rural de herança de seus filhos, menores de idade.	Pedido deferido, na condição de que sejam depositados os valores correspondentes às terras dos menores em poupanças para estes.	15/12/1971
11/11/1971	1619/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Peabiru - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 340,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	03/12/1973
12/11/1971	1622/71	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileira; trabalhador braçal; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o recebimento de saldo de salário, FGTS, férias proporcionais e 13º salário proporcional.	Mediante acordo, o requerente recebe indenização no valor de Cr$ 1.000,00.	29/02/1972
12/11/1971	1623/71	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileira; servente; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita uma indenização trabalhista no valor de Cr$ 4.142,08.	As partes firmam acordo e a requerente recebe Cr$ 200,00.	26/05/1972
16/11/1971	1627/71	Sequestro	Art. 20 da Lei 492/37	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campina da Lagoa - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campina da Lagoa - PR	O requerente financiou aos requeridos um trator e implementos agrícolas, recebendo como garantia a hipoteca de um imóvel. Solicita o sequestro dos bens do requerido, sendo para tanto necessário que seja expedida carta precatória. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	04/12/1972
19/11/1971	1638/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 929,14. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	16/02/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/11/1971	1639/71	Interdição	Art. 145, 606 e 612 do Decreto-Lei 1.608/39	1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barbosa Ferraz - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barbosa Ferraz - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; casada; Campo Mourão - PR	Os requerentes solicitam interdição da venda de propriedade, alegando a insanidade mental por parte dos vendedores da propriedade. Por fim, houve indeferimento do pedido de interdição.	Indeferido o pedido de interdição.	23/11/1971
22/11/1971	1640/71	Despejo	Art. 4 do Decreto-Lei 4/66	Brasileiro; mecânico; viúvo; Campo Mourão - PR	Brasileiro	O requerente moveu a ação de despejo alegando atraso nos aluguéis pactuados. Todavia, o requerido efetuou o pagamento da dívida devida ao aluguel do imóvel, ficando a ação sem objeto.	Julgada sem objeto a ação, visto que a ré efetuou o pagamento da dívida do imóvel locado, objeto da ação de despejo.	29/12/1971
23/11/1971	1643/71	Cancelamento de Protesto		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o cancelamento de protesto, em razão de já ter pago duplicata vencida e levada a protesto. O Ministério Público manifestou-se favorável ao pedido.	Julgado extinto o pedido de cancelamento de protesto.	06/06/1975
25/11/1971	1651/71	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; tratorista; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; proprietário agrícola; casado; Barboza Ferraz - PR	O requerente solicita notificação ao requerido, para comparecer a audiência de conciliação e julgamento, já que o requerido não efetuou o pagamento dos serviços prestados pelo requerente. Por fim, houve desistência da reclamatória trabalhista, em função do não comparecimento do requerido, por motivo de que o mesmo mudou-se para lugar incerto.	Homologada por sentença a desistência da ação.	15/06/1972
25/11/1971	1653/71	Busca e Apreensão	Art. 676 e 683 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileira; casada	O requerente solicita a busca e apreensão dos filhos, menores de idade, os quais a esposa pegou na escola e tomou rumo ignorado.	Solicitada desistência da ação.	20/12/1971
26/11/1971	1657/71	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita Alvará Judicial para recebimento de indenização do Seguro Obrigatório de seu marido, falecido em acidente.	Julgada improcedente a ação, sendo a seguradora obrigada a pagar a indenização sem necessidade de alvará.	10/02/1972
26/11/1971	1661/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	20/10/1975
26/11/1971	1664/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/11/1971	1666/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	05/09/1972
26/11/1971	1670/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	01/09/1976
26/11/1971	1672/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/02/1972
30/11/1971	1685/71	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da Justiça para ação de indenização, devido a acidente automobilístico que ocasionou a morte de seu esposo.	Pedido deferido.	30/11/1971
01/12/1971	1688/71	Indenização		Brasileiro; mecânico; viúvo	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a citação do requerido, para que compareça a audiência de instrução e julgamento, a fim de apresentarem defesa, já que o requerente solicita indenização de Cr$ 12.000,00 acrescidos de juros, referente a morte de sua esposa e ferimentos de seu filho, provocados por acidente automobilístico. Houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	03/01/1974
01/12/1971	1690/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	31/08/1972
01/12/1971	1694/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	17/12/1973
01/12/1971	1700/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/10/1973
01/12/1971	1701/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/04/1972
01/12/1971	1705/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/02/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
01/12/1971	1707/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	13/02/1974
01/12/1971	1709/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	09/05/1974
02/12/1971	1710/71	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 4.728/65	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Barboza Ferraz - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, mediante a expedição de mandado, já que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da Ação de Busca e Apreensão.	Homologada desistência da Ação de Busca e Apreensão.	28/06/1973
06/12/1971	1714/71	Suprimento de Idade	Art. 182 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita suprimento de idade, para contrair matrimônio. Solicitação aceita pelo Juiz.	Solicitação concedida.	17/12/1971
06/12/1971	1715/71	Suprimento de Idade	Art. 182 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barboza Ferraz - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita suprimento de idade, para contrair matrimônio. Solicitação aceita pelo Juiz.	Solicitação concedida.	06/12/1971
06/12/1971	1719/71	Alimentos		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; rádio técnico; Mamborê - PR	O requerente solicita do requerido Cr$ 1.800,00 de prestações alimentícias, para garantir o sustento de seus quatro filhos. Por fim, houve a desistência da ação, pois o requerido encontra-se desaparecido.	Homologada a desistência da ação.	01/03/1972
06/12/1971	1722/71	Suprimento de Idade		Pessoa Física	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita suprimento de idade, para contrair matrimônio. Solicitação aceita pelo Juiz.	Solicitação concedida.	06/12/1971
06/12/1971	1723/71	Juramentação de Funcionário		Pessoa Física; brasileiro; serventuário de justiça; casado; Roncador - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita juramentação de funcionário, para o cartório.	Pedido de Juramentação de funcionário concedido.	28/03/1972
07/12/1971	1731/71	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; Londrina - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; juiz de direito; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para a liberação da venda de um imóvel que se encontra em inventário, e que lhe pertence por direito. Pedido de alvará concedido.	Julgado procedente o pedido de Alvará Judicial.	21/12/1971
07/12/1971	1733/71	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Fênix - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 751,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	27/04/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/12/1971	1735/71	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; doméstica; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 1.200,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	24/02/1972
10/12/1971	1737/71	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; doméstica	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente solicita o benefício da gratuidade da Justiça, por não ter condições financeiras.	Solicitação concedida.	10/12/1971
10/12/1971	1738/71	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita suprimento de idade, para contrair matrimônio. Solicitação aceita pelo Juiz.	Solicitação concedida.	04/02/1972
10/12/1971	1740/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 4.350,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	13/07/1972
10/12/1971	1743/71	Executiva Cambial		Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 3.874,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	24/01/1972
13/12/1971	1747/71	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido a autorização para a liberação de uma quantia que se encontra em banco, e que lhe pertence por direito. Pedido de alvará concedido.	Alvará concedido.	29/12/1971
14/12/1971	1753/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1972
14/12/1971	1754/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/08/1975
14/12/1971	1769/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	06/01/1976
14/12/1971	1773/71	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; juiz de direito; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias, conforme escala estabelecida pelo Juiz. Pedido de férias concedido.	Pedido de férias concedido.	15/12/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
15/12/1971	1774/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Por fim, houve a desistência da ação.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	19/04/1972
15/12/1971	1776/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/02/1972
15/12/1971	1780/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1972
15/12/1971	1784/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/02/1973
15/12/1971	1788/71	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	02/09/1976
15/12/1971	1790/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/02/1972
15/12/1971	1791/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/02/1972
15/12/1971	1793/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	12/06/1972
15/12/1971	1794/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/02/1973
15/12/1971	1795/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1972
15/12/1971	1803/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
15/12/1971	1804/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento do débito.	17/12/1973
15/12/1971	1806/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Londrina - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1972
15/12/1971	1807/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Londrina - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	09/05/1974
15/12/1971	1810/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	06/10/1975
15/12/1971	1811/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/02/1972
15/12/1971	1814/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	05/05/1972
15/12/1971	1815/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento de forma amigável. Por fim, houve desistência da ação.	Solicitada desistência da ação.	05/02/1976
15/12/1971	1816/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/02/1972
15/12/1971	1817/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/02/1972
15/12/1971	1818/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	23/08/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
15/12/1971	1825/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/02/1972
15/12/1971	1827/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	03/02/1972
15/12/1971	1828/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/02/1972
15/12/1971	1829/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	03/02/1972
15/12/1971	1834/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	19/04/1972
15/12/1971	1841/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1972
15/12/1971	1843/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1972
15/12/1971	1844/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	07/04/1972
15/12/1971	1846/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/02/1973
15/12/1971	1847/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	05/05/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
15/12/1971	1853/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Mandaguari - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento de forma amigável. Por fim, houve desistência da ação.	Solicitada desistência da ação.	01/02/1972
15/12/1971	1854/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Mandaguari - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento de forma amigável. Por fim, houve desistência da ação.	Solicitada desistência da ação.	01/02/1972
15/12/1971	1856/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e multa. Citado, o executado procedeu ao pagamento. Por fim, houve desistência da ação.	Solicitada desistência da ação.	04/08/1975
15/12/1971	1857/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1972
15/12/1971	1858/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	19/04/1972
15/12/1971	1861/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/02/1972
15/12/1971	1862/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	15/12/1975
15/12/1971	1863/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1972
15/12/1971	1865/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	08/06/1972
15/12/1971	1866/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	21/02/1972
15/12/1971	1868/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	13/01/1976
15/12/1971	1872/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	11/02/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
15/12/1971	1875/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	06/09/1974
15/12/1971	1877/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/02/1972
15/12/1971	1879/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	13/12/1976
15/12/1971	1881/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Cambé - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1972
15/12/1971	1884/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	15/02/1973
15/12/1971	1887/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	28/02/1972
15/12/1971	1888/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	19/04/1972
15/12/1971	1889/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1972
15/12/1971	1892/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	19/04/1972
15/12/1971	1893/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de impostos e taxas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	24/05/1972
16/12/1971	1894/71	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; servente; desquitada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; juiz de direito; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido, pedido de férias num período de 30 dias. Solicitação concedida pelo requerido.	Solicitação concedida.	17/12/1971

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
16/12/1971	1896/71	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; comissário de Vigilância de Menores; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias num período de 30 dias. Solicitação concedida.	Solicitação concedida.	17/12/1971
20/12/1971	1901/71	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias conforme escala.	Solicitação concedida.	21/12/1971
21/12/1971	1907/71	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido no valor de Cr$ 1.575,00. Por fim, houve desistência da ação, tendo em vista composição amigável entre as partes.	Solicitada desistência da ação em função de composição amigável.	04/12/1972
21/12/1971	1908/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de dívidas com o abastecimento. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/02/1972
21/12/1971	1909/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de dívidas com o abastecimento. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/02/1972
21/12/1971	1910/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de dívidas com o abastecimento. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	10/02/1972
21/12/1971	1911/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de dívidas com o abastecimento. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/02/1972
21/12/1971	1912/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de dívidas com o abastecimento. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	14/03/1972
21/12/1971	1913/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de dívidas com o abastecimento. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/02/1972
21/12/1971	1914/71	Executiva Fiscal	Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de dívidas com o abastecimento. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	01/02/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/12/1971	1925/71	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da Justiça.	Solicitação concedida.	28/12/1971

Processos

1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
05/01/1972	03/72	Despejo		Austríaco; do comércio; casado	Pessoa Física; libanês; do comércio; casado	O requerente é proprietário de loja alugada ao requerido, o qual se encontra com dois aluguéis em atraso. Requer, diante disto, a citação do requerido.	O pedido foi considerado inapto, por ser pouco claro e específico nas informações sobre a aludida dívida.	15/03/1972
05/01/1972	06/72	Alvará		Pessoa Física; brasileira; estudante	Pessoa Jurídica	A requerente tornou-se proprietária de parte ideal de uma data herdada da mãe. Todos os herdeiros entraram em acordo para vender o imóvel e aplicar na poupança. Diante disto, requer-se Alvará Judicial que determina que o produto seja vendido e pede dispensa da avaliação do imóvel.	Não consta.	07/02/1972
07/01/1972	11/72	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerido firmou contrato de financiamento com um banco de investimentos e ofereceu em garantia um chassi com cabina. O requerido obrigou a pagar mediante a representação da dívida por emissão de notas promissórias. Ocorre que o requerido deixou de pagar várias parcelas, que se encontram vencidas. Diante disto, solicita-se a busca e apreensão ao carro oferecido com o garantia.	Houve desistência da ação.	06/04/1972
07/01/1972	12/72	Executiva		Pessoa Jurídica; Rio de Janeiro - RJ	Pessoa Física; brasileira; do lar	O requerente solicita cobrança de hipoteca oferecida em garantia ao financiamento concedido pela empresa. Requer que se proceda a citação dos réus, para que paguem em vinte e quatro horas a aludida dívida ou que nomeiem bens a penhora.	Houve composição amigável entre as partes e desistência da ação.	16/03/1976
07/01/1972	13/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Mariluz - PR	O requerente é credor do requerido. Requer a citação do requerido para que pague em vinte e quatro horas a aludida dívida ou que nomeie bens a penhora.	Houve acordo amigável entre as partes e desistência da ação.	21/01/1972
07/01/1972	14/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileira; professora; solteira; Mariluz-PR	O requerente é credor do requerido. Requer a citação do requerido para que pague a dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve acordo amigável entre as partes e desistência da ação.	20/01/1972
14/01/1972	30/72	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor proveniente de empréstimo concedido pelo banco. Requer o pagamento da dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	19/09/1972
14/01/1972	31/72	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheque, emitido sem previsão de fundos. Requer o pagamento da dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	15/08/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/01/1972	32/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Requer o pagamento em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve pagamento da dívida com penhora de bens.	12/04/1972
14/01/1972	34/72	Embargos de Terceiros	Art. 3 do Decreto-Lei 911/69	Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerido moveu Ação Executiva contra o marido da requerente. Na ação, foi penhorado cartas de datas em nome do marido da requerente. Tendo com base o estatuto que defende a responsabilidade do casal pela dívida, a requerente solicita que sejam concedidos 'in limite' os presentes embargos, suspendendo o curso do processo principal (544-72). Solicita ainda a citação do requerido, para que conteste os presentes embargos, que deverá ser julgado procedente para condená-lo ao pagamento das custas processuais, honorários de advogados e demais cominações do estilo.	Houve desistência da ação diante de acordo amigável entre as partes e pagamento das custas processuais.	23/02/1972
18/01/1972	40/72	Anulação		Pessoa Jurídica; Osasco - SP	1) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; 2) Pessoa Física; brasileira; agricultora; casada	O requerente recebeu um cheque sem fundos do requerido. Requer anulação da escritura de compra e venda.	Houve desistência da ação diante de acordo entre as partes.	25/09/1974
20/01/1972	46/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Roncador - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Boa Esperança - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por nota promissória vencida e não paga. Requer o pagamento da dívida e juros em vinte e quatro horas, sob pena de penhora de bens.	Houve a penhora de bens e desistência da ação.	12/01/1973
24/01/1972	48/72	Executiva	Art. 298 a 301 do Decreto-Lei 1.608/39; Lei 2.044/08; Decreto 57.663/66	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita o pagamento da dívida dentro de vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve acordo amigável entre as partes e desistência da ação.	11/08/1972
24/01/1972	51/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barbosa Ferraz - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barbosa Ferraz - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; lavradora; casada; Barbosa Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por nota promissória vencida e não paga amigavelmente. Requer o pagamento do valor acrescido de demais custos em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação mediante acordo amigável entre as partes.	06/12/1972
28/01/1972	61/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; médico; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro naturalizado; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas em 1971 e não pagas. Solicita o pagamento do valor acrescido de demais custos, ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação após acordo amigável entre as partes.	15/03/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
31/01/1972	68/72	Reclamação Trabalhista		1) Pessoa Física; brasileiro; operário; solteiro; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; operária; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente vem representar seus interesses e de outros três trabalhadores, tendo sido demitidos por justa causa sem receber o que lhes era devido. Os requerentes solicitam receber pelas horas extras acumuladas durante o período e outros direitos trabalhistas. Requer-se a designação de dia e hora para audiência de conciliação, contando com a notificação prévia do requerido.	Houve acordo efetuado em audiência, tendo os requerentes recebido o devido valor negociado pela mulher do requerido, já este havia falecido. Apenas um dos requerentes não foi encontrado e seu processo foi arquivado.	13/06/1973
31/01/1972	70/72	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; português; do comércio; casado; Mamborê - PR	O requerente é avalista do requerido, que adquiriu eletrodomésticos de duas empresas distintas, sendo o valor representado por notas promissórias. O requerido não quitou todas as notas e o requerente, na condição de avalista, efetuou o pagamento. Diante disto, requer a busca e apreensão dos objetos descritos para que os mesmos sejam entregues às mãos de qualquer um dos diretores da empresa.	Houve desistência da ação diante de composição amigável entre as partes.	03/03/1972
01/02/1972	71/72	Notificação	Art. 720 do Decreto-Lei 1.608/39	1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; lavradora; casada; Campo Mourão - PR	1) Pessoa Física; Italiano; laboratorista; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Os requeridos assumiram por escritura pública o compromisso de efetuarem o pagamento de Cr$ 27.000,00. Por fim, houve desistência da ação, pois as partes entraram em acordo amigável.	Homologada desistência da ação.	01/08/1973
01/02/1972	73/72	Indenização		Brasileiro; lavrador; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Física	O requerente vendeu aos requeridos um caminhão, e recebeu em garantia lotes de terra que não deveriam ser vendidos sem consentimento do requerente. Diante da impossibilidade de realizar o pagamento, os requeridos ofereceram como pagamento ao requerente o lote de terras que estava penhorado. Neste mesmo ano, os requeridos venderam este pedaço de terra a um terceiro. Diante disto, o requerente solicita a restituição das terras ou o pagamento do principal.	Houve desistência da ação.	17/02/1972
01/02/1972	74/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente necessita do benefício da Assistência Judiciária gratuita, a fim de mover ação de apreensão contra seu marido, que sequestrou suas duas filhas.	Benefício concedido.	01/02/1972
07/02/1972	85/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; bancário; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheques que foram emitidos em outubro de 1971 e que estavam sem fundos. Requer o pagamento da dívida em vinte e quatro horas ou que indique bens a penhora.	Houve acordo entre as partes e desistência da ação.	12/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
07/02/1972	86/72	Anulação		Pessoa Física; italiano; médico	Pessoa Física; italiano; lavrador; casado	Os requerentes são proprietários de um lote de terra. O requerido conquistou a confiança dos requerentes para que passassem a escritura para seu filho, a fim de conseguirem financiamento junto ao banco. Decorrido determinado tempo, os requerentes solicitaram que a transferência de escritura fosse feita, sendo o pedido negado. Ambas as partes entraram em acordo após a elaboração de contrato informal para a transferência de propriedade, desde que o autor se comprometesse a pagar obrigações inexistes. Diante disto, os requerentes solicita o cancelamento da cláusula e do crédito cobrado indevidamente.	Houve acordo amigável entre as partes e desistência da ação.	10/08/1973
07/02/1972	87/72	Cobrança		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Fênix - PR	O requerente comprou veneno e entregou ao requerido para que guardasse em seu estabelecimento. O requerido vendeu o veneno a um terceiro sem autorização. Diante disto, solicita-se o pagamento de valor correspondente ao produto.	Houve desistência da ação.	18/12/1972
09/02/1972	91/72	Executiva Fiscal		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Arapuá - PR	O requerente é credor do requerido de uma importância representada por notas promissórias. Solicita o pagamento da dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação mediante pagamento.	28/02/1972
10/02/1972	93/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; mecânico; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente foi admitido para prestar serviços a empresa em 1971. No corrente ano, foi demitido sem justa causa, não tendo recebido o que lhe é garantido por lei. Diante disto, requer a Notificação do requerido para que compareça em audiência de conciliação.	Houve acordo entre as partes.	23/06/1972
10/02/1972	94/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; balconista; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente foi contratado pela empresa sem ser registrado. Alguns dias depois do início do trabalho, precisou ser internado às pressas por sete dias. Ao se apresentar novamente à empresa, foi demitido sem receber qualquer parcela pelo trabalho já prestado. Requer-se a Notificação do requerido para que compareça em audiência de conciliação.	Houve o pagamento devido.	25/05/1973
10/02/1972	95/72	Pedido de Licença		Pessoa Física; serventuária da justiça	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita oito dias de licença.	Licença concedida.	10/02/1972
10/02/1972	96/72	Pedido de Licença		Pessoa Física; serventuário da justiça	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita licença do serviço por oito dias, tendo nomeado substituto para o período.	Licença concedida.	10/02/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/02/1972	97/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física	Pessoa Jurídica; Janiópolis - PR	O requerente foi admitido como tratorista da prefeitura no ano de 1967 e foi despedido sem justa causa em 1972. Requer audiência de conciliação, solicitando o pagamento dos direitos que tem a receber e o acerto de horas extras.	Houve acordo entre as partes.	28/06/1972
18/02/1972	106/72	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Fênix - PR	O requerente é proprietário de um lote de terras do município de Fênix. O requerido ocupa uma área desse lote na condição de meeiro de hortelã e recusa-se a deixar o local. Diante disto, requer a citação do requerido nesta Ação de Despejo.	Houve acordo amigável entre as partes e desistência da ação.	27/08/1973
18/02/1972	109/72	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Juranda - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita-se o pagamento da dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve pagamento da dívida e demais custos, e desistência da ação.	12/07/1972
21/02/1972	115/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente não tem condições financeiras para mover ação judicial contra um senhor para o qual ele prestou serviços, na condição de empreiteiro, não tendo recebido. Requer assim o benefício da justiça gratuita.	Benefício concedido.	18/02/1972
22/02/1972	117/72	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente locou uma casa de sua posse ao requerido. Solicita o pagamento de aluguéis em atraso, além de custos e juros.	Houve desistência da ação.	12/03/1972
24/02/1972	120/72	Falência		Pessoa Jurídica; Bauru - SP	Pessoa Jurídica	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias. Diante disto, requer a falência da firma credora.	Julgada extinta a ação mediante o pagamento da dívida.	19/06/1972
24/02/1972	122/72	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido fez um financiamento para aquisição de um veículo, sendo o requerente seu avalista. Diante da falta de pagamento por parte do requerido, o requerente pagou as parcelas. Solicita-se a busca e a apreensão do veículo e a responsabilidade de pagamento das custas processuais por conta do requerido.	Houve desistência da ação.	10/03/1972
24/02/1972	123/72	Executiva Cambial		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Requer o pagamento da dívida em 24 horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	28/03/1972
25/02/1972	124/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias não pagas. Requer o pagamento da dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	08/03/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/02/1972	128/72	Notificação		Pessoa Física; alemão; agricultor; viúvo; Rolândia - PR	Pessoa Física; brasileiro; parceiro agrícola; casado	O requerente é proprietário de um lote de terras que foi dado em parceria ao requerido. O requerente encontra-se descontente com os trabalhos do requerido, por isso requer a Notificação do mesmo de que o contrato de parceria não se renovará.	Notificação efetuada.	09/03/1972
28/02/1972	133/72	Executiva		Pessoa Física; paraguaio; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheques sem fundos. Solicita o pagamento da dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação mediante o pagamento da dívida.	12/03/1972
28/02/1972	134/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita a nomeação de um patrono advogado para postular em Juízo.	Solicitação concedida.	28/02/1972
29/02/1972	140/72	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerido celebrou com duas empresas contratos de financiamento para aquisição de máquinas agrícolas. O valor de empréstimo está representado por notas promissórias que não foram pagas pelo requerido. O requerente, na condição de avalista, pagou a totalidade, e solicita Ação Executiva de Cobrança para que haja o pagamento da dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	24/05/1972
29/02/1972	141/72	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerido realizou um financiamento em que o requerente assumia a condição de avalista. O requerido não pagou nenhuma promissória, sendo o pagamento efetuado pelo avalista. Diante disto, o requerente solicita o pagamento em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	23/05/1972
29/02/1972	142/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos ou que nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação mediante o pagamento da dívida.	31/07/1973
29/02/1972	143/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	Pessoa Física; italiano; médico	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita o pagamento da dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve acordo amigável entre as partes.	03/07/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
01/03/1972	144/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado; Iretama - PR	Pessoa Física; Iretama	O requerente foi contratado no ano de 1971 para trabalhar na padaria do requerido desempenhando funções gerais. No início do ano de 1972, o requerente foi demitido sem receber as parcelas indenizatórias nem a diferença salarial correspondente ao aumento do salário mínimo. Diante disto, requer a Notificação do requerido para que compareça em audiência de reconciliação.	As partes entraram em acordo em audiência.	22/03/1972
01/03/1972	145/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileira; operária; desquitada; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; empresário; Campo Mourão - PR	No mês de julho de 1970, a requerente começou a trabalhar para o requerido desempenhando a função de tecelã de palha. O requerido, que já não vinha cumprindo com as obrigações de empregador, demitiu-a sem justa causa e não lhe pagou as parcelas indenizatórias a que tem direito. Diante disto, requer a Notificação do requerido para que compareça em audiência para conciliação.	As partes entraram em acordo em audiência.	14/06/1972
01/03/1972	147/72	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerido fez um contrato de financiamento com uma empresa de Curitiba. O pagamento do financiamento seria feito em quatro parcelas mensais. O requerido efetuou apenas o pagamento da primeira parcela. O requerente, como avalista, pagou as promissórias. Diante disto, requer a citação do devedor para que o mesmo pague em vinte e quatro horas a dívida e demais custos.	Houve desistência da ação.	28/03/1972
02/03/1972	148/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover uma ação que assegure suas pretensões.	Solicitação concedida.	02/03/1972
06/03/1972	162/72	Executiva de Penhor			1) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Janiópolis - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; agricultora; casada; Janiópolis - PR	Os requeridos fizeram um empréstimo no banco requerente para que pudessem adquirir trator e implementos agrícolas. Como garantia, foi realizada hipoteca de imóvel rural e penhor sobre máquinas agrícolas. Os requeridos porém, se limitaram a amortizar a dívida. Diante disto, requer-se o pagamento da dívida em 48 horas, ou que depositem os bens hipotecados e, ainda, o sequestro dos bens penhorados onde forem encontrados.	Houve desistência da ação, diante de acordo amigável entre as partes.	12/03/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/03/1972	163/72	Sequestro	Art. 20 da Lei 492/37	Pessoa Física; Maringá - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; protético; casado; Las Vegas - Estados Unidos da América do Norte; 2) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Las Vegas - Estados Unidos da América do Norte	O requerente financiou aos requeridos uma lavoura e a aquisição de um trator e implementos agrícolas, recebendo como garantia a hipoteca de um imóvel. Conforme o estipulado, os bens penhorados não poderiam ser removidos do local denominado sem prévia autorização por escrito do credor. O requerido não cumpriu suas obrigações e ainda não pagou uma prestação vencida e sem qualquer notificação removeu o trator para Maringá. Diante disto, solicita-se o sequestro dos bens do requerido, sendo para tanto necessária expedição de carta precatória.	Pedido indeferido liminarmente.	22/03/1972
07/03/1972	165/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente começou a trabalhar na empresa requerida após contrato verbal realizado entre as partes em janeiro de 1971. O requerente, que desempenhava a função de ajudante de mecânico, foi demitido em janeiro de 1972 sem receber o que lhe é garantido por lei. Diante disto, requer a Notificação do requerido para que este compareça em audiência de conciliação.	Houve acordo entre as partes em audiência.	11/05/1972
08/03/1972	166/72	Entrega de Certificado de Naturalização		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente encaminha certificado de naturalização de homem nascido na Áustria, e solicita que seja informado da entrega do mesmo e que o naturalizando entregue a carteira de identidade de estrangeiro.	Certificado de naturalização entregue.	10/03/1972
08/03/1972	167/72	Notificação	Art. 22 do Decreto 59.566/66; Art. 95, V da Lei 4.504/64	Pessoa Física; italiano; agricultor; casado; Astorga - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente tem com o requerido um contrato de parceria agrícola no prazo de três anos. O contrato vence em 30 de setembro de 1972 e o requerente não pretende mais renovar a parceria. Diante disto, requer a Notificação do requerido para que este saiba de suas intenções e que após o vencimento do acordo não realize plantios na propriedade e, ainda, abandone o móvel que está sob parceria agrícola.	Notificação efetuada.	21/03/1972
08/03/1972	170/72	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Juranda - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é pai de menina menor de idade, namorada de rapaz com quem manteve relações sexuais e pretendem contrair matrimônio a fim de evitar sanção penal. Requer-se o suprimento de idade da menor.	Solicitação concedida.	21/03/1972
08/03/1972	171/72	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requente tem duas irmãs menores de idade. Seus pais faleceram e deixaram bens a inventariar. Para que o inventário ocorra, as menores necessitam de um tutor que as represente. Diante disto, requer a sua nomeação de tutor das menores.	Pedido julgado procedente.	06/04/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
08/03/1972	172/72	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; carpinteiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é proprietário de imóvel que está alugado ao requerido, que não pagou o aluguel dos meses de fevereiro a março de 1971. Solicita-se o despejo por falta de pagamento.	Julgada extinta ação, mediante o não pagamento das custas processuais.	13/05/1975
08/03/1972	174/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor do requerido do valor de Cr$ 1.300,00. Por fim, houve desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/03/1972
08/03/1972	175/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Requer que seja expedida a citação contra o devedor para que este pague a referida dívida no período de vinte e quatro horas.	Houve desistência da ação após acordo amigável entre as partes.	07/07/1972
09/03/1972	178/72	Sequestro	Art. 17 do Decreto Lei 167/67	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Araruna - PR	O requerente financiou um custeio de lavoura de café do requerido, tornando-se seu credor. A garantia do empréstimo é constituída pela penhora de um grau da colheita do café que seria depositada às ordens do Banco. O requerido alienou sua produção e não quitou a dívida com o Banco. Diante disto, o requerente solicita o imediato sequestro do café alienado.	Houve desistência da ação, mediante pagamento por parte do requerido.	05/05/1972
09/03/1972	179/72	Cobrança	Art. 291 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; pintor; casado	Pessoa Física; brasileiro; madeireiro; casado	O requerente foi contratado para fazer reformas em cinco casas do requerido. O requerente realizou os serviços, porém não recebeu a quantia devida. Diante disto, requer a citação do devedor para que pague o valor acrescido de demais custos e juros.	Houve desistência da ação, mediante pagamento por parte do requerido.	03/10/1972
10/03/1972	180/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física	O requerente locou uma sala ao executado, onde o mesmo mantinha um estabelecimento comercial. Pelo contrato, a conta de água, esgoto, luz, etc. seriam de responsabilidade do locatário. O requerido vendeu o estabelecimento comercial no início do ano sem pagar o aluguel referente a janeiro e nem as despesas com água, luz, esgoto, etc. Requer-se a citação do requerido para que o mesmo pague em 24 horas a quantia devida.	Houve desistência da ação mediante pagamento efetuado após penhora de bens.	29/08/1973
10/03/1972	182/72	Suprimento de Idade		Pessoa Física; espanhol; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é pai de uma menina menor de idade. A aludida menor era a noiva de um rapaz com quem manteve relações sexuais. Diante disto, requer o suprimento de idade para que a menor possa contrair matrimônio a fim de evitar sanção penal.	Suprimento de idade concedido.	28/03/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
10/03/1972	183/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação de prova de paternidade contra o cidadão que abandonou sua filha grávida.	Benefício concedido.	13/03/1972
13/03/1972	185/72	Executiva		Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; Janiópolis - PR	O requerente se tornou credor da requerida após fornecimento de mercadorias. O valor é representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita-se o pagamento em vinte e quatro horas, sob pena de penhora dos bens.	Houve acordo amigável entre as partes e quitação da dívida.	14/08/1973
13/03/1972	187/72	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Decreto-Lei 436/69; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; Jaguará - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	O requerente é credor do requerido de valor proveniente da venda de mercadorias, representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita-se o pagamento da dívida em vinte e quatro horas, acrescida de custos judiciais e juros, sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação, diante de acordo amigável entre as partes.	12/07/1972
14/03/1972	191/72	Executiva Hipotecária	Art. 286 da Lei 3.071/16; Art. 298 e 299 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; industriais; casados; Campo Mourão - PR	O requerente forneceu aos devedores uma abertura de crédito para financiamento industrial mediante garantia de hipoteca sobre imóvel do casal. Os requeridos receberam todo o valor emprestado, porém efetuaram apenas o pagamento da primeira prestação. Diante do vencimento do contrato e por falta de pagamento, solicita-se o pagamento do débito acrescido de demais custos.	Houve desistência da ação, mediante pagamento da quantia devida.	30/10/1972
14/03/1972	193/72	Executiva de Penhor	Art. 271 e 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica	O requerido fechou um contrato de financiamento com o requerente, cuja garantia era com penhor mercantil (madeira serrada). O requerido não efetuou o pagamento da quantia devida. Requer-se o pagamento da dívida em vinte e quatro horas, mais multas, juros ou custos. Requer-se ainda um mandado de avaliação dos bens dados em penhor mercantil.	Houve desistência da ação, devido a composição amigável entre as partes.	12/04/1972
17/03/1972	199/72	Executiva Hipotecária	Art. 71 do Decreto-D72Lei 167/67	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiros; agricultores; viúvos; Boa Esperança - PR	O requerente é credor dos executados em virtude de financiamento concedido para custeio da lavoura de café. Os requeridos não pagaram os juros e venderam o café vinculado ao empréstimo, limitando-se a fazer uma amortização do débito. Nestas condições, requer-se o pagamento do débito em 24 horas, sob pena de penhora dos bens.	Houve desistência da ação.	26/04/1972
17/03/1972	201/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita, considerando ser uma pessoa pobre, para que possa mover uma ação na busca da restituição de seus direitos.	Benefício concedido.	17/03/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
17/03/1972	202/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente era casada com oficial da polícia, havendo deste relacionamento dois filhos menores. No de 1972, a requerente foi abandonada pelo marido, não possuindo meios para sobreviver. Requer, portanto, o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação de alimentos contra seu marido.	Benefício concedido.	17/03/1972
20/03/1972	203/72	Suprimento de Idade	Art. 214 da Lei 3.071/16	1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; lavradora; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Os requerentes são pais de menor e requerem suprimento de idade para que a moça possa realizar matrimônio.	Suprimento de idade concedido.	24/05/1972
20/03/1972	207/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39; Lei 2.044/08; Decreto 57.663/66	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Ribeirão Preto - SP	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido por meio de precatória, para que efetue o pagamento ou nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação mediante acordo entre as partes.	14/06/1972
21/03/1972	210/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Roncador - PR	O requerente desempenhava a função de motorista com o caminhão do requerido, que não possuía documentos, sendo obrigado a trabalhar nos fins de semana e a noite. O contrato de trabalho foi verbal. Pouco tempo depois, o requerente foi demitido sem justa causa, sem ter recebido o que lhe é de lei. Solicita-se a notificação do requerido para comparecer à audiência de reconciliação.	Houve conciliação em audiência.	08/06/1972
21/03/1972	211/72	Reclamação Trabalhista		Brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita notificação ao requerido, para comparecer a audiência de conciliação e julgamento, já que o requerido não efetuou o pagamento dos serviços prestados pelo requerente. Por fim, houve desistência da reclamatória trabalhista, em função do pagamento dos salários atrasados ao requerente.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	13/04/1972
21/03/1972	212/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileira; solteira	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente foi contratada para desempenhar a função de balconista na empresa requerida. Recebia pelos serviços valor em dinheiro e almoço diário fornecido pelo patrão. O valor recebido em dinheiro era aproximadamente 70% menor do que o garantido por lei. Diante disto, a requerente pediu dispensa do serviço e requer a notificação do requerido para que compareça em audiência de conciliação.	Houve acordo amigável entre as partes e arquivamento da ação.	13/04/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/03/1972	223/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita-se o pagamento da quantia devida e demais custos ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	14/11/1972
24/03/1972	226/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileira; lavadeira; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente trabalhava na firma requerida desde 1964, por meio de acordo informal, onde receberia remuneração equivalente ao número de peças lavadas. Durante todo período trabalhado, a requerente não recebeu mais que o salário mínimo, não recebia férias e nem 13°. Foi demitida e não recebeu seus direitos. Diante disto, requer a notificação do requerido para que compareça a uma audiência de conciliação.	Houve o pagamento do valor devido.	07/11/1973
28/03/1972	229/72	Cobrança	Art. 291 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; São Paulo	Pessoa Jurídica; brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	A seguradora pagou os gastos de conserto do carro atingido pelo ônibus, que trafegava na contramão, de propriedade da empresa requerida. A requerente solicita a citação da empresa e do motorista, para responderem aos termos da ação, e que seja condenada a ressarcir a seguradora do valor pago como indenização à vítima do acidente.	Houve desistência da ação mediante o pagamento pela firma requerida.	06/08/1973
28/03/1972	230/72	Alvará	Art. 186 e Art. 214 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é pai de moça menor de idade que fugiu com seu namorado e, quando encontrados, foram levados às autoridades para efetuarem o casamento. Requer-se alvará que conceda autorização para a menor realizar casamento.	Solicitação concedida.	24/04/1972
28/03/1972	232/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro naturalizado; pintor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente prestava serviços de pintor e servente com carteira assinada para a empresa requerida. Durante o período trabalhado, nunca recebeu remuneração referente às horas extras prestadas. O requerente foi demitido no início de 1972 sem justa causa, por se negar a assinar a carta de demissão, por isso não recebeu a quantia devida. Diante disto, requer-se a notificação da requerida para que compareça em audiência na data marcada.	Houve acordo efetuado entre as partes.	05/10/1972
28/03/1972	234/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente é casada, e seu marido a abandonou há três meses, não lhe fornecendo qualquer assistência e nem a seu filho. A requerente, sendo reconhecidamente pobre, pede que lhe seja concedido o benefício da justiça gratuita, a fim de requerer ação de alimentos e pensão para ela e seu filho.	Benefício concedido.	27/03/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/03/1972	237/72	Rescisória		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Física; brasileiros; casado	O requerente, no início do ano corrente, comprou do requerido um lote de uma fazenda. O requerido não cumpriu com as cláusulas do contrato, o que possibilita diante da justiça que o requerente mova a presente ação.	Houve desistência da ação, diante de composição amigável entre as partes.	19/04/1972
29/03/1972	243/72	Consignação em Pagamento	Art. 973 da Lei 3.071/16; Art. 314 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Roncador - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente ocupa domicílio de propriedade do requerido localizado em Roncador. Sempre cumpre com todas as parcelas de aluguel do imóvel, que funciona como comércio, e solicitou que fosse feito recibo de pagamento. Sem razão de ser, o requerido se negou a receber o aluguel e fornecer o recibo. Diante disto, solicita-se a citação do requerido para que este compareça na data marcada para receber o aluguel, sob pena de ter o valor depositado de acordo com os termos permitidos pela legislação.	Foi efetuado o depósito pelo requerente, considerando que o requerido não compareceu na data marcada.	18/08/1972
06/04/1972	252/72	Executiva Cambial	Lei 5.474/68; Decreto-Lei 436/69	Pessoa Jurídica; brasileiro; Aricanduva - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Janiópolis - PR	A requerente é devedora do requerido de valor representado por duplicata não paga. Solicita-se a citação do devedor para que, no prazo de vinte e quatro horas, efetue o pagamento da dívida acrescida de demais custos e juros, ou que nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação mediante o pagamento da dívida.	25/03/1974
10/04/1972	257/72	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente recebeu como herança um lote de terras. No entanto, não consegue obter a documentação definitiva e necessita financiamento agrícola em estabelecimento bancário. Requer o alvará para que possa realizar financiamentos agrícolas.	Solicitação concedida.	04/05/1972
10/04/1972	258/72	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente e seus cinco filhos foram abandonados pelo marido, pai das crianças, e necessita do benefício da justiça gratuita para mover ação de alimentos contra o ex-marido.	Solicitação concedida.	10/04/1972
10/04/1972	262/72	Alimentos		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Física; brasileiro; corretor; casado	A requerente é casada com o requerido e desta união existe um filho. Foi abandonada pelo marido e, pelo que consta, este vive com outra mulher. Desde a separação, a requerente tem passado por privações, faltando inclusive dinheiro para o leite. Diante disto, requer ação de alimentos e também que o marido compareça para a audiência de conciliação para que seja condenado a pagar a pensão alimentar que for fixada.	Houve desistência da ação.	27/07/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/04/1972	276/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; operário; solteiro; Juranda - PR	Pessoa Jurídica	O requerente iniciou suas atividades na empresa requerida como serrador de madeira. Devido ao esforço físico, o requerente desenvolveu uma hérnia inguinal, o que ocasionou uma cirurgia, realizada em hospital particular. A requerida afirmou porém que, se o requerente não voltasse imediatamente a trabalhar, não receberia qualquer pagamento, e que as despesas hospitalares de qualquer forma deveriam ser pagas pelo requerente. Diante disto, requer a notificação da requerida para que compareça na audiência de conciliação.	Houve acordo entre as partes em audiência.	12/06/1972
13/04/1972	280/72	Executiva		Pessoa Jurídica; Peabiru - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	A empresa requerente é credora do requerido de valor representado por notas promissórias não pagas. Requer o pagamento da dívida em vinte e quatro horas, e que seja acrescido ao valor principal demais custos e juros, sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação, mediante acordo amigável.	16/08/1972
14/04/1972	281/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita benefício de justiça gratuita para mover ação para restabelecer pendência judiciária.	Solicitação concedida.	13/04/1972
19/04/1972	293/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente necessita dos benefícios da justiça gratuita, com nomeação de um advogado, para que possa mover ação que assegure suas pretensões.	Solicitação concedida.	19/04/1972
20/04/1972	302/72	Suprimento de Idade	Art. 214 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiros; lavradores; casados; Farol - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Os requerentes solicitam suprimento de idade para permissão de casamento no regime de separação de bens de sua filha de 15 anos.	Solicitação concedida.	05/10/1972
20/04/1972	303/72	Suprimento de Idade	Art. 214 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casados; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita suprimento de idade da filha menor, para que possa convolar núpcias.	Solicitação concedida.	05/05/1972
20/04/1972	304/72	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casados; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	Os requerentes solicitam suprimento de idade da filha menor, para que esta possa convolar núpcias.	Solicitação concedida.	05/05/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
25/04/1972	305/72	Suscitação de Dúvida		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita carta de arrematação, para fins de transcrição. No entanto, solicita sobre a possibilidade da transcrição mencionada, já que após a arrematação do imóvel procedeu-se uma penhora sobre o mesmo.	O pedido foi prejudicado.	13/10/1972
25/04/1972	309/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; fotógrafo; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; empregado; solteiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de quantia representada por cheque, devolvido por insuficiência de fundos. O requerente solicita o pagamento da dívida em vinte e quatro horas, sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação após pagas as custas processuais, baixa na distribuição e desentranhamento do cheque.	24/04/1972
27/04/1972	316/72	Embargos de Terceiros	Art. 707 do Decreto-Lei 1.608/39; Decreto 167/67	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente arrematou em leilão público um lote de terra penhorado. Findo o leilão, foi lhe entregue o ramo simbólico sem sinal de sua arrematação. Ao divulgar a transcrição da carta de arrematação no cartório, viu obstada sua legítima pretensão, já que existia no 1° Ofício do Registro de Imóveis a inscrição de penhora feita pelo requerido quatro meses após a arrematação. Diante do exposto, solicita cancelamento da penhora sobre o imóvel e a citação dos embargadores, condenação ao pagamento das custas judiciais.	Houve desistência da ação mediante acordo entre as partes.	04/10/1972
27/04/1972	317/72	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita suprimento de idade da sua filha menor, para que ela possa realizar matrimônio com seu noivo, com quem manteve relação sexual.	Suprimento de idade concedido.	12/05/1972
27/04/1972	322/72	Executiva	Art. 547 e Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; motorista; Roncador - PR	A requerente é credora do requerido de importância representada por duplicatas. Solicita o pagamento em vinte e quatro horas que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	24/07/1974
27/04/1972	326/72	Suprimento de Idade	Art. 214 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita suprimento de idade da sua filha menor para que ela possa realizar matrimônio com seu noivo, com quem manteve relação sexual.	Solicitação concedida.	07/06/1972
27/04/1972	329/72	Sequestro	Art. 17 do Decreto-Lei 167/67	Pessoa Física; brasileiro	1) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Iretama - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; agricultora; casada; Iretama - PR	O requerente solicita o sequestro dos bens agrícolas financiados, tendo em garantia a hipoteca de imóvel rural. O requerido alugou clandestinamente as máquinas a um terceiro, que as revendeu. O requerente solicita o sequestro das máquinas adquiridas.	Houve desistência do pedido de sequestro.	14/08/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/04/1972	334/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira; Riozinho - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o serviço da justiça gratuita para que possa mover ação para assegurar suas pretensões.	Solicitação concedida.	28/04/1972
28/04/1972	337/72	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Os filhos do requerente são proprietários de uma fazenda onde criam gado. Para melhorar a qualidade do rebanho, pretende adquirir mais animais. Devido a menoridade de um dos seus filhos, faz-se necessária autorização judicial.	Solicitação concedida.	18/05/1972
28/04/1972	338/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; português; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do lar; viúva; Luiziana - PR	O requerente é credor da requerida de importância representada por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita o pagamento da dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, após o pagamento efetuado pela requerida.	10/08/1973
03/05/1972	340/72	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará de autorização para que se entregue um lote, onde deseja fazer benfeitorias, em garantia do financiamento.	Solicitação concedida.	31/05/1972
03/05/1972	344/72	Justificação		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente justifica a morte de seu marido, que foi enterrado sem que fosse lavrada a competente certidão de óbito. Requer que se lavre a certidão de óbito, para que possa proceder a inventário sobre os bens deixados pelo falecido.	Declaração de óbito emitida.	13/07/1972
03/05/1972	349/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; funcionário público; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o pagamento de aluguel referente a 9 meses de locação de prédio urbano. O requerido realizou o pagamento de 7 meses.	Houve desistência da ação mediante composição amigável entre as partes.	14/08/1972
08/05/1972	350/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; casada	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente solicita gratuidade da justiça e nomeação de advogado para patrocinar-lhe as pretensões.	Solicitação concedida.	05/05/1972
08/05/1972	351/72	Mandado de Segurança		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	A indústria requerente adquire algodão dos lavradores que, após o processo, será um produto industrializado apto para comercialização externa. O governo federal criou medidas de proteção, como a isenção do imposto de circulação para possibilitar concorrência igual com os similares estrangeiros, exigindo-se, para tanto, o recolhimento de imposto. O requerente solicita ser assegurado de embarque a qualquer porto, sem a exigência de pagamento de impostos.	Houve desistência da ação.	24/05/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
08/05/1972	352/72	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente solicita alvará para levantamento de importância depositada em banco, em seu nome quando ainda menor, a fim de que possa movimentar regularmente sua conta.	Solicitação concedida.	22/05/1972
09/05/1972	360/72	Executiva	Decreto 2.044/08; Art. 298, XIII do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Engenheiro Beltrão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Fênix - PR	O requerente é credor por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita o pagamento pelo requerido em vinte e quatro horas, sob pena de penhora do único bem que possui, um veículo ano 1959.	Houve desistência da ação e levantamento da penhora.	13/06/1972
09/05/1972	361/72	Consignação em Pagamento		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Farol - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Farol - PR	O requerente executou ação contra o requerido, a fim de receber a quantia devida, proveniente de aluguel do mês de abril do corrente ano.	A dívida foi paga pelo requerido.	02/06/1972
12/05/1972	376/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Roncador - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Piquirivaí - PR	O requerente é credor por endosso, sendo que sem justa causa o requerido e seus avalistas recusam-se a pagar a dívida. O requerente solicita a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais custos, ou que nomeie bens a penhora.	A dívida foi paga pelo requerido.	27/04/1973
15/05/1972	377/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor de nota promissória avalizada pelo requerido. A referida dívida não foi paga. O requerente solicita mandado executivo para o avalista, para que pague a dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, mediante o pagamento de quantia acertada entre as partes.	14/11/1972
17/05/1972	381/72	Busca e Apreensão	Art. 3 do Decreto 911/69	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerido celebrou contrato com a firma requerente, para aquisição de veículo cujo valor seria pago em 18 parcelas, das quais foram pagas 16. Solicita-se a busca e apreensão do veículo, bem como a posse e propriedade privada por parte da requerente.	Houve desistência da ação.	23/08/1972
17/05/1972	382/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado; Toledo - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por nota promissória não paga. Solicita-se o pagamento da quantia, acrescida de demais custos, em vinte e quatro horas.	Houve desistência da ação diante de composição amigável entre as partes.	31/05/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/05/1972	384/72	Despejo	Art. 32 da Lei 4.504/64; Decreto 59.566/64	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Por contrato particular, a requerente arrendou ao requerido uma área de terra de sua propriedade pelo prazo de um ano, tendo por objetivo o cultivo de cereais. A arrendatária forneceu diversos cereais para serem cultivados na área, devendo o requerido, como compensação pelo uso da terra, formar 5 alqueires em pinus. O requerido não plantou nem replantou as mudas, não pagou a quantia correspondente ao fornecimento e nega-se a fazer a devolução das sementes de cereais fornecidas pela requerente. Diante disto, solicita-se a citação do requerido e o pagamento da dívida e demais custos.	Houve desistência da Ação de Despejo.	13/12/1972
19/05/1972	385/72	Despejo	Art. 32, III e IX da Lei 5.504/64	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	A requerente firmou contrato particular com o requerido, com duração de um ano, concedendo ao requerido o direito de plantar em determinada área. Os cereais foram fornecidos pela requerente e, como compensação pelo uso da terra, o requerido deveria cultivar Pinus. O requerido não plantou as mudas de Pinus e nega-se a pagar a quantia que corresponde à fornecida para plantio.	Houve desistência da Ação de Despejo.	04/04/1973
23/05/1972	394/72	Interpelação	Art. 720 do Decreto-Lei 1.608/39	Brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	A requerente, na condição de proprietária de lote rural, prometeu vender ao requerido uma parte do lote. No contrato consta acordo de pagamento em 5 parcelas, mas o requerido não pagou a terceira parcela. Diante disso, solicita-se o pagamento da dívida, sob pena de rescisão de contrato.	Notificação efetuada.	03/07/1972
23/05/1972	395/72	Notificação	Art. 720 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente foi notificado judicialmente com efeito de desocupar uma área de 3 alqueires de lavoura. O requerido moveu a ação alegando ser proprietário da área. Diante disto, solicita-se notificação do requerido de que não houve invasão de terra.	Notificação efetuada.	13/07/1973
23/05/1972	396/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita receber pagamento por serviços prestados ao requerido. As partes entram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	15/02/1973
24/05/1972	405/72	Suprimento de Idade	Art. 2 e 4 da Lei 3.071/16	1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; lavradora; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão – PR	O requerente solicita suprimento de idade da filha menor, que apresenta ruptura do hímen, para que a mesma possa convolar núpcias no regime de separação de bens.	Solicitação concedida.	20/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/05/1972	413/72	Executiva		Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	A empresa requerente é credora do requerido de valor representado por cheque, devolvido por falta de fundo. Solicita-se o pagamento da dívida em 24 horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	12/03/1973
24/05/1972	414/72	Executiva	Art. 299, 301 e 2.398 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	A firma requerente é credora do requerido do valor de Cr$ 7.934,00 representado por três cheques, devolvidos por falta de fundos. Solicita-se o pagamento da dívida e demais custos em vinte e quatro horas, ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	15/10/1974
24/05/1972	415/72	Interpelação	Art. 730 e 724 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	O requerente, por contrato particular, vendeu ao requerido um caminhão, que deveria ser pago em 19 prestações. No caso de atraso de 60, o contrato seria rescindido. O requerido, porém, não pagou nenhuma prestação e ainda vendeu o caminhão a um terceiro em Curitiba. Diante disto, o requerente solicita que o requerido compareça em juízo e pague as prestações em atraso. Concedido o prazo de 5 dias, a contar de sua Notificação, a falta de comparecimento imporá rescisão de contrato.	Interpelação efetuada.	23/06/1972
24/05/1972	416/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
24/05/1972	417/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
24/05/1972	418/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
24/05/1972	419/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Rua Brasil. Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1972
24/05/1972	421/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/05/1972	422/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	12/06/1972
24/05/1972	423/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
24/05/1972	424/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	12/06/1972
24/05/1972	425/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
24/05/1972	426/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1972
24/05/1972	427/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1973
24/05/1972	429/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1972
24/05/1972	430/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
24/05/1972	431/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1972
24/05/1972	432/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/05/1972	433/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1972
24/05/1972	434/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
24/05/1972	435/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
24/05/1972	436/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
24/05/1972	437/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
24/05/1972	438/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
29/05/1972	446/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	25/06/1972
29/05/1972	447/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
29/05/1972	448/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
29/05/1972	449/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/05/1972	450/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	13/06/1972
29/05/1972	451/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
29/05/1972	452/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
29/05/1972	453/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
29/05/1972	454/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1972
29/05/1972	455/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
29/05/1972	456/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1972
29/05/1972	457/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
29/05/1972	458/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
29/05/1972	459/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/04/1974

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/05/1972	460/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	12/06/1972
29/05/1972	461/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/04/1974
29/05/1972	462/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileira; do comércio; desquitada; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
29/05/1972	463/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
29/05/1972	464/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	13/06/1972
29/05/1972	465/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
29/05/1972	467/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
29/05/1972	468/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
29/05/1972	469/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
29/05/1972	470/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/05/1972	471/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
29/05/1972	472/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	12/06/1972
29/05/1972	473/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
29/05/1972	474/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	12/06/1972
29/05/1972	475/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
29/05/1972	476/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
29/05/1972	477/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
29/05/1972	478/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/06/1973
29/05/1972	479/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1972
29/05/1972	480/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/05/1972	481/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
29/05/1972	482/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
29/05/1972	483/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
29/05/1972	484/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1972
29/05/1972	485/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. O requerente solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/06/1972
30/05/1972	498/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; operário; Farol do Oeste - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão – PR	O requerente vem solicitar justiça gratuita, a fim de requerer desquite judicial contra sua esposa.	Solicitação concedida.	16/06/1972
30/05/1972	499/72	Suscitação de Dúvida		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão – PR	Foi registrada no cartório a transcrição das transmissões de escritura de compra e venda. Posteriormente, verificou-se o engano da distribuição, a qual é corretamente do 1° Ofício desta comarca. O requerente faz o presente comunicado para que seja autorizado o cancelamento da transcrição mencionada e que o outorgado faça o registro na instituição competente.	Pedido deferido, a fim de que se ofereça mandado de cancelamento das transcrições.	06/07/1972
30/05/1972	501/72	Executiva	Art. 298, XII do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; radio técnico; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita-se o pagamento da dívida acrescida de demais custos processuais em vinte e quatro horas, sob pena de penhora bens.	Houve desistência da ação em função de composição amigável. Foi ainda solicitada baixa na distribuição e inscrição da penhora, sendo os custos processuais pagos pelo requerido.	16/03/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
02/06/1972	507/72	Consignação em Pagamento	Art. 314 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Goioerê - PR	Pessoa Jurídica	O requerente adquiriu da requerida um veículo, por meio de financiamento com pagamentos mensais. O requerente está em ordem com seus pagamentos, porém a requerida vem recebendo o valor das prestações mediante o recibo, negando-se sempre a devolver duplicatas correspondentes devidamente quitadas. Nestas condições, solicita que se efetue a consignação em pagamento do valor.	Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	11/06/1973
02/06/1972	508/72	Executiva		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Física; brasileiro; corretor; casado	A requerente é credora do requerido de valor representado por cheque emitido e devolvido por encerramento de conta. Diante disto, solicita-se o pagamento da dívida acrescida de demais custos em vinte e quatro horas, sob pena de penhora de bens.	Houve acordo entre as partes, baixa na distribuição e levantamento da penhora realizada sobre imóveis para pagamento da dívida.	29/10/1973
02/06/1972	511/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente solicita benefício da justiça gratuita, solicitando a nomeação de patrono advogado para propor em juízo ação civil que assegure sua pretensão.	Solicitação concedida.	29/05/1972
05/06/1972	513/72	Sequestro	Art. 675 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Iretama - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Ribeirão Preto - SP	O requerente solicitou cobrança judicial do requerido diante da não citação do réu. Tendo em vista que o requerido está transferindo seus imóveis e o credor jamais conseguirá receber o que tem direito, solicita o sequestro de seus bens.	Houve desistência da ação.	15/06/1972
05/06/1972	514/72	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita baixa na distribuição de carta precatória para a citação do mesmo.	Ação liquidada e arquivada, tendo em vista o pagamento efetuado.	05/06/1972
05/06/1972	523/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Fênix - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; estudante; solteiro; Fênix - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Fênix - PR	O requerente é responsável por grupo musical, que celebrou contrato com o requerido, no qual se obrigava a tocar nos quatro bailes carnavalescos de fevereiro. Porém, até a ação, não houve recebimento de pagamento pelo serviço prestado. Solicita-se o pagamento da dívida acrescida de multa.	Houve composição amigável entre as partes e pedido de juntada do incluso recibo e baixa na distribuição.	06/04/1973
05/06/1972	524/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileira; enfermeira; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente firmou contrato verbal com o requerido, dispondo seus serviços no período noturno. Tendo sido demitida sem justa causa, ficou sem receber, no acerto de contas, as horas extras e os descansos.	Houve acordo entre as partes.	20/06/1972
05/06/1972	526/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente solicita os benefícios da Assistência Judiciária, por ser pobre, pedindo ainda que seja nomeado um advogado.	Solicitação concedida.	02/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/06/1972	528/72	Executiva	Lei 2.044/08; Decreto 57.663/66; Art. 298, 299 e 301 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campina da Lagoa - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Corumbataí/ Barbosa Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido de importância representada por nota promissória vencida. O requerente solicita o pagamento da dívida e demais custos em vinte e quatro horas, sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	11/07/1972
07/06/1972	540/72	Justificação		Pessoa Física; brasileira; lavradora; solteira; Guaraniaçú - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita a certidão de óbito de seu marido, a fim de obter documentação para o casamento da filha. Devido a condições financeiras precárias, nunca efetuaram o casamento formal e o marido não possui registro.	Solicitação concedida.	26/09/1972
08/06/1972	543/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mariluz - PR	O requerente é credor do requerido de importância proveniente do pagamento por ele efetuado na condição de avalista do requerido, que emitiu dois cheques sem fundos. Requer a citação do réu a fim de receber a quantia devida.	Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	26/07/1972
08/06/1972	547/72	Justificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A mulher do requerente faleceu, tendo deixado 11 filhos de maior e bens a partilhar. Diante disto, solicita-se que determine a justificação do alegado com as testemunhas, e que seja lavrada a competente certidão de óbito.	Solicitação concedida.	28/07/1972
09/06/1972	549/72	Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam	Art. 129, 254 e 676 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; do comércio; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	A requerente solicita vistoria de seu veículo, para que possa mover ação indenizatória contra o réu, que dirigia irregularmente quando colidiu com o automóvel da requerente.	Houve desistência da ação.	07/08/1972
12/06/1972	553/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Fênix - PR	O requerente é credor de nota promissória não paga pelo requerido. Solicita o pagamento da dívida acrescida de demais custos em vinte e quatro horas, ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	25/09/1972
12/06/1972	554/72	Inventário		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita inventário negativo, visto comprovar certidão de óbito.	Homologado por sentença o pedido de inventário.	31/07/1972
14/06/1972	561/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
14/06/1972	562/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
14/06/1972	563/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/06/1972	565/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/09/1972
14/06/1972	566/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
14/06/1972	567/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
14/06/1972	568/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
14/06/1972	569/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
14/06/1972	570/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
14/06/1972	571/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
14/06/1972	572/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/02/1974
14/06/1972	574/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
14/06/1972	575/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/06/1972	576/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
14/06/1972	577/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerido é devedor de valor ao requerente, que solicita o pagamento da mesma acrescida de multa, juros e demais despesas.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
14/06/1972	578/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerido é devedor de valor ao requerente, que solicita o pagamento da mesma acrescida de multa, juros e demais despesas.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
14/06/1972	579/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerido é devedor de valor ao requerente, que solicita o pagamento da mesma acrescida de multa, juros e demais despesas.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
14/06/1972	580/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerido é devedor de valor ao requerente, que solicita o pagamento da mesma acrescida de multa, juros e demais despesas.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
14/06/1972	581/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerido é devedor de valor ao requerente, que solicita o pagamento da mesma acrescida de multa, juros e demais despesas.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
14/06/1972	583/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido, e solicita o pagamento da dívida acrescida de juros, multas e demais despesas, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
14/06/1972	584/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido, e solicita o pagamento da dívida acrescida de juros, multas e demais despesas, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
14/06/1972	585/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido, e solicita o pagamento da dívida acrescida de juros, multas e demais despesas, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
14/06/1972	587/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido, e solicita o pagamento da dívida acrescida de juros, multas e demais despesas, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
14/06/1972	588/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido, e solicita o pagamento da dívida acrescida de juros, multas e demais despesas, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
14/06/1972	590/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido, e solicita o pagamento da dívida acrescida de juros, multas e demais despesas, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/06/1972	591/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/09/1972
14/06/1972	592/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
14/06/1972	593/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	05/12/1972
14/06/1972	594/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/09/1972
14/06/1972	595/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	05/12/1972
14/06/1972	596/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/09/1972
14/06/1972	597/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	05/12/1972
14/06/1972	598/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/09/1972
14/06/1972	599/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/09/1972
14/06/1972	600/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/09/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/06/1972	601/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/05/1973
14/06/1972	603/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
14/06/1972	604/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
14/06/1972	605/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
14/06/1972	606/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
14/06/1972	607/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
14/06/1972	608/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
14/06/1972	609/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
14/06/1972	611/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/08/1972
14/06/1972	612/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/06/1972	613/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
14/06/1972	614/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
14/06/1972	615/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/08/1972
14/06/1972	620/72	Executiva Cambial	Lei 2.044/08; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	A requerente é credora do requerido de importância representada por notas promissórias, vencidas e não pagas. Solicita-se o pagamento em vinte e quatro horas, sob pena de penhora de bens.	Diante do pagamento, o requerente solicita que seja extinta a ação.	21/06/1972
14/06/1972	621/72	Executiva	Art. 71 do Decreto-Lei 167/67	Pessoa Jurídica; Maringá	Pessoa Física; Peabiru	O requerente é credor dos requeridos, em virtude de financiamento concedido para custo agrícola. O crédito é representado por uma cédula rural vencida há quase um ano e avalizada pelos demais requeridos. O requerente solicita o pagamento do débito em vinte e quatro horas, sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação em função de acordo entre as partes.	10/07/1972
16/06/1972	628/72	Alvará		Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; viúvo	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente, juntamente com seus filhos, menores de idade, estão em posse de terras herdadas após a morte da mulher, mãe e sogra. Os requerentes necessitam obter empréstimo bancário, dando como garantia o imóvel descrito. Solicita-se alvará para que se efetive o empréstimo.	Solicitação concedida.	14/08/1972
16/06/1972	629/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; dentista; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente locou imóvel ao requerido, devendo as taxas de energia serem pagas pelo réu. Diante da falta de pagamento das 3 últimas parcelas, as taxas foram pagas pelo requerente. Pede-se que o requerido pague a dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens à penhora.	Houve desistência da ação em função de acordo entre as partes.	26/06/1972
19/06/1972	630/72	Executiva Fiscal	Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/06/1972	631/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
19/06/1972	632/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	633/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
19/06/1972	634/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	635/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
19/06/1972	636/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	637/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	23/08/1972
19/06/1972	638/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/05/1973
19/06/1972	639/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	23/08/1972
19/06/1972	640/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/05/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/06/1972	641/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
19/06/1972	642/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	643/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	31/08/1977
19/06/1972	644/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	645/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/09/1972
19/06/1972	646/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	647/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/03/1974
19/06/1972	648/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	649/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	23/08/1972
19/06/1972	650/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	23/08/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/06/1972	651/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	653/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	654/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	23/08/1972
19/06/1972	655/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	656/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
19/06/1972	657/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	09/02/1973
19/06/1972	658/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	23/08/1972
19/06/1972	659/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	660/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
19/06/1972	661/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/06/1972	662/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
19/06/1972	663/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	664/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
19/06/1972	665/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	666/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
19/06/1972	667/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	668/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	669/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	24/08/1972
19/06/1972	670/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	24/08/1972
19/06/1972	671/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/06/1972	672/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	31/05/1973
19/06/1972	673/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	674/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
19/06/1972	675/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	676/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	677/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
19/06/1972	678/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	679/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
19/06/1972	680/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	681/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/06/1972	682/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	683/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	684/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	685/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	686/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	687/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	688/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	691/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	692/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	28/06/1972
19/06/1972	693/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/06/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/06/1972	694/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	23/08/1972
19/06/1972	695/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	697/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	698/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
19/06/1972	699/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	700/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972
19/06/1972	702/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	703/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/06/1972
19/06/1972	704/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	01/08/1972
19/06/1972	705/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/08/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/06/1972	706/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente solicita Assistência Judiciária.	Solicitação concedida.	19/06/1972
21/06/1972	717/72	Tutela	Art. 410 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Iretama - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente solicita autorização para assumir como tutora de menor, órfão de pai e mãe, que vive sob seus cuidados, a fim de assinar termo de consentimento do enlace matrimonial do mesmo.	Solicitação concedida.	09/08/1972
22/06/1972	719/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente deseja receber o benefício de Assistência Judiciária gratuita, a fim de requerer alvará para venda de bens de menores, considerando que é reconhecidamente pobre.	Solicitação concedida.	21/06/1972
22/06/1972	720/72	Tutela	Art. 410 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para ser nomeado tutor da sobrinha, órfã de pai e mãe, que vive sob seus cuidados, a fim de assinar o termo de consentimento do enlace matrimonial.	Solicitação concedida.	22/11/1972
22/06/1972	721/72	Executiva	Lei 5.474/68; Art. 64, 298, 299, XIV do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; Apucarana - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	A requerente é credora do requerido de importância representada por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita-se o pagamento do principal, acrescido de outros custos, no prazo de vinte e quatro horas, sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	31/10/1972
26/06/1972	729/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; doméstica; solteira	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente conviveu por algum tempo com um homem, resultando desta união o nascimento de uma criança. Posteriormente, a requerente foi abandonada. Conforme comprova o atestado de miserabilidade, requer o benefício de Assistência Judiciária gratuita para que possa mover ação de alimentos em favor da menor.	Solicitação concedida.	21/06/1972
26/06/1972	733/72	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	Solicita-se baixa na distribuição, tendo em vista que já se encontra arquivado o Executivo Fiscal, pago pelo devedor.	Julgado procedente o pedido e dado baixa na distribuição.	27/06/1972
27/06/1972	739/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por nota promissória. Solicita-se o pagamento da importância acrescida de demais juros, ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, diante do recebimento do valor pago pelo avalista.	19/01/1973
27/06/1972	740/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheque, sem fundos. Foram esgotados os meios de acerto sem intervenção judicial. Solicita-se assim o pagamento da dívida em vinte e quatro horas, acrescido de demais custos, ou que nomeie bens a penhora.	Houve acordo amigável e solicitação de homologação da desistência da ação.	22/09/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/06/1972	749/72	Executiva	Art. 930 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Fênix - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por nota promissória. Solicita-se o pagamento da dívida em vinte e quatro horas, acrescido de demais custos, ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	09/11/1973
28/06/1972	752/72	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; solteiro; Boa Esperança - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita baixa na distribuição de ação trabalhista.	Houve baixa na distribuição.	17/07/1972
30/06/1972	754/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido de importância representada por cheque sem fundos. Esgotados os recursos para cobrança amigável, solicita-se a citação do devedor, para que pague a dívida em vinte e quatro horas acrescida de despesas, sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	22/09/1972
30/06/1972	755/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	A requerente deu em locação um prédio de sua propriedade. O requerido, após desocupar a casa, não pagou mais os aluguéis de agosto a março, bem com a água e a luz. Solicita-se o pagamento da dívida em vinte e quatro horas, acrescida de multa, sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	21/11/1973
30/06/1972	756/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Barbosa Ferraz - PR	A requerente é credora do requerido de importância referente a compra de pneus oferecidos pela mesma e representado por duplicatas. Solicita-se o pagamento da importância principal em vinte e quatro horas, acrescida de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Houve pagamento da dívida.	21/07/1972
05/07/1972	766/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Roncador - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de importância representada por nota promissória. Solicita-se o pagamento da dívida em vinte e quatro horas, sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	23/08/1973
10/07/1972	775/72	Pedido de Licença			Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita licença do trabalho para tratamento de saúde, e nomeia outro funcionário para executar as atividades de subscrever os autos do ofício.	Solicitação concedida.	10/07/1972
13/07/1972	783/72	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é proprietário de um prédio concedido por aluguel ao requerido, que não pagou as mensalidades referente aos meses de abril a junho de 1972. Solicita-se a citação do requerido para responder a ação de despejo por falta de pagamento.	Houve desistência da ação, diante da composição entre as partes.	25/09/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/07/1972	787/72	Despejo		Pessoa Física; brasileiros; proprietários rurais; casados	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Os requerentes são proprietários de lote de terras concedido ao requerido por meio de acordo de arrendamento, no qual o requerido se comprometia a cultivar a terra e pagar 15% do valor da terra. O requerido descumpriu o acordo, não realizando o pagamento, e subarrendou uma parcela da área a um parente sem consentimento do proprietário. Diante disto, requer-se a citação do réu para que possa realizar seu despejo.	O requerido foi despejado.	22/05/1973
14/07/1972	791/72	Cobrança			Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita-se o pagamento da dívida no prazo de vinte e quatro horas, ou que nomeie bens a penhora.	Houve acordo amigável entre as partes e desistência da ação.	25/07/1973
17/07/1972	795/72	Executiva		Pessoa Física; brasileira; enfermeira; solteira	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Fênix - PR	A requerente é credora do requerido do valor de Cr$ 300,00 representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Requer-se a citação do requerido para que pague a dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, diante do pagamento realizado pelo requerido.	08/08/1973
17/07/1972	796/72	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita-se a citação do requerido para que pague a dívida em vinte e quatro horas, ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, diante do pagamento realizado pelo requerido.	24/10/1973
17/07/1972	798/72	Busca e Apreensão		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro	O requerente vendeu um caminhão ao requerido por contrato particular, mas 19 das prestações combinadas não foram pagas. Diante disso, o requerente interpela judicialmente o requerido para que o mesmo cumpra com a obrigação assumida. O interpelado não pagou e ainda vendeu o caminhão a um morador de Curitiba. Para evitar maiores prejuízos, o requerente solicita que se efetue a busca e apreensão do caminhão.	Houve acordo amigável e desistência da ação.	23/03/1973
18/07/1972	801/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; casada	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente está separada de seu marido há dois anos. Dessa união, que durou 11 anos, resultou 5 filhos. O marido mandava auxílio para a requerente e seus filhos, mas há 2 meses não mais envia o dinheiro. A requerente solicita que seja nomeado um advogado para que possa mover ação de alimentos contra seu marido, contando com a justiça gratuita.	Solicitação concedida.	18/07/1972
21/07/1972	809/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente, sendo pessoa pobre, pede que seja concedido o benefício de justiça gratuita, a fim de mover ação de despejo contra o ocupante de seu imóvel.	Solicitação concedida.	20/07/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/07/1972	812/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente é credor do requerido de importância representada por três notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita-se a citação do requerido, para que no prazo de vinte e quatro horas pague a dívida e demais custos, ou que indique bens a penhora.	Houve composição amigável entre as partes e desistência da ação. Requer-se ainda, seja ordenado o levantamento da penhora e baixa da distribuição.	16/02/1973
24/07/1972	814/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; Apucarana - PR	Pessoa Física; brasileiro; Araruna - PR	O requerente é credor dos requeridos de quantia representada por duplicada vencidas e não pagas. Requer-se a citação dos requeridos, a fim de que, em vinte e quatro horas, paguem a dívida acrescida de demais custos, ou que nomeie bens a penhora.	Carta precatória emitida. Houve o pagamento da dívida e demais custos. A ação foi extinta.	26/10/1972
25/07/1972	817/72	Justificação	Art. 117 e 735 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	A mulher do requerente veio a falecer subitamente, sem que o requerente viesse a saber a causa. A mulher foi enterrada em cemitério próximo, sem que fosse providenciado o registro de óbito. Necessitando formalizar o óbito da mulher, o requerente solicita fazer o registro e, para tal, pretende fazer a prévia justificação.	Pedido deferido, a fim de que se lavre o assunto de óbito.	07/11/1972
25/07/1972	819/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Os requerentes são credores do requerido de quantia representada por duas notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita-se o pagamento da dívida acrescida de demais custos no prazo de vinte e quatro horas, ou que indique bens a penhora.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação e baixa na distribuição, em função de composição amigável entre as partes.	19/10/1973
25/07/1972	820/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheque, emitido sem suficiente provisão de fundos. Não sendo possível receber pelos meios amigáveis, solicita-se o pagamento em vinte e quatro horas, ou que nomeie bens a penhora.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação e baixa na distribuição, em função do pagamento pelo requerido.	27/10/1972
25/07/1972	821/72	Cobrança		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente, na qualidade de comerciante, vendeu ao requerido mercadorias para o consumo dos empregados da fazenda do requerido. Foram muitas vendas, atingindo soma elevada. O requerido ofereceu quantia insuficiente como pagamento, prometendo pagar o restante dentro de alguns dias, mas não o fez. Solicita-se a citação do requerido para responder a ação e acompanhá-la até a sentença que o condena como réu ao pagamento da dívida acrescida de demais custos.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	27/07/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/07/1972	825/72	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; doméstica; viúva; Engenheiro Beltrão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente é proprietária da metade de um lote, tendo sido a outra metade partilhada entre cinco herdeiros, em virtude do falecimento do esposo da requerente. Uma de suas filhas encontra-se desaparecida. A requerente e mais os 4 herdeiros, em virtude da absoluta impossibilidade de dividir o imóvel por pequeno e por proibição do INCRA, resolveram vendê-lo a terceiros, sendo para tanto necessária autorização judicial. Assim, a requerente solicita expedição de alvará de autorização para possibilitar a venda.	Houve desistência da ação, e solicitação de devolução dos documentos.	21/08/1975
28/07/1972	834/72	Executiva	Art. 2 do Decreto 911/69	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	A requerente é credora por aval do requerido, conforme comprovam notas promissórias vencidas e vincendas, referentes a contrato de financiamento para aquisição de veículo. Em conformidade com a lei, o credor poderá considerar vencidas todas as obrigações contratuais. Diante disto, solicita-se o pagamento da dívida em vinte e quatro horas, acrescida de demais custos e juros, sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação e acordo amigável da pendência.	05/01/1973
28/07/1972	835/72	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	Por dívidas fiscais, o requerente foi citado de precatórias distribuídas nesta comarca. Ocorre que o mesmo liquidou tais débitos há anos. Diante do exposto, solicita baixa de distribuições de 1958.	Pedido deferido.	13/11/1972
28/07/1972	836/72	Justificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente era casado, vindo sua esposa a falecer em 1969. Ao lavrar o registro de óbito, ficou consignado com apenas os dois primeiros nomes, e não o nome completo. Diante dos erros, não pode o requerente retirar título de imóvel, a fim de proceder ao registro e inventário. Por isso, requer que se proceda a justificação a fim de que fique declarado por sentença o nome correto de sua falecida esposa.	Solicitação concedida e expedido mandado de retificação ao Cartório de Registro Civil de Mamborê.	18/08/1972
02/08/1972	844/72	Executiva	Lei 2.044/08; Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerido é credor de importância representada por notas promissórias vencidas. Solicita o pagamento da dívida em vinte e quatro horas pague, ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação em função de acordo entre as partes.	30/08/1972
02/08/1972	845/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Londrina - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Corumbataí/ Barbosa Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido de importância representada por nota promissória, vencida no ano corrente. O requerente solicita a citação do requerido para que efetue o pagamento da dívida e demais custos dentro de vinte e quatro horas, ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, baixa na distribuição e levantamento da penhora.	06/10/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
02/08/1972	851/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do devedor para que o mesmo pague a dívida acrescida de demais custos ou que nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/09/1972
07/08/1972	870/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/09/1972
07/08/1972	871/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
07/08/1972	872/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/09/1972
07/08/1972	873/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/09/1972
07/08/1972	874/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	23/08/1972
07/08/1972	875/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/09/1972
07/08/1972	876/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	23/08/1972
07/08/1972	877/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	23/08/1972
07/08/1972	878/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/08/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
07/08/1972	879/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
07/08/1972	880/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/09/1972
07/08/1972	881/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/02/1974
07/08/1972	882/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/09/1972
07/08/1972	884/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	15/02/1973
07/08/1972	885/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	15/02/1973
07/08/1972	887/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/09/1972
07/08/1972	888/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/08/1972
07/08/1972	889/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/09/1972
07/08/1972	890/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/06/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
07/08/1972	891/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	30/08/1972
07/08/1972	892/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/05/1973
07/08/1972	893/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
07/08/1972	894/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/09/1972
07/08/1972	895/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
08/08/1972	897/72	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita-se o pagamento da dívida em vinte e quatro horas, ou que nomeie bens a penhora.	Houve acordo entre as partes e pagamento da dívida.	06/10/1972
08/08/1972	899/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente era casada e desta relação nasceram três filhos. A requerente foi abandonada pelo seu marido e encontra-se sem recursos para o sustento da família. Sendo assim, requer o benefício da Assistência Judiciária gratuita para que possa mover ação de alimentos contra seu ex-marido.	Solicitação concedida.	30/08/1972
09/08/1972	901/72	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará judicial que o autorize a entregar lotes registrados no nome dos filhos menores de idade como penhora de um financiamento que pretende fazer. O financiamento tem como objetivo melhorias que beneficiarão o imóvel e os menores.	Alvará concedido.	05/09/1972
11/08/1972	903/72	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; encanador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente necessita de alvará judicial para liberação de dinheiro depositado em sua conta vinculada ao FGTS. O requerente exercia sua profissão para a prefeitura municipal, pediu demissão para que pudesse trabalhar por conta própria e deseja receber o que lhe é garantido pelo tempo de serviço.	Pedido deferido.	31/08/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/08/1972	905/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheques sem provisão de fundos. Solicita-se o pagamento da dívida ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação diante de acordo entre as partes.	25/09/1972
11/08/1972	906/72	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 4.728/65; Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Motorista; casado; Tuneiras D'Oeste - PR	O requerido adquiriu um veículo por financiamento, a ser pago em prestações de notas promissórias. Como garantia, forneceu à financiadora o próprio veículo em alienação fundiária. O requerido não cumpriu as obrigações contratuais, deixando de pagar as notas promissórias. O requerente solicita busca e apreensão do veículo, além do pagamento de custas processuais pelo requerido.	Ação de busca e apreensão executada, tendo o requerente tomado posse do veículo e sendo as custas processuais e demais despesas pagas pelo requerido.	11/03/1975
14/08/1972	928/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campina do Amoral - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campina do Amoral - PR	O requerente alega a falta de pagamento de nota promissória vencida, e solicita que os requeridos efetuem o pagamento no prazo de vinte e quatro horas, ou que indiquem bens a penhora.	Houve desistência da ação em função de acordo entre as partes.	13/09/1973
14/08/1972	930/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39; Decreto 2.044/08	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campina do Amoral - PR	Diante do não pagamento de nota promissória e a extinção de meios para acordos amigáveis, o requerente solicita ao requerido o pagamento da dívida em vinte e quatro horas, ou a nomeação de bens a penhora.	Houve desistência da ação, tendo em vista a penhora dos bens do requerido.	12/10/1972
14/08/1972	931/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias. Solicita a citação do requerido para que o mesmo pague em vinte e quatro horas a dívida acrescida de demais custos, ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	21/09/1972
14/08/1972	932/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor de nota promissória emitida e não paga pelo requerido. Esgotados os meios amigáveis de receber o valor mencionado, solicita o pagamento da dívida, sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação.	19/10/1972
14/08/1972	936/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido e deseja receber a quantia em dinheiro. Solicita a citação do mesmo para que efetue o pagamento acrescido de demais custos, sob pena de penhora de bens.	Houve o pagamento da dívida e o cancelamento da iniciação na dívida ativa.	15/02/1974
14/08/1972	937/72	Rescisória	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	1) Pessoa Física; lavrador; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; do lar; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Requerente e requerido possuem contrato de compra e venda celebrado entre ambos. O requerido pagou as duas primeiras parcelas e não cumpriu com as obrigações na forma, modo e tempo convencionados no contrato. O requerente solicita rescindir o contrato e reclamar as perdas e danos.	Houve desistência da ação, diante de acordo amigável entre as partes.	14/02/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/08/1972	945/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias, vencidas e com valor não liquidado. O requerente solicita a citação do devedor para que pague em vinte e quatro horas a dívida acrescida de demais custos, ou que nomeie bens a penhora. O requerido nomeou bens a penhora, mas houve acordo entre as partes.	Houve desistência da ação.	27/04/1977
23/08/1972	960/72	Executiva	Art. 289, 298 e 299 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; funcionário público federal; casado; Peabiru - PR	Pessoa Física; brasileiro; polícia militar; casado; Cruzeiro do Oeste - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheque, devolvido por falta de fundos. Solicita-se a citação do requerido para que pague em vinte e quatro horas a dívida acrescida de demais custos, ou que nomeie a penhora.	Houve desistência da ação.	12/09/1972
24/08/1972	965/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para promover ação com base em contrato de arrendamento de imóvel.	Solicitação concedida.	28/08/1972
28/08/1972	966/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para promover uma ação com base em contrato de arrendamento de imóvel.	Solicitação concedida.	14/09/1972
28/08/1972	967/72	Executiva Fiscal	Art. 6 do Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de tarifa sanitária e multa. Citado, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	14/03/1973
28/08/1972	969/72	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é responsável pela criação de três filhos, cuja mãe é falecida e que foram abandonados pelo pai. Solicita a sua nomeação de tutor para que possa representar os menores na reivindicação de uma pensão.	Solicitação concedida.	25/09/1972
28/08/1972	970/72	Alvará		1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; 2) Pessoa Física; brasileira; lavradora; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O pai e sogro dos requerentes foram mortos em 1971 após um acidente de trânsito. Solicita-se alvará reconhecendo os requerentes como filhos do falecido, para que possam receber o seguro.	Pedido julgado improcedente.	02/10/1972
28/08/1972	971/72	Justificação		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Boa Esperança - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita a expedição da certidão de óbito de seu marido.	Certidão emitida.	19/01/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
31/08/1972	988/72	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague em vinte e quatro horas a dívida ou que nomeie bens a penhora.	Houve o pagamento da dívida.	09/10/1972
04/09/1972	991/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para mover ação, visto que é pessoa reconhecidamente pobre.	Solicitação concedida.	10/09/1972
04/09/1972	992/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Luiziana - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente pretende mover uma ação contra o requerido, que fez com ele uma parceria agrícola. Não tendo condições para tanto, solicita o benefício da Assistência Judiciária gratuita.	Solicitação concedida.	17/09/1972
04/09/1972	993/72	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Fênix - PR	O requerente firmou contrato de parceria agrícola com o requerido e não tem intenção de renovar o contrato. Solicita a notificação do requerido, para que o mesmo desocupe a propriedade após o término do contrato.	Notificação efetuada.	13/05/1975
04/09/1972	996/72	Executiva		Pessoa Física; austríaco; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; alemão; estofador de móveis; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de importância representada por nota promissória emitida pelo requerido e avalizada pela mulher do devedor. Solicita-se a citação do requerido para que pague a dívida e demais despesas em vinte e quatro horas, ou que nomeie bens a penhora. Tendo em vista o não pagamento da dívida, o requerido teve os bens penhorados.	Houve desistência da ação diante da nomeação de bens a penhora e pagamento da dívida.	28/02/1973
04/09/1972	1001/72	Indenização	Art.159, 186 e 187 do Decreto 62.127/68	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; militar; casado; Luiziana - PR	O requerente é proprietário de veículo que foi estacionado em frente a casa comercial. Após alguns minutos, um caminhoneiro teve sua visão ofuscada pelas luzes altas de um jeep parado em situação irregular de propriedade do requerido e, ao tentar desviar deste veículo, deslizou e bateu no veículo do requerente, causando grandes danos. Através do boletim do acidente, ficou comprovada a imprudência do requerido, que foi o único culpado, pois estava estacionado de forma irregular e ofuscando a visão do motorista do caminhão. O requerente solicita citação do requerido para que efetue o pagamento de indenização e custas processuais.	Houve desistência da ação e baixa na distribuição, em função de acordo amigável entre as partes.	24/06/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/09/1972	1002/72	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	Os filhos menores da requerente receberam de herança do falecido pai um lote de terra que tem a finalidade agrícola. A requerente pretende contrair empréstimos bancários e, para tanto, deve dar como garantia o imóvel. Sendo os herdeiros menores, a requerente necessita de autorização judicial.	Alvará concedido.	25/09/1972
06/09/1972	1003/72	Pedido de Licença		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente é oficial do registro civil de nascimento, casamento e óbitos, e requer licença de oito dias para tratamento de saúde.	Licença concedida.	18/09/1972
11/09/1972	1008/72	Juramentação de Funcionário		Pessoa Física; brasileiro; escrivão; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a nomeação de funcionário para exercer o cargo de "Funcionário Juramentado".	Solicitação concedida.	29/11/1972
12/09/1972	1009/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente é casada, havendo desta união 3 filhos menores. Foi abandonada pelo marido, ficando com a responsabilidade de criação dos filhos sem amparo do esposo. Requer o benefício de Assistência Judiciária gratuita para mover ação de alimentos contra seu marido.	Solicitação concedida.	11/09/1972
13/09/1972	1016/72	Pedido de Licença		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita oito dias de licença por motivo de falecimento de seu pai.	Pedido de licença deferido.	12/09/1972
14/09/1972	1017/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente celebrou contrato verbal de trabalho com a requerida. No mês de maio do ano corrente o requerente completou 18 anos e teve um aumento de salário e registro regular. O requerente rescindiu o pacto laboral, não recebendo contudo o 13° salário e nem as diferenças salariais. Requer, portanto, a notificação do reclamado para que compareça a audiência de conciliação e julgamento.	Notificação efetuada.	05/12/1972
14/09/1972	1018/72	Falência	Art. 1 e 9 do Decreto-Lei 766/69	Pessoa Jurídica; Duque de Caxias - RJ	Pessoa Física	O requerente é credor de determinada pessoa e move a ação para requerer a falência de sua credora pelas seguintes razões: a autora vendeu produtos à requerida, por esta razão foram emitidas duplicatas a serem pagas. Após o vencimento, houve várias tentativas de acordo da dívida. A requerente encontra-se com seu capital empatado, o que determina sua desvalorização dia a dia e o aumento do valor a ser pago.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	01/12/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/09/1972	1019/72	Desquite	Art. 317 da Lei 3.071/16; Lei 968/49	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado	A requerente é casada com o requerido, havendo desta união 10 filhos que vivem com a mesma. Em julho de 1968, o requerido abandonou o lar e passou a conviver com outra mulher em local desconhecido. Por tais motivos, desejando o desquite, a requerente solicita que o requerido seja citado por editais e que, não sendo possível conciliação nem desquite amigável, que se proceda ao desquite litigioso. Requer ainda pensão alimentícia e os benefícios da justiça gratuita.	Houve desistência da ação.	06/12/1972
18/09/1972	1024/72	Justificação	Art. 735 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; lavrador; casado; Luiziana - PR	Pessoa Jurídica	Em 1963 a filha do requerente veio a falecer. A menina foi sepultada em Luiziana, que na época não era distrito de Campo Mourão e não dependeria de autorização para o sepultamento. Diante disto, a certidão de óbito de menina não foi lavrada. Requer-se a justificação, para depois cumprir as formalidades legais (o assento de óbito) da menor.	Pedido deferido.	07/11/1972
18/09/1972	1029/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente é casada civilmente, havendo desta união quatro filhos, estando ainda grávida de 9 meses do 5° filho. Há quatro meses, foi abandonada pelo marido, que mora com outra mulher em Peabiru. Deste que o marido a abandonou, não lhe concede mais assistência. Sendo a requerente pessoa pobre, requer o benefício da Justiça Gratuita para entrar com ação de alimentos.	Benefício concedido.	15/09/1972
21/09/1972	1035/72	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Boa Esperança - PR	Pessoa Jurídica	O marido da requerente fez um seguro e veio a falecer. O agente da seguradora solicitou alvará para que o pagamento fosse efetuado à requerente. Requer-se, assim, o referido alvará, além de pedido para que sejam desentranhados os documentos que entregam o processo.	Houve parecer favorável à concessão do pedido. No entanto, foi enviado ofício à seguradora informando ser desnecessário alvará para que a beneficiária possa receber a indenização da seguradora, a que tem direito.	29/09/1972
21/09/1972	1036/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor dos requeridos de importância representada por notas promissórias que não foram pagas. Solicita-se a citação dos requeridos para que dentro de vinte e quatro horas efetuem o pagamento da dívida acrescida de custos, ou que nomeiem bens a penhora.	Houve desistência da ação.	15/05/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
21/09/1972	1037/72	Executiva		Pessoa Física; comércio; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor dos requeridos de importância representada por notas promissórias que não foram pagas. Solicita-se a citação dos requeridos para que dentro de vinte e quatro horas efetuem o pagamento da dívida acrescida de custos, ou que nomeiem bens a penhora.	Houve desistência da ação, diante da penhora de bens.	15/05/1973
21/09/1972	1042/72	Despejo	Art. 3 da Lei 5.334/67	1) Pessoa Física; brasileiros; casados; Janiópolis - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; casada; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Os requerentes são legítimos donos de imóvel locado ao requerido, por tempo indeterminado, em troca de aluguel. Até o momento da ação, havia três meses de aluguel não pagos. Solicita-se o despejo do requerido e que o mesmo seja responsabilizado pelo pagamento dos custos.	Ação de despejo efetuada.	26/12/1972
21/09/1972	1043/72	Interpelação		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Os requerentes contrataram com os requeridos o compromisso de compra e venda de patrimônio próprio para uma empresa, por meio do qual os requeridos se obrigaram a pagar o preço cabível. Os requerentes cumpriram suas obrigações entregando a posse de todos os bens, outorgando e providenciando a escritura pública dos bens imóveis. No entanto, ao passar nove meses, os requeridos não providenciaram o pagamento das obrigações. Requer-se a expedição de mandado de interpelação aos requeridos, para que efetuem o pagamento das obrigações.	Houve desistência da Notificação.	15/05/1973
22/09/1972	1045/72	Desquite	Art. 318 da Lei 3.071/16	1) Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	Os requerentes solicitam desquite amigável. O casal tem um filho de menor que ficará sob a guarda da mãe. Em nome do menor será depositada mensalmente uma importância em dinheiro. A requerente recebeu neste ato um valor em moeda nacional, em nota promissória, embora dispense a pensão alimentícia, pois tendo um ateliê de costura pode se manter perfeitamente bem.	Houve novo pedido de desquite amigável, requerido pelas partes e autuado em 15/08/1975. A sentença homologatória foi efetuada em 16/10/1975. Assim, a ação foi julgada extinta.	22/10/1975

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/09/1972	1046/72	Prestação de Contas	Art. 308 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é representante de uma família que é formada pela mãe e quatro filhos. Visto que o pai veio a falecer, foi feito inventário de seus bens. A partilha realizada atribuiu aos herdeiros um lote de terra e mais a parte ideal, em virtude da desistência da viúva. Consta que a parte ideal vem sendo explorada economicamente pelos requeridos, sem que tal administração seja prestada contas, e que não se sabe de nenhuma importância em dinheiro que tenha sido depositada em estabelecimento bancário em favor das menores. Solicita-se que os requeridos venham a juízo a fim de prestarem contas da utilização da parte ideal.	A requerente solicita desistência da ação alegando não ter analisado a situação em que se encontram os requeridos em posse da parte ideal. A lavoura estava infestada por doenças, agravado pela falta de financiamento e acúmulo de dívidas do casal. A requerente recebeu, ainda, proposta da sua sogra e avó dos menores para permutar a parte ideal que possuem na fazenda por outra maior, em sítio onde residem e que também pertence aos mesmos.	01/08/1973
25/09/1972	1047/72	Tutela		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita tutela da menor que deseja se casar.	Solicitação concedida.	24/10/1973
25/09/1972	1048/72	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Fênix - PR	Pessoa Jurídica	A requerente necessita da expedição de alvará que atribuirá o poder de hipotecar os imóveis herdados de seu marido como garantia da dívida para obtenção de financiamentos agrícolas e aquisição de implementos e maquinarias para as lavouras no mesmo imóvel.	Alvará concedido.	14/12/1972
26/09/1972	1054/72	Cancelamento de Transição		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente, oficial do 2° Registro de Imóveis, pede autorização para cancelamento da transição de imóvel, o qual pertence à circunscrição do 1° Ofício de Imóveis, e não ao ofício primeiramente mencionado.	Cancelamento autorizado.	07/11/1972
27/09/1972	1060/72	Reclamação Trabalhista	Art. 41 e 115 da Lei 4.214/63	Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente firmou acordo com a indústria requerida para que esta fornecesse pneus para que durante um ano o requerente pudesse plantar e zelar. O contrato não foi cumprido, tendo em vista que o requerente foi despedido pela requerida sem realizar nenhum acerto com o mesmo. Diante disto o requerente solicita a diferença de salários.	Houve acordo efetuado entre as partes.	16/03/1973
27/09/1972	1063/72	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita informação para averiguar se os autos referentes a determinado protesto judicial encontram-se em cartórios ou foram devolvidos. Após diligência, requer a baixa na distribuição.	Pedido deferido.	07/05/1975

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/09/1972	1065/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Luiziana - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa promover ação judicial, já que não pode custear as despesas do processo.	Benefício concedido.	29/09/1972
02/10/1972	1071/72	Revogação	Art. 1316 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Juranda - PR	O requerente nomeou o requerido como seu procurador, mas não deseja que o requerido continue outorgado procurador. Solicita, assim, a revogação do mandato.	Houve desistência da ação.	21/05/1975
02/10/1972	1076/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	A requerente é credora do requerido de importância representada por nota promissória vencida em agosto do ano corrente. Requer a citação do requerido para que pague a dívida em vinte e quatro horas ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, devido a acordo amigável entre as partes.	14/02/1973
03/10/1972	1084/72	Executiva	Art. 15 da Lei 5.474/68; Lei 436/69; Art. 298, XIV do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; do comércio; Maringá - PR	A requerente forneceu mercadorias ao casal requerido, tornando-se credora dos mesmos. Sendo infrutíferas as tentativas de receber seu crédito amigavelmente, requer a citação dos requeridos para que pague em vinte e quatro horas o débito acrescido de demais custos ou que nomeiem bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	24/04/1974
04/10/1972	1088/72	Suprimento de Idade	Art. 214 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita suprimento de idade para sua filha, menor de idade, a fim de que a mesma possa se casar.	Suprimento de idade concedido.	19/10/1972
04/10/1972	1090/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Juranda – PR	Os requerentes, na qualidade de lavradores, foram contratados pelo requerido para trabalhar em sua fazenda em regime de parceria. O requerido recolheu para seu armazém toda a produção e pagou aos requerentes uma pequena quantidade de dinheiro de arroz em forma de adiantamento. Além de negar-se a acertar as contas, o requerido ameaçou os requerentes de expulsão e agressão física, tendo os mesmos sido retirados da fazenda após receber ajuda do Sindicato Rural. Diante da ação trabalhista, o requerido move recurso alegando falta de provas e afirmando ser um acordo de parceria não trabalhista.	Houve desistência da ação.	02/10/1973
06/10/1972	1095/72	Cancelamento de Transição		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	Por erro do cartório da comarca, foi registrada escritura de compra e venda de imóvel que pertence à circunscrição do 1° Ofício. Diante disto, o requerente solicita o cancelamento da transição.	Cancelamento autorizado.	08/11/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/10/1972	1096/72	Cancelamento de Transição		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	Por erro do cartório, foi outorgada escritura de compra e venda de dois lotes de terra pertencentes à circunscrição do 1° Ofício. Diante do exposto, é solicitada a autorização do cancelamento da transição.	Cancelamento autorizado.	07/11/1972
06/10/1972	1097/72	Cancelamento de Transição		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita autorização para o cancelamento da transição realizada por erro do cartório, já que a transição realizou-se a partir de imóvel que pertence ao 1°Ofício de imóveis.	Cancelamento autorizado.	07/11/1972
06/10/1972	1098/72	Cancelamento de Transição		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita autorização para o cancelamento de transição de escritura de compra e venda, cujo imóvel pertence à circunscrição do 1° Ofício.	Cancelamento autorizado.	07/11/1972
06/10/1972	1099/72	Cancelamento de Transição		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita autorização para o cancelamento de transição de escritura de compra e venda, cujo imóvel pertence à circunscrição do 1° Ofício.	Cancelamento autorizado.	07/11/1972
06/10/1972	1100/72	Executiva Cambial	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Boa Esperança - PR	O requerente é credor do requerido e solicita pagamento da dívida no prazo de vinte e quatro horas, ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, baixa na distribuição e levantamento dos títulos da dívida, tendo sido ainda penhorado o trator entregue para cumprimento da dívida.	07/05/1973
06/10/1972	1101/72	Executiva Cambial	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Peabiru - PR	A requerente é credora de importância representada por duplicatas não pagas. Solicita-se a citação do devedor para que o mesmo pague em vinte e quatro horas a aludida dívida acrescida de despesas, ou que nomeie bens a penhora. Através de carta precatória, o réu foi citado e procedeu-se a penhora, apesar disso deixou fluir o prazo sem contestar.	Através de carta precatória à Comarca de Peabiru, solicitou-se a avaliação do bem penhorado, vendido em hasta pública para a liquidação da dívida.	21/05/1973
06/10/1972	1103/72	Executiva Cambial	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Janiópolis - PR	O requerente solicita através desta ação o pagamento das dívidas do requerido em vinte e quatro horas, ou que indique bens a penhora.	Solicitado cancelamento dos documentos probantes da dívida, em função de acordo amigável entre as partes.	06/12/1972
06/10/1972	1106/72	Busca e Apreensão	Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerido celebrou contrato de financiamento com a requerente para aquisição de veículo, oferecido em garantia um veículo 1969, sendo que o financiamento ficou representado em 24 promissórias. Tendo em vista que o requerido pagou apenas uma parcela do financiamento, o requerente solicita a busca e apreensão do bem.	Ação de busca e apreensão executada, tendo o requerente tomado posse do bem.	31/10/1975

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/10/1972	1109/72	Cobrança	Art. 291 e 985 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	A requerente pagou as despesas de reparos do veículo de propriedade de determinada empresa. Os danos causados no veículo foram oriundos de acidente causado pelo requerido, que conduzia o seu veículo. A requerente, conforme sub-rogação do direito, solicita que o requerido, causador da dívida, seja condenado ao ressarcimento do valor relativo aos reparos do veículo e mais as despesas processuais.	Homologado acordo entre as partes e desistência da ação.	05/07/1976
09/10/1972	1110/72	Juramentação de Funcionário		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da Justiça; desquitado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente é titular do Tabelionato Oficial do Registro Civil do Município de Iretama, e necessita de um auxiliar para ajudá-lo nos serviços de ofício. Vem requerer que seja compromissada a citada no processo para cumprir as formalidades legais.	Solicitação concedida.	18/12/1972
16/10/1972	1125/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; doméstica; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente solicita os benefícios da justiça gratuita, para arcar com despesas de um processo judicial.	Solicitação concedida.	16/10/1972
16/10/1972	1126/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente, em razão de ser pobre, solicita ação judicial para retificação do registro e que lhe seja nomeado um advogado.	Benefício concedido.	13/10/1972
19/10/1972	1130/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente é credora da requerida. Solicita o pagamento da importância acrescida de juros e custo, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	24/11/1972
19/10/1972	1131/72	Executiva	Decreto-Lei 2.044/08; Art. 49 e 50 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Corbélia - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido por título não liquidado. O requerido, representante da firma, procura protelar o pagamento. Solicita-se o devido pagamento dentro do prazo estipulado pela Justiça, sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	30/10/1972
19/10/1972	1133/72	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente é comerciante e explora o ramo de hotel e restaurante. Diante da necessidade de certidão da distribuição, constatou a existência de uma ação trabalhista movida contra ele. Foram efetuadas buscas no cartório, mas os autos não foram localizados. Ante o explicado, solicita expedição de mandado para baixa na distribuição.	Solicitação concedida.	13/11/1972
23/10/1972	1142/72	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1.548 do Decreto-Lei 1.608/39; Decreto-Lei 1.060/50	Pessoa Física; brasileira; solteira; Campina da Lizeta - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente, grávida e impossibilitada de contrair matrimônio com o ofensor, seu tio, pleiteia um dote. Visto que é de família pobre, solicita o benefício da justiça gratuita.	Benefício concedido.	18/10/1972

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/10/1972	1144/72	Executiva Cambial	Lei 2.044/08; Art. 228 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente é credora de importância líquida representada por duplicatas devidamente preenchidas pelo requerido, que não realizou os pagamentos. Solicita-se mandado de citação contra o devedor para que o mesmo pague em vinte e quatro horas a dívida acrescida dos demais custos, ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	08/03/1973
24/10/1972	1147/72	Alvará	Art. 8 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; operário; solteiro; Ubiratã - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita Alvará Judicial para levantamento de importância depositada em conta vinculada do FGTS, referente ao tempo de serviço prestado à prefeitura. O requerente encontra-se desempregado, necessitando do dinheiro para as despesas de sobrevivência.	Alvará concedido.	24/10/1972
30/10/1972	1150/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; saqueiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para mover ação a fim de receber a contraprestação que lhe é devida pelo desempenho de serviços eventuais prestados a determinado indivíduo.	Solicitação concedida.	30/10/1972
30/10/1972	1155/72	Pedido de Baixa na Distribuição		1) Pessoa Física; brasileiro; advogado; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita baixa na distribuição de processo judicial movido contra ele, a fim de conseguir transição financeira.	Solicitação deferida.	23/05/1973
31/10/1972	1159/72	Indenização		Pessoa Física; brasileira; solteira; Campina da Lizeta - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Campina da Lizeta - PR	A requerente, menor de idade, em uma das visitas à casa dos avós maternos em companhia de seus pais, viu-se obrigada a pernoitar. Quando a menor encontrava-se em seu quarto, o requerido, seu tio, induziu-a, por ameaças, a manter com o mesmo relação sexual. Como consequência, a menor está grávida e submetida a condições vexatórias. Requer indenização e pagamento de alimento ao filho.	Houve desistência da ação, entre outras razões, pelo casamento da requerente com terceiro.	22/01/1975
03/11/1972	1164/72	Alimentos	Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; do lar; desquitada; Campina da Lizeta - PR	Pessoa Física; brasileiro	A requerente encontra-se em processo de desquite. É resultado dessa relação um filho menor de idade. Durante o desquite, houve comum acordo de uma pensão mensal a ser depositada, que até o momento não havia sido efetivado. Solicita-se o pagamento mensal de pensão ao seu filho e também dos custos processuais.	O requerido deverá pagar a pensão solicitada.	20/02/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/11/1972	1165/72	Manutenção de Posse	Art. 371 e 499 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; desquitado; Iretama - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casado	O requerente é proprietário de lote em que os requeridos fixaram residência. Os requeridos alegam ter comprado o referido lote. O requerente solicita expedição de Manutenção Liminar de Posse em seu favor. O requerido deverá desocupar a área invadida e ainda bancar as despesas, perdas e danos.	Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	08/05/1974
06/11/1972	1166/72	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	Os requerentes cultivam em uma área de posse comum e pretendem ampliar a lavoura, por meio de financiamento. O banco exige que se faça uma hipoteca, como garantia, sobre o imóvel de propriedade dos requerentes. Como um dos proprietários é menor, faz-se necessária autorização judicial.	Alvará concedido.	03/04/1973
07/11/1972	1172/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Roncador - PR	A Fazenda Nacional move ação para receber do requerido o tributo proveniente de infração do Art. 433 da CLT.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/12/1972
07/11/1972	1173/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente celebrou contrato verbal para exercer a função de auxiliar de supermercado, a determinado valor salarial que se manteve fixo mesmo após a elevação do salário mínimo. Era forçado, pela natureza do serviço, a trabalhar mais de 8 horas por dia. O requerente foi despedido sem justa causa pela requerida, que se recusou a pagar-lhe as parcelas indenizatórias previstas em lei. O requerente solicita que seus direitos sejam cumpridos e pede a Notificação da requerida para comparecer a audiência de conciliação.	Houve audiência de acordo, tendo às partes aceitado as condições de pagamento.	25/01/1973
07/11/1972	1174/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão – PR	O requerente foi contratado para trabalhar em restaurante recebendo valor salarial que, após 6 meses, seria acrescido. Constava ainda que o requerente teria duas refeições diárias no estabelecimento. O requerente foi despedido sem justa causa, tendo o requerido se recusado a pagar as parcelas indenizatórias. O requerente solicita que seus direitos sejam cumpridos e que receba o restante da remuneração que o pertence. Pede a notificação da reclamada para que compareça na audiência de conciliação.	Houve desistência da ação mediante o pagamento da dívida.	26/06/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
08/11/1972	1176/72	Indenização		Pessoa Física; brasileiro; servente de pedreiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	O requerente foi contratado por firma para trabalhar como pedreiro na construção de um prédio. No primeiro dia de trabalho, o requerente estava quebrando uma viga de concreto quando uma pedra desprendeu-se da viga e atingiu-lhe a cabeça. O chefe da obra determinou que continuasse no serviço, não tendo recebido tratamento médico. Quase dois meses depois, uma telha caiu em sua cabeça no mesmo local do outro acidente, tendo então sido atendido por médico que constatou fratura no osso. A empresa pretendia acertar as contas com o requerente, que após o acidente viu-se com ataques, tonturas e incapacitado de trabalhar. O requerente solicita que sejam tomadas providências, realizando novos exames, solicitando ainda termo de acordo e que seja oferecida a oportunidade de provar a incapacidade do acidentado.	Expedida carta precatória de acidente de trabalho, designando-se audiência de instalação de perícia.	22/08/1974
08/11/1972	1177/72	Alvará	Art. 386 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileira; proprietária rural; viúva; Nova Cantu - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente e seus filhos, incluindo menor de idade, são proprietários de uma área. Pretendem ampliar o cultivo neste terreno através de financiamento, sendo, para tanto, necessário uma hipoteca como garantia. Visto a incapacidade da menor, faz-se necessária autorização judicial.	Alvará concedido.	13/11/1972
08/11/1972	1179/72	Alimentos	Art. 1 da Lei 5.478/68; Art. 396 e 397 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	A requerente vivia com o requerido, havendo de sua união uma filha. O requerido expulsou a requerente e sua filha da casa onde residiam, apenas com a roupa do corpo, ambas passando necessidades. Sendo a requerente reconhecidamente pobre, utiliza-se da justiça gratuita para mover ação de alimentos contra o requerido.	O requerido foi condenado a pagar um valor mensal, que só foi efetuado em 1° de julho de 1974.	08/06/1973
10/11/1972	1187/72	Ressarcimento de Indenização		Pessoa Jurídica; Rio de Janeiro - RJ	Pessoa Física	O requerente e o requerido, no ano anterior, envolveram-se em acidente em rodovia estadual, tendo os danos sido pagos todos pelo requerente. Diante disto, solicita-se a citação do réu para que o mesmo pague a dívida ou que nomeie bens à penhora.	Houve desistência da ação, mediante composição amigável entre as partes.	22/10/1974
14/11/1972	1199/72	Despejo		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	A requerente locou imóvel à requerida pelo prazo de 3 meses. Tendo decorrido o tempo previsto, a mesma não desocupou o imóvel.	Houve desistência da ação, mediante desocupação do imóvel.	15/02/1973
20/11/1972	1200/71	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente é credor do requerido do valor de Cr$ 14.511,44. Por fim, houve desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	18/10/1974

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
21/11/1972	1218/72	Cobrança		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente pagou as despesas de conserto de veículo de propriedade do requerido. Os danos foram oriundos de acidente. Diante disto, solicita-se a citação do requerido para que seja condenado a ressarcir a parte autora.	Houve desistência da ação.	18/10/1974
23/11/1972	1220/72	Notificação	Art. 720 e 1.056 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; bancário; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente aceitou proposta feita pelo casal requerido de venda de imóvel urbano. Ambas as partes assinaram o acordo de venda, mas a transição do imóvel não teve continuidade. O requerente tem intenção de concluir o negócio e requer notificação do casal a fim de que os mesmos compareçam no Tabelionato da cidade munidos de documentos para em seguida assinarem a escritura.	Houve baixa na distribuição da referida Notificação, em função de composição amigável entre as partes.	20/06/1973
23/11/1972	1221/72	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita baixa na distribuição para fins bancários.	Julgado improcedente o pedido, visto que já foi dado baixa na distribuição, segundo os autos.	04/12/1972
27/11/1972	1222/72	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 4.728/65	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor representando por notas promissórias. As notas promissórias estão vencidas e, conforme contrato, em hipótese de inadimplência o valor seria acrescido de juros, multas e demais custos. Solicita-se liminar de busca e apreensão dos itens financiados.	Houve desistência da ação em função de acordo amigável entre as partes.	25/06/1973
28/11/1972	1223/72	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; funcionária da justiça; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	Desde que assumiu suas funções, a requerente nunca tirou férias. Diante disso, solicita que seja concedido este direito no mês de dezembro.	Solicitação concedida.	27/11/1972
28/11/1972	1226/72	Executiva Cambial	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	A requerente é credora do requerido de importância representada por cheque recusado por falta de fundos. Solicita-se autuação contra o devedor, para que o mesmo pague em vinte e quatro horas a dívida acrescida de demais despesas e juros, ou que nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	25/01/1973
29/11/1972	1230/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; médico; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que o mesmo pague em vinte e quatro horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, diante de acordo amigável entre as partes.	05/06/1973
29/11/1972	1232/72	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita Assistência Judiciária gratuita porque não possui condições financeiras de mover uma ação.	Pedido deferido.	01/03/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/12/1972	1248/72	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias.	Férias concedidas.	17/12/1972
04/12/1972	1249/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; auxiliar de enfermagem; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente foi admitida em 04/11/1968 e demitida em dezembro de 1971, sendo readmitida no mesmo dia, não havendo, portanto, interrupção na prestação de serviços desde o primeiro dia de trabalho. Sua função era de auxiliar de enfermagem, mas executava serviços gerais de limpeza. Nunca recebeu as horas extras trabalhadas em período noturno e nem aos domingos, não recebeu também seus direitos trabalhistas. A requerente solicita a notificação da requerida; depoimento pessoal de seu representante; ouvida de testemunhas; produção de provas, se necessário; condenação da requerida do pagamento da dívida e custos processuais e anotações em carteira profissional, das garantias salariais e legais desta reclamação.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	05/09/1975
04/12/1972	1264/72	Alvará	Art. 396 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente é viúva, tendo seu falecido esposo deixado lotes de terra de herança aos filhos menores de idade. A requerente, com intuito de melhorar a produção do terreno, necessita firmar empréstimo indicando como garantia a hipoteca sobre o imóvel. Solicita alvará para que possa gozar do poder de praticar todos os atos necessários para emissão de documentação.	Alvará concedido.	13/12/1972
05/12/1972	1251/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Guaíra - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheque sem provisão de fundos. Solicita-se a citação do requerido para que pague em vinte e quatro horas aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, mediante pagamento.	24/01/1973
05/12/1972	1252/72	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Boa Esperança - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita-se a citação do requerido para que o mesmo pague a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, mediante acordo entre as partes.	25/09/1973
07/12/1972	1257/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita-se a citação do requerido para que pague em vinte e quatro horas a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação em função de acordo amigável entre as partes.	11/04/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
07/12/1972	1258/72	Executiva		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Física; brasileiro; proprietário; casado; Londrina - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita-se a citação do requerido para que pague em vinte e quatro horas a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	13/08/1974
12/12/1972	1265/72	Suprimento de Idade	Art. 214 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente é genitor da menor e requer o suprimento de idade para que a mesma possa contrair núpcias.	Solicitação concedida.	17/01/1973
12/12/1972	1266/72	Suprimento de Idade	Art. 214 do Decreto-Lei 1.608/39	1) Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; agricultora; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	Os requerentes são pais da menor que, segundo prova o atestado médico, não é mais virgem. A fim de contrair matrimônio com o menor sobrinho, solicita o suprimento judicial de idade e permissão para o casamento dos menores.	Suprimento de idade concedido.	26/12/1972
12/12/1972	1267/72	Justificação		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita que seja lavrada a certidão de óbito do seu falecido marido.	Pedido deferido.	30/03/1973
13/12/1972	1277/72	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a mencionada dívida ou nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação mediante o pagamento da dívida.	14/03/1973
14/12/1972	1283/72	Despejo		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; barbeiro; casado	A requerente é proprietária de imóvel locado ao requerido, o qual não anda em conformidade com o pagamento. Solicita a citação do requerido para que responda à presente ação. Julgado procedente, requer a condenação do despejo e das custas processuais.	Houve desistência da ação. mediante acordo amigável.	11/05/1973
15/12/1972	1285/72	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita férias.	Férias concedidas, tendo sido nomeado o substituto indicado.	15/12/1972
15/12/1972	1290/72	Executiva	Art. 298 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias não pagas. O requerente solicita o pagamento da importância em vinte e quatro horas ou nomeação de bens a penhora.	Houve acordo entre as partes.	06/07/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/12/1972	1293/72	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; escrivão	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerido solicita a concessão de 30 dias de férias, indicando substituto.	Solicitação concedida.	15/12/1972
20/12/1972	1295/72	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerido solicita a concessão de 30 dias de férias, indicando substituto.	Solicitação concedida.	20/12/1972
20/12/1972	1296/72	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileira; funcionária da justiça; desquitada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerido solicita a concessão de 30 dias de férias, indicando substituto.	Solicitação concedida.	18/12/1972
20/12/1972	1297/72	Alvará	Art. 383 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Luiziana - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	A menor foi seduzida pelo requerente, que quer reparar o dano manifestando o propósito de se casar com a ofendida. Diante do falecimento da mãe da menor, solicita nomeação de tutor para a outorga de consentimento para contrair matrimônio.	Foi nomeado um tutor que autorizou o matrimônio.	12/01/1973
21/12/1972	1300/72	Executiva	Art. 49 e 50 do Decreto-Lei 1.608/39	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; desquitado; Maringá - PR	O requerente é credo de valor representado por notas promissórias não pagas pelos requeridos. Pede-se a autuação dos requeridos para que paguem o valor devido acrescido das demais despesas, ou que indiquem bens a penhora.	Houve acordo amigável e desistência da ação.	25/04/1974
21/12/1972	1301/72	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileiro; serventuária da justiça; casada	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente solicita 15 dias de licença para tratamento de saúde.	Licença concedida, tendo sido nomeado um substituto.	21/12/1972
26/12/1972	1305/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente foi contratado pelo requerido para trabalhar como frentista em posto de gasolina. No fim do primeiro ano de trabalho a requerida não pagou o 13º salário e não lhe foram concedidas as férias. Logo após, o posto de gasolina foi vendido e o requerente despedido sem justa causa. A requerida não pagou o suficiente para quitação de todos os direitos trabalhistas. Solicita-se a notificação da requerida para comparecer a audiência de conciliação e julgamento.	Homologado acordo entre as partes.	16/02/1973

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/12/1972	1306/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; comerciária; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente celebrou com o requerido contrato verbal de trabalho, a fim de desempenhar a função de ajudante de cozinha e limpeza em um bar. O acordo incluía o salário e o almoço por conta do requerido. O requerido vendeu o comércio e demitiu a requerente sem efetuar os acertos previstos por lei. Solicita-se autuação do reclamado.	A dívida foi paga.	20/07/1973
26/12/1972	1307/72	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; casada	Pessoa Jurídica; brasileiro	A requerente vem, juntamente com mais 7 trabalhadores, mover ação contra a requerida, por esta não ter pago nem respeitado os direitos trabalhistas dos requerentes. Solicita-se a notificação da requerida para comparecer a audiência de conciliação e julgamento.	O requerido cumpriu as obrigações trabalhistas pendentes.	16/02/1973
26/12/1972	1309/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de importância representada por cheque sem fundos. Não houve interesse do requerido em liquidar a dívida. Solicita-se a citação do requerido para que o mesmo pague a dívida acrescida de juros, custos e multas, ou que indique bens a penhora.	Houve desistência da ação mediante pagamento da dívida.	01/06/1973
26/12/1972	1313/72	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A requerente é credora do requerido e solicita a sua citação para que pague dívida.	Julgada extinta a ação mediante o pagamento da dívida.	05/02/1973
27/12/1972	1318/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; solteiro	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague em vinte e quatro horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação.	18/01/1973
27/12/1972	1321/72	Pedido de Baixa na Distribuição		1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; 2) Pessoa Física; brasileira; lavradora; casada	Pessoa Jurídica	Os requerentes solicitam a homologação da transigência e desistência com baixa na distribuição, visto que ambos estavam envolvidos em ações que terminaram com acordo amigável.	Houve desistência do pedido.	29/12/1972
27/12/1972	1322/72	Reintegração de Posse		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Rolândia - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é legitimo dono de lote de terras com limites no lote do requerido. Há alguns dias, os marcos de divisa foram arrancados pelo requerido sem explicação, tendo se apropriado indevidamente de área do requerente. Solicita-se a expedição de mandado de reintegração de posse e a citação do requerido.	Houve desistência da ação após acordo entre as partes.	26/04/1974

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/12/1972	1324/72	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Maringá - PR	Pessoa Física; libanês; do comércio; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido de dívida representada por notas promissórias já vencidas.	Houve desistência da ação mediante acordo amigável entre as partes.	06/03/1974
15/12/1973	1289/72	Indenização		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Araruna - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente trafegava em uma das ruas de Campo Mourão quando o veículo do requerido atravessou a preferencial sem a cautela necessária e bateu no carro do requerente. Da colisão resultaram danos materiais que motivam a ação. Solicita-se a citação do requerido para responder a ação que deverá condená-lo ao pagamento.	Houve acordo entre as partes e desistência da ação.	25/09/1974

Processos

1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
02/01/1973	04/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação contra seu marido.	Solicitação concedida.	02/01/1973
05/01/1973	09/73	Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	Pessoa Física	O requerente solicita vistoria de veículo dirigido pelo requerido para avaliar os danos causados por acidente.	Houve composição amigável.	10/04/1973
08/01/1973	13/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita notificação para que o mesmo pague a dívida ou que nomeie bens à penhora.	Houve o pagamento.	06/02/1973
10/01/1973	08/73	Carta Precatória			Pessoa Física	O requerente informa que há um processo no qual está envolvido o requerido, da cidade de Peabiru, e que este deverá ser citado ao pagamento de 10% sobre o valor da ação.	Houve composição amigável.	31/07/1974
10/01/1973	17/73	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização judicial para realizar o casamento da filha menor de idade.	Solicitação concedida.	23/01/1973
10/01/1973	20/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido. Requer a sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	09/08/1973
11/01/1973	29/73	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo	Pessoa Jurídica	O requerente solicita autorização judicial para realizar a venda de lote de terras que está no nome dos filhos menores de idade.	Solicitação concedida.	22/02/1973
11/01/1973	30/73	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita autorização judicial para realizar o casamento da filha menor de idade.	Solicitação concedida.	18/01/1973
11/01/1973	32/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	16/03/1973
15/01/1973	34/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/04/1973
15/01/1973	35/73	Executiva Hipotecária		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	05/02/1973
15/01/1973	39/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação, visto que é pessoa reconhecidamente pobre.	Solicitação concedida.	15/01/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
15/01/1973	40/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação, visto que é pessoa reconhecidamente pobre.	Solicitação concedida.	13/01/1973
16/01/1973	43/73	Notificação		Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita notificação ao requerido sobre o término do contrato de locação.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	18/01/1973
16/01/1973	44/73	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita baixa na distribuição de ação de executivo fiscal.	Houve a baixa na distribuição.	18/01/1973
17/01/1973	53/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	09/09/1975
17/01/1973	54/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve o pagamento.	09/06/1974
17/01/1973	58/73	Notificação		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	A requerente solicita a notificação do requerido que ocupa seu imóvel e não realizou o pagamento.	Solicitação concedida.	13/05/1973
22/01/1973	62/73	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; funcionário da justiça; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita seu direito de férias.	Solicitação concedida.	22/01/1973
22/01/1973	63/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	05/04/1973
22/01/1973	64/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	05/03/1973
22/01/1973	68/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente deseja mover ação contra seu marido e requer o benefício da justiça gratuita, visto que é pessoa pobre.	Solicitação concedida.	19/01/1973
22/01/1973	69/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	19/01/1973
23/01/1973	70/73	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	05/03/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/01/1973	71/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	09/02/1973
24/01/1973	72/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica	O requerente deseja mover ação e requer o benefício da justiça gratuita, visto que é pessoa pobre.	Solicitação concedida.	02/02/1973
29/01/1973	84/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve pagamento da dívida.	11/09/1973
29/01/1973	85/73	Consignação em Pagamento		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	O requerente efetuou um acordo de compra com a requerida e, no momento de realizar o pagamento, a mesma se recusou a receber e a fornecer o documento, já que o lote de terras tinha valorizado. Diante disto, requer salvaguarda de seus direitos.	Houve composição amigável.	09/11/1973
05/02/1973	91/73	Indenização		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a citação dos requeridos, para responderem aos termos da ação de indenização. Os requeridos procederam ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	05/12/1975
05/02/1973	93/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	03/11/1973
05/02/1973	94/73	Sequestro		Pessoa Física; libanês; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente abriu uma empresa em regime de parceria com o requerido. Com o passar do tempo, o requerido, mesmo sem ter contribuído com o investimento inicial, passou a não pagar o aluguel e não dar o que é devido ao requerente, referente ao lucro obtido com a venda de mercadorias. Requer-se o sequestro das mercadorias em estoque.	Houve composição amigável.	20/03/1973
05/02/1973	96/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	O requerente deseja mover ação e requer o benefício da justiça gratuita, visto que é pessoa pobre.	Solicitação concedida.	05/02/1973
05/02/1973	97/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; solteira	Pessoa Jurídica	A requerente deseja mover ação e requer o benefício da justiça gratuita, visto que é pessoa pobre.	Solicitação concedida.	05/02/1973
05/02/1973	98/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	A requerente deseja mover ação e requer o benefício da justiça gratuita, visto que é pessoa pobre.	Solicitação concedida.	02/02/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/02/1973	105/73	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; mecânico; viúvo	Pessoa Jurídica	O requerente deseja obter certidão de óbito de sua esposa, que faleceu.	Solicitação concedida.	10/04/1973
07/02/1973	112/73	Intervenção	Art. 720 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerido recusou-se a receber uma quantidade do restante de uma dívida, sem justificativa plausível, sendo que a maior quantidade já foi paga e o requerente está pagando na data acordada.	Homologado por sentença o pedido de intervenção judicial.	03/03/1973
07/02/1973	113/73	Revogação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro	O requerente não pretende que continue outorgado seu procurador e pede a revogação do mandato e a notificação do requerido e demais envolvidos.	Houve a notificação.	07/04/1973
07/02/1973	114/73	Executiva Cambial		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	10/04/1973
07/02/1973	115/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	09/07/1973
07/02/1973	116/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	09/05/1973
09/02/1973	125/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve acordo firmado em audiência.	06/05/1973
09/02/1973	128/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica	A requerente foi admitida para desempenhar as funções competentes a seu cargo e não recebeu todos os seus direitos previstos em lei.	Houve acordo entre as partes.	03/05/1973
09/02/1973	130/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Física	A requerente foi admitida para desempenhar as funções competentes a seu cargo e não recebeu todos os seus direitos previstos em lei.	Houve acordo entre as partes.	11/07/1973
12/02/1973	136/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/09/1974
12/02/1973	139/73	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileira; do lar; desquitada	Pessoa Jurídica	A requerente vem em nome de sua filha requerer suprimento de idade da filha para que a mesma possa realizar matrimônio.	Solicitação concedida.	26/02/1973
12/02/1973	140/73	Arresto		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente vendeu uma televisão ao requerido com um valor representado por notas promissórias vencidas.	Houve composição amigável.	03/06/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
13/02/1973	145/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/02/1974
13/02/1973	148/73	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor	O requerido realizou contrato de financiamento com o requerente e um contrato de compra de um trator em uma loja do ramo. Diante do atraso no pagamento de uma das parcelas, o requerente solicita a busca e depósito do objeto comprado e requer a citação do requerido para que seja condenado ao pagamento.	Houve composição amigável.	30/10/1973
13/02/1973	152/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação, visto que é pessoa reconhecidamente pobre.	Solicitação concedida.	09/02/1973
14/02/1973	158/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve acordo entre as partes.	20/01/1975
15/02/1973	161/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; viúvo	Pessoa Física; brasileiros; agricultor; casados	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	21/05/1973
15/02/1973	162/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	05/06/1973
15/02/1973	164/73	Juramentação de Funcionário		Pessoa Física; brasileiro; auxiliar de escritório; solteira	Pessoa Jurídica	A requerente necessita de uma auxiliar para ajudá-la a desempenhar suas funções diante do aumento de serviço.	Solicitação concedida.	03/05/1973
15/02/1973	166/73	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física	O requerente solicita notificação do requerido para que este retire de seu lote de terras um empregado seu.	A ação foi extinta com a notificação.	03/05/1975
16/02/1973	176/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	11/05/1973
19/02/1973	182/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica	O requerente foi demitido e não recebeu seu direito trabalhista, por isso requer a citação do requerido para que seja condenado a pagar o valor devido.	Houve acordo entre as partes.	08/05/1973
19/02/1973	183/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física	O requerente foi demitido e não recebeu seus direitos trabalhistas, por isso requer a citação do requerido para que seja condenado a pagar o valor devido.	Houve composição amigável.	09/03/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
20/02/1973	189/73	Executiva Cambial		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física	O requerido é credor do requerente que solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	02/05/1973
21/02/1973	195/73	Tutela		Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente deseja ser tutor de sua sobrinha, menor de idade, que pretende se casar.	Solicitação concedida.	12/03/1973
21/02/1973	196/73	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará para que possa vender um lote de terra que pertence a seu filho menor de idade.	Pedido julgado procedente.	12/04/1973
26/02/1973	208/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; alfaiate; casado	O requerente é do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve acordo entre as partes.	06/02/1975
26/02/1973	210/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação judicial.	Solicitação concedida.	03/03/1973
26/02/1973	211/73	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; jordainense; do comércio; casado	O requerido celebrou contrato para compra de veículo que seria pago em notas promissórias. O requerido não pagou o que devia. Solicita-se a busca e apreensão do veículo.	Houve composição amigável.	08/09/1973
28/02/1973	218/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; jordainense; do comércio; casado	O requerente é do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	03/05/1973
28/02/1973	220/73	Rescisória		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente foi enganado pelo requerido no momento de realizar o contrato, e requer a citação do mesmo e a determinação da anulação dos cheques.	Houve composição amigável.	21/03/1973
28/02/1973	231/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação.	Solicitação concedida.	28/02/1973
28/02/1973	232/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação.	Solicitação concedida.	22/03/1973
28/02/1973	233/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação.	Solicitação concedida.	22/03/1973
01/03/1973	238/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	20/06/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
01/03/1973	241/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para requerer seus direitos trabalhistas.	Solicitação concedida.	28/02/1973
01/03/1973	242/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; da lavoura; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para mover ação de indenização.	Solicitação concedida.	28/02/1973
01/03/1973	243/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para requerer seus direitos trabalhistas.	Solicitação concedida.	28/02/1973
02/03/1973	247/73	Cancelamento de Protesto		Pessoa Física; brasileiro; da lavoura; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o cancelamento de um protesto de uma ação de dívidas.	Solicitação concedida.	09/03/1973
02/03/1973	249/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; bancário; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	03/10/1973
02/03/1973	250/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	04/05/1973
08/03/1973	254/73	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente tem uma irmã menor de idade, que está sob sua guarda devido o falecimento dos pais. Requer que seja nomeado tutor da menor.	Solicitação concedida.	12/03/1973
12/03/1973	263/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; comerciaria; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente foi admitida para desempenhar as funções competentes a seu cargo e não recebeu todos os seus direitos previstos em lei.	Houve acordo entre as partes.	30/05/1973
12/03/1973	264/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileira; ajudante de serviços gerais; viúva	Pessoa Jurídica	O requerente celebrou contrato verbal de trabalho. Diante do não cumprimento dos seus direitos trabalhistas, deseja receber as diferenças salariais, solicitando a notificação do requerido para que compareça em audiência de conciliação.	Houve acordo em audiência.	03/05/1973
12/03/1973	265/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; pedreiro; casado	Pessoa Jurídica	O requerente celebrou contrato verbal de trabalho. Diante do não cumprimento dos seus direitos trabalhistas, deseja receber as diferenças salariais, solicitando a notificação do requerido para que compareça em audiência de conciliação.	Houve acordo em audiência.	05/05/1973
12/03/1973	266/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica	O requerente celebrou contrato verbal de trabalho. Diante do não cumprimento dos seus direitos trabalhistas, deseja receber as diferenças salariais, solicitando a notificação do requerido para que compareça em audiência de conciliação.	Houve acordo em audiência.	03/01/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/03/1973	267/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; enfermeira; casada	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado	O requerente celebrou contrato verbal de trabalho. Diante do não cumprimento dos seus direitos trabalhistas, deseja receber as diferenças salariais, solicitando a notificação do requerido para que compareça em audiência de conciliação.	Houve acordo em audiência.	08/06/1974
12/03/1973	268/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente celebrou contrato verbal de trabalho. Diante do não cumprimento dos seus direitos trabalhistas, deseja receber as diferenças salariais, solicitando a notificação do requerido para que compareça em audiência de conciliação.	Houve acordo em audiência.	04/05/1973
12/03/1973	269/73	Tutela	Art. 412 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita tutela, uma vez que o menor não possui outros parentes domiciliados nesta cidade, o pai é desconhecido e a mãe se encontra em local não sabido. A menor foi seduzida por seu namorado, que deseja contrair matrimônio.	Tutela concedida.	14/03/1973
12/03/1973	271/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; carpinteiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação civil.	Solicitação concedida.	12/03/1973
13/03/1973	274/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação civil.	Solicitação concedida.	13/03/1973
13/03/1973	275/73	Executiva Cambial		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve o pagamento.	08/05/1973
14/03/1973	279/73	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; desquitado	O requerente solicita a notificação do requerido que ocupa uma casa edificada em um lote de terras de sua propriedade, para que efetue a desocupação em 10 dias.	Notificação efetuada.	04/05/1973
14/03/1973	280/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	12/08/1973
14/03/1973	281/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas. Requer a citação do requerido para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/06/1973
14/03/1973	282/73	Cobrança		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita cobrança dos autos de reintegração de posse.	A ação foi arquivada.	30/04/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
16/03/1973	289/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	15/03/1973
16/03/1973	290/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	15/03/1973
16/03/1973	291/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	15/03/1973
16/03/1973	293/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicata. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	06/08/1973
16/03/1973	294/73	Cobrança	Art. 291 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente é credora do requerido de dívida representada por duas duplicatas, já protestadas. No decorrer dos autos, a parte requerente recebeu o que lhe era de direito, solicitando a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	09/09/1973
16/03/1973	295/73	Executiva		Pessoa Física; brasileira; proprietária; solteira	Pessoa Física; brasileiros; do comércio; casados	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	03/04/1973
16/03/1973	297/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	03/12/1974
22/03/1973	310/73	Desquite		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; desquitado	O requerente solicita o desquite diante do abandono sem justa causa do marido.	Houve a desistência da ação.	16/08/1974
22/03/1973	314/73	Executiva		Pessoa Física; iugoslavo; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/05/1973
22/03/1973	315/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	03/04/1973
22/03/1973	316/73	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; carpinteiro; casado	Pessoa Física	O requerente é proprietário de um prédio locado ao requerido, que não realiza os pagamentos de aluguel. Requer a citação do requerido para que responda a esta ação.	O pedido de despejo é procedente.	05/05/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/03/1973	327/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação.	Solicitação concedida.	23/03/1973
23/03/1973	328/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; advogado; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação em nome de uma cliente.	Solicitação concedida.	23/03/1973
29/03/1973	340/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação.	Solicitação concedida.	27/03/1973
29/03/1973	341/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação.	Solicitação concedida.	30/03/1973
29/03/1973	342/73	Juramentação de Funcionário		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente propõe um nome para compor o quadro de funcionários da serventia.	Solicitação concedida.	06/03/1974
29/03/1973	345/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; 2) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido de quantia representada por notas promissórias. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	04/08/1975
30/03/1973	346/73	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente tem como herança, para os filhos menores de idade, um lote de terras que a mesma pretende vender. Requer para tanto alvará de autorização.	Solicitação concedida.	05/09/1973
03/04/1973	369/73	Embargos de Terceiros		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	Pessoa Física	O requerido comprou um veículo que estava sob guarda do depositário sem qualquer pagamento de ônus. Diante disto requer embargo de terceiros.	Houve composição amigável.	01/08/1973
04/04/1973	374/73	Indenização		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente fez um financiamento de equipamentos que foram danificados pelo requerido. Solicita a citação do requerido para que responda a ação.	Houve composição amigável.	20/08/1973
04/04/1973	375/73	Cancelamento de Protesto		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o cancelamento de protesto a ele dirigido, uma vez que a dívida não é de sua responsabilidade, já que era avalista.	Solicitação concedida.	30/04/1973
04/04/1973	377/73	Busca e Apreensão		Pessoa Física; brasileira; casada; do lar; Iretama - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; casado; Iretama - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; casada; Iretama - PR	A requerente solicita busca de apreensão de seu filho menor, que está sob posse de seu ex-marido de forma ilegal.	Houve a desistência da ação.	30/07/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/04/1973	378/73	Ressarcimento de Indenização		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A requerente pagou o conserto de veículo do requerido, que se envolveu em acidente. Requer o ressarcimento do pagamento, visto que a culpa foi do requerido.	Houve composição amigável.	03/06/1973
06/04/1973	383/73	Alvará		Pessoa Jurídica; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente deseja alvará que a autorize a realizar um financiamento, visto que o lote de terras é herdado de seu esposo e é de propriedade de suas filhas menores de idade.	Solicitação concedida.	04/05/1973
09/04/1973	390/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileira; camareira; casada	Pessoa Física	A requerente foi admitida para desempenhar as funções competentes a seu cargo e não recebeu todos os seus direitos previstos em lei.	Houve acordo entre as partes.	20/07/1973
09/04/1973	391/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; operário; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente foi admitido para desempenhar as funções competentes a seu cargo, foi demitido sem justa causa e não recebeu todos os seus direitos previstos em lei.	Houve acordo entre as partes.	22/06/1974
09/04/1973	392/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; operário; solteiro	Pessoa Jurídica	A requerente foi admitida para desempenhar as funções competentes a seu cargo e não recebeu todos os seus direitos previstos em lei.	Houve acordo entre as partes.	05/01/1974
09/04/1973	393/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	03/04/1974
10/04/1973	385/73	Desquite		Pessoa Física; brasileiro; empregado; casado	Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado	O requerente solicita audiência de conciliação para que seja decretado o desquite do casal.	Houve o desquite.	06/02/1974
11/04/1973	408/73	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita tutela representando menor, porque o menor deseja contrair matrimônio, não possui outros parentes domiciliados nesta cidade e seus pais já faleceram.	Tutela concedida.	30/04/1973
13/04/1973	424/73	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	20/02/1974
13/04/1973	425/73	Cobrança		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve desistência da ação.	04/03/1977
13/04/1973	429/73	Executiva Hipotecária		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a sua citação para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	08/09/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
16/04/1973	433/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	02/08/1973
16/04/1973	434/73	Desquite		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Física; brasileiro; mecânico; casado	A requerente é civilmente casada com o requerido e durante a união sofreu maus tratos. Requer intimação do requerido para audiência de conciliação, para que haja o desquite.	Houve composição amigável.	09/05/1973
16/04/1973	437/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	05/06/1973
16/04/1973	438/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	20/08/1973
16/04/1973	439/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	04/05/1973
16/04/1973	440/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	08/02/1974
16/04/1973	441/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	05/08/1975
16/04/1973	442/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	10/05/1973
16/04/1973	443/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	01/08/1973
16/04/1973	444/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	04/05/1973
16/04/1973	446/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	09/05/1973
16/04/1973	447/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	09/01/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
16/04/1973	448/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	10/09/1973
16/04/1973	449/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/05/1973
16/04/1973	450/73	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiros; casados	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve o pagamento.	07/10/1974
16/04/1973	451/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	09/11/1973
16/04/1973	452/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	10/05/1973
16/04/1973	453/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	01/10/1973
16/04/1973	454/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	30/05/1973
16/04/1973	455/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	21/06/1974
16/04/1973	456/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	31/08/1973
16/04/1973	457/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	03/12/1974
18/04/1973	462/73	Executiva	Art. 298 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação e baixa na distribuição.	03/12/1973
23/04/1973	476/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/05/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/04/1973	479/73	Executiva Hipotecária		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; solteiro	O requerente é credor do requerido de quantia proveniente de disponibilização de crédito. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	03/07/1975
25/04/1973	486/73	Arresto	Art. 675 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita mandado de arresto dos bens não pagos pelos requeridos, para garantia de seu crédito. Por fim, houve composição amigável.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	07/05/1973
26/04/1973	488/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Jurídica; brasileiro; operário; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita notificação ao requerido para comparecer a audiência de conciliação e julgamento, já que o requerido não efetuou o pagamento dos serviços prestados pelo requerente. Por fim, as partes entraram em acordo.	Homologada por sentença a composição amigável entre as partes.	05/05/1973
30/04/1973	500/73	Executiva Cambial		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve o pagamento.	07/01/1974
02/05/1973	501/73	Executiva	Art. 298, XIII da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido do valor de Cr$ 34.316,67. As partes entraram em acordo no decorrer dos autos, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/06/1974
03/05/1973	508/73	Executiva	Art. 298, XIII da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido do valor de Cr$14.167,32. O requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	04/01/1974
04/05/1973	514/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Barboza Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento de débito.	30/05/1973
07/05/1973	519/73	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro	O requerente solicita a notificação da requerida por ter sido sustado um cheque emitido.	Julgada extinta a ação.	13/05/1975
07/05/1973	523/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	08/06/1973
08/05/1973	524/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita, pois não possui condições para bancar o processo.	Solicitação concedida.	08/05/1973
08/05/1973	525/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	08/08/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/05/1973	527/73	Sequestro		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita rescisão de contrato, diante da inadimplência do requerido, e que o objeto da procuração permaneça sob custódia da justiça até sua restituição ao requerente.	Houve composição amigável.	09/10/1973
09/05/1973	529/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Jurídica	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	08/06/1973
09/05/1973	530/73	Executiva Cambial		Pessoa Física	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	04/03/1977
10/05/1973	532/73	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	20/02/1974
11/05/1973	537/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	10/01/1974
11/05/1973	538/73	Executiva Fiscal	Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A ação foi promovida em razão de débito oriundo de Imposto Predial e Territorial Urbano. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	04/02/1974
11/05/1973	539/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/03/1974
11/05/1973	540/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
11/05/1973	541/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
11/05/1973	542/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
11/05/1973	543/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/06/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/05/1973	545/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
11/05/1973	547/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1974
11/05/1973	549/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
11/05/1973	550/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	31/05/1973
11/05/1973	551/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
11/05/1973	553/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
11/05/1973	554/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
11/05/1973	556/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1974
11/05/1973	557/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/03/1974
11/05/1973	558/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/06/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/05/1973	559/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/06/1973
11/05/1973	560/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	31/05/1973
11/05/1973	561/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
11/05/1973	562/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
11/05/1973	564/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
11/05/1973	565/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	31/05/1973
11/05/1973	566/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
11/05/1973	567/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	31/05/1973
11/05/1973	568/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	12/09/1973
11/05/1973	569/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/05/1973	570/73	Executiva Fiscal	Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	18/05/1973
11/05/1973	571/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
11/05/1973	572/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
14/05/1973	573/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente firmou um contrato para a construção de barracão comercial, o qual não foi concluído e veio a desabar. Mesmo diante da não realização do serviço, o valor vem sido cobrado. Diante disto, requer que por 30 dias as cobranças sejam suspensas para que o requerente possa se defender.	Pedido indeferido.	14/05/1973
16/05/1973	582/73	Executiva Fiscal		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação.	Solicitação concedida.	16/05/1973
16/05/1973	583/73	Executiva Fiscal		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação.	Solicitação concedida.	16/05/1973
16/05/1973	586/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Física; brasileiro; dentista; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por títulos não pagos. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	10/01/1974
17/05/1973	592/73	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; lavradora; viúva; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barboza Ferraz - PR	A requerente é credora de valor proveniente de arrendamento realizado com o requerido. Solicita a notificação do requerido para que pague e tome ciência destes termos.	Notificação efetuada.	03/05/1975
17/05/1973	594/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/09/1973
17/05/1973	596/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	06/05/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
17/05/1973	599/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica		O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/04/1974
17/05/1973	600/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1974
17/05/1973	601/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/06/1973
17/05/1973	602/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1974
17/05/1973	603/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/06/1973
17/05/1973	605/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/08/1973
17/05/1973	606/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/06/1973
17/05/1973	607/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	31/05/1973
17/05/1973	609/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/06/1973
17/05/1973	610/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
17/05/1973	611/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	31/05/1973
17/05/1973	612/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
17/05/1973	613/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	31/05/1973
17/05/1973	614/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1974
17/05/1973	615/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
17/05/1973	616/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
17/05/1973	618/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
17/05/1973	619/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
17/05/1973	620/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	05/08/1973
17/05/1973	622/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/06/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
17/05/1973	623/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
17/05/1973	624/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1974
17/05/1973	625/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/06/1973
17/05/1973	626/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
17/05/1973	627/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
18/05/1973	628/73	Embargos de Terceiros		Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Barboza Ferraz - PR	O requerido está envolvido em ação de cobrança de dívidas com indivíduo de Piracicaba, SP. Como forma de pagamento, terá uma penhora executada. Considerando que o banco requerente incidiu sobre este mesmo imóvel uma hipoteca para pagamento de dívidas, o requerido não deveria ter realizado no mesmo uma penhora.	Houve composição amigável.	08/06/1973
18/05/1973	631/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Barboza Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheques. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	20/08/1973
18/05/1973	632/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado; Barboza Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	09/09/1973
18/05/1973	634/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	09/11/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/05/1973	635/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Barboza Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	04/11/1974
21/05/1973	639/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; proprietário; casado; Barboza Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	20/10/1975
21/05/1973	640/73	Cobrança		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; o primeiro médico, e o segundo do comércio; casado; Barboza Ferraz - PR	O filho do requerente foi atropelado pelo requerido e veio a falecer em decorrência de traumatismo craniano. O requerente solicita a citação do requerido para que responda a ação ordinária de indenização de responsabilidade civil por atos ilícitos.	Houve composição amigável.	23/05/1973
22/05/1973	645/73	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente fez transações com o requerido e este emitiu a seu favor uma nota promissória que acabou vencendo. As partes entraram em acordo e o requerente recebeu do requerido um caminhão pelo valor de Cr$ 30.000,00. Como a dívida era de Cr$ 20.000,00, foi devolvida ao requerido a importância de Cr$ 10.000,00. Ocorre que o requerido não entregou a nota promissória e tem interesse em protestá-la sendo que a dívida já foi paga.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	04/06/1973
22/05/1973	650/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/06/1973
22/05/1973	651/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	652/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	653/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	06/03/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/05/1973	654/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/06/1973
22/05/1973	655/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1974
22/05/1973	656/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	658/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	659/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	660/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	661/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	662/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	664/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	665/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	06/03/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/05/1973	666/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	667/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	668/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	669/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/06/1973
22/05/1973	670/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	671/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	672/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/06/1973
22/05/1973	673/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/08/1973
22/05/1973	674/73	Executiva Fiscal	Decreto-Lei 960/38	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	13/06/1973
22/05/1973	675/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/05/1973	676/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	678/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/06/1973
22/05/1973	680/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/06/1973
22/05/1973	681/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	682/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	29/05/1973
22/05/1973	683/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/08/1973
22/05/1973	685/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
22/05/1973	687/73	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	O requerente, na condição de avalista do requerido, pagou uma dívida por ele não paga, representada por notas promissórias. Diante disto, requer a citação do requerido para que seja feita a busca e a apreensão dos bens adquiridos.	Houve desistência da ação.	24/05/1973
24/05/1973	698/73	Alvará		Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; solteiro	Pessoa Jurídica	A requente solicita alvará para que possa onerar um imóvel para adquirir um trator.	Solicitação concedida.	02/02/1974
28/05/1973	715/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheques. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/10/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/05/1973	716/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Boa Esperança - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	04/05/1976
29/05/1973	719/73	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; português; do comércio; casado	O requerente tem um imóvel alugado para o requerido. Diante do término da vigência de contrato e a não desocupação pelo requerido, solicita-se ação de despejo contra o mesmo.	Houve composição amigável.	08/03/1974
01/06/1973	747/73	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente é mãe de quatro filhos menores de idade que herdaram do pai um imóvel. A requerente nesta situação solicita alvará judicial para que possa vender o lote de terras e comprar um imóvel para morarem.	Houve desistência do pedido.	31/08/1973
04/06/1973	753/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; engenheiro civil; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	03/01/1974
04/06/1973	754/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; pedreiro; viúvo	Pessoa Física; brasileiro; carpinteiro; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	03/06/1977
04/06/1973	756/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	05/08/1975
04/06/1973	757/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
04/06/1973	759/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1974
04/06/1973	760/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/06/1973
04/06/1973	762/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/06/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/06/1973	763/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
04/06/1973	764/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/06/1973
04/06/1973	765/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
04/06/1973	767/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1974
04/06/1973	770/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	01/10/1973
04/06/1973	771/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
04/06/1973	772/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/06/1973
04/06/1973	773/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
04/06/1973	774/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/06/1973
04/06/1973	775/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/06/1973	779/73	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; do lar; viúva; Boa Esperança - PR	Pessoa Jurídica	O requerente deseja mover ação e necessita do benefício da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	15/02/1974
06/06/1973	781/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado; Fênix - PR	Pessoa Jurídica	O requerente deseja mover ação e necessita do benefício da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	05/06/1973
06/06/1973	782/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Jurídica	O requerente deseja mover ação e necessita do benefício da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	05/06/1973
06/06/1973	783/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	O requerente deseja mover ação e necessita do benefício da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	05/06/1973
06/06/1973	789/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1974
06/06/1973	791/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1974
06/06/1973	794/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/06/1973
06/06/1973	795/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1974
06/06/1973	796/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/06/1973
06/06/1973	797/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/06/1973	798/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/06/1973
06/06/1973	800/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	06/02/1975
06/06/1973	801/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/03/1974
06/06/1973	802/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
06/06/1973	803/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/03/1974
06/06/1973	804/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
06/06/1973	806/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
06/06/1973	807/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/06/1973
06/06/1973	809/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/06/1973
06/06/1973	812/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/06/1973	814/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
06/06/1973	816/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	01/10/1973
06/06/1973	817/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/08/1973
06/06/1973	818/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	01/10/1973
06/06/1973	819/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/08/1973
06/06/1973	820/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	01/10/1973
06/06/1973	821/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/08/1973
06/06/1973	822/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/03/1974
06/06/1973	823/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
06/06/1973	824/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	11/03/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/06/1973	825/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	08/06/1973
06/06/1973	826/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	22/08/1973
12/06/1973	836/73	Alvará		Pessoa Física; brasileiros; agricultores; casados	Pessoa Jurídica	Os requerentes são herdeiros de lote de terras que foi alvo de discussões. Solicitam a avaliação do imóvel para que seja emitido o alvará que autorize a sub-rogação do mesmo.	Solicitação concedida.	03/08/1973
12/06/1973	842/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	A requerente necessita do benefício da justiça gratuita porque é pessoa reconhecidamente pobre e necessita de certidão de óbito de seu marido.	Solicitação concedida.	13/06/1973
12/06/1973	843/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado	O requerente solicita a expedição de alvará de justiça gratuita para que possa mover ação de indenização.	Solicitação concedida.	04/02/1975
13/06/1973	848/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida em 24 horas ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	03/08/1973
14/06/1973	858/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita porque é pessoa reconhecidamente pobre e necessita mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	13/06/1973
14/06/1973	859/73	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; funcionário da justiça; casado	Pessoa Jurídica	A requerente solicita afastamento de suas obrigações no cartório durante o mês de julho.	Solicitação concedida.	26/06/1973
14/06/1973	863/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Roncador - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Roncador - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	12/09/1973
14/06/1973	864/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheques vencidos e não pagos. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida em 24 horas ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	03/08/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/06/1973	866/73	Executiva		Pessoa Física; italiano; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais custos ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	04/02/1975
15/06/1973	870/73	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; viúvo	Pessoa Jurídica	O requerente necessita de alvará para conseguir, junto ao banco, financiamento para melhorias rurais.	Homologado por sentença o pedido de alvará.	09/07/1973
15/06/1973	872/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida em 24 horas ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	08/04/1975
18/06/1973	880/73	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor; casado	O requerente arrendou ao requerido um lote de terras, pelo qual seria cobrado valor correspondente a safra. Mesmo diante dos esforços para receber, não foram bem sucedidos, de modo que o requerente solicita a citação do requerido para que responda a ação de despejo.	Houve composição amigável.	01/10/1973
19/06/1973	892/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; casada; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita porque é pessoa reconhecidamente pobre e necessita mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	18/06/1973
19/06/1973	893/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita porque é pessoa reconhecidamente pobre e necessita mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	18/06/1973
19/06/1973	894/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita porque é pessoa reconhecidamente pobre e necessita mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	18/06/1973
20/06/1973	897/73	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica	O requerente cria um menino menor de idade há seis anos. O menor pretende se casar, de modo que o requerente solicita que seja nomeado tutor do menor para que o mesmo possa contrair matrimônio.	Solicitação concedida.	20/08/1973
20/06/1973	898/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo	Pessoa Jurídica	O requerente vem, em nome de seus cinco filhos, requerer alvará judicial para que possa vender um lote de terras herdadas de sua esposa, que faleceu, visto que o lote é pequeno e não têm condições de sobreviver.	Solicitação concedida.	20/08/1973
22/06/1973	916/73	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita afastamento de suas obrigações no cartório durante o mês de junho.	Solicitação concedida.	26/06/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/06/1973	936/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por cédulas rurais pignoratícias. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	01/08/1973
28/06/1973	937/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por cédulas rurais pignoratícias. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	01/08/1973
02/07/1973	949/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que lhe seja concedido o benefício da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	02/07/1973
03/07/1973	960/73	Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam		Pessoa Física; brasileira; São Paulo - SP	Pessoa Física	A requerente firmou contrato onde o requerido se comprometia a fornecer madeira serrada para a requerente obedecendo alguns critérios. Tendo em vista o não cumprimento do contrato, a requerente teve que reembolsar para conseguir a matéria desejada. Solicita-se a vistoria do prejuízo sofrido e a citação do requerido.	Houve desistência da ação e composição amigável.	05/03/1974
05/07/1973	969/73	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerido realizou financiamento com o requerente e contrato de compra com uma empresa que comercializa tratores. Diante do não pagamento e do cumprimento do contrato de compra e venda, o requerente solicita a citação do requerido para que pague a dívida e se efetive a apreensão dos bens adquiridos.	A ação foi julgada procedente e os objetos apreendidos.	05/09/1974
06/07/1973	973/73	Vistoria ad Perpetuam Rei Memoriam		Pessoa Física	Pessoa Física	Os porcos do requerido invadiram a propriedade do requerente, danificando produção rural.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	05/10/1976
06/07/1973	974/73	Notificação		Pessoa Física; lavrador; Barboza Ferraz - PR	Pessoa Física; brasileira; solteira; do lar; Campo Mourão - PR	O requerente vendeu à requerida lote de terra. Ela, porém, não efetuou o pagamento, representado pelas notas promissórias já vencidas. Solicita-se que a requerida seja notificada, e assim que efetuar o pagamento será entregue a propriedade bem como a escritura pública.	Homologada por sentença a notificação da requerida.	08/08/1973
06/07/1973	975/73	Notificação		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente não tem mais interesse de alugar seu imóvel.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/02/1975
06/07/1973	977/73	Executiva Cambial		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barboza Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, mediante acordo amigável entre as partes.	05/08/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/07/1973	978/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	08/09/1974
09/07/1973	981/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheque emitido sem fundos. Solicita a citação do requerido para que pague a mencionada dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve o pagamento da dívida.	03/12/1973
10/07/1973	983/73	Reintegração de Posse		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Engenheiro Beltrão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente comprou data de uma mulher, tendo o acordo sido firmado e cumprido pelas partes. No dia da ocupação da casa, foi constatada a presença do ex-marido da vendedora, que ali se encontrava para prejudicá-la e se negava a sair. Solicita-se que o requerido seja condenado a abrir mão da propriedade e indenizar os requerentes pelos danos.	Houve composição amigável.	02/08/1973
11/07/1973	987/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	A requerente é credora do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida em 24 horas ou que nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	05/08/1973
16/07/1973	995/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido devido a um financiamento. Diante do não pagamento, foi determinada judicialmente a devolução do bem adquirido. Considerando que o bem não foi suficiente para quitar a dívida, o requerente solicita a citação do requerido pra que pague em 24 horas ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/02/1976
17/07/1973	1003/73	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; técnico em telefônica; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente firmou contrato com o requerido, o qual não cumpriu a obrigação de pagamento de nota promissória. Solicita-se a notificação do requerido para que pague a multa no prazo de cinco dias.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/05/1975
19/07/1973	1004/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Cuiabá - MT	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável e desistência da ação.	07/01/1975
19/07/1973	1005/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; advogado; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida em 24 horas ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	04/09/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/07/1973	1008/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; casada	Pessoa Jurídica	A requerente pede para que seja nomeado um defensor para que ela mova uma ação civil.	Solicitação concedida.	19/07/1973
19/07/1973	1010/73	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campina do Amaral - PR	Pessoa Jurídica	A requerente deseja casar-se e não possui idade. Requer o suprimento de idade, visto que possui condições físicas e psíquicas para o matrimônio.	Solicitação concedida.	07/08/1973
20/07/1973	1015/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação de indenização por descumprimento de contrato.	Solicitação concedida.	20/07/1973
20/07/1973	1016/73	Rescisória		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Pinhalão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requente adquiriu um lote de terras do requerido, sendo que no pagamento da última parcela seria efetivada a escritura. O requerido se recusou a receber o pagamento e não há nenhum contrato formal que comprove a venda, apenas contrato preliminar. Diante da não concretização do negócio, o requerente solicita a citação do requerido para responder aos termos da ação bem como o pagamento das custas processuais.	Houve composição amigável.	05/10/1976
20/07/1973	1017/73	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Fênix - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita alvará para que possa em nome de seus filhos realizar empréstimo bancário para efetuar melhorias em lote de terras herdado de seu falecido marido, pai das crianças.	O alvará foi expedido fora do prazo e não recebeu o financiamento pleiteado.	05/02/1974
24/07/1973	1026/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	A requerente é credora do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a mencionada dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	06/12/1974
24/07/1973	1030/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barboza Ferraz - PR	A requerente é credora do requerido de valor representado por cheque que não foi pago pela agência bancária pelo fato do requerido ter encerrado a conta. Solicita-se a citação do requerido para que pague o valor da dívida acrescida de demais custos ou nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	20/08/1973
26/07/1973	1036/73	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita suprimento de idade da menor para que a mesma possa contrair matrimônio com o namorado, com quem manteve relação sexual.	Pedido julgado procedente.	07/08/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/07/1973	1040/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, diante de acordo amigável entre as partes.	04/09/1973
01/08/1973	1042/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheque emitido sem fundos. Diante do não pagamento requer a citação do requerido para que o mesmo pague a dívida em 24 horas ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/08/1973
01/08/1973	1044/73	Executiva cambial		Pessoa Física; brasileiro; estudante; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de dívida ainda não quitada. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/11/1973
01/08/1973	1049/73	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica	Os filhos da requerente são herdeiros de lote de terras, devido ao falecimento do pai das crianças. A requerente pretende arrendar o lote e requer alvará judicial para que possa assinar o compromisso.	Pedido julgado procedente.	08/08/1973
01/08/1973	1051/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, mediante o pagamento do crédito.	04/09/1975
06/08/1973	1060/73	Indenização		Pessoa Jurídica; brasileiro naturalizado; casado; Umuarama - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O ônibus do requerido bateu, por imprudência do mesmo, no caminhão do requerente, provocando grandes danos ao veículo. Por fim, houve o pedido de desistência da ação, bem como pedido de baixa na distribuição.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/12/1974
06/08/1973	1062/73	Sequestro		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	A requerente se casou com o requerido sem possuir qualquer bem imóvel. Ao longo dos anos, conseguiram adquirir alguns bens. A requerente vem sofrendo agressões físicas do marido, sendo que passou a morar com uma de suas filhas. O marido está vendendo parte dos imóveis de direito de ambos. Diante disto requer que os bens que possui sejam sequestrados.	Foi realizado um acordo para dividir os bens em audiência.	09/04/1975
08/08/1973	1068/73	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Barboza Ferraz - PR	Pessoa Jurídica	O marido da requerente faleceu e deixou depositada no banco uma quantia em dinheiro. A requerente, que passa por necessidades, solicita alvará para que possa retirar o valor depositado.	Solicitação concedida.	04/02/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
08/08/1973	1072/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	03/06/1976
08/08/1973	1073/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileira; viúva	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável e desistência da ação.	03/03/1975
08/08/1973	1074/73	Pedido de Demissão		Pessoa Física; brasileiro; funcionário da justiça; casado	Pessoa Jurídica	O requerente pede para que seja exonerado do cargo por motivos particulares.	O requerente foi exonerado.	09/08/1973
08/08/1973	1079/73	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica	Os filhos da requerente receberam como herança do pai um lote de terras com finalidade agrícolas. A mãe, requerente, tendo em vista o sustendo dos filhos, pretende arrendar o lote. Sendo os filhos menores de idade, a requerente solicita para tanto alvará de autorização.	Pedido deferido.	09/08/1973
09/08/1973	1081/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica	A requerente foi abandonada pelo marido, que se recusa a contribuir no pagamento de alimentação e demais custos da requerente e seus filhos. Solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	09/08/1973
09/08/1973	1090/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	A requerente foi abandona pelo marido juntamente com seus filhos. Diante da situação em que passam privações financeiras, solicita o benefício da assistência judiciária gratuita para mover ação de alimentos.	Pedido deferido.	06/08/1973
09/08/1973	1091/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita advogado para encaminhar reclamação.	Solicitação concedida.	07/08/1973
09/08/1973	1093/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Ubiratã - PR	O requerente é credor do requerido de valor proveniente de financiamento de custeio. O crédito foi utilizado, mas não foi amortizada a dívida com o requerente. Solicita-se a citação do requerido, que é o avalista, para que pague em 24 horas sob pena de penhora de bens.	Houve desistência da ação, devido a composição amigável.	09/10/1973
13/08/1973	1094/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Peabiru - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	06/11/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/08/1973	1102/73	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente necessita de alvará para obter junto ao banco financiamento para melhorias rurais.	Alvará expedido.	11/10/1973
15/08/1973	1109/73	Sustação de Protesto		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	A firma requerente construiu casa a um cliente. O referido cliente comprou material de uma firma para colocar na construção. A firma sacou o valor por duplicata sem a apresentação de nota fiscal pelo fato do requerente ter construído a casa. Diante disto solicita-se o cancelamento da duplicata e a notificação do cliente que efetuou a compra para responder a ação.	Houve desistência da ação, mediante acordo entre as partes.	12/12/1974
15/08/1973	1111/73	Cobrança		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida em 24 horas ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	21/09/1973
16/08/1973	1113/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida em 24 horas ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/02/1976
16/08/1973	1114/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheques vencidos e não pagos. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	20/02/1974
20/08/1973	1129/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; advogado; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida em 24 horas ou nomeie bens a penhora.	Houve desistência da ação, mediante pagamento efetuado pelo requerido.	06/03/1974
20/08/1973	1131/73	Cobrança		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente pagou as despesas do conserto de um veículo. Solicita a citação do requerido para que este a devolva o dinheiro.	Houve composição amigável.	10/12/1975
20/08/1973	1132/73	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente passa por necessidades financeiras.	Solicitação concedida.	09/09/1973
21/08/1973	1138/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; casado	Pessoa Jurídica	O requerente foi demitido sem justa causa e deseja mover ação com o benefício da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	17/08/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/08/1973	1145/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Houve composição amigável.	06/02/1974
22/08/1973	1147/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Houve composição amigável.	04/02/1974
22/08/1973	1149/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiros; médico; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por nota promissória. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	31/05/1974
22/08/1973	1150/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro	O requerente é credor do requerido de valor representado por nota promissória. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	08/10/1974
22/08/1973	1151/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiros; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por nota promissória. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	21/12/1974
22/08/1973	1153/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	05/08/1974
22/08/1973	1155/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiros; casados	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	22/03/1974
22/08/1973	1157/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por nota promissória. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	17/06/1974
23/08/1973	1158/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiros	O requerente é credor do requerido de valor representado por nota promissória. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	03/12/1974
23/08/1973	1159/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Houve composição amigável.	03/09/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
23/08/1973	1161/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de quantia proveniente de tarifa sanitária e multa. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	01/10/1973
23/08/1973	1167/73	Notificação		Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente deseja receber comprovante do pagamento por ele efetuado, por isso requer a notificação do requerido.	Notificação efetuada.	02/05/1975
23/08/1973	1168/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita transferência de suas férias devido ao acúmulo de serviço no tabelionato de notas.	Houve transferência do período de férias.	03/09/1973
23/08/1973	1169/73	Juramentação de Funcionário		Pessoa Jurídica; brasileiro; serventuário da justiça; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a nomeação de um substituto para suas funções.	Solicitação concedida.	04/08/1973
23/08/1973	1177/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Física; brasileiros; agricultores; casados	O requerente é credor do requerido de valor representado por nota promissória. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	07/09/1973
23/08/1973	1178/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; advogado; casado	Pessoa Física; brasileiros; do comércio; casados	O requerente é credor do requerido de valor representado por nota promissória. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	10/05/1974
23/08/1973	1179/73	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiros; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	05/03/1975
23/08/1973	1182/73	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiros; lavrador; casado	O requerido vive em um lote de propriedade do requerente e não vem pagando o valor combinado. Solicita-se a citação do requerido para que responda a esta ação.	Houve composição amigável.	20/06/1974
24/08/1973	1186/73	Busca e Apreensão		Pessoa Física; brasileiro; pedreiro; casado	Pessoa Física; brasileiros; agricultor	O requerente vendeu um veículo a um sujeito que o repassou ao requerido. Diante disto requer-se a busca e apreensão do veículo.	Houve medida cautelar.	09/10/1973
24/08/1973	1188/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita transferência de suas férias devido ao acúmulo de serviço.	Solicitação concedida.	20/09/1973
24/08/1973	1189/73	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita baixa de distribuição de um auto em que foi réu.	Solicitação concedida.	11/09/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/08/1973	1190/73	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente é pai de menina menor de idade que pretende contrair matrimônio e necessita do suprimento de idade.	Julgada extinta a ação.	02/09/1975
28/08/1973	1197/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita transferência de suas férias devido ao acúmulo de serviço.	Solicitação concedida.	20/09/1973
28/08/1973	1198/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita transferência de suas férias devido ao acúmulo de serviço.	Solicitação concedida.	03/09/1973
28/08/1973	1200/73	Alvará		Pessoa Física; libanês; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará judicial para que possa vender um lote de terras.	Solicitação concedida.	08/12/1973
31/08/1973	1209/73	Notificação		Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor; Iretama - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavradores; viúvo; Roncador - PR	O requerente adquiriu um imóvel nas conformidades da lei, porém os requeridos, vizinhos, pretendem derrubar a mata na terra do requerente. Deferido pedido de notificação.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	08/10/1973
31/08/1973	1214/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por nota promissória. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida sob pena de ter os bens penhorados.	Houve composição amigável.	06/09/1973
31/08/1973	1217/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita transferência de suas férias devido ao acúmulo de serviço.	Solicitação concedida.	05/09/1973
31/08/1973	1218/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o direito de transferir suas férias. Solicitação concedida pelo Juiz.	Solicitação concedida.	04/09/1973
31/08/1973	1219/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita transferência de suas férias devido ao acúmulo de serviço.	Solicitação concedida.	05/09/1973
31/08/1973	1223/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça para que possa mover ação de indenização.	Solicitação concedida.	29/08/1973
03/09/1973	1225/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita transferência de suas férias devido ao acúmulo de serviço.	Solicitação concedida.	06/09/1973
03/09/1973	1226/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita transferência de suas férias devido ao acúmulo de serviço.	Solicitação concedida.	31/08/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/09/1973	1232/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; agente da empresa; casado	Pessoa Jurídica	O requerente foi admitido por empresa para cumprir determinadas funções. Foi transferido para outra cidade sem que os custos fossem repassados a ele. Diante disto, requer notificação do requerido para que compareça a audiência de conciliação.	Houve acordo em juízo e pagamento dos direitos.	30/07/1974
04/09/1973	1233/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileira; professora; casada	Pessoa Jurídica	A requerente foi admitida pelo município e durante o período de licença maternidade foi demitida de suas funções por se caracterizar abandono de cargo. Diante disto, requer notificação do requerido para que compareça a audiência de conciliação.	Houve acordo em juízo.	05/12/1973
04/09/1973	1234/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileira; operária; casada;	Pessoa Física	O requerente foi admitido para empresa para cumprir determinadas funções e não foram cumpridos seus direitos trabalhistas. Requer notificação do requerido para que compareça a audiência de conciliação.	Houve acordo em juízo e pagamento dos direitos.	30/07/1974
04/09/1973	1235/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; oleiro; casado	Pessoa Jurídica	O requerente não recebeu da empresa requerida todos os seus direitos e requer a notificação do requerido para que responda aos termos dessa ação.	Houve acordo em audiência.	04/04/1974
04/09/1973	1236/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente. Diante disto o requerente solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	22/11/1974
04/09/1973	1237/73	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerido deve uma quantia ao requerente. Diante disto o requerente solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	07/10/1976
05/09/1973	1238/73	Imissão de Posse		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita a homologação do depósito de valor em favor dos requeridos diante da necessidade de desapropriá-los o mais rápido possível de sua residência. A desapropriação ocorre para que o terreno seja doado à FUNDEPAR.	Foi autorizada a posse provisória diante da urgência, mediante depósito, mas deve-se entrar com ação de desapropriação, conforme determina a lei. Por isso, o pedido foi indeferido.	10/09/1973
05/09/1973	1248/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	21/12/1974
05/09/1973	1249/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido do valor de Cr$1.818,00. Por fim, houve composição amigável.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	05/10/1977

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
05/09/1973	1250/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente solicita seus direitos trabalhistas, já que foi contratado pela empresa requerida e foi demitido sem receber os valores necessários.	O acordo foi homologado em juízo.	06/10/1973
10/09/1973	1254/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	01/10/1973
10/09/1973	1255/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	22/10/1973
10/09/1973	1257/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	03/11/1973
10/09/1973	1258/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	09/10/1973
10/09/1973	1262/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	31/05/1974
10/09/1973	1264/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	09/11/1973
10/09/1973	1266/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	03/12/1974
10/09/1973	1267/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	08/04/1974
10/09/1973	1268/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	20/02/1974
10/09/1973	1271/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	04/03/1975
10/09/1973	1273/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	21/02/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/09/1973	1274/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	06/10/1973
11/09/1973	1275/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	06/11/1973
11/09/1973	1277/73	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; auxiliar de contabilidade; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ser nomeado tutor da sua irmã, visto que ela é relativamente incapaz, necessita de autorização para o casamento e seus pais são falecidos.	Solicitação concedida.	27/09/1973
11/09/1973	1280/73	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita suprimento de idade da filha para que ela possa realizar seu casamento.	Solicitação concedida.	03/10/1973
11/09/1973	1281/73	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica	A requerente solicita suprimento de idade para que possa realizar seu casamento.	Solicitação concedida.	03/10/1973
12/09/1973	1289/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita diante da necessidade de mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	10/09/1973
12/09/1973	1291/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	17/03/1974
12/09/1973	1292/73	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	02/06/1976
12/09/1973	1293/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	20/03/1974
13/09/1973	1294/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Jurídica; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação contra seu marido.	Solicitação concedida.	11/09/1973
13/09/1973	1299/73	Despejo		Pessoa Jurídica; português; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerido deve desocupar a propriedade do requerente tendo em vista que o requerente não concorda com a permanência do mesmo.	Houve acordo efetuado em audiência.	07/10/1974
17/09/1973	1313/73	Homologação		Pessoa Física; brasileiro; do comércio	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a homologação do acordo entre ele e seu empregado. Houve um acidente de trabalho, foi paga quantia referente a indenização e o requerente deseja oficializar o ato.	O acordo foi homologado.	05/10/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/09/1973	1320/73	Retificação		Pessoa Física; doméstica; solteira; Ubiratã - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita retificação de certidão de nascimento, pois o oficial da justiça errou o mês e o ano de nascimento da requerente.	Não consta.	Não consta.
20/09/1973	1325/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais custos ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	04/02/1975
20/09/1973	1326/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física; titular de cartório	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que suas férias sejam transferidas para momento mais oportuno.	Solicitação concedida.	24/09/1973
20/09/1973	1327/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que suas férias sejam transferidas para momento mais oportuno.	Solicitação concedida.	24/09/1973
21/09/1973	1335/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que suas férias sejam transferidas para momento mais oportuno.	Solicitação concedida.	24/09/1973
21/09/1973	1336/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	09/01/1975
21/09/1973	1345/73	Executiva Cambial		Pessoa Física; brasileiro naturalizado; do comércio	Pessoa Física; brasileiro; funcionário público; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/06/1974
24/09/1973	1352/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; serventuário da justiça	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a transferência de suas férias.	Solicitação concedida.	24/09/1973
24/09/1973	1355/73	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita autorização para inventário.	Solicitação concedida.	17/10/1973
24/09/1973	1359/73	Cobrança		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	A empresa requerida deve quantia à empresa requerente. Diante disto, o requerente solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/07/1975
24/09/1973	1362/73	Executiva hipotecária		Pessoa Jurídica; italiano; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido de valor proveniente de financiamento não pago e cujo dinheiro foi investido em finalidades que não constavam no momento do acordo. Solicita-se a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais custos ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	06/12/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/09/1973	1365/73	Executiva Cambial		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	21/07/1975
26/09/1973	1366/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais custos ou nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	09/07/1974
28/09/1973	1384/73	Alvará		Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerido solicita alvará autorizando empréstimo bancário para que possa adquirir produtos que combatem a ferrugem da plantação de lote de terras que está em nome de seu filho.	Solicitação concedida.	01/11/1973
28/09/1973	1385/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	06/10/1973
03/10/1973	1410/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiros; lavradores; casados	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação.	Solicitação concedida.	01/10/1973
03/10/1973	1411/73	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias de trinta dias.	Solicitação concedida.	01/10/1973
03/10/1973	1415/73	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileira; estudante	Pessoa Jurídica	A requerente solicita suprimento de idade para que possa realizar seu casamento.	Solicitação concedida.	07/10/1973
05/10/1973	1416/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita diante da necessidade de mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	04/10/1973
05/10/1973	1417/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física; brasileiro; oficial da justiça da Vara Civil; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que suas férias sejam transferidas para momento mais oportuno.	Solicitação concedida.	05/10/1973
08/10/1973	1425/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita diante da necessidade de mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	04/10/1973
08/10/1973	1430/73	Executiva hipotecária		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; solteiro	O requerente é credor do requerido de cédula rural hipotecária. Requer sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	01/11/1973
09/10/1973	1434/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileira; agricultora; casada	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	15/10/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/10/1973	1436/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que suas férias sejam transferidas para um momento mais oportuno.	Solicitação concedida.	09/10/1973
15/10/1973	1437/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Jurídica; brasileiro; do lar; viúva	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício de justiça gratuita, a fim de promover ação civil.	Solicitação concedida.	11/10/1973
15/10/1973	1438/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita transferir férias.	Solicitação concedida.	11/10/1973
15/10/1973	1439/73	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; funcionário da justiça; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente nomeia um advogado para que possa diante da justiça mover ou concordar em qualquer ação contra o requerido, que é credor do requerente.	Notificação efetuada.	07/07/1977
17/10/1973	1440/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barboza Ferraz - PR	Pessoa Jurídica	O requerente quer mover ação de indenização e não tem recursos para bancar.	Solicitação concedida.	15/10/1973
17/10/1973	1441/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o cancelamento das férias, visto que não havia outra pessoa para substituí-lo durante o período.	Justificação deferida.	15/10/1973
17/10/1973	1443/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; bancário; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	21/11/1973
17/10/1973	1444/73	Alimentos		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	A requerente foi, juntamente com seus filhos, abandona pelo requerido, que era seu marido. Diante disto requer que seja fixado valor a ser pago referente ao sustento dos menores.	Houve composição amigável.	19/10/1973
17/10/1973	1445/73	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente solicita notificação de indivíduo que ocupa o lote de terras de sua propriedade e que se recusa a desocupar o local.	Notificação efetuada.	03/05/1975
17/10/1973	1447/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileira; solteira	Pessoa Física	A requerida foi admitida pelo requerente como auxiliar de escritório e foi demitida sem aviso prévio. Diante disto requer o pagamento de todos os seus direitos trabalhistas.	O requerido foi condenado ao pagamento.	08/01/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/10/1973	1448/73	Justificação		Pessoa Física; brasileiro; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente do sexo masculino foi registrado quando nasceu com o nome equivalente ao do sexo feminino, o que não condiz com a realidade. Vem por meio de justificação deixar claro que necessita retificação do registro para que possa dar continuidade na sua vida civil e no ingresso ao serviço militar.	Justificação deferida.	21/01/1974
18/10/1973	1450/73	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	A requerente é credora de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, foi requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação e baixa na distribuição.	08/07/1975
18/10/1973	1451/73	Reivindicatória		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	Pessoa Física; pessoa Jurídica; brasileiro; lavradores; casados	O requerente solicita a notificação dos requeridos que estão ocupando um lote de terras adquirido pelos requerentes. Solicita a citação dos requeridos para que desocupem o local e sejam condenados a pagar as custas processuais.	Após notificação, houve a desistência da ação.	08/12/1973
18/10/1973	1452/73	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileira; solteira	O requerente é proprietário de um prédio onde a requerida aluga um apartamento. Diante da falta de pagamento, requer a citação da mesma pra que pague o valor devido.	Após desocupação, houve a desistência da ação.	11/11/1974
19/10/1973	1457/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação contra seu marido.	Solicitação concedida.	19/10/1973
23/10/1973	1459/73	Homologação		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado	Pessoa Jurídica	O requerente vem por meio desta optar pelo regime de fundo de garantia por tempo de serviço para que possa trabalhar na agência bancária.	Pedido homologado.	26/10/1973
23/10/1973	1460/73	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerido deve uma quantia ao requerente, que solicita a citação do mesmo para que pague o valor devido ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	24/09/1974
25/10/1973	1465/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheques vencidos e não pagos. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	24/09/1974
26/10/1973	1467/73	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerido adquiriu veículo que tinha como garantia um financiamento. O mesmo não cumpriu contrato, deixando de realizar o pagamento. O requerente solicita permissão para apreensão do veículo.	Pedido julgado procedente.	03/05/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/10/1973	1471/73	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; contador; casado	O requerente é dono do imóvel locado ao requerido. Os valores correspondentes aos aluguéis não foram pagos, e nem houve a desocupação do local, apesar de notificação já ocorrida. Solicita a citação do requerido para que responda a ação.	Houve composição amigável.	06/02/1975
29/10/1973	1473/73	Notificação	Art. 720 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; lavrador e prendas domésticas; casados; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casados; Mamborê - PR	Os requerentes solicitam a notificação dos requeridos que estão usufruindo do terreno deles sem autorização, visto que os requerentes compraram o terreno de forma legal e estão sendo impedidos pelos requeridos de utilizar o mesmo. Não bastando a notificação, que foi deferida pelo Juiz, os requeridos moveram ação reivindicatória. Por fim as partes entraram em acordo amigável, sendo requerida a desistência da ação.	Homologada por sentença o pedido de desistência da ação.	20/10/1975
29/10/1973	1476/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; viúvo	Pessoa Física; brasileiro; cirurgião dentista; casado	O requerente é credor do requerido e solicita sua notificação para que pague a dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/06/1974
01/11/1973	1511/73	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que seja nomeado tutor de menor, visto que é ele quem o cria desde criança, quando os pais do mesmo faleceram. O objetivo da tutela é autorizar o casamento do rapaz.	Solicitação concedida.	31/05/1974
01/11/1973	1512/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica	A requerente é pessoa reconhecidamente pobre e precisa de assistência judiciária para que possa mover ação.	Pedido deferido.	21/02/1975
06/11/1973	1526/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação.	Pedido deferido.	01/11/1973
06/11/1973	1529/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física; brasileiro; oficial do 2° ofício; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a transferência de suas férias para o ano seguinte.	Pedido deferido.	09/11/1973
08/11/1973	1533/73	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente necessita do alvará para obter junto ao banco financiamento para melhorias rurais.	Alvará expedido.	06/03/1974
08/11/1973	1535/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física; oficial do 2° ofício de registro de imóveis	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a transferência de suas férias para o ano seguinte.	Pedido deferido.	01/11/1973
08/11/1973	1538/73	Justificação		Pessoa Física; brasileiro; pedreiro; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que seja expedida a certidão de óbito de seu pai.	Solicitação concedida.	08/05/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
08/11/1973	1543/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	07/02/1974
13/11/1973	1548/73	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; estampador; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente possui depositado em caderneta de poupança um valor que só poderá ser liberado após o alvará judicial para que possa cumprir com os seus deveres de cidadão que conquistou a maioridade.	Alvará expedido.	21/12/1973
13/11/1973	1550/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; casada	Pessoa Jurídica	A requerente foi casada por dois anos e dessa união tem uma filha. A requerente e a sua filha passam por necessidades econômicas, já que foi abandonada pelo marido. Diante disto requer o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação de alimentos contra seu marido.	Solicitação concedida.	12/11/1973
16/11/1973	1557/73	Busca e apreensão		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	O requerido celebrou contrato de abertura de crédito para financiamento para aquisição de veículo. O valor foi representado por 24 notas promissórias, que não foram totalmente pagas. Diante disto, a requerente solicita busca e apreensão do veículo oferecido em garantia para que se proceda a avaliação.	Homologada a desistência da ação mediante acordo entre as partes.	11/06/1974
16/11/1973	1558/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação de alimentos contra seu ex-marido que a abandonou juntamente com seus filhos.	Solicitação concedida.	14/11/1973
16/11/1973	1559/73	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita para que possa mover ação de alimentos contra seu marido que a abandonou juntamente com seus filhos.	Solicitação concedida.	14/11/1973
19/11/1973	1561/73	Executiva		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	A requente é credora do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida em 24 horas ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/03/1975
21/11/1973	1567/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Juranda - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Juranda - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por cheque vencido e não pago. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais custos ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	04/07/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
21/11/1973	1571/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Fênix - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por cédula rural pignoratícia vencida e não paga. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais custos ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	08/07/1975
21/11/1973	1573/73	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará para que possa se realizar o casamento de um casal menor de idade.	Houve desistência do pedido.	21/12/1973
26/11/1973	1580/73	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Sorocaba – SP	Pessoa Jurídica	O marido da requerente tem contrato de seguro com uma empresa do ramo. A requerente deseja em nome da menor beneficiada receber o prêmio e diante disto requer o alvará que a autoriza.	Pedido indeferido.	21/12/1973
29/11/1973	1604/73	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileira; servente; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias de trinta dias.	Solicitação concedida.	28/11/1973
30/11/1973	1611/73	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente firmou contrato de locação com o requerido por um ano. Visto que se aproxima a data de término do contrato e não tendo mais interesse de alugar o imóvel, o requerente solicita que o requerido seja notificado a deixá-lo. Não bastando esta medida, moveu também ação de despejo, deferida pelo Juiz. O réu procedeu ao pagamento de todas as dívidas, sendo julgada extinta a ação.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	03/10/1977
03/12/1973	1615/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro naturalizado; tapeceiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; Lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cheque, já vencido e devolvido por não haver crédito suficiente. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	21/10/1974
05/12/1973	1619/73	Alvará		Pessoa Física; brasileira; serventuária da justiça; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente vem, em nome de seus filhos menores de idade, pedir alvará judicial que a autorize à venda de lote de terras herdadas de seu marido.	Solicitação concedida.	03/12/1974
07/12/1973	1623/73	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileiro; oficial de registros e títulos	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita licença para fins matrimoniais.	Licença concedida.	05/12/1973
07/12/1973	1631/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de multa devidamente registrada no CREA. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	05/02/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
07/12/1973	1632/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de multa devidamente registrada no CREA. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	05/02/1974
07/12/1973	1639/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de multa devidamente registrada no CREA. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	09/02/1974
10/12/1973	1649/73	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita tutela de três irmãos para fins de direito.	Solicitação concedida.	03/01/1974
10/12/1973	1650/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; balconista; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente foi contratado pelo requerido para desempenhar as funções de balconista. O requerente foi demitido sem justa causa e não recebeu o valor correspondente ao tempo de serviço. Solicita a citação do requerido para que responda a ação e seja condenado ao pagamento.	Houve o pagamento.	09/04/1974
10/12/1973	1654/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica	O requerente trabalhava para a requerida e foi demitido no decorrer do ano de 1973 sem justa causa e sem receber o que é de direito. Requer a notificação da requerida para responder a ação e ser condenada a pagar a quantia devida.	Houve arquivamento da ação diante do não comparecimento do requerente na audiência de conciliação.	07/01/1975
10/12/1973	1655/73	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; solteiro	Pessoa Física; norte americano; Colônia Ágape	O requerente foi admitido para prestar funções gerais ao requerido. Durante o período em que prestou os serviços não teve cumpridos seus direitos trabalhistas como férias e 13º salário. O requerente rescindiu o contrato e solicita a notificação do requerido para que compareça a audiência para firmar acordo.	Houve acordo amigável com pagamento entre as partes.	12/03/1975
10/12/1973	1657/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Boa Esperança - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais custos ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	09/01/1975
10/12/1973	1662/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A requerente é credora do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais custos ou nomeie bens a penhora.	Houve o pagamento e a ação foi extinta.	07/10/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
10/12/1973	1664/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais custos ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	06/11/1975
10/12/1973	1665/73	Executiva Cambial		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais custos ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	07/01/1974
12/12/1973	1673/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais juros e custos ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	06/04/1976
12/12/1973	1674/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Fênix - PR	Pessoa Física; italiano; do comércio; casado; Fênix - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais juros e custos ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	04/01/1974
12/12/1973	1679/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerido encontra-se em débito com o INPS, porque realizou pagamento de parte da dívida. Solicita-se a citação do requerido para que pague o restante do valor.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	09/01/1976
12/12/1973	1680/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido e requer a expedição de mandado executivo contra o mesmo para que pague a dívida.	Houve composição amigável.	03/08/1974
12/12/1973	1681/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido e requer a expedição de mandado executivo contra o mesmo para que pague a dívida.	Houve composição amigável.	05/08/1974
12/12/1973	1682/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; professor e contador; casado	O requerente é credor do requerido e requer a expedição de mandado executivo contra o mesmo para que pague a dívida.	Houve desistência da ação.	03/03/1975
12/12/1973	1683/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor do requerido e requer a expedição de mandado executivo contra o mesmo para que pague a dívida.	Houve composição amigável.	20/03/1974
12/12/1973	1684/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileira; do lar	O requerente é credor do requerido e requer a expedição de mandado executivo contra o mesmo para que pague a dívida.	Houve composição amigável.	04/03/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/12/1973	1686/73	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido e requer a expedição de mandado executivo contra o mesmo para que pague a dívida.	Houve composição amigável.	03/10/1974
12/12/1973	1687/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável.	09/02/1975
12/12/1973	1689/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável.	20/03/1974
12/12/1973	1691/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável.	03/03/1976
12/12/1973	1693/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável.	09/06/1974
12/12/1973	1694/73	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável.	06/02/1976
12/12/1973	1695/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Física; brasileira; casada	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável.	09/12/1975
12/12/1973	1698/73	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente é credor do requerido e solicita a citação do mesmo para que pague a dívida sob pena de penhora de bens.	Houve composição amigável.	20/03/1974
17/12/1973	1704/73	Cobrança		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para responder a ação e a sua condenação para que pague a dívida.	Houve composição amigável.	12/12/1974
17/12/1973	1705/73	Executiva		Pessoa Física; japonês; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias. Solicita a citação do requerido para que pague a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	20/01/1975
17/12/1973	1706/73	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o alvará para que possa sacar do banco uma quantia referente ao FGTS.	Alvará expedido.	01/04/1974
21/12/1973	1732/73	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; oficial de justiça; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que lhe seja concedido o direito às férias.	Férias concedidas.	21/12/1973

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/12/1973	1733/73	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que lhe seja concedido o direito às férias.	Férias concedidas.	21/12/1973
24/12/1973	1735/73	Pedido de Férias		Pessoa Física; contador e distribuidor público	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que lhe seja concedido o direito às férias.	Férias concedidas.	24/12/1973
24/12/1973	1736/73	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; escrivão; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que lhe seja concedido o direito às férias.	Férias concedidas.	21/12/1973
24/12/1973	1737/73	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileira; servente; desquitada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita que lhe seja concedido o direito às férias.	Férias concedidas.	20/12/1973
24/12/1973	1738/73	Pedido de Férias		Pessoa Física; serventuário da justiça	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que lhe seja concedido o direito às férias.	Férias concedidas.	21/12/1973
26/12/1973	1739/73	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o cancelamento das férias, visto que não havia outra pessoa para substituí-lo durante o período.	Solicitação concedida.	24/12/1973
26/12/1973	1744/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; médico; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	10/11/1976
26/12/1973	1752/73	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias de trinta dias.	Solicitação concedida.	26/12/1973
28/12/1973	1756/73	Executiva		Pessoa Jurídica; italiano; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida acrescida de demais custos ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	08/01/1975
28/12/1973	1757/73	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileira; agricultor; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicatas. Solicita a citação do requerido para que pague em 24 horas a aludida dívida ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	08/01/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
31/12/1973	1763/73	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; eletricista; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de valor representado por notas promissórias vencidas e não pagas. Solicita a citação do requerido para que pague a dívida em 24 horas ou nomeie bens a penhora.	Houve composição amigável.	22/01/1974
31/12/1973	1768/73	Cobrança		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	A requerente é credora do requerido de valor representado por duplicatas referente a prestação de serviços. Diante do não pagamento foi solicitada a citação da requerida para que pague a dívida acrescida de demais custo e juros.	Houve desistência mediante acordo amigável entre as partes.	12/12/1974
31/12/1973	1775/73	Alimentos		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Física; brasileiro; casado	A requerente foi expulsa de casa pelo seu marido que estava sob efeito de bebida alcoólica e encontra-se agora morando com sua irmã. Solicita a citação do requerido para que formulem acordo do valor de pensão que deverá ser pago.	Houve composição amigável.	05/03/1974
31/12/1973	1776/73	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica	O requerente desempenha atividades de lavrar a terra que possui. Ocorre que pessoas que representam a administração pública do município querem abrir uma estrada que corta o seu lote de terras. Diante disto requer a notificação do Prefeito de Mamborê para que tome ciência do que vem ocorrendo.	Notificação efetuada.	07/05/1975

Processos

1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/01/1974	02/74	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; oficial de registro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias, conforme escala estabelecida pelo Juiz.	Pedido concedido.	03/01/1974
03/01/1974	03/74	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; escrevente juramentada	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias, conforme escala estabelecida pelo Juiz.	Pedido concedido.	03/01/1974
03/01/1974	04/74	Executiva		Brasileiro; agricultor; casado	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações de lei, sob pena de penhora de bens. Em virtude da composição amigável entre as partes, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	24/05/1976
03/01/1974	05/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações de lei, sob pena de penhora de bens. Em virtude da composição amigável entre as partes, houve desistência da ação.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	23/01/1974
03/01/1974	07/74	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações de lei, sob pena de penhora de bens. Em virtude da composição amigável entre as partes, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	16/04/1974
07/01/1974	12/74	Pedido de Licença		Pessoa Física; escrevente juramentada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita 15 dias de licença para tratamento de saúde.	Pedido deferido.	10/01/1974
08/01/1974	13/74	Notificação		Pessoa Física; brasileiros; casados; industrial e do lar	Pessoa Física; brasileiros; motorista e do lar; Campo Mourão - PR	Os requerentes são proprietários de imóvel locado aos requeridos e solicitam notificar os mesmos da intenção de venda do imóvel, dando-lhes a preferência de compra, em caso de interesse por parte dos requeridos.	Julgado extinto o processo, tendo em vista o não pagamento das custas pelos requerentes.	13/05/1975
10/01/1974	18/74	Suprimento de Idade		Brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	O requerido solicita suprimento de idade de sua filha, para a realização de casamento, evitando imposição de pena criminal, já que manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Suprimento de idade deferido.	04/04/1974
14/01/1974	20/74	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará para venda de imóvel, que está no nome de dois menores.	Solicitação concedida.	26/04/1976
14/01/1974	22/74	Pedido de Baixa na Distribuição		Brasileiro; funcionário público; casado		O requerente solicita baixa na distribuição de carta precatória, a fim de que possa retirar em cartório certidão negativa para fins de financiamento.	Baixa na distribuição deferida.	15/01/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
15/01/1974	24/74	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campina da Lagoa - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita que o requerido seja notificado, visto que seu imóvel foi vendido ao requerido e este pagou somente metade da dívida. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	05/04/1974
15/01/1974	27/74	Tutela		Brasileiro; serventuário da justiça; casado		O requerente solicita tutela de menor de idade, visto que a mesma é órfã de pai e a mãe encontra-se em lugar não identificado.	Tutela concedida.	19/04/1974
18/01/1974	30/74	Reclamação Trabalhista		Brasileiro; lavador de carros; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido pagamento de seus direitos trabalhistas, já que foi despedido sem aviso prévio. A ação não foi concluída em função do desinteresse do reclamante.	Baixa na distribuição concedida.	02/01/1975
18/01/1974	31/74	Executiva				O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em virtude da composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	09/01/1975
18/01/1974	32/74	Notificação		Brasileiro; casado	Português; casado	O requerente solicita a notificação do requerido, para que efetue a entrega da documentação do veículo comprado pelo requerente.	Notificação extinta pelo Juiz.	13/05/1975
18/01/1974	33/74	Despejo		Brasileiro; agricultor; casado	Brasileiro; do comércio; solteiro	O requerente solicita despejo do requerido, visto que alugou uma sala comercial ao mesmo com prazo de um ano e, com o fim do prazo, o requerido não desocupou o imóvel. Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	23/04/1974
21/01/1974	38/74	Carta precatória		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; agricultor; casado	O requerente move a ação contra o requerido para que haja o pagamento da dívida no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve acordo amigável.	Houve desistência da ação perante acordo amigável entre as partes.	21/01/1974
21/01/1974	39/74	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias.	Solicitação concedida.	21/01/1974
21/01/1974	40/74	Pedido de Férias		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita férias, conforme escala estabelecida pelo Juiz.	Pedido concedido.	28/01/1974
24/01/1974	43/74	Executiva		Brasileiros; agricultores; casados	Brasileiro; lavrador; casado	Os requerentes solicitam a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, paguem seus débitos, acrescidos de juros, ou nomeiem bens a penhora. Houve desistência da execução, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a solicitação de desistência da execução.	07/08/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/01/1974	44/74	Busca e Apreensão		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira	Pessoa Física	O requerente solicita amparo da justiça para reaver o menor de idade que encontra-se sob os cuidados dos requeridos. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	17/05/1974
28/01/1974	52/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira	Pessoa Física	O requerente solicita assistência judiciária gratuita, a fim de promover ação cível para salvaguardar seus direitos, indicando para tanto patrono para defendê-lo.	Solicitação concedida.	28/01/1974
28/01/1974	53/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária gratuita, para mover ação de indenização.	Solicitação concedida.	31/01/1974
28/01/1974	55/74	Pedido de Férias		Brasileiro; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que se designe férias, conforme escala prevista pelo Juiz.	Pedido concedido.	31/01/1974
28/01/1974	56/74	Pedido de Férias		Brasileiro; oficial de justiça; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias, conforme escala prevista pelo Juiz.	Pedido concedido.	31/01/1974
28/01/1974	60/74	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, pague seu débito acrescido de juros, ou nomeie bens a penhora. Houve desistência da execução, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a solicitação de desistência da execução.	08/04/1974
28/01/1974	63/74	Reivindicatória		Brasileiros; do comércio; casados	Brasileiro; lavrador; casado	O requerido ocupava indevidamente um lote de terra dos requerentes, retirando madeira, formando pasto e arrendando as terras para terceiros. Os requeridos foram notificados judicialmente sobre sua inadimplência e não demonstraram qualquer intenção de abandonar as respectivas áreas. Nestas condições, os requerentes solicitam a citação dos requeridos para responderem a ação ordinária de reivindicação para apresentarem sua defesa. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	20/01/1975
28/01/1974	66/74	Executiva		Brasileiro; fotógrafo; casado	Brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Desistência da execução concedida.	19/07/1974
28/01/1974	69/74	Sustação de Protesto		Brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que se designe a sustação do protesto de duplicata de determinada firma contra a requerente, intimando-se o cartório de protesto da Comarca de Campo Mourão - PR. Uma vez que o título em questão já foi protestado, a ação de sustação foi indeferida.	Sustação de protesto indeferida.	29/10/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/01/1974	74/74	Pedido de Baixa na Distribuição		Brasileiro; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita baixa na distribuição de carta precatória oriunda de Engenheiro Beltrão, onde figura o nome do requerente.	Baixa na distribuição concedida.	01/02/1974
30/01/1974	76/74	Suprimento de Idade		Brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente solicita suprimento de idade para realizar casamento, já que manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Suprimento de idade concedido.	25/03/1974
30/01/1974	77/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado	Brasileiro; lavrador; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações de lei, sob pena de penhora de bens. Em virtude da composição amigável entre as partes, houve desistência da ação.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	03/09/1974
30/01/1974	79/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada solicitação de desistência da ação.	16/09/1974
30/01/1974	80/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações de lei, sob pena de penhora de bens. Em virtude da composição amigável entre as partes, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	22/02/1974
01/02/1974	84/74	Suprimento de Idade		Brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente solicita suprimento de idade para realizar casamento a fim de evitar imposição de pena criminal, visto que manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Suprimento de idade deferido.	05/06/1974
01/02/1974	86/74	Executiva		Pessoa Física	1) Brasileiro; lavrador; casado; 2) Brasileira; lavradora; casada	O requerente solicita a citação dos requeridos, para que paguem seu débito acrescido de juros, ou indiquem bens à penhora. Por fim, houve desistência da execução, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a solicitação de desistência da execução.	24/10/1975
01/02/1974	88/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação.	01/08/1974
01/02/1974	91/74	Executiva		Brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, sob pena de penhora de bens. Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	14/02/1974
04/02/1974	93/74	Pedido de Férias		Brasileiro; serventuário da justiça; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias regulamentares a que tem direito.	Pedido concedido.	07/02/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
08/02/1974	102/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física; casado	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	05/05/1974
08/02/1974	110/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento.	08/04/1974
08/02/1974	111/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	01/04/1974
08/02/1974	112/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	01/04/1974
08/02/1974	113/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/11/1975
11/02/1974	117/74	Executiva		Brasileiro; advogado; casado	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens.	Homologada a desistência da ação.	17/01/1975
11/02/1974	118/74	Reclamação Trabalhista		Brasileira; solteira; Campo Mourão - PR	Campo Mourão - PR	A requerente solicita notificação do requerido, para responder aos termos da reclamação, para pagamento de seus direitos trabalhistas, já que foi despedida sem aviso prévio.	Julgada extinta a ação.	01/04/1975
11/02/1974	119/74	Justificação		Brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	A fim de cancelar protesto, o requerente solicita que seja designado dia e hora para a justificativa de pagamento de nota promissória.	Solicitação concedida.	11/03/1974
11/02/1974	120/74	Busca e Apreensão		Brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido a guarda da menor, já que não vive em condições adequadas, e que seja citada a requerida para que conteste o pedido. Por fim, houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	09/06/1975
12/02/1974	127/74	Indenização		Pessoa Física	Pessoa Física	Os requerentes solicitam a citação dos requeridos para responderem a ação de indenização, condenando-os ao pagamento das perdas e danos que causaram durante a formação de lavoura nas terras dos requerentes. Por fim, houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	05/10/1976
12/02/1974	132/74	Suprimento de Idade		Brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido suprimento de idade para realizar casamento, já que manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Suprimento de idade concedido.	16/04/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/02/1974	133/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; doméstica; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária gratuita, para mover ação de alimentos contra seu cônjuge.	Solicitação concedida.	12/02/1974
13/02/1974	135/74	Executiva Fiscal		Pessoa Jurídica	Brasileira; do lar; casada	O requerente solicita que seja expedido mandado executivo contra o requerido devedor, para que pague seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	19/08/1974
13/02/1974	140/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência da justiça para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	18/02/1974
14/02/1974	141/74	Tutela		Brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a nomeação de tutor de seus sobrinhos, já que seus pais faleceram e não existem parentes mais próximos que residem no município.	Tutela concedida.	02/04/1975
15/02/1974	147/74	Retificação		Brasileira; do lar; casada; Juranda - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido a retificação do registro civil, já que o nome do requerente está incorreto.	Retificação concedida.	15/02/1974
15/02/1974	148/74	Retificação		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Os requerentes solicitam que seja retificado o nome do peticionário nos registros de nascimento e óbito de seu filho, já que o nome estava incorreto.	Retificação deferida.	28/02/1974
15/02/1974	150/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita a ação contra o requerido em função de dívidas pendentes, que não foram pagas conforme o combinado.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento.	12/09/1974
15/02/1974	151/74	Executiva		Campo Mourão - PR	Brasileiro; agricultor; solteiro	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	20/08/1974
19/02/1974	155/74	Retificação		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que o registro seja arrumado dos erros que contém.	Pedido deferido.	11/03/1974
20/02/1974	172/74	Cobrança		Brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	Brasileiro; motorista; solteiro	O requerente solicita citação do requerido, para comparecer a audiência a ser designada, ficando citado para os demais termos e atos e julgue procedente a ação, condenando o requerido ao pagamento de seu débito, acrescido de juros e demais cominações legais. Por fim, houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	18/06/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
20/02/1974	181/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita a busca e apreensão do bem não pago pelo requerido, mediante as cautelas legais. Houve composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	06/11/1975
20/02/1974	188/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Considerando o pagamento, o requerido solicita baixa na penhora nos autos de inventário.	Deferida a baixa na penhora.	14/01/1978
20/02/1974	197/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiro; operário; casado	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	18/06/1974
20/02/1974	202/74	Executiva		Pessoa Física; brasileira; do comércio; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileira; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, sob pena de penhora de bens.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	19/05/1975
20/02/1974	203/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, sob pena de penhora de bens.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	15/06/1974
20/02/1974	205/74	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Cândido Mota - SP	Pessoa Física; brasileira; solteira; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, sob pena de penhora de bens.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	22/02/1974
20/02/1974	206/74	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação.	11/05/1976
20/02/1974	208/74	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Brasileiro; chefe sindical; casado	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento do seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens.	Não consta.	Não consta.
21/02/1974	210/74	Intimação Judicial		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física	O requerente solicita a intimação judicial ao requerido, para que no prazo de 10 dias o mesmo outorgue a escritura definitiva do lote de terra comprado pelo requerente.	Solicitação indeferida.	26/04/1974
22/02/1974	216/74	Suprimento de Idade		Brasileiro; lavrador; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará de suprimento de idade, por não ter atingido a idade mínima para o casamento.	Suprimento de idade concedido.	05/06/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/02/1974	217/74	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará de suprimento de idade, por não ter atingido a idade mínima para o casamento.	Suprimento de idade concedido.	08/05/1974
01/03/1974	222/74	Cancelamento de Protesto		Pessoa Física; brasileira; agricultor; casado; Roncador - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o cancelamento do protesto feito pelo cartório de protesto contra o requerente, pois o mesmo é avalista, sendo que não é previsto em lei o protesto contra avalista.	Cancelamento de protesto deferido.	20/03/1974
05/03/1974	224/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; doméstica; casada	Pessoa Jurídica	O requerente, em função de não conter recursos próprios, solicita assistência judiciária gratuita.	Solicitação concedida.	05/03/1974
05/03/1974	226/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Barbosa Ferraz - PR	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue pagamento de seu débito, acrescido de juros, ou nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação.	16/04/1974
06/03/1974	229/74	Executiva		Brasileiro; médico; casado	Brasileiro; do comércio; casado; Luiziana - PR	O requerente solicita a citação do requerido, para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito, acrescido de juros, ou nomeie bens a penhora. Por fim, houve desistência da execução, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a solicitação de desistência da execução.	03/07/1974
06/03/1974	230/74	Executiva		Pessoa Física; brasileira; lavrador; casado; Corumbataí do Sul - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Corumbataí do Sul - PR	O requerente solicita ao requerido para que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, sob pena de penhora de bens.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	31/05/1974
07/03/1974	233/74	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileira; auxiliar de escritório; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita reclamação trabalhista ao requerido, devido a exoneração por encontrar-se em estado de gravidez.	Julgada extinta a ação.	18/07/1974
07/03/1974	236/74	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileira; oficial de justiça da Vara Criminal; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido uma licença de 15 dias para tratamento de saúde.	Pedido concedido.	20/03/1974
08/03/1974	237/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; Paranavaí - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Janiópolis - PR	O requerente solicita a busca e apreensão de veículo, comprado e não quitado pelo requerido.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	26/11/1974
11/03/1974	239/74	Executiva			1) Brasileiro; casado; 2) Brasileira; casada	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito acrescido de juros, sob pena de penhora de bens.	Solicitação concedida.	08/04/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/03/1974	240/74	Impugnação		Brasileiros; lavradores; casados	1) Brasileiro; do comércio; casado; 2) Brasileira; do lar; casada	Os requerentes sofreram ação reivindicatória pelo requerido, a fim de reaver áreas de terras com valor acima das normas de fixação. Diante do exposto, os requerentes solicitam a contestação da petição inicial por arbitrário e excessivo, solicitando que se determine o valor de acordo com as normas traçadas por lei.	Impugnação ao valor da ação indeferida.	14/11/1974
11/03/1974	241/74	Desquite		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Araruna - PR	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Araruna - PR	O requerente solicita ação ordinária de desquite à requerida pelo fato da mesma ter cometido adultério, o que impede a vida a dois.	Homologada a desistência da ação.	16/04/1974
12/03/1974	245/74	Executiva		Italiano; agricultor; casado; Foz do Iguaçu - PR	Brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Deferida a solicitação de desistência da execução.	09/02/1975
12/03/1974	248/74	Cobrança		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita a devolução dos autos a cartório em 24 horas, conforme estabelecido no artigo 196 do código de processo civil.	Cobrança de autos concedida.	29/03/1974
14/03/1974	255/74	Reclamação Trabalhista		Brasileira; cozinheira; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita notificação ao requerido, para o pagamento de seu direito trabalhista, já que foi despedida sem aviso prévio. Houve composição amigável entre as partes, sendo que o reclamado aderiu às solicitações da requerente.	Homologado o acordo efetuado entre as partes.	28/08/1974
14/03/1974	257/74	Suprimento de Idade		Brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente solicita suprimento de idade para realizar matrimônio, já que manteve relações sexuais com seu namorado.	Suprimento de idade concedido.	22/07/1974
14/03/1974	258/74	Alimentos		Brasileira; solteira	Brasileiro; solteiro	O requerente solicita ao requerido Cr$ 300,00 mensais de prestações alimentícias, para garantir o sustento de seu filho. Por fim, houve composição amigável entre as partes e a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	17/10/1974
18/03/1974	259/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da assistência judiciária gratuita, para promover ação de alimentos contra seu cônjuge.	Solicitação concedida.	18/03/1974
18/03/1974	261/74	Falência		Pessoa Jurídica; Cascavel - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido a declaração de falência para apresentar defesa ou pagar, no prazo de 24 horas, seu débito.	Julgada extinta a ação.	15/04/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
20/03/1974	266/74	Executiva		Português; do comércio; casado; Engenheiro Beltrão - PR	Brasileiros; casados; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da execução.	24/03/1975
20/03/1974	268/74	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; português; do comércio; desquitado; Mamborê - PR	O requerente solicita ao requerido que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, sob pena de penhora de bens.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	19/07/1974
20/03/1974	269/74	Cobrança		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido ação de cobrança sobre despesas feitas pelo seu empregado e que não foram liquidadas. Devido o abandono do requerente, julgou-se extinto o processo de ação de cobrança.	Julgada extinta a ação.	27/07/1976
20/03/1974	271/74	Notificação		Pessoa Física; brasileira; agricultor; casado; Maringá - PR	Pessoa Física; lavrador; Roncador - PR	O requerente solicita ao requerido que, após o término do contrato verbal, o requerido desocupe o imóvel de propriedade do requerente.	Pedido concedido.	14/05/1975
22/03/1974	277/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado; Maringá - PR	Brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da execução.	21/05/1974
26/03/1974	291/74	Notificação		Pessoa Física; italiano; farmacêutico; casado; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita ao requerido que, após o término do contrato verbal, o requerido desocupe o imóvel de propriedade do requerente.	Pedido concedido.	30/06/1982
27/03/1974	298/74	Despejo		Pessoa Física; brasileira; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido ação de despejo de seu imóvel comercial.	Ação de despejo extinta pelo Juiz.	30/08/1977
27/03/1974	299/74	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Física; brasileiro; Boa Esperança - PR	O requerente solicita notificação do requerido de que o requerente e seus irmãos não desejam mais parceria na plantação de café.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	06/07/1977
27/03/1974	300/74	Notificação		Brasileira; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	O requerente solicita ao requerido contra notificação, na qual julgam ser injustamente interpelado pelo requerido para abandonar suas terras, dizendo-se o requerido ser proprietário da mesma.	Julgada extinta a ação.	13/05/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/03/1974	305/74	Pedido de Licença		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita licença para tratamento de saúde.	Licença concedida.	28/03/1974
28/03/1974	306/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Considerando o pagamento realizado pelo requerido, a ação de execução foi extinta.	Julgada extinta a ação.	16/04/1974
29/03/1974	311/74	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias a que tem direito.	Pedido concedido.	05/04/1974
01/04/1974	313/74	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita reclamação trabalhista ao requerido, devido ter sido despedido sem justa causa e não ter recebido seus direitos.	Reclamação concedida.	10/04/1975
01/04/1974	314/74	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita reclamação trabalhista ao requerido, devido ter sido despedido sem justa causa e não ter recebido seus direitos.	Reclamação concedida.	05/02/1982
01/04/1974	315/74	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado; Engenheiro Beltrão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita reclamação trabalhista ao requerido, devido ter sido despedido sem justa causa e não ter recebido seus direitos.	Reclamação concedida.	11/04/1975
01/04/1974	317/74	Embargos		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Roncador - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita embargos a execução movida em outros autos pelo requerido, alegando que a nota promissória que moveu a ação era de posse do Banco, e que somente o mesmo poderia mover ação de cobrança.	Julgado improcedente o pedido.	09/05/1974
02/04/1974	318/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado; Maringá - PR	Brasileiro; solteiro; do comércio	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a solicitação de execução.	26/06/1974
03/04/1974	322/74	Executiva		Brasileiro; agricultor; casado	Brasileiro; motorista; casado	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da execução.	08/05/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/04/1974	326/74	Executiva			Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a solicitação de desistência da execução.	16/09/1976
03/04/1974	327/74	Executiva		Brasileiro; agricultor; casado; Roncador - PR	Brasileiros; agricultores; casados; Roncador - PR	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a solicitação de desistência da execução.	27/02/1975
04/04/1974	335/74	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido a baixa na penhora efetuada em propriedade do requerente.	Pedido de baixa na distribuição concedido.	29/04/1974
05/04/1974	336/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Houve desistência da ação.	02/05/1974
05/04/1974	337/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Deferida a solicitação de desistência da execução.	20/10/1975
05/04/1974	338/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; solteiro; Barbosa Ferraz - PR		O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a solicitação de desistência da execução.	18/10/1974
05/04/1974	343/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	09/05/1974
05/04/1974	344/74	Despejo		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerido não está pagando o aluguel conforme combinado.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	19/07/1974
08/04/1974	426/74	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Não consta.	Não consta.	Não consta.

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/04/1974	352/74	Executiva		Pessoa Jurídica; Maringá - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente é credora da requerida no valor de Cr$ 11.658.65, representado por duplicatas. Solicita-se a citação da requerida para pagamento da dívida, sob pena de penhora de bens.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	19/09/1975
09/04/1974	353/74	Executiva		Pessoa Física; lavrador; casado	Pessoa Física; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido e solicita o pagamento da dívida no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	18/07/1975
09/04/1974	354/74	Embargos		Brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física	O requerente solicita embargos da execução, em função do preenchimento inadequado dos autos.	Deferido o embargo de execução.	21/06/1974
09/04/1974	355/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária, por não possuir condições para mover ação.	Solicitação concedida.	24/04/1974
09/04/1974	357/74	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará para promover venda de bens de menores.	Solicitação concedida.	09/10/1974
10/04/1974	361/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	26/02/1975
15/04/1974	363/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	05/08/1975
15/04/1974	365/74	Pedido de Certidão		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita certidão negativa do distribuidor público para abrir negócio.	Solicitação concedida.	16/04/1974
15/04/1974	369/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens.	Homologada por sentença a desistência da ação.	02/07/1976
17/04/1974	371/74	Cancelamento de Protesto		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita cancelamento de protesto, visto que o devedor quitou sua dívida.	Pedido deferido.	22/05/1974
17/04/1974	372/74	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará para promover venda de bens de menores.	Solicitação concedida.	07/11/1974
19/04/1974	380/74	Processo Administrativo		Pessoa Física		O requerente solicita ação para esclarecer alguns pontos que ficaram obscuros em relação à administração.	Homologada a ação de processo administrativo.	15/08/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/04/1974	386/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita à requerida o pagamento de sua dívida no prazo de 24 horas, ou a penhora de seus bens. Por fim, houve a desistência da ação por acordo amigável entre as partes.	Homologada a ação.	09/10/1975
19/04/1974	388/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita a ação contra o requerido devido ao não pagamento de uma compra, tendo o prazo de 24 horas para executá-la, sob pena de penhora de bens.	Homologada ação e composição amigável.	23/02/1976
19/04/1974	389/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve composição amigável entre as partes.	Homologada desistência da ação.	12/08/1976
19/04/1974	390/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens.	Homologada desistência da ação.	19/05/1975
19/04/1974	391/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dívida no prazo de 24 horas. Por fim, houve composição amigável entre as partes.	Homologada desistência da ação.	26/11/1974
19/04/1974	392/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita citação do requerido em função de empréstimo que fez para o mesmo sanar suas dívidas de outro empréstimo feito pelo banco. No entanto, houve a acomodação do requerido que não pagou o valor combinado.	Homologada a desistência da ação.	16/09/1974
22/04/1974	396/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dívida. Por fim, houve a homologação da desistência da ação, pela composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação	06/08/1974
23/04/1974	403/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita a citação do requerido em função do não pagamento do empréstimo que fez para o mesmo, tendo o prazo de 24 horas para executar sua dívida, sob pena de penhora dos bens. Por fim, houve a homologação da penhora dos bens.	Homologada a penhora dos bens.	17/09/1975
23/04/1974	405/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita busca e apreensão pelo não pagamento de financiamento que o requerido solicitou e não quitou. Por fim, houve remarcação de nova audiência.	Até o momento, não houve a homologação da ação.	13/03/1975
26/04/1974	415/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerido solicita justiça gratuita para mover a ação contra seu marido, do qual encontra-se separada há algum tempo e não recebe pensão alimentícia para sustentar os próprios filhos.	Homologada sentença por consentimento do Juiz.	24/04/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/04/1974	416/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a aprovação da ação para conseguir o benefício da justiça gratuita por não poder custear um advogado particular.	Homologada ação.	24/04/1974
26/04/1974	417/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência jurídica, pois não tem condições de arcar com as despesas jurídicas.	Homologada ação.	24/04/1974
29/04/1974	418/74	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	A requente solicita alvará para efetuar empréstimo, a fim de terminar a obra que iniciou para o melhoramento da vida de seus filhos, pois será em benefícios dos menores.	Homologada ação.	17/05/1974
02/05/1974	428/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ação contra o requerido pelo não pagamento de um arrendamento que foi feito ao mesmo. Por fim, houve a homologação da desistência da ação.	Homologada sentença.	28/08/1974
03/05/1974	434/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida em 24 horas, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve a desistência da ação e composição amigável entre as partes.	Homologada ação e composição amigável entre as partes.	22/10/1975
03/05/1974	435/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerido sofre a ação em função da compra de veículo e o não pagamento. Por fim, houve a apreensão do veículo.	Homologada ação.	07/10/1974
06/05/1974	439/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dívida no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens.	Homologada desistência da ação.	31/05/1974
08/05/1974	452/74	Indenização		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido o pagamento dos danos que foram causados pelo acidente que ocorreu entre as duas empresas, onde foi constatado que teve origem culposa, ou seja, não intencional.	Homologada sentença.	12/06/1974
08/05/1974	453/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de certa quantia à qual serão acrescidos os devidos juros e correções monetárias. Por fim, houve composição amigável entre as partes.	Homologada sentença e composição amigável.	04/06/1975
08/05/1974	454/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerido tem o prazo máximo de 24 horas para efetuar o pagamento. Por fim, houve a homologação da sentença e composição amigável.	Homologada sentença e composição amigável.	17/02/1976
08/05/1974	456/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida, sob pena de penhora dos bens. Por fim, houve composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	19/11/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
08/05/1974	457/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua de sua dívida no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	09/10/1974
09/05/1974	459/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Jurídica		O requerente solicita assistência judiciária.	Solicitação concedida.	09/05/1974
10/05/1974	461/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o beneficio da justiça gratuita para resolver assuntos pendentes perante a justiça.	Solicitação concedida.	15/05/1974
10/05/1974	462/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve a desistência da ação devido ao pagamento da dívida.	Homologada ação.	31/05/1974
15/05/1974	471/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a assistência judiciária.	Homologada sentença.	10/05/1974
15/05/1974	472/74	Notificação		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita uma notificação pelo não pagamento de uma dívida.	Homologada sentença.	06/06/1974
15/05/1974	475/74	Cobrança		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita uma ação de desquite contra o seu marido. Por fim, houve o arquivamento da ação.	Homologado o arquivamento da ação.	31/05/1974
15/05/1974	477/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento da dívida em até 24 horas, sob pena de penhora dos bens. Por fim, houve a desistência da ação por haver composição amigável entre as partes.	Homologada desistência da ação.	28/08/1974
15/05/1974	478/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	A requerida sofre a ação pelo não pagamento de dívida, tendo o prazo de 24 horas para pagamento, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve a homologação da sentença.	Homologada sentença e composição amigável entre as partes.	19/02/1975
15/05/1974	479/74	Notificação		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita a liberação do empréstimo de agência bancária para que seja efetuada a compra de fertilizantes. Por fim, houve homologação da sentença.	Homologada a sentença da ação.	25/05/1975
15/05/1974	480/74	Notificação		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerido está promovendo danos no terreno da requerente.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	02/05/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
15/05/1974	481/74	Tutela		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita tutela, porque o menor não possui outros parentes domiciliados nesta cidade, e seus pais já são falecidos. O menor deseja contrair matrimônio.	Não consta.	30/04/1975
15/05/1974	486/74	Sequestro		Pessoa Física	Pessoa Física	Os requerentes movem a presente ação tendo em vista terem adquirido determinada propriedade de terra por meio de leilão. Porém, não estão podendo usufruir dos frutos da propriedade porque o requerido recusa a fazer qualquer acordo amigável. Por fim, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Não consta.	21/11/1974
17/05/1974	488/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	19/09/1977
17/05/1974	491/74	Tutela		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita tutela, visto que deseja contrair matrimônio e necessita de autorização materna, porém sua mãe se encontra em lugar não sabido.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	14/07/1976
17/05/1974	492/74	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente é produtor rural e deseja obter financiamento junto a banco, para custear a lavoura. Ocorre que um homônimo do requerente foi réu numa reclamatória trabalhista.	Pedido de baixa na distribuição deferido.	01/06/1974
17/05/1974	493/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita assistência judiciária para promover ação de busca e apreensão de menor.	Solicitação concedida.	17/05/1974
21/05/1974	503/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/07/1974
21/05/1974	514/74	Notificação		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita notificação de que documento já fora feito.	Solicitação concedida.	08/05/1975
21/05/1974	515/74	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é vizinho de propriedade rural do requerido, e este tem feito graves insultos ao requerido, e tem impedido a passagem do mesmo na estrada que leva a ambas propriedades, colocando galhos e objetos na pista. O requerente não pagou as custas processuais, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o não pagamento dos custos do processo.	13/05/1975
23/05/1974	524/74	Cancelamento de Protesto		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente, na condição de avalista de uma nota promissória, teve o seu nome protestado. A nota, porém, já fora paga.	Cancelamento de protesto deferido.	20/07/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/05/1974	528/74	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita expedição de alvará para financiamento de lavoura e maquinário, em favor do espólio.	Solicitação concedida.	09/06/1974
24/05/1974	530/74	Busca e Apreensão		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita busca e apreensão de veículo. Requerente e requerido firmaram documento de Reserva de Domínio, caso o réu atrasasse três notas promissórias. O requerido não pagou vinte e uma notas promissórias ao requerente. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/06/1974
24/05/1974	532/74	Busca e Apreensão		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita busca e apreensão de veículo, já que o requerido adquiriu um financiamento e não efetuou o pagamento das parcelas estipuladas pelo contrato.	Não consta.	Não consta.
24/05/1974	533/74	Embargos de Terceiros		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerido moveu ação de execução, em que fora expedido mandato de citação e penhora, porém os bens penhorados são 50% do requerente. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	05/08/1975
24/05/1974	535/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	18/06/1975
27/05/1974	537/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente é credor de importância representada por duplicatas, já vencidas. No curso dos autos a parte requerida procedeu ao pagamento sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta ação tendo em vista o pagamento da dívida.	12/08/1974
27/05/1974	538/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente é credor de importância representada por cheque, devolvido por falta de fundos. Por fim, foi requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	14/02/1975
29/05/1974	550/74	Pedido de Licença		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita licença para fins de tratamento de saúde, requerendo também que se designe nomear um substituto.	Pedido indeferido por falta de amparo legal.	31/05/1974
06/06/1974	574/74	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita autorização para liberação de seu FGTS para tratamento de saúde.	Solicitação concedida.	24/06/1974
07/06/1974	576/74	Busca e Apreensão		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita busca e apreensão de veículo, já que o réu adquiriu por contrato de compra e venda com reserva de domínio e acabou por não efetuar o pagamento das parcelas estipuladas pelo contrato. Por fim, houve composição amigável entre as partes e desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	14/08/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
07/06/1974	577/74	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita notificação ao requerido, para comparecer a audiência de conciliação e julgamento, já que o requerido não efetuou o pagamento dos serviços prestados pelo requerente. Por fim, houve desistência da reclamatória trabalhista, em função do pagamento dos direitos atrasados ao requerente.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/09/1975
10/06/1974	582/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	15/12/1975
10/06/1974	587/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	21/03/1975
12/06/1974	602/74	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita férias, conforme escala estabelecida pelo juiz.	Pedido concedido.	19/06/1974
12/06/1974	605/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, os requeridos procederam ao pagamento, sendo julgada extinta a ação.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento.	13/11/1974
12/06/1974	606/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, os requeridos procederam ao pagamento, sendo julgada extinta a ação.	Não consta.	15/09/1975
12/06/1974	607/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, os requeridos procederam ao pagamento, sendo julgada extinta a ação.	Homologada por sentença a transação feita entre as partes.	24/03/1975
12/06/1974	610/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	11/09/1974
12/06/1974	611/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	13/08/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/06/1974	612/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	24/04/1975
12/06/1974	613/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	20/10/1975
12/06/1974	614/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	19/08/1975
12/06/1974	615/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	27/05/1976
12/06/1974	616/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	11/07/1977
12/06/1974	618/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/12/1974
12/06/1974	619/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/02/1976
12/06/1974	620/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	11/03/1975
12/06/1974	621/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	02/09/1976
12/06/1974	623/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/11/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/06/1974	624/74	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/12/1974
12/06/1974	626/74	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	23/05/1975
12/06/1974	627/74	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/11/1975
12/06/1974	628/74	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	28/07/1975
12/06/1974	629/74	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	27/08/1974
12/06/1974	630/74	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	07/10/1974
12/06/1974	632/74	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/05/1976
12/06/1974	633/74	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	17/09/1974
17/06/1974	638/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita assistência judicial para promover ação de alimentos, representando seu filho menor.	Solicitação concedida.	19/06/1974
17/06/1974	641/74	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita suprimento de idade para realizar casamento, já que a menor aqui representada manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Suprimento de idade concedido.	09/08/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
17/06/1974	644/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campina da Lagoa - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A parte autora requereu o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de indenização por inadimplemento de contrato de parceria agrícola.	Solicitação concedida.	19/06/1974
17/06/1974	645/74	Embargos		Brasileiro; do comércio; casado	Brasileiro; agricultor; casado; Foz do Iguaçu - PR	O requerente solicita embargos à execução, alegando que o não pagamento do seu débito ocorreu porque as terras adquiridas não pertencem ao embargado, e o mesmo não possuía autorização judicial para vendê-las. Diante da desistência da ação, arquivou-se o processo.	Houve desistência e arquivamento do processo.	09/02/1975
19/06/1974	648/74	Reintegração de Posse		Pessoa Física; brasileiro; lavrador e do lar; casados; Boa Esperança - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Boa Esperança - PR	O requerido invadiu a propriedade legalmente adquirida do requerente. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	17/10/1975
19/06/1974	649/74	Despejo	Art. 32 e 275 da Lei 5.869/73; Decreto 59.566/66	Pessoa Física; brasileiro; lavradora; viúva; Primavera - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; Primavera - PR	O requerente já notificou o requerido de sua intenção de retomar o imóvel alugado, visto a proximidade do término do contrato. Foi requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	21/10/1974
19/06/1974	650/74	Executiva	Art. 585, 659 e 699 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; casados; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida, da qual os segundos requeridos eram avalistas. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	25/06/1974
19/06/1974	651/74	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/10/1974
19/06/1974	652/74	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	18/07/1975
19/06/1974	655/74	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos foi requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	16/07/1974
19/06/1974	656/74	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/06/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/06/1974	660/74	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; militar; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	02/09/1974
19/06/1974	661/74	Interpelação	Art. 867 e 872 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Terra Boa - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; Quinta do Sol - PR	O requerente firmou com o requerido transação de compra e venda de imóvel. O requerido deixou de pagar a segunda e terceira prestações, e já está em posse do imóvel. O requerente solicita a citação do réu para que proceda ao pagamento, sob pena de perder o valor pago até o momento, e o requerente voltará a ser o proprietário do imóvel.	Não consta.	Não consta.
20/06/1974	664/74	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Osasco - SP	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de interpelação judicial.	27/08/1974
20/06/1974	666/74	Embargos		Brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido abater a quantia requerida para conserto de um veículo, já que o valor proposto do trabalho e a peça não conferem ao valor avalizado, conforme testemunha e fotos apresentadas nos autos. Por fim, houve desistência da ação, em virtude da composição amigável entre as partes.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	05/01/1976
20/06/1974	670/74	Justificação		Brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente esclarece que possui homônimos que constam ações, as quais nenhuma é do justificante. Solicita a devolução desta inadimplência de translado, para que possa expedir certidão negativa de distribuidor público.	Justificação concedida.	22/05/1975
24/06/1974	672/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou nomeie bens a penhora.	Homologada a desistência da ação.	10/06/1975
24/06/1974	674/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado	Brasileiros; casados	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito, acrescido de juros e demais cominações legais, ou que nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação.	07/08/1975
26/06/1974	677/74	Pedido de Férias		Oficial de justiça	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias das quais tem direito, conforme escala determinada pelo juiz.	Pedido concedido.	02/07/1974
26/06/1974	680/74	Alvará		Brasileira; lavradora; viúva	Pessoa Jurídica	Em virtude de falecimento de seu cônjuge, a requerente solicita autorização para movimentar conta bancária, por meio de alvará, para suprir as necessidades de sua família.	Alvará concedido.	19/07/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/06/1974	681/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito, acrescido de juros e demais cominações legais, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em função de pagamento da dívida.	Homologada a desistência da ação.	23/03/1977
26/06/1974	684/74	Indenização		Brasileiro; advogado; casado	Pessoa Física	O requerente solicita a citação dos requeridos, para que compareçam a audiência de instrução e julgamento, a fim de apresentarem defesa, já que o requerente solicita a indenização de Cr$ 2.260,20, acrescidos de juros, referentes a automóvel danificado pela queda de uma árvore. Houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	02/06/1975
27/06/1974	686/74	Falência		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a falência do requerido, devido à falta de pagamento das aludidas dívidas. Houve desistência da ação, em virtude de pagamento de seu débito.	Homologada a desistência da ação.	19/08/1974
27/06/1974	688/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiro; casado	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito, acrescido de juros e demais cominações legais, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em função de pagamento da aludida dívida.	Homologada a desistência da ação.	03/11/1974
27/06/1974	689/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/12/1974
28/06/1974	691/74	Pedido de Transferência de Férias		Oficial do registro civil	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a transferência de suas férias, que estão marcadas para o mês de julho de 1974, para dezembro do referido ano.	Pedido concedido.	12/07/1974
28/06/1974	692/74	Embargos		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Luiziana - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita embargo à execução, pois a mulher do requerente não foi intimada da penhora, e a nota promissória não dá fundamento jurídico do pedido de penhora.	Pedido de embargo a execução indeferido.	01/08/1974
04/07/1974	702/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; doméstica; viúva	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita, a fim de proceder à abertura do ementário de seu cônjuge.	Solicitação concedida.	05/07/1974
04/07/1974	703/74	Pedido de Férias		Pessoa Jurídica	Brasileiro; oficial maior do escrivão; casado	O requerente solicita suas férias, conforme data estipulada pelo Juiz.	Pedido concedido.	05/07/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
05/07/1974	710/74	Executiva		Brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou que nomeie bens a penhora. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	25/09/1974
05/07/1974	713/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou que nomeie bens a penhora. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	27/08/1974
12/07/1974	723/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária.	Benefício concedido.	16/07/1974
12/07/1974	724/74	Executiva		Brasileiro; agricultor	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em função de pagamento de seu débito.	Homologada a desistência da ação.	10/06/1977
15/07/1974	727/74	Interpelação		Brasileiro; agricultor; casado	Brasileiro; lavrador; casado	O requerente solicita a interpelação judicial do requerido, mediante carta precatória expedida para a Comarca de Mandaguaçu.	Interpelação judicial concedida.	16/07/1974
16/07/1974	09/74	Carta Precatória		Pessoa Física; agricultor; viúvo; Campo Mourão - PR	Pessoa Física	O requerente está representando os seus filhos por serem menores de idade para que seja feita a repartição dos bens, onde o responsável terá plena autoria, sendo o tutor dos bens até que completem maior idade.	Homologada a ação.	07/11/1974
16/07/1974	732/74	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido a baixa na distribuição, uma vez que pretende obter uma certidão negativa.	Pedido de baixa na distribuição concedido.	25/07/1974
18/07/1974	738/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária.	Benefício concedido.	19/07/1974
19/07/1974	739/74	Tutela		Pessoa Física; brasileira; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita tutela, porque a menor não possui os pais vivos, e a requerente é sua irmã mais velha e única parente da menor. Esta deseja contrair matrimônio com seu namorado, visto ter mantido relações sexuais com o mesmo.	Tutela concedida.	27/08/1974
19/07/1974	748/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Brasileiro; funcionário público; casado	O requerente solicita a busca e apreensão de veículo adquirido em financiamento, visto que o requerido não efetuou o pagamento das prestações.	Ação indeferida.	24/07/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/07/1974	749/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Brasileiro; lavrador; casado	O requerente solicita a busca e apreensão de veículo adquirido em financiamento, visto que o requerido não efetuou o pagamento das prestações. Houve desistência da ação, em virtude de pagamento do principal.	Homologada a desistência da ação.	06/04/1976
22/07/1974	752/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação.	13/05/1975
23/07/1974	774/74	Cancelamento de Protesto		Brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita cancelamento de protesto, para que seja possível adquirir empréstimo para aquisição de suplementos agrícolas.	Cancelamento de protesto concedido.	06/08/1974
24/07/1974	776/74	Executiva		Brasileira; do lar; casada	Brasileiro; corretor; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações de lei, sob pena de penhora de bens. Em virtude da composição amigável entre as partes, houve desistência da ação.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	29/08/1974
26/07/1974	784/74	Pedido de Transferência de Férias		Oficial de justiça	Pessoa Jurídica	O requerente solicita transferência de férias, assegurando o direito de adquiri-las oportunamente.	Pedido deferido.	01/08/1974
26/07/1974	786/74	Executiva		Brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da execução, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da execução.	26/08/1976
26/07/1974	787/74	Suscitação de Dúvida		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente suscita dúvida, para que o requerido decida se deve ser registrada a escritura nos termos que foi lavrada.	Dúvida improcedente.	09/08/1974
30/07/1974	790/74	Consignação em Pagamento		Brasileiro; lavrador; casado	Brasileiro; construtor; solteiro	O requerente solicita efetuar a consignação, com efeito de pagamento, a fim de se desincumbir de sua obrigação e, em seguida, pleitear a outorga da escritura definitiva do imóvel. Houve desistência da ação, em função de duplicidade de pedido.	Homologada a desistência da ação.	21/10/1974
30/07/1974	794/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, pague seu débito, acrescido de juros, ou nomeie bens a penhora. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	12/11/1974
30/07/1974	795/74	Executiva		Brasileiro; bancário; solteiro	Brasileiro; lavrador; casado	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Desistência da execução concedida.	27/02/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/07/1974	796/74	Executiva		Brasileiro; casado	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, porque o requerido promoverá cobrança por meios amigáveis.	Homologada a desistência da execução.	22/08/1975
30/07/1974	797/74	Despejo		Brasileiro; lavrador; casado	Brasileiro; amasiado	O requerente solicita ação de despejo do requerido, em função de falta de pagamento do imóvel alugado.	Homologada a desistência da ação.	25/09/1974
31/07/1974	798/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; servente; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da assistência judiciária gratuita, já que não possui condições para pagar advogado particular.	Solicitação concedida.	07/08/1974
01/08/1974	803/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Brasileiro; casado	O requerente solicita que se designe a busca e apreensão de veículo adquirido em sua empresa, já que o requerido não cumpriu com os compromissos estipulados pelo consórcio, deixando de efetuar os respectivos pagamentos. Ação indeferida por falta de provas que comprovem tal dívida.	Ação de busca e apreensão indeferida.	02/08/1974
02/08/1974	809/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; professora; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária gratuita, para promover ação trabalhista contra sua empregadora.	Solicitação concedida.	05/08/1974
06/08/1974	813/74	Busca e Apreensão		Espanhol; casado	Brasileira; casada	O requerente solicita a busca e apreensão de seus filhos, em virtude de que os filhos, em idade escolar, estão sendo privados pelo requerido de assistirem às aulas. Houve desistência da ação, em virtude da conciliação entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	20/01/1975
06/08/1974	817/74	Executiva		Brasileira; professora; solteira; Londrina - PR	Brasileiro; cerealista; casado	O requerente solicita ao requerido para que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da execução.	20/02/1975
06/08/1974	820/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido para que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da execução.	24/05/1976
09/08/1974	824/74	Alvará		Brasileiro; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido a autorização para retirada do seguro de vida depositado em banco, para aquisição de casa própria.	Alvará concedido.	27/01/1975
09/08/1974	825/74	Suprimento de Idade		Brasileira; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente solicita suprimento de idade para realizar casamento, a fim de evitar processo criminal contra seu futuro cônjuge, já que manteve relações sexuais com o mesmo.	Suprimento de idade concedido.	30/08/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/08/1974	827/74	Cobrança		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita a citação do devedor, para responder aos termos da ação e comparecer a audiência, condenando-o ao pagamento de seu débito, acrescido de juros e demais cominações legais. Por fim, houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	04/06/1975
09/08/1974	830/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita a busca e apreensão de um veículo financiado, em função do não pagamento das parcelas estipuladas pelo contrato. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	14/05/1975
12/08/1974	833/74	Notificação		Brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a notificação do requerido, para que tenha conhecimento das intenções do requerente. Por fim, houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Julgada extinta a ação.	13/05/1975
13/08/1974	834/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a assistência judiciária gratuita.	Solicitação concedida.	14/08/1974
13/08/1974	835/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileiro; lavrador; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a assistência judiciária gratuita. A assistência judiciária foi concedida, mas não houve qualquer manifestação dos interessados, sendo o auto arquivado em abril de 1982.	Processo arquivado.	15/08/1974
13/08/1974	836/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; costureira; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a assistência judiciária gratuita, com justificativa de mover ação de alimentos contra seu cônjuge.	Solicitação concedida.	14/08/1974
13/08/1974	837/74	Suprimento de Idade		Brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita suprimento de idade para realizar o casamento de sua irmã, visto que a mesma é menor de idade.	Suprimento de idade concedido.	04/10/1974
13/08/1974	840/74	Rescisória		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que se designe a rescisão de contrato de vínculo empregatício.	Homologada a ação de rescisão de contrato.	15/08/1974
13/08/1974	845/74	Executiva		Campo Mourão - PR	Brasileiro; casado	O requerente solicita ao requerido para que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da execução.	18/10/1974
13/08/1974	847/74	Notificação		Brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita notificação do requerido, para que tenha conhecimento da intenção do autor do título levado a protesto.	Homologada a solicitação de notificação.	07/05/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/08/1974	851/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido para que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento de seu débito, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da execução.	30/01/1975
15/08/1974	854/74	Arresto		Pessoa Jurídica	Brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita mandado de arresto do veículo não pago pelo requerido, para garantia de seu crédito. Por fim, houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência do arresto.	29/08/1974
15/08/1974	855/74	Pedido de Licença		Serventuário da Justiça	Pessoa Jurídica	O requerente solicita licença do seu cargo de serventuário da justiça, para que possa realizar viagem para tratar de assuntos ligados ao lançamento de sua candidatura ao cargo de deputado estadual.	Pedido concedido.	20/08/1974
16/08/1974	859/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiro	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito, acrescido de juros e demais cominações legais, ou nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	13/11/1975
20/08/1974	863/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita, em função de não possuir condições de pagar um advogado particular.	Solicitação concedida.	27/08/1974
20/08/1974	864/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	07/10/1974
20/08/1974	865/74	Executiva		Brasileiro; agricultor; casado	1) Brasileiro; agricultor; casado; 2) Brasileira; agricultora; casada	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	06/11/1974
20/08/1974	866/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita, em função de não possuir condições de pagar advogado particular.	Solicitação concedida.	22/08/1974
21/08/1974	879/74	Executiva		Brasileiro	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	03/12/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
21/08/1974	881/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor correspondente a débitos tributários.	Homologada a desistência da ação.	29/01/1975
21/08/1974	882/74	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente necessita de alvará para conseguir empréstimo, já que sua esposa faleceu.	Solicitação concedida.	31/12/1974
21/08/1974	883/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judicial para promover ação de alimentos, representando seus filhos menores.	Solicitação concedida.	22/08/1974
21/08/1974	886/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida no prazo de 24 horas, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	24/02/1975
23/08/1974	891/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida no prazo de 24 horas, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	17/11/1975
26/08/1974	893/74	Tutela		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita tutela, para que a menor possa se casar. Os custos processuais não foram pagos, portanto foi julgada extinta a ação.	Julgado extinto o processo pelo não pagamento das custas processuais.	13/05/1975
26/08/1974	898/74	Rescisória		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente quer rescindir contrato, visto que o requerido não pagou o veículo comprado.	Homologado por sentença o pedido de desistência da presente ação.	25/06/1975
26/08/1974	906/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida no prazo de 24 horas, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora.	Homologada a desistência da ação.	27/05/1975
26/08/1974	910/74	Notificação	Art. 45, 867 e 873 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Os requerentes movem a presente ação tendo em vista terem firmado contrato de venda de uma Madeireira. O requerido tomou posse imediatamente, e passou a explorar o imóvel, porém não efetuou o pagamento.	Homologada por sentença a notificação judicial.	08/11/1974
26/08/1974	911/74	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita baixa na distribuição de dívidas já liquidadas.	Solicitação concedida.	27/08/1974
27/08/1974	912/74	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita baixa na distribuição de dívidas já liquidadas.	Solicitação concedida.	28/08/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/08/1974	921/74	Consignação em Pagamento		Pessoa Física	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente arrendou determinada terra do requerido, pagando corretamente os aluguéis, porém o requerido tem se recusado receber os mesmos. Move, portanto, a presente ação, a fim de não vir a ser processado por falta de pagamentos.	Julgada extinta a ação tendo em vista o não pagamento das custas processuais.	05/07/1977
28/08/1974	922/74	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita baixa na distribuição de ação executiva movida contra ele, visto já ter pago a dívida.	Pedido deferido.	29/08/1974
28/08/1974	924/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida no prazo de 24 horas, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	12/08/1975
29/08/1974	925/74	Executiva	Art. 3 do Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente firmou com o requerido Contrato de Financiamento para aquisição de um veículo. O requerido acordou, no contrato, o pagamento de 24 prestações, representadas por notas promissórias, tendo sido pagas apenas as 15 primeiras. No curso dos autos as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/12/1975
29/08/1974	926/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida no prazo de 24 horas, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	20/08/1975
30/08/1974	933/74	Reivindicatória		Pessoa Física	Pessoa Física	Os requeridos estão ocupando terras do requerente, e fazendo uso da produção.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	28/08/1975
30/08/1974	935/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida no prazo de 24 horas, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/10/1976
30/08/1974	936/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida no prazo de 24 horas, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	09/01/1975
30/08/1974	937/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida no prazo de 24 horas, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	20/03/1975
30/08/1974	938/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida no prazo de 24 horas, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	23/12/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/09/1974	945/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida no prazo de 24 horas, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	18/02/1975
03/09/1974	947/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária, a fim de mover ação de busca e apreensão de menor.	Solicitação concedida.	04/09/1974
03/09/1974	948/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária, a fim de mover ação de busca e apreensão de menor.	Solicitação concedida.	04/09/1974
04/09/1974	949/74	Notificação		Brasileiro; agricultor; casado	Brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita a notificação do requerido, para que, no prazo de cinco dias, promova o pagamento de seu débito. Notificação judicial extinta, em função de composição amigável entre as partes.	Notificação judicial extinta.	30/03/1975
04/09/1974	953/74	Cancelamento de Protesto		Brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o cancelamento de protesto, uma vez que está plenamente provada a liquidação do mesmo.	Cancelamento de protesto deferido.	04/10/1974
05/09/1974	955/74	Alvará		Brasileiro; viúvo	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará judicial, para que possa proceder ao recolhimento de seguro de sua falecida esposa. Houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	14/02/1975
05/09/1974	956/74	Executiva		Brasileiro; agricultor; casado	Brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	29/07/1975
09/09/1974	965/74	Busca e Apreensão		Paraguaio; do comércio; casado	Brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita a busca e apreensão de veículo financiado, uma vez que o requerido não efetuou o pagamento das prestações, conforme estipulado em contrato. Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	27/01/1975
09/09/1974	966/74	Indenização		Brasileiro; agricultor; solteiro	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente firmou com o requerido contrato particular de arrendamento rural, mas foi impedido de usar a terra pelo requerido, que prometeu a devolução do dinheiro pago. Como o requerido negou pagar a importância já paga pelo requerente, o mesmo solicita promover a ação de indenização. Houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	27/04/1976
10/09/1974	970/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiro; lavrador; casado	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em virtude de pagamento da aludida dívida.	Homologada a desistência da ação.	13/01/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
10/09/1974	974/74	Desquite		1) Pessoa Física; casado; 2) Pessoa Física; casada	Pessoa Jurídica	Os requerentes solicitam o desquite amigável, na conformidade da lei vigente.	Desquite deferido.	13/09/1974
11/09/1974	977/74	Alvará		Brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará judicial, uma vez que está penhorando uma área de propriedade de seus filhos menores de idade, para que seja autorizado o contrato de financiamento.	Alvará concedido.	04/10/1974
13/09/1974	983/74	Alvará		Brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a autorização para dispor de imóvel, para que seja possível o pagamento de despesas médicas. Alvará indeferido, em virtude de que o ministério público alegou não haver vantagens na venda do aludido imóvel.	Alvará judicial indeferido.	31/01/1975
13/09/1974	988/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiro; casado	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito, acrescido de juros e demais cominações legais, ou nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	03/04/1975
13/09/1974	993/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado	Brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito, acrescido de juros e demais cominações legais, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em virtude de pagamento da aludida dívida.	Homologada a desistência da ação.	16/04/1975
13/09/1974	994/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado	Brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito, acrescido de juros e demais cominações legais, ou nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	28/01/1975
13/09/1974	995/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado	Brasileiro; do comércio	O requerente solicita ao requerido pagamento de seu débito, acrescido de juros e demais cominações legais, ou nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	05/12/1975
16/09/1974	997/74	Justificação		Brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica	O requerente pretende provar que determinado lote de terra faz parte da Colônia Goio Bang. Entretanto, a medida requerida não é a mais adequada e não possui ofícios em lei. Sendo assim, a justificação foi indeferida.	Justificação indeferida.	26/09/1974
16/09/1974	999/74	Busca e Apreensão		Pessoa Física	Brasileiro; lavrador; casado	O requerente solicita a busca e apreensão de veículo financiado, visto que não houve pagamento das parcelas, conforme estipulado em contrato. Ação indeferida.	Ação de busca e apreensão indeferida.	24/11/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/09/1974	1001/74	Embargos		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	A requerida move uma ação de execução contra o requerente que não deve prosseguir diante de irregularidades no encaminhamento da ação e do fato de que o requerente não deve tal quantia à firma requerida.	Houve desistência da ação.	09/09/1975
18/09/1974	1004/74	Despejo		Pessoa Física; Caraguatatuba - SP	Pessoa Física; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dois meses de aluguel não pagos. Por fim, houve acordo amigável entre as partes.	Homologada sentença e acordo amigável.	18/10/1974
18/09/1974	1005/74	Executiva		Pessoa Jurídica; Londrina - PR	Pessoa Física; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento do débito feito ao banco, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve acordo amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	11/03/1976
18/09/1974	1006/74	Executiva		Pessoa Jurídica; Londrina - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seus débitos em 24 horas, sob pena de penhora de bens. Por fim, os envolvidos entraram em acordo amigável.	Homologada a desistência da ação e composição amigável.	14/02/1975
18/09/1974	1009/74	Executiva		Pessoa Física; do comércio; casado; Maringá - PR	Pessoa Física; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de suas dívidas, sob pena de penhora dos bens. Por fim, houve a desistência da ação em função de acordo amigável entre as partes.	Homologada sentença em função de um acordo amigável.	04/11/1974
18/09/1974	1010/74	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve acordo amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação em função de acordo amigável entre as partes.	22/01/1976
18/09/1974	1011/74	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido em função do não pagamento de suas dívidas. O requerido tem o prazo de 24 horas para efetuar a quitação de seus débitos, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve acordo amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação, em função de acordo amigável.	19/09/1975
20/09/1974	1018/74	Executiva		Pessoa Física; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seus débitos, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve acordo amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação em função de acordo amigável entre as partes.	12/11/1974
20/09/1974	1019/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; agricultor; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido o devido pagamento de empréstimo feito. Por fim, houve a desistência da ação em função de acordo amigável entre as partes.	Homologada a ação em função de acordo amigável.	23/09/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
20/09/1974	1020/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física	O requerente é credor do requerido de valor referente a empréstimo. Caso não haja pagamento, o requerido poderá perder o bem adquirido com o empréstimo. Por fim, houve a desistência da ação em função de acordo amigável entre as partes.	Homologada a sentença e acordo amigável entre as partes.	23/09/1974
20/09/1974	1021/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; solteiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão em função de empréstimo feito para o financiamento de um trator e o não pagamento do mesmo. Por fim, houve a desistência da ação em função de acordo amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação em função de acordo amigável entre as partes.	07/11/1975
25/09/1974	1037/74	Executiva		Pessoa Física; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido e solicita o pagamento no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens.	Houve a homologação da sentença e acordo amigável.	20/01/1975
27/09/1974	1065/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; do comércio; casado; Janiópolis - PR	O requente é credor do requerido em função de débitos pendentes perante a prefeitura. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação em função da execução da dívida.	20/01/1975
27/09/1974	1068/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requente é credor do requerido em função de débitos pendentes perante a prefeitura. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação em função de execução.	20/01/1975
27/09/1974	1069/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavradores; casado	O requerente é credor do requerido de saldos anuais de sua propriedade, e solicita o pagamento no prazo de 24 horas. Por fim, o requerido efetuou o pagamento de seus débitos.	Homologada ação e execução da dívida.	21/05/1975
27/09/1974	1070/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido de débitos pendentes na prefeitura, e solicita o pagamento no prazo de 24 horas, sob pena de perder o imóvel. Por fim, houve a homologação da desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	31/10/1974
27/09/1974	1073/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavradores; casados; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido de débitos pendentes perante a prefeitura, e solicita o pagamento no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	04/06/1975
27/09/1974	1074/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requente é credor do requerido em função de débitos pendentes perante a prefeitura. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	11/02/1976
27/09/1974	1076/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavradora; casada; Janiópolis - PR	O requerente é credor da requerida de débitos pendentes perante a prefeitura, e solicita o pagamento no prazo de 24 horas. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	20/01/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
27/09/1974	1079/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido de dívida referente ao não pagamento dos tributos anuais de seu terreno. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	03/12/1974
27/09/1974	1081/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido de dívida referente ao não pagamento de tributos. Por fim, houve o pagamento da dívida e desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	21/07/1975
27/09/1974	1082/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavradora; casada; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido de dívida perante a prefeitura. Por fim, houve o pagamento da dívida e desistência da ação.	Homologada a desistência da ação e pagamento da dívida.	04/11/1974
27/09/1974	1083/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido de débitos pendentes referentes a um terreno que está em sua posse. Por fim, houve a desistência da ação em função da quitação do débito.	Homologada a desistência da ação, por ter havido execução da dívida.	31/03/1976
27/09/1974	1084/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; do comércio; casada; Janiópolis - PR	O requerente é credor do requerido em função da não efetivação de débitos pendentes, tendo o requerido o prazo de 24 horas para executá-la, sob pena de perda do imóvel. Por fim, houve a desistência da ação, pois o requerido executou sua dívida.	Homologada a desistência da ação, por ter havido execução da dívida.	20/01/1975
27/09/1974	1098/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita ao requerido pagamento corresponde a débitos tributários, no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da execução, em função do pagamento do débito.	Deferida a solicitação de desistência da execução.	18/10/1974
27/09/1974	1102/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente solicita ao requerido pagamento correspondente a débitos tributários pendentes perante a prefeitura, referentes a terreno que está em sua posse. Por fim, houve a homologação da desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	14/03/1975
27/09/1974	1104/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente solicita ao requerido pagamento de débitos pendentes perante a prefeitura, tendo o prazo de 24 horas para executá-la, acrescido de juros, sob pena de penhora do imóvel. Por fim, foi homologada a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	28/07/1975
27/09/1974	1106/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; do comércio; casado; Janiópolis - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de débitos tributários, acrescidos de juros e correções, tendo o mesmo o prazo de 24 horas para executar a dívida. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	31/10/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
27/09/1974	1108/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; do comércio; casado; Janiópolis - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de débitos referentes a impostos tributários, sob pena de penhora do terreno. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	31/10/1974
27/09/1974	1109/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de débitos tributários pendentes perante a prefeitura, tendo o mesmo o prazo de 24 horas para efetuar o pagamento, acrescido juros e correções monetárias. Por fim, houve a desistência da ação em função do pagamento dos débitos.	Homologada a desistência da ação.	09/12/1974
27/09/1974	1110/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavradora; casada; Janiópolis - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de débitos perante a prefeitura, sob pena de penhora do imóvel. Por fim, houve a homologação da desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	06/11/1974
27/09/1974	1114/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento dos débitos de três anos anteriores. Por fim, houve a homologação da desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	31/10/1974
27/09/1974	1119/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiro; lavrador; casado	O requerente solicita ao requerido pagamento corresponde a débitos tributários, no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens. Houve desistência da execução, em função do pagamento do débito.	Homologada desistência da execução.	13/05/1975
03/10/1974	1140/74	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita transferência de férias, em função do acúmulo de serviço.	Solicitação concedida.	03/10/1974
04/10/1974	1146/74	Executiva		Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dívida referente a cheque sem fundo, tendo o mesmo um prazo de 24 horas para efetuar o pagamento. Por fim, houve pedido de carta precatória contra o requerido.	Não homologada a desistência e encaminhado pedido de carta precatória.	27/01/1975
04/10/1974	1147/74	Executiva		Pessoa Física; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de débitos em até 24 horas, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve a homologação da desistência da ação e composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	15/01/1975
04/10/1974	1166/74	Executiva		Pessoa Jurídica; Maringá - PR	Pessoa Física; cerealista; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de débitos oriundos de compra feita em sua empresa pelo requerido, a qual não foi devidamente paga. Solicita o pagamento da dívida, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve o deferimento da ação.	Ação deferida.	11/08/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/10/1974	1185/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita assistência judiciária para entrar com processo contra seu marido, que a abandonou, deixando a mesma e sua filha em condições precárias e sem possibilidade de sustento.	Solicitação concedida.	16/10/1974
14/10/1974	1189/74	Executiva		Pessoa Física; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; motorista; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de débito referente a empréstimo feito pelo requerido. Solicita o pagamento da dívida sob pena de penhora de bens. Por fim, houve a homologação da desistência da ação e composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	13/01/1975
14/10/1974	1193/74	Executiva		Pessoa Jurídica; Maringá - PR	Pessoa Física; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido em função de compra realizada em seu estabelecimento pelo requerido cuja dívida não foi paga. O requerido tem 24 horas para executar a dívida, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve a desistência da ação e composição amigável.	Homologada a desistência da ação.	10/07/1975
16/10/1974	1201/74	Executiva		Pessoa Física; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido de dívidas não pagas conforme o combinado. O requerido tem o prazo de 24 horas para executá-las. Por fim, houve a homologação da desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	15/08/1975
17/10/1974	1202/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita em função de não poder arcar com as custas perante a justiça.	Solicitação concedida.	21/10/1974
17/10/1974	1204/74	Executiva		Pessoa Física; agricultor; Iretama - PR	Pessoa Física; lavrador; casado; Iretama - PR	O requerente solicita a citação do requerido, na condição de avalista, pelo não pagamento de acordo com o que tinha sido previsto. Por fim, houve a desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	16/12/1974
18/10/1974	1210/74	Executiva		Pessoa Jurídica; Maringá - PR	Pessoa Física; lavradora; casada; Corumbataí do Sul - PR	O requerente é credor do requerido e solicita o pagamento no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve a desistência da ação e composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	11/03/1975
18/10/1974	1212/74	Executiva		Pessoa Física; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido em função de efetuado pelo requerido sem que houvesse o devido pagamento. Por fim, houve a desistência da ação e composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	22/06/1977

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/10/1974	1219/74	Executiva		Pessoa Física; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; lavrador; casado	O requerente é credor do requerido em função de empréstimo que não foi pago conforme o estabelecido. O requerente solicita o pagamento no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve a homologação da desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	08/09/1975
22/10/1974	1220/74	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; do comércio; Barbosa Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido devido a compra de produtos que não foram pagos. Por fim, houve a homologação da desistência da ação e composição amigável.	Homologada a desistência da ação, em função de acordo amigável.	17/01/1975
22/10/1974	1221/74	Executiva		Pessoa Física; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida, acrescida de juros e correções monetárias, tendo o mesmo o prazo de 24 horas para executá-la, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve a homologação da desistência da ação e composição amigável entre as partes.	Homologada desistência da ação.	27/01/1975
23/10/1974	1223/74	Notificação		Pessoa Física; agricultor; casado; São José do Ivaí - PR	Pessoa Física; do comércio; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido referente a empréstimo para a compra de implementos agrícolas, sem que tenha sido efetivado o pagamento. Por fim, houve a homologação da sentença e composição amigável entre as partes.	Homologada a ação.	09/01/1975
23/10/1974	1228/74	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; agricultora; viúva	O requerente solicita o pagamento de empréstimo feito ao requerido para executar a hipoteca de sua propriedade rural. Solicita-se o pagamento, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve a homologação da desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	02/06/1975
24/10/1974	1229/74	Executiva		Pessoa Física; lavrador; casado; Paraguaçu - PR	Pessoa Física; do comércio; casado	O requerente é credor do requerido em função da compra de materiais de construção sem que houvesse o devido pagamento. Por fim, houve a homologação da desistência da ação em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	18/02/1975
25/10/1974	1237/74	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido em função do não pagamento de produtos farmacêuticos adquiridos, sendo o débito acrescido de juros e correções. Por fim, houve a execução da dívida.	Homologada efetivação dos débitos em questão.	19/02/1975
25/10/1974	1238/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; Londrina - PR	Pessoa Física; agricultor; casado; Palmital - PR	O requerente é credor do requerido em função de empréstimo feito ao requerido, tendo sido pagas apenas 9 das 24 parcelas combinadas. Por fim, houve a desistência da ação, devido à execução da dívida.	Homologada a desistência da ação.	13/11/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/10/1974	1246/74	Cobrança		Brasileiro; do comércio; casado	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor requerido tendo em vista a compra de trator cujo pagamento não foi efetuado. Por fim, houve desistência da ação, uma vez que não foi possível a citação do devedor.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	29/07/1975
30/10/1974	1256/74	Notificação		Brasileiro; do comércio; casado	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento referente a duas safras, assim como estabelecido no contrato de parceria agrícola.	Deferida a solicitação de notificação judicial.	19/11/1974
30/10/1974	1263/74	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por Cédula Rural Pignoratícia. No curso dos autos, foi requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	20/10/1975
30/10/1974	1265/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado	Brasileiros; do comércio; casado	O requerente solicita citação dos requeridos para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento da quantia de Cr$ 6.000,00, acrescidos de juros, sob pena de penhora de bens. Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Deferida a solicitação de desistência da execução.	24/04/1975
30/10/1974	1266/74	Executiva		Brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento da importância de Cr$ 34.471,42, acrescidos de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da execução.	Homologado o pedido de desistência da execução.	09/01/1975
31/10/1974	1270/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento da quantia de Cr$ 17.480,00, acrescidos de juros, sob pena de penhora de bens. Houve desistência da execução, em função da composição amigável entre as partes.	Homologada a solicitação de desistência da execução.	27/06/1975
05/11/1974	1283/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão de veículo, já que o réu adquiriu um financiamento junto ao requerente e não efetuou o pagamento das parcelas estipuladas pelo contrato. Por fim, houve composição amigável entre as partes e desistência da ação.	Deferida desistência da ação.	23/02/1976
05/11/1974	1287/74	Pedido de Baixa na Distribuição		Brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita averbação de distribuição de carta precatória de penhora, oriunda da 1° Vara Cível da Comarca de Maringá.	Deferida a solicitação.	29/11/1974
07/11/1974	1289/74	Notificação		Brasileiro; lavrador; casado	Brasileiro; lavrador; casado; Boa Esperança - PR	O requerente solicita notificação do requerido de que seu contrato não será renovado e que, a partir do dia marcado como término do prazo contratual, o requerido deverá entregar o imóvel que recebeu a título de parceria.	Homologado o pedido de notificação.	14/02/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
07/11/1974	1290/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiros; do comércio e do lar; casados	O requerente solicita citação dos requeridos para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento de débito ou que nomeie bens a penhora. Por fim, houve desistência da execução, em função do pagamento realizado pelos requeridos durante o trâmite do processo.	Homologado pedido de desistência da ação.	20/08/1975
08/11/1974	1293/74	Falência		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja realizado o pagamento da importância de Cr$ 25.000,00 acrescidos de juros, sob pena de ser-lhe decretada a falência, conforme lei falimentar. Por fim, houve desistência da solicitação de falência.	Homologada desistência do pedido de falência.	25/11/1976
11/11/1974	1297/74	Busca e Apreensão	Art. 798 e 839 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Brasileiro; casado	O requerente solicita busca e apreensão da nota promissória vencida, que se encontra para protesto no Cartório de Protestos como medida preparatória para a ação competente de anulação. Por fim, houve desistência da ação.	Deferido pedido de desistência da busca e apreensão de título.	13/01/1975
11/11/1974	1299/74	Executiva	Art. 580, 585, 652 e 653 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja realizado o pagamento da importância de Cr$ 10.000,00 acrescidos de juros, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da execução, em função de composição amigável entre as partes.	Deferida a solicitação de desistência da execução.	16/11/1974
11/11/1974	1300/74	Executiva	Art. 580, 585, 652 e 653 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento da quantia de Cr$ 4.871,00 acrescidos de juros, ou que indique bens à penhora. Tendo em vista o pagamento do débito, houve desistência da execução.	Homologado o pedido de desistência da execução.	20/01/1975
13/11/1974	1303/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária, afirmando não possuir condições para pagar os honorários de um advogado.	Solicitação concedida.	18/11/1974
13/11/1974	1304/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileiro; servente de pedreiro; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária gratuita.	Solicitação concedida.	14/11/1974
13/11/1974	1309/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão de bens adquiridos por financiamento realizado junto ao requerente, já que o requerido não efetuou o pagamento das prestações necessárias. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	30/01/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/11/1974	1315/74	Cobrança		Brasileiro; agricultor; casado	Brasileiro; lavrador; casado	O requerente solicita a citação do requerido, para que execute o pagamento de seu débito, acrescido de juros, custas judiciais e demais cominações. Não tendo sido possível localizar o devedor, houve a desistência da ação.	Deferida a desistência da ação.	26/12/1975
14/11/1974	1317/74	Executiva		Pessoa Física	Brasileiros; agricultores; casados	O requerente solicita aos requeridos o pagamento de seu débito no prazo de 24 horas, acrescido de juros, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve desistência da execução, em função dos requeridos liquidarem seus débitos.	Homologada desistência da execução.	15/02/1975
14/11/1974	1319/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiros; do comércio; casados; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido pagamento do débito representado por uma duplicata, no prazo de 24 horas. Considerando o pagamento realizado pelo requerido, o processo foi extinto pelo Juiz.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	27/03/1975
14/11/1974	1322/74	Executiva		Brasileiro; agricultor; casado	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita a citação do requerido para que, no prazo de 24 horas, pague a importância de Cr$ 6.500,00, acrescidos de juros, sob pena de penhora de bens. Houve composição amigável entre as partes e desistência da ação.	Homologada a desistência da execução.	03/03/1975
14/11/1974	1323/74	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Brasileiros; casados; Goioerê - PR	Brasileiros	O requerente solicita notificação dos requeridos para que compareçam ao escritório de seu advogado e procedam ao pagamento de dívida, sob pena de procedimentos judiciais.	Homologado o pedido de notificação judicial.	26/12/1974
14/11/1974	1324/74	Notificação		Brasileiro; motorista; solteiro	Brasileiros; do comércio; solteiros	O requerente solicita aos requeridos a desocupação de prédio devido a falta de pagamento do imóvel, sob pena de ser proposta contra os mesmos a ação principal. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	12/12/1974
18/11/1974	1333/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita ao requerido pagamento do débito, no prazo de 24 horas, ou que nomeie bens a penhora. No trâmite da ação, houve composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	26/01/1976
18/11/1974	1334/74	Executiva		Brasileiro; funcionário público municipal; casado	Brasileiro; lavrador; casado	O requerente solicita a citação dos requeridos, para que efetuem o pagamento de seu débito no valor de Cr$ 5.000,00 no prazo de 24 horas. Por fim, houve desistência da execução, em função do pagamento da dívida.	Homologada desistência da execução.	19/02/1975
19/11/1974	1340/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita busca e apreensão dos bens descritos no processo, uma vez que o requerido não efetuou o pagamento do financiamento em tempo determinado. Houve desistência da ação de busca e apreensão, em função de composição amigável entre as partes e o pagamento do total do débito.	Homologada desistência da ação.	02/05/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/11/1974	1341/74	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Brasileiro; do comércio; solteiro	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	17/03/1975
19/11/1974	1342/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Brasileiros; casados; lavradores	O requerente solicita a citação dos requeridos para que, no prazo de 24 horas, seja efetuado o pagamento do débito ou que nomeiem bens a penhora. Por fim, houve desistência da execução.	Houve desistência da execução.	30/05/1975
20/11/1974	1344/74	Executiva		Libanês; do comércio; casado	Libanês; do comércio; casado	O requerente solicita citação do requerido, para que pague em 24 horas seus débitos acrescidos de juros, ou que nomeie bens a penhora. Por fim, houve desistência da execução.	Homologada desistência da execução.	21/05/1975
20/11/1974	1348/74	Cancelamento de Protesto		Brasileiro; do comércio; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente solicita cancelamento de protesto de título, protestado pelo Cartório Privativo de Registros de Títulos, Documentos e Protesto de Campo Mourão - PR.	Averbação do pagamento.	28/11/1974
20/11/1974	54/74	Carta Precatória		Pessoa Física; do comércio; casado; Maringá - PR	Pessoa Física; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de débito. Como não houve o pagamento, os bens do mesmo foram penhorados. Por fim, houve composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação em função de acordo amigável entre as partes.	31/05/1976
22/11/1974	1358/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita benefício da justiça gratuita, em razão de pretender acionar ação de desquite.	Solicitação concedida.	25/11/1974
22/11/1974	1359/74	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias regulamentares a que tem direito, a partir do mês de dezembro de 1974, conforme escala já aprovada pelo Juiz.	Solicitação concedida.	26/11/1974
22/11/1974	1360/74	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias regulamentares a que tem direito, no mês de dezembro de 1974, conforme escala já elaborada pelo Juiz.	Solicitação concedida.	22/11/1974
26/11/1974	1364/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade de justiça, pois pretende mover ação de anulação de casamento ou desquite.	Solicitação concedida.	28/11/1974
26/11/1974	1370/74	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	A requerente é credora do requerido do valor de Cr$ 5.600,00, representado por notas promissórias vencidas. Solicita ao requerido que efetue o pagamento em 24 horas, sob pena de penhora de bens.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/10/1975
27/11/1974	1375/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça, já que pretende mover ação de desquite.	Solicitação concedida.	29/11/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
27/11/1974	1379/74	Despejo		Brasileiro; contador; casado	Brasileira; do comércio; viúva	O requerente solicita promover ação de despejo por falta de pagamento. Por fim, houve desistência do pedido de despejo.	Homologada desistência do pedido de despejo.	28/02/1975
28/11/1974	1391/74	Executiva		Brasileiro; do comércio; casado; Mamborê - PR	Brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento do débito, representado por nota promissória, no prazo de 24 horas. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	24/01/1975
02/12/1974	1396/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício de justiça gratuita, para que possa pleitear alimentos de seu marido, já que não possui condições de efetuar despesas judiciais.	Solicitação concedida.	04/12/1974
04/12/1974	1414/74	Notificação		1) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Maringá - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Maringá - PR; 3) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Umuarama - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casados; Borbônia - PR	Os requerentes, proprietários de terra, firmaram contrato de parceria agrícola com os requeridos por um ano. Não tendo mais interesse em renovar o contrato, solicitam notificação aos requeridos para que deixem o local.	Homologada por sentença a notificação judicial.	30/12/1974
05/12/1974	1417/74	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias para o período de 20/12/1974 a 20/01/1975.	Pedido de férias concedido.	09/12/1974
05/12/1974	1423/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; solteiro	O requerente solicita pagamento do débito do requerido no prazo de 24 horas, acrescido de juros, custas de protesto, bem como honorários advocatícios a serem fixados no plano, sob pena de penhora de bens. Tendo em vista o pagamento, foi extinto o processo de execução.	Julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	09/12/1974
05/12/1974	1427/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito no prazo assinado por lei, sob pena de haver a garantia da dívida com os bens hipotecados. Por fim, houve desistência da execução.	Homologada desistência da execução.	09/01/1976
05/12/1974	1429/74	Cobrança	Art. 275 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica	Brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita a citação do requerido, para que compareça a audiência designada para apresentar sua defesa, sob pena de revelia, e que o requerido seja afinal condenado ao pagamento do débito acrescido de juros e demais cominação legais. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	21/01/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/12/1974	1435/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado	O requerente solicita a citação dos requeridos, a fim de que paguem em 24 horas o valor de Cr$ 5.300,00, sob pena de penhora de bens. Por fim, o requerente desiste da execução.	Homologado o pedido de desistência da execução.	26/11/1975
06/12/1974	1440/74	Tutela		Lavrador; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita tutela, porque o menor não possui outros parentes domiciliados nesta cidade. Por fim, o requerente desiste do pedido de tutela.	Homologado o pedido de desistência de tutela.	21/11/1975
11/12/1974	1454/74	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; casado; carpinteiro	Pessoa Física; brasileiros; lavradores; Campo Mourão - PR	O requerente firmou contrato de parceria agrícola e pastoril com os requeridos, e deseja notificá-los do não interesse de renovar o contrato, devendo os requeridos deixarem a propriedade quando do término do período previsto.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	17/01/1975
11/12/1974	1455/74	Executiva		Pessoa Física; do comércio	Pessoa Física; agricultor; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de Cr$ 10.087,00. Por fim, houve desistência da execução.	Homologada desistência da execução.	17/01/1975
11/12/1974	1460/74	Cobrança		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Agricultor; casado; Figueira D'Oeste - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento da importância de Cr$ 490,00.	Julgada extinta a ação.	18/11/1975
12/12/1974	1463/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento da importância de Cr$ 440,00 no prazo de 24 horas. Por fim, houve desistência da ação.	Houve desistência da ação.	09/09/1976
12/12/1974	1464/74	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento referente ao financiamento para investimento fixo e aquisição de insumos modernos, representado por cédula rural.	Homologado por sentença a ação e baixa na distribuição.	22/07/1975
12/12/1974	1465/74	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; argentino; do comércio	O requerente solicita ao requerido o pagamento da quantia de Cr$ 8.000,00, no prazo de 24 horas. Por fim, houve composição amigável e pagamento pelo requerido.	Desentranhamento dos títulos que acompanham a inicial do documento de fls. 5/6 e entregar ao interessado.	19/08/1975
12/12/1974	1466/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica	A requerente solicita benefício da justiça gratuita, a designação de um bacharel para acompanhar a audiência de conciliação, sob pena de confesso e revelia.	Solicitação concedida.	16/12/1974
16/12/1974	1477/74	Reivindicatória		1) Brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR; 2) Brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Brasileiros; ele motorista e ela do lar; casados	Os requeridos ocupavam bens sem título que justificasse sua posse. Sendo assim, os requerentes solicitam que, no prazo de quinze dias, os requeridos apresentem contestação no presente auto.	Homologada por sentença a ação.	14/03/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
16/12/1974	1481/74	Pedido de Férias		Serventuário da justiça	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias no período de 01 a 30 de janeiro de 1975.	Pedido deferido.	16/12/1974
16/12/1974	1483/74	Cobrança		Pessoa Jurídica; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; lavrador; casado; Piquirivaí - PR	O requerente solicita a ação contra o requerido em função do não pagamento de mercadorias adquiridas no estabelecimento do requerente. O requerido alegou não ter conhecimento referente ao débito. Por fim, houve a homologação da desistência da ação e composição amigável.	Homologada a desistência da ação.	21/07/1976
17/12/1974	1484/74	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias regulamentares a que tem direito.	Pedido deferido.	02/01/1975
17/12/1974	1488/74	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária gratuita, com justificativa de requerer indenização referente a metade dos bens adquiridos pelo cônjuge durante a convivência matriarcal.	Solicitação concedida.	20/12/1974
18/12/1974	1493/74	Pedido de Férias		Oficial de justiça	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias regulamentares a que tem direito, de acordo com a escala, referente ao exercício de 1974, cujo o período estabelecido era de 01 a 30 de janeiro de 1975.	Pedido concedido.	31/12/1974
18/12/1974	1494/74	Pedido de Férias		Pessoa Física; oficial de justiça da Vara Civil	Pessoa Física	O requerente solicita férias a que tem direito.	Pedido concedido.	31/12/1974
18/12/1974	1496/74	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Física	O requerente solicita alvará judicial para venda da parte que cabe aos menores no imóvel. Solicitação concedida, nas circunstâncias de depósito em poupança para os menores.	Pedido concedido.	13/08/1975
18/12/1974	1497/74	Alvará		Pessoa Física; brasileira; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física	O requerente solicita autorização para liberação de quantia que se encontra em Banco e que lhe pertence por direito.	Pedido concedido.	23/12/1974
18/12/1974	1499/74	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro, Jaraguá do Sul - SC	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Roncador - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dívida acrescida de juros e taxas no prazo de 24 horas.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	17/01/1975
18/12/1974	1502/74	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Farol - PR	O requerente é credor de importância representada por cheque, devolvido por falta de fundo. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	26/01/1976
18/12/1974	1507/74	Executiva	Art. 580, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; funcionário público municipal; casado; Juranda - PR	Pessoa Física; brasileiro; mecânico; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o requerido era avalista. Por fim, foi requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	04/05/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/12/1974	1508/74	Executiva	Art. 580, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	A requerente estabeleceu contrato de abertura de crédito em conta corrente com limite rotativo, para garantir cobertura de cheques do requerido, porém este acabou por exceder a quantidade de cheques que poderiam ser emitidos, ficando devedor da casa bancária. Por fim, a ação foi julgada extinta por falta de pagamento dos honorários advocatícios e processuais.	Julgada extinta a ação.	13/05/1975
18/12/1974	1513/74	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente estabeleceu contrato de compra e venda com o requerido, referente a determinada área de terra de posse do requerente. O requerido não efetuou o pagamento da dívida, representada por nota promissória. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologada por sentença a notificação judicial.	24/01/1975
18/12/1974	1515/74	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente firmou contrato de locação com o requerido, o qual não procedeu ao pagamento dos aluguéis.	Homologada por sentença a notificação judicial.	23/01/1975
20/12/1974	1521/74	Homologação		Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é funcionário e solicita homologação da opção pelo regime de FGTS, com efeito retroativo.	Homologada por sentença a opção pelo FGTS.	23/12/1974
20/12/1974	1522/74	Homologação		Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é funcionário e solicita homologação da opção pelo regime de FGTS, com efeito retroativo.	Homologada por sentença a opção pelo FGTS.	23/12/1974
20/12/1974	1523/74	Homologação		Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é funcionário e solicita homologação da opção pelo regime de FGTS, com efeito retroativo.	Homologada por sentença a opção pelo FGTS.	23/12/1974
20/12/1974	1525/74	Executiva	Art. 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Goioerê - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casados; Mamborê - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	24/01/1975
20/12/1974	Não consta.	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	A requerente solicita férias regulamentares a que tem direito.	Solicitação concedida.	21/12/1974

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/12/1974	1531/74	Interdito Proibitório		1) Pessoa Física; brasileiro; serventuário de justiça; Aquidaban - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; serventuário de justiça; Aquidaban - PR; 3) Pessoa Física; brasileira; do lar; Aquidaban - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador e do lar; casados; Mamborê - PR	Os requerentes são donos de propriedade de terra, do qual estão sendo impedidos de explorá-la, visto que o requerido tem feito ameaças de morte para quem adentrar o local. Por fim, as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	21/07/1976
24/12/1974	1533/74	Executiva	Art.652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	17/06/1975
26/12/1974	1534/74	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Araruna - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/07/1977
26/12/1974	1537/74	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; oficial Maior	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias, conforme escala estabelecida pelo Juiz.	Pedido concedido.	27/12/1974
26/12/1974	1538/74	Pedido de licença		Pessoa Física; brasileiro; escrevente juramentada	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita licença para fins de tratamento de saúde, requerendo também que se designe nomear um substituto.	Solicitação concedida.	26/12/1974
27/12/1974	1539/74	Busca e Apreensão	Art. 15 da Lei 5.849/68	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente é avó da menor, a qual criou desde os quatro meses de idade, quando os pais da menor se separaram. Depois de 15 anos, a mãe da mesma apareceu e levou a menor, e, segundo informações, estão residindo em um prostíbulo. Por fim, a requerida devolveu a criança, sendo a ação julgada sem objeto.	Julgada extinta a ação tendo em vista a devolução da menor.	16/05/1975
27/12/1974	1540/74	Executiva	Art. 762 da Lei 5.869/73; Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; do comércios; casados; Janiópolis - PR	A requerente firmou contrato de financiamento com o requerido, que pagou somente 13 das 36 parcelas acordadas. Por fim, foi requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/02/1975

Processos

1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/01/1975	04/75	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias, conforme calendário.	Solicitação concedida.	06/01/1975
06/01/1975	05/75	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Bredápolis - PR	O requerente solicita busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão, bem como baixa na distribuição.	Homologada desistência da ação.	22/07/1975
06/01/1975	16/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	04/08/1975
06/01/1975	17/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, tendo sido a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	15/10/1975
07/01/1975	22/75	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias, conforme escala estabelecida pelo Juiz.	Pedido concedido.	08/01/1975
08/01/1975	26/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; paraguaia; costureira; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça, para promover ação de pensão alimentícia.	Solicitação concedida.	13/01/1975
08/01/1975	27/75	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é tio do menor e solicita tutela, visto que o menor não possui outros parentes domiciliados na cidade. O menor deseja contrair matrimônio, necessitando da autorização de um responsável.	Homologado pedido de desistência da ação.	16/06/1975
10/01/1975	46/75	Cobrança		Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita que o requerido proceda ao pagamento de dívida gerada por ser locatário de determinado imóvel. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação, bem como o pedido de baixa na distribuição.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	06/11/1975
10/01/1975	48/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	03/11/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
10/01/1975	49/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo julgada extinta a ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	18/10/1976
10/01/1975	50/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Houve desistência da ação, tendo em vista o pagamento.	22/10/1975
15/01/1975	59/75	Cobrança	Art. 277 e 278 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Rio de Janeiro - RJ	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente é credor do requerido de valor representado por duplicata, já vencida. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	20/11/1975
15/01/1975	60/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite.	Solicitação concedida.	16/01/1975
15/01/1975	63/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Jaú - SP	Pessoa Física; brasileiro; comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, fora julgada extinta o objeto da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	03/03/1975
18/01/1975	58/75	Interpelação		Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita intervenção judicial, visto que o requerido transferiu para ele determinada propriedade, sem antes ter terminado de pagar a dívida.	Não consta.	Não consta.
20/01/1975	74/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Osasco - SP	Pessoa Física; brasileiro; contador; casado; Luiziana - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo julgada extinta a ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	26/11/1975
20/01/1975	75/75	Executiva	Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; contador; casado	O requerente é credor de importância representada por notas promissórias, já vencidas. No curso dos autos, solicitou-se a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	08/01/1976
20/01/1975	77/75	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor de importância representada por notas promissórias, já vencidas. No curso dos autos, solicitou-se a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	27/06/1975
20/01/1975	78/75	Executiva	Art. 653 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor de importância representada por notas promissórias, já vencidas. No curso dos autos, solicitou-se a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	12/06/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
20/01/1975	80/75	Executiva	Art. 653 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente é credor de importância representada por notas promissórias, já vencidas. No curso dos autos, solicitou-se a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	08/09/1976
22/01/1975	92/75	Cobrança	Art. 275 e 285 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente é credora do requerido de dívida expressa por duplicada, já vencida. A dívida provém da compra de peças e acessórios. Por fim, foi homologado o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	09/05/1975
22/01/1975	96/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; casado; operário; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária, para solicitar alvará judicial.	Solicitação concedida.	23/01/1975
22/01/1975	98/75	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Homologada desistência da ação de busca e apreensão.	22/07/1975
24/01/1975	107/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; auxiliar de Escritório; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	18/05/1976
27/01/1975	117/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, foi requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	13/03/1975
28/01/1975	121/75	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita baixa na distribuição de ação de indenização movida contra ele.	Pedido deferido.	30/01/1975
28/01/1975	124/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Umuarama - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo requerida a baixa na distribuição.	Homologado por sentença o pagamento da dívida.	14/04/1975
28/01/1975	125/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Umuarama - PR	Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo a ação julgada extinta.	Homologada por sentença a extinção da ação.	24/03/1976
29/01/1975	126/75	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente moveu a ação de despejo alegando atraso nos aluguéis pactuados. A requerida sustentou que o atraso era devido a acordo verbal entre as partes. Todavia, procedeu ao pagamento da dívida, solicitando baixa na distribuição.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	06/05/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
31/01/1975	148/75	Protesto	Art. 864 da Lei 5.869/73	Brasileiro; Campo Mourão - PR	Brasileiro; casado; São Paulo - SP	Os requerentes solicitam o Protesto Contra Alienação de Bens, visto que o requerido alienou o imóvel destes, para que o lucro fosse dividido entre eles. Porém este agiu de má fé comprando outra propriedade para si. Passados os anos, os requerentes moveram a ação para protestar a alienação do imóvel vendido. Por fim, foi solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	12/08/1976
03/02/1975	128/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor e do lar; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia e hipotecária. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	19/06/1975
03/02/1975	131/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por Discriminativo de Dívida Fiscal. No curso dos autos, a parte requerida procedeu ao pagamento, sendo julgada extinta a ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	04/04/1975
03/02/1975	135/75	Busca e Apreensão	Art. 20 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Pedido indeferido.	23/04/1976
03/02/1975	136/75	Busca e Apreensão	Art. 20 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita pagamento de dívida, de busca e apreensão requerida por consórcio nacional, podendo fazer acordo, desistir, transigir e todos os demais atos que se fizerem necessários para o exercício do presente mandado.	Pedido indeferido.	23/04/1976
03/02/1975	137/75	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente.	Julgada extinta a ação, tendo em vista a apreensão do bem.	09/10/1975
03/02/1975	138/75	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	11/07/1975
03/02/1975	139/75	Executiva	Art. 580, 585 e 640 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/12/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
03/02/1975	150/75	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador	Pessoa Física; brasileira; lavradora; viúva; Campo Mourão - PR	O requerente firmou com o requerido parceria agrícola de fazenda na qual o requerido é proprietário, porém este deseja retomar o imóvel para explorá-lo diretamente antes do término do contrato.	Homologado por sentença o pedido de notificação judicial.	07/03/1975
04/02/1975	153/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casados; Araruna - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida, da qual o requerido era avalista.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	30/07/1975
04/02/1975	154/75	Executiva		Brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultores e elas do lar; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia e hipotecária já vencida. No curso dos autos, foi requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	07/08/1975
04/02/1975	159/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente moveu a ação por demitir-se da firma que trabalha por causa de acidente sofrido. Ocorre que não se recuperou totalmente e está desempregado. Como contribuinte do FGTS, solicita alvará para liberação de quantia que se encontra em banco.	Julgado procedente o pedido de alvará judicial.	12/03/1975
05/02/1975	162/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duas notas promissórias, já vencidas. Por fim, foi requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	08/05/1975
06/02/1975	164/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação indenizatória.	Solicitação concedida.	12/02/1975
07/02/1975	169/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/10/1975
07/02/1975	173/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para solicitar notificação judicial.	Solicitação concedida.	12/02/1975
12/02/1975	175/75	Cancelamento de Protesto		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente moveu a ação solicitando cancelamento de protesto, pois o devedor procedeu ao pagamento.	Homologado por sentença o cancelamento de protesto.	20/02/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/02/1975	176/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por cheque devolvido por falta de fundos. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	18/03/1975
12/02/1975	179/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, o requerente solicitou a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/11/1975
13/02/1975	182/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	1) Brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR; 2) Brasileira; do comércio; casada; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por notas promissórias, já vencidas. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	07/04/1975
17/02/1975	187/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cheque vencido. No curso dos autos, o requerente solicitou a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	27/09/1976
18/02/1975	205/75	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Luiziana - PR	O requerente firmou com o requerido contraio de compra e venda de imóvel, tendo o mesmo pago a metade da dívida, o resto seria pago por prestações, porém a primeira já está vencida. O requerente solicita que o requerido seja notificado e proceda ao pagamento. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	01/04/1975
18/02/1975	208/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará judicial para receber quantia que se encontra em banco, depositada pela mãe do requerente enquanto este ainda era menor.	Julgado procedente o pedido de alvará judicial.	25/02/1975
18/02/1975	211/75	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente possui um lote de terras, que está sendo ocupado pelo requerido, sem que este pague o arrendamento da terra, gerando prejuízos para o requerente. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	01/04/1975
18/02/1975	212/75	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Fênix - PR	O requerente firmou contrato de parceira para o tratamento de covas de café, e para isso efetuou um adiantamento em dinheiro. Ocorre que o requerido acabou cortando muitos pés de café, entre outras atitudes que acabou destruindo as plantas, contrariando o que havia sido acordado.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	20/05/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/02/1975	213/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado; Cascavel - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação civil.	Solicitação concedida.	19/02/1975
18/02/1975	214/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de assunto conjugal.	Solicitação concedida.	27/02/1975
19/02/1975	216/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo; Borrazópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente, representando seus filhos menores, solicita autorização para, em nome deles, dar/vender propriedade de terra.	Julgado procedente o pedido de alvará judicial.	03/04/1975
19/02/1975	220/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Paranavaí - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/02/1976
20/02/1975	223/75	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Brasileiro; do comércio; casado; Barbosa Ferraz - PR	Brasileiro; agricultora; casada; Campo Mourão - PR	O requerente estabeleceu contrato de arrendamento de terras com a requerida, que acabou por vender a terra.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	21/05/1975
20/02/1975	226/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover investigação de paternidade.	Solicitação concedida.	24/02/1975
21/02/1975	227/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/08/1975
21/02/1975	230/75	Executiva	Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Brasília - DF	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	23/04/1975
24/02/1975	233/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; mecânico; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; bancário; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de importância representada por cheque. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	29/09/1975
24/02/1975	235/75	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Cantuzinho - PR	Pessoa Física; brasileiro; casados; Campo Mourão - PR	O requerente adquiriu um lote dos requeridos, porém, quando foram firmar a escritura definitiva, o requerido foi informado que pesava sobre o imóvel ônus, junto a casa bancária. Portanto, o requerido está impedido de transcrever a escritura, pois é necessário que a dívida seja paga no banco.	Não consta.	02/04/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/02/1975	238/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover alvará judicial.	Solicitação concedida.	26/02/1975
24/02/1975	243/75	Executiva	Art. 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultores; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia e notas promissórias já vencidas. No curso dos autos, o requerente solicitou a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	08/08/1977
25/02/1975	244/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	27/02/1975
25/02/1975	249/75	Busca e Apreensão	Art. 3 do Decreto-Lei 911/60	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo amigável, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	17/11/1975
25/02/1975	250/75	Busca e Apreensão	Art. 3 do Decreto-Lei 911/60	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Luiziana - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	27/05/1975
25/02/1975	252/75	Executiva	Art. 580, 585 e 614 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; mecânico; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio e lavrador; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Houve desistência da ação, tendo em vista o pagamento.	28/04/1975
25/02/1975	253/75	Executiva	Art. 580, 585 e 614 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; português; do comércio; casado; Maringá - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; bancário; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cheque devolvido por falta de fundos. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	24/07/1976
26/02/1975	259/75	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente moveu a ação de despejo alegando atraso nos aluguéis pactuados. A requerida sustentou que o atraso era devido a acordo verbal entre as partes. Todavia, desocupou voluntariamente o imóvel, ficando a ação sem objeto.	Julgado procedente o pedido de despejo.	28/04/1975
27/02/1975	267/75	Executiva	Art. 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultores; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	24/10/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
27/02/1975	268/75	Executiva	Art. 659 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	1) Pessoa Física; casado; 2) Pessoa Física; solteiro	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado o pedido de desistência da ação.	24/10/1975
28/02/1975	270/75	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 4.728/65	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Mamborê - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/07/1975
28/02/1975	271/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Curitiba - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Mamborê - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Maringá - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado o pedido de desistência da ação.	05/12/1975
28/02/1975	273/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, a requerida entrou em falência, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	04/05/1976
03/03/1975	278/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor e do lar; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada cédula rural pignoratícia e Hipotecária, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, solicitou-se a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	25/04/1975
03/03/1975	282/75	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido baixa na distribuição de Ação Executiva Fiscal movida contra ele, porém já liquidada. A falta da baixa na distribuição tem impedido financiamento bancário.	Pedido deferido.	26/08/1975
04/03/1975	287/75	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio e lavrador; casado; Araruna - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por Contrato de Arrendamento. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	03/10/1977
06/03/1975	299/75	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; economista; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; encanador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente está construindo prédio, e contratou o requerido para fazer os serviços de encanamento. No contrato, firmaram que o requerido receberia determinada quantia no inicio da obra e o restante no final. O requerido já recebeu a primeira parcela do pagamento, porém o mesmo se mostra com vontade de abandonar a obra, o que tem causado grandes transtornos para o requerente.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	11/04/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/03/1975	302/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de busca e apreensão e alimentos contra seu companheiro.	Solicitação concedida.	10/03/1975
10/03/1975	303/75	Despejo		Pessoa Jurídica; brasileira; desquitada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente move ação de despejo alegando atraso nos aluguéis pactuados. O requerido sustentou que o atraso era devido a acordo verbal entre as partes. As partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	24/04/1975
10/03/1975	307/75	Despejo		Pessoa Física; brasileira; desquitada; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente move ação de despejo alegando atraso nos aluguéis pactuados. O requerido sustentou que o atraso era devido a acordo verbal entre as partes. As partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	25/04/1975
10/03/1975	309/75	Executiva	Art. 32, 43 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Osasco - SP	1) Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	30/12/1975
10/03/1975	310/75	Busca e Apreensão	Art. 3 do Decreto-Lei 911/60	Pessoa Física; brasileiro; casado; Osasco - SP	Pessoa Física; brasileiro; viajante; solteiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	25/07/1975
10/03/1975	312/75	Busca e Apreensão	Art. 3 do Decreto-Lei 911/60	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; Farol - PR	O requerente solicita busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	15/06/1976
10/03/1975	316/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	27/11/1975
10/03/1975	317/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	14/03/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/03/1975	320/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	26/09/1975
12/03/1975	329/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	15/07/1977
12/03/1975	330/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/11/1977
12/03/1975	345/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	19/05/1975
12/03/1975	348/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/11/1975
12/03/1975	352/75	Executiva	Art. 614 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor e do comércio; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	18/04/1975
12/03/1975	358/75	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Carazinho - RS	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mamborê - PR	O requerente adquiriu propriedade rural e abriu estrada alternativa para chegar à via pública, porém o requerido, que é vizinho de cerca, o está impedindo de passar pela mesma.	Homologado por sentença o pedido de notificação judicial.	30/04/1975
14/03/1975	369/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	25/07/1977
14/03/1975	370/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Ponta Grossa - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; casados; Mamborê - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	26/07/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/03/1975	372/75	Notificação	Art. 872 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casados; Campo Mourão - PR	As partes firmaram acordo verbal para arrendamento de propriedade rural por três meses, porém já se esgotou o prazo combinado e os requeridos ainda não saíram da terra.	Homologado por sentença o pedido de notificação judicial.	11/04/1975
17/03/1975	379/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; mecânicos; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	26/02/1976
17/03/1975	380/75	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; Boa Esperança - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	19/05/1975
18/03/1975	387/75	Busca e Apreensão		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita busca e apreensão dos 7 filhos menores que se encontram ilegalmente retidos pelo ex-companheiro. Por fim, houve o pedido de desistência da ação, pois a requerente alega não ter condições de criar os filhos.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	27/08/1975
18/03/1975	392/75	Revogação		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente conferiu à requerida, na condição de advogado, o inventário do pai falecido, mas os autos já estão correndo com outro advogado procurado da requerida, por isso necessita da revogação da procuração. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	17/04/1975
18/03/1975	396/75	Executiva	Art. 580, 583, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	17/04/1975
18/03/1975	401/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; carpinteiro; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação ordinária de indenização.	Solicitação concedida.	21/03/1975
21/03/1975	404/75	Executiva	Art. 580 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	11/09/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
21/03/1975	406/75	Executiva	Art. 580 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente é credora de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	23/06/1975
21/03/1975	411/75	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente estabeleceu contrato de locação de casa ao requerido, porém este está morando em outra cidade e sublocou o imóvel a seu cunhado, e os aluguéis não vêm sendo pagos devidamente, como combinado.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	21/05/1975
21/03/1975	414/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Luiziana - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Luiziana - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida. No curso dos autos, o requerido procedeu ao pagamento, sendo julgada extinta a ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	27/05/1976
21/03/1975	415/75	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Boa Esperança - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve o indeferimento da ação.	Pedido indeferido.	24/03/1975
21/03/1975	416/75	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Boa Esperança - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve o indeferimento da ação.	Pedido indeferido.	24/03/1975
21/03/1975	417/75	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Janiópolis - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve o indeferimento da ação.	Pedido indeferido.	24/03/1975
21/03/1975	418/75	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve o indeferimento da ação.	Pedido indeferido.	24/03/1975
21/03/1975	419/75	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; funcionário público; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	05/11/1976
21/03/1975	420/75	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve o indeferimento da ação.	Pedido indeferido.	24/03/1975
21/03/1975	424/75	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita suprimento de idade para realizar casamento, já que manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Suprimento de idade concedido.	21/05/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
21/03/1975	428/75	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita suprimento de idade para realizar casamento, já que manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Suprimento de idade concedido.	23/04/1975
21/03/1975	429/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Roncador - PR	O requerente solicita busca e apreensão de veículo, já que o réu adquiriu um financiamento junto ao requerente e não efetuou o pagamento das parcelas estipuladas pelo contrato. Por fim, houve composição amigável entre as partes e desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	02/09/1976
24/03/1975	436/75	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Cambira - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente move a ação representando seus filhos menores, para poder mover o dinheiro que se encontra em caderneta de poupança da cidade de Campo Mourão - PR, para a cidade de Apucarana - PR, bem como mudar o nome do titular da poupança.	Solicitação concedida.	16/04/1975
26/03/1975	450/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Apucarana - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de busca e apreensão contra seu marido.	Solicitação concedida.	01/04/1975
26/03/1975	454/75	Tutela	Art. 409 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente move a ação representando menor, do qual é avô. O menor perdeu os pais em acidente automobilístico, e o requerente solicita legalmente o direito de ser tutor do menor.	Julgado procedente o pedido de tutela.	05/05/1975
26/03/1975	457/75	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casados; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor e do lar; casados; Campo Mourão - PR	Os requerentes firmaram contrato de promessa de compra e venda, concordaram que a escritura definitiva de compra e venda seria outorgada por ocasião do último pagamento. Eles já efetuaram o pagamento da última parcela, porém os requeridos não efetivaram a escritura.	Homologado por sentença o pedido de notificação judicial.	22/05/1975
26/03/1975	458/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Arapongas - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, o requerido procedeu ao pagamento, sendo julgada extinta a ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	18/09/1975
26/03/1975	460/75	Busca e Apreensão	Art. 259 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/07/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
31/03/1975	462/75	Sequestro	Art. 19 do Decreto-Lei 167/67; Art. 796 a 825 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Curitiba - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR; 3) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Boa Esperança - PR; 4) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Boa Esperança - PR	Através de cédula rural pignoratícia e Hipotecária, o requerente concedeu aos requeridos crédito destinado ao financiamento de custeio de lavoura de café. A cédula já venceu e, para garantir a operação, foi constituída hipoteca de imóvel, porém os bens penhorados foram desviados. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	16/10/1975
02/04/1975	471/75	Indenização	Art. 384 e 1.540 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileira; do comércio; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente representa seus direitos e dos seus filhos menores e incapazes. Seu marido fora contratado pela empresa requerida, e acabou morrendo em acidente de trabalho. A requerente, para poder sustentar seus filhos, começou a trabalhar em determinada empresa na qual o sócio era o mesmo dono da empresa requerida, e este passou a manter relações sexuais com a requerente, sempre adiando a indenização do esposo falecido. Ao decorrer sete anos nessa situação, a requerente foi demitida e não recebeu o que lhe era de direito pelo acidente de seu esposo.	Homologado por sentença o acordo entre as partes.	19/04/1976
02/04/1975	476/75	Executiva	Art. 585 e 652 da Lei 5.869/73	Brasileiro; agricultor; casado; Peabiru - PR	Brasileiro; agricultor; viúvo; Borbônia - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/07/1975
03/04/1975	484/75	Executiva	Art. 580, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor de importância representada por cheque. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/10/1975
03/04/1975	487/75	Executiva	Art. 580, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Brasileiro; professor de educação física; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologando por sentença o pedido de desistência da ação.	16/10/1975
08/04/1975	498/75	Executiva	Art. 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	21/07/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
08/04/1975	503/75	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; proprietário; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Japonês; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente lavrou com o requerido Contrato de Arrendamento de terras, o requerido não demonstrou interesse de renovar o contrato, que já venceu, portanto o requerente solicita notificação ao requerido, para que desocupe o imóvel.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	28/05/1975
08/04/1975	507/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	23/05/1975
10/04/1975	509/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Santo André - SP	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Roncador - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	13/11/1975
10/04/1975	510/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Santo André - SP	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	16/06/1975
10/04/1975	513/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita liberação de alvará judicial para levantamento do FGTS.	Solicitação concedida.	20/06/1975
10/04/1975	514/75	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do lar; Boa Esperança - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	A requerente solicita notificação do requerido para outorgar escrita de determinado imóvel.	Homologada por sentença a notificação judicial.	08/05/1975
11/04/1975	517/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; doméstica; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos e indenizatória.	Solicitação concedida.	14/04/1975
11/04/1975	523/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	13/06/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/04/1975	528/75	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente estabeleceu contrato de compra e venda com o requerido, o qual não cumpriu o contrato, tendo arrancado plantas do terreno que estava sendo negociado. Acordaram também que o requerido construiria uma casa na propriedade adquirida, porém este deu fim nos materiais para construção. O requerente, portanto, deseja notificar o requerido sobre suas responsabilidades presentes no acordo que firmaram. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	23/07/1975
11/04/1975	530/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/04/1975
14/04/1975	535/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	08/05/1975
15/04/1975	537/75	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 5.478 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	16/04/1975
15/04/1975	539/75	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; lavrador e do lar; solteiros; Arapuan - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Os requerentes solicitam suprimento de idade para realizar casamento, já que manteve relações sexuais.	Suprimento de idade concedido.	27/05/1975
18/04/1975	550/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio e agricultor; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	26/06/1975
18/04/1975	554/75	Executiva		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Peabiru - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cheque devolvido por falta de fundos. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	27/08/1975
18/04/1975	555/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover alvará judicial.	Solicitação concedida.	18/04/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/04/1975	556/75	Executiva	Art. 566 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casados; Mamborê - PR	O requerente é credor dos requeridos de dívida representada por duas notas promissórias, já vencidas, da qual os segundos requeridos eram avalistas. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo amigável, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	18/07/1975
22/04/1975	557/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o pedido de assistência de justiça gratuita para fins judiciários não especificados no processo.	Solicitação concedida.	23/04/1975
22/04/1975	558/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita assistência de justiça gratuita para promover ação de alimentos contra seu marido.	Solicitação concedida.	23/04/1975
22/04/1975	559/75	Suprimento de Idade	Art. 214 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente move a ação representando sua filha menor, que foi desvirginada por seu namorado e este deseja contrair casamento com ela, porém estão impedidos legalmente pela menoridade da mesma.	Suprimento de idade concedido.	16/06/1975
23/04/1975	571/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor dos requeridos de dívida representada por nota promissória, já vencida. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	23/05/1975
23/04/1975	572/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita assistência de justiça gratuita para promover ação indenizatória contra seu companheiro.	Solicitação concedida.	25/04/1975
23/04/1975	575/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita assistência de justiça gratuita para promover ação indenizatória contra seu companheiro.	Solicitação concedida.	06/05/1975
25/04/1975	576/75	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Peabiru - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente foi admitido pela firma requerida, na função de latoeiro e pintor. A firma porém solicitou ao requerente que fizesse o serviço de solda, função que o mesmo não sabe desenvolver. Diante disso, a firma requerida o demitiu sem acerto. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo amigável e foi solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/10/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
25/04/1975	581/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Luiziana - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor dos requeridos de dívida representada por duas notas promissórias, já vencidas. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo amigável, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	18/01/1977
25/04/1975	582/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Luiziana - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio e lavrador; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor dos requeridos de dívida representada por notas promissórias, já vencidas, na qual o segundo requerido era avalista. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo amigável, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	18/01/1977
25/04/1975	583/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	O requerente é credor dos requeridos de dívida representada por duas notas promissórias, já vencidas. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo amigável, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	15/07/1975
28/04/1975	594/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; gerente; casado; Campina da Lagoa - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor dos requeridos de dívida representada por cheque, devolvido por falta de fundos, na qual o segundo requerido era avalista. No decorrer dos autos o devedor procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	18/06/1975
28/04/1975	596/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; doméstica; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; do lar; Campo Mourão - PR	A requerente solicita assistência de justiça gratuita para promover inventário negativado.	Solicitação concedida.	29/04/1975
29/04/1975	600/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Luiziana - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Luiziana - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, o requerente solicitou a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	08/09/1975
29/04/1975	601/75	Interpelação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; Corumbataí do Sul - PR	O requerente contratou com o requerido a compra e venda de imóvel, no contrato o requerente figura como compromissário-vendedor. A última parcela do pagamento não foi liquidada, por isso o requerente solicita a interpelação do requerido para que efetue a última parcela e receba a escritura pública.	Homologado por sentença o pedido de interpelação judicial.	26/06/1975
29/04/1975	605/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; taxista; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por recibos de aluguéis não pagos. A sentença foi indeferida pelo fato de o acordo ser apenas verbal, não se encaixando na legislação.	Pedido indeferido.	23/05/1975
30/04/1975	607/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	07/05/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/04/1975	610/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado; Engenheiro Beltrão - PR	Brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	04/12/1975
05/05/1975	620/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de indenização por ato ilícito.	Solicitação concedida.	07/05/1975
05/05/1975	621/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; estudante; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido a autorização para a liberação de FGTS.	Pedido concedido.	04/06/1975
05/05/1975	622/75	Alvará de Assistência Judiciária	Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileiro; doméstica; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício de gratuidade judicial.	Solicitação concedida.	07/05/1975
05/05/1975	629/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Brasileiro; agricultores; casados; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por notas promissórias, já vencidas, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/07/1975
07/05/1975	630/75	Busca e Apreensão	Art. 3 do Decreto-Lei 911/60	Pessoa Física; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado; Palmital - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Homologada desistência da ação de busca e apreensão.	11/03/1976
07/05/1975	632/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casados; Roncador - PR	O requerente é credor de importância representada por duas cédulas rurais pignoratícias, já vencidas, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	17/10/1975
07/05/1975	634/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Piquirivaí - PR	O requerente é credor de importância representada por duas cédulas rurais pignoratícias, já vencidas, da qual o segundo requerido era avalista. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	23/05/1975
07/05/1975	636/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Roncador - PR	O requerente é credor de importância representada por duas cédulas rurais pignoratícias, já vencidas, da qual o segundo requerido era avalista. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/07/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
07/05/1975	638/75	Executiva		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	14/01/1976
07/05/1975	639/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Peabiru - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista.	Não consta.	PROCESSO FALTANDO FOLHAS
07/05/1975	640/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No decorrer dos autos, a parte requerida procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	17/10/1975
07/05/1975	642/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida. No decorrer dos autos, as partes entraram em composição amigável sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/10/1975
07/05/1975	646/75	Cobrança		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Luiziana - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente efetuou com o requerido transação comercial, recebendo como pagamento cheque, porém este voltou por insuficiência de fundos.	Não consta.	Não consta.
07/05/1975	650/75	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita tutela, porque a menor não possui outros parentes domiciliados na cidade. A mesma foi desvirginada por seu namorado, que deseja contrair matrimônio, porém está impedida ilegalmente.	Deferido pedido de tutela.	12/06/1975
07/05/1975	651/75	Embargos de Terceiros		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; desquitado; Taiuva - SP	O requerente move a ação tendo em vista ter sofrido esbulho de bem descrito no processo, que era de sua empresa.	Pedido indeferido.	12/08/1975
08/05/1975	653/75	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; padeiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente ingressou na firma requerida e trabalhava das 2 horas da manhã até às 16 horas, com horas extras ultrapassando o permitido pelas Leis Trabalhistas. Depois de um tempo, passou a trabalhar somente 12 horas por dia, sendo demitido sem justa causa, sem aviso prévio, 13° salário, férias, horas extras, domingos e feriados remunerados e saldo de salário. O requerente recebeu o que era de direito, sendo requerida a baixa na distribuição.	Pedido deferido.	28/05/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
08/05/1975	655/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ações judiciais contra seu marido, representando seus filhos menores.	Solicitação concedida.	09/05/1975
08/05/1975	656/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/10/1975
08/05/1975	659/75	Executiva		Pessoa Física; português; do comércio; casado; Campina da Lagoa - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por notas promissórias, já vencidas. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/06/1975
12/05/1975	670/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Brasileiro; casado; São Paulo - SP	Brasileiro; agricultor; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	25/10/1976
12/05/1975	671/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Brasileiro; casado; São Paulo - SP	Brasileiro; agricultor; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida, da qual os segundos requeridos eram avalistas. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	29/11/1976
12/05/1975	672/75	Busca e Apreensão		Pessoa Física; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/07/1975
13/05/1975	674/75	Desquite		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado; Mariluz - PR	Os requerentes são civilmente casados, porém ambos consentiram a separação.	Homologado desquite amigável.	04/06/1975
13/05/1975	675/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para mover ação judicial, representando sua filha menor que morrera em acidente de trânsito.	Solicitação concedida.	14/05/1975
13/05/1975	678/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	17/09/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
13/05/1975	681/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Roncador - PR	O requerente é credor do requerido de dívida oriunda de multa importa por infração. No decorrer dos autos, o requerido procedeu ao pagamento, sendo julgada extinta a ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	10/05/1976
13/05/1975	682/75	Executiva		Brasileiro; do comércio e da lavoura; casado; Campo Mourão - PR	Brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	20/11/1975
13/05/1975	685/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	14/05/1975
14/05/1975	689/75	Justificação	Art. 261 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; tipógrafo; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente moveu a ação para justificar a não existência de firma descrita no processo.	Homologado por sentença o pedido de justificação judicial.	27/08/1975
14/05/1975	690/75	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente elaborou declaração com o requerido, cujo documento diz respeito a compra e venda de veículo. A nota promissória foi entregue juntamente com o bem negociado, porém o requerido ainda não pagou toda a dívida. A dívida continua e o requerente está sem receber e sem a nota promissória. Pelos motivos apresentados, solicita notificação do requerido. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo, sendo pago o restante da dívida e solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/08/1976
15/05/1975	697/75	Busca e Apreensão	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	30/09/1975
16/05/1975	701/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Campina do Amaral - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido a autorização para a liberação de uma quantia que se encontra em banco e que lhe pertence por direito. Pedido de alvará concedido.	Pedido concedido.	04/06/1975
16/05/1975	704/75	Averbação		Pessoa Física; brasileiro; médico e do lar; casados; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Os requerentes tiveram um título cambial protestado pelo Cartório, uma duplicata, que já foi devidamente paga. Os requerentes solicitam que o Cartório faça a Averbação de Pagamento.	Homologado por sentença o pedido de averbação judicial.	17/06/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
19/05/1975	718/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente propõe a ação de execução para a cobrança de dívida descrita nos autos. No decorrer do processo o requerido procedeu ao pagamento da dívida, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/10/1976
19/05/1975	719/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente propõe a ação de execução para a cobrança de dívida descrita nos autos. No decorrer do processo o requerido procedeu ao pagamento da dívida, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	02/09/1975
19/05/1975	720/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente propõe a ação de execução para a cobrança de dívida descrita nos autos. No decorrer do processo o requerido procedeu ao pagamento da dívida, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	14/10/1975
19/05/1975	721/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente propõe a ação de execução para a cobrança de dívida descrita nos autos. No decorrer do processo o requerido procedeu ao pagamento da dívida, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	26/09/1975
21/05/1975	728/75	Busca e Apreensão	Art. 3 do Decreto-Lei 911/60	Pessoa Física; brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, as partes entraram em acordo sendo solicitada a desistência da ação de busca e apreensão.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	28/07/1975
21/05/1975	729/75	Busca e Apreensão	Art. 3 do Decreto-Lei 911/60	Pessoa Física; brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Jurídica; brasileiro; solteiro; Boa Esperança - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, o requerido pagou a dívida, sendo extinta a ação.	Julgada extinta a dívida, tendo em vista o pagamento.	01/08/1975
21/05/1975	730/75	Busca e Apreensão	Art. 3 do Decreto-Lei 911/60	Pessoa Física; brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Farol - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, as partes entraram em acordo, o requerido procedeu ao pagamento, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/09/1975
21/05/1975	731/75	Busca e Apreensão	Art. 3 do Decreto-Lei 911/60	Pessoa Física; brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, as partes entraram em acordo, o requerido procedeu ao pagamento, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	16/10/1975
23/05/1975	745/75	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; retireiro; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido suprimento de idade para realizar casamento, já que manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/07/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/05/1975	746/75	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita tutela, porque é tio mais velho da menor, que fora criada e educada por ele, uma vez que seu pai há muitos anos desapareceu e sua mãe está internada em um hospital para doentes mentais. A menor deseja se casar e precisa de um representante legal.	Homologado pedido de tutela.	12/12/1975
26/05/1975	749/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Brasileiro; dentista; casado; Campo Mourão - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	26/11/1975
27/05/1975	751/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	26/08/1975
27/05/1975	756/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Juranda - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de suprimento de idade, representando sua filha menor.	Solicitação concedida.	02/06/1975
27/05/1975	759/75	Executiva	Art. 580 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	08/10/1975
27/05/1975	760/75	Tutela		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita tutela, sendo tia da menor que criou desde um ano e meio. Os pais da menor já são falecidos. A menor deseja contrair matrimônio, e necessita de um tutor legal.	Deferido pedido de tutela.	19/06/1975
30/05/1975	765/75	Notificação		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente deseja notificar o requerido de que tomará a terra em parceria agrícola, para utilizá-la sozinha.	Homologado o pedido de notificação judicial.	12/09/1975
02/06/1975	773/75	Notificação		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	A requerente outorgou ao requerido uma procuração por instrumento público, com poder para representar a requerente. Ocorre que não há mais interesse da requerente em ter o requerido como seu procurador. Portanto, solicita a revogação da procuração.	Homologado o pedido de notificação judicial.	08/07/1975
02/06/1975	774/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Piquirivaí - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	16/03/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
02/06/1975	776/75	Despejo		Brasileiro; do comércio; casado	Brasileiro; alfaiate; casado	O requerente solicita ação de despejo contra o requerido, em função de falta de pagamento do aluguel, conforme estipulado via contrato. Tendo em vista que o requerido abandonou o imóvel, houve desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	26/12/1975
02/06/1975	778/75	Tutela	Art. 410 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; militar; casado; Maringá - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita tutela, representando a menor que deseja contrair matrimônio e necessita de um tutor legal. Os pais da menor já são falecidos.	Deferido pedido de tutela.	12/06/1975
02/06/1975	780/75	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o beneficio da justiça gratuita, afirmando que não possui condições para efetuar despesas judiciais sem dispor do indispensável para seu próprio sustento e de seus filhos.	Solicitação concedida.	10/06/1975
02/06/1975	787/75	Notificação		Brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; do comércio; solteiro	O requerente solicita a notificação do requerido, visto que deseja retomar o imóvel locado ao requerido.	Notificação homologada.	30/06/1975
04/06/1975	790/75	Notificação		Brasileiro; lavrador; casado	Brasileiro; lavrador; casado	O requerente solicita a notificação do requerido, em função do não cumprimento do contrato de compra e venda celebrado em dezembro de 1974.	Notificação homologada.	04/08/1975
04/06/1975	791/75	Executiva	Art. 580, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casados; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual os segundos executados eram avalistas. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	09/09/1975
04/06/1975	792/75	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente tem sob os seus cuidados a menor que representa nessa ação, e esta deseja contrair matrimônio e precisa de um representante legal.	Deferido pedido de tutela.	01/09/1975
06/06/1975	803/75	Executiva	Art. 659, 652 e 653 da Lei 5.869/73	Brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casados; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	17/06/1975
06/06/1975	804/75	Executiva	Art. 659, 652 e 653 da Lei 5.869/73	Brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casados; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual os segundos executados eram avalistas. Por fim, foi requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/12/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/06/1975	805/75	Executiva	Art. 659, 652 e 653 da Lei 5.869/73	Brasileiro; casado; São Paulo - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casados; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. Por fim, as partes entraram em composição amigável sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	25/11/1976
09/06/1975	810/75	Busca e Apreensão		Pessoa Física; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Homologada desistência da ação de busca e apreensão.	02/07/1976
09/06/1975	811/75	Busca e Apreensão		Pessoa Física; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Homologada desistência da ação de busca e apreensão.	30/09/1975
09/06/1975	812/75	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; do lar; casada		A requerente solicita o benefício da justiça gratuita, por não possuir condições de pagar despesas judiciais.	Solicitação concedida.	10/06/1975
10/06/1975	816/75	Revogação		Brasileiro; agricultor; casado	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita revogação de procuração, para que todo o poder concedido ao requerido seja revogado. Houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	15/07/1975
10/06/1975	817/75	Tutela		Brasileiro; lavrador; casado		O requerente solicita tutela de sua sobrinha que é menor de idade, para que possa consentir o matrimônio da referida menor.	Tutela concedida.	23/06/1975
10/06/1975	821/75	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileiro; lavrador; solteiro		O requerente solicita o benefício da justiça gratuita, com justificativa de contestar a ação de alimentos promovida por sua companheira.	Solicitação concedida.	25/06/1975
11/06/1975	830/75	Notificação		Brasileiro; funcionário público		Os requerentes adquiriram por recibo particular área de terras, mas o imóvel foi vendido para outra pessoa, tendo havido a prática de estelionato. Assim sendo, os requerentes solicitam a notificação dos requeridos para intimação judicial.	Notificação concedida.	11/05/1976
13/06/1975	840/75	Justificação		Brasileiro; casado		O requerente solicita a expedição de certidão negativa para fins bancários. Visto comprovação de homônimos, a justificação foi considerada procedente.	Justificação procedente.	13/06/1975
16/06/1975	843/75	Executiva				O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros, ou que nomeie bens a penhora. Houve desistência da execução, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	27/06/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/06/1975	857/75	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará judicial para levantamento do FGTS.	Alvará concedido.	21/07/1975
18/06/1975	858/75	Notificação		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente deseja encerrar contrato com o requerido.	Solicitação concedida.	16/05/1977
18/06/1975	866/75	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou nomeie bens a penhora. Execução extinta, em virtude de pagamento da aludida dívida.	Julgada extinta a ação.	12/08/1976
18/06/1975	867/75	Executiva			Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou nomeie bens a penhora. Houve extinção da ação, em virtude de pagamento da aludida dívida.	Julgada extinta a ação.	16/08/1976
19/06/1975	870/75	Depósito			Brasileiro; casado	O requerente solicita ação de busca e apreensão de veiculo financiado, em virtude do não cumprimento da obrigação assumida mediante contrato. Durante o trâmite do processo, a ação de busca e apreensão foi convertida em ação de depósito. Por fim, houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	09/12/1975
20/06/1975	874/75	Executiva				O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	30/12/1975
20/06/1975	875/75	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiro; lavrador; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em virtude de pagamento da aludida dívida.	Homologada a desistência da ação.	26/04/1976
20/06/1975	879/75	Executiva			Brasileiro; médico; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	10/09/1975
20/06/1975	880/75	Executiva		Pessoa Jurídica		O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em virtude de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	07/04/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
20/06/1975	886/75	Executiva		Brasileiro; agricultor; casado	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seu débito em 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, ou nomeie bens a penhora. Houve desistência da ação, em virtude do pagamento.	Homologada a desistência da ação.	08/09/1975
20/06/1975	888/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Brasileiro; industrial; casado; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	13/11/1975
24/06/1975	896/75	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; agente; casado; Mariluz - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente foi coagido a pedir demissão da firma que trabalhava, não recebendo aviso prévio, férias vencidas, 13° salário, horas extras.	Homologado por sentença o acordo entre as partes.	09/02/1976
24/06/1975	899/75	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente, representando seus filhos menores, solicita autorização para em nome deles contrair um empréstimo agrícola para o pagamento de semente, adubos e inseticidas para investir na propriedade dela e dos filhos menores.	Julgado procedente o pedido de alvará judicial.	04/07/1975
25/06/1975	901/74	Notificação	Art. 796 e 798 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileira; lavradores; casados; Colorado - PR	Pessoa Física	O requerente solicita notificação dos requeridos para pagamento da última parcela de um imóvel.	Notificação concedida.	26/06/1976
25/06/1975	902/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor dos requeridos de dívida representada por duplicata, já vencida. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo amigável, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/11/1975
25/06/1975	906/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o pedido de assistência de justiça gratuita para fins judiciários não especificados no processo.	Solicitação concedida.	26/06/1975
25/06/1975	913/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor dos requeridos de dívida representada por notas promissórias, já vencidas. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo amigável, sendo solicitada a desistência da ação.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	28/09/1976
26/06/1975	916/75	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Pitanga - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente firmou contrato de compra e venda com o requerido, faltando ainda um valor a ser pago, porém a nota promissória já venceu e o requerido não procedeu ao pagamento. O requerente solicita que o requerido proceda ao pagamento. O requerido procedeu ao pagamento, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	17/05/1977

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/06/1975	919/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita assistência judiciária para promover arrolamento de bens deixados por seu falecido marido.	Solicitação concedida.	27/06/1975
27/06/1975	921/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Ubiratã - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor dos requeridos de dívida representada por cheque devolvido por falta de fundo. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo amigável, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	18/12/1975
27/06/1975	927/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Farol - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casados; Farol - PR	O requerente é credor dos requeridos de dívida representada por nota promissória, já vencida, na qual o segundo requerido era avalista. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo amigável, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	04/05/1976
30/06/1975	929/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor dos requeridos de dívida representada por duplicatas, já vencidas. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo amigável, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	07/06/1976
30/06/1975	932/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará judicial para a liberação de FGTS.	Solicitação concedida.	05/08/1975
30/06/1975	933/75	Alvará		Brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará judicial para a liberação de FGTS.	Solicitação concedida.	06/08/1975
01/07/1975	935/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita assistência judiciária para promover Ação contra seu marido.	Solicitação concedida.	03/07/1975
01/07/1975	936/75	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; viúvo; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita baixa do registro de carta precatória, junto ao Cartório do Distribuidor Público desta comarca, a fim de que produza os efeitos legais.	Parecer favorável.	15/07/1975
02/07/1975	944/75	Tutela		Pessoa Física lavrador; casado; Maringá - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita tutela de seu neto.	Solicitação concedida.	25/07/1975
03/07/1975	946/75	Alvará		Pessoa Física; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente solicita que por meio de alvará judicial seja autorizada a retirar, dentre os bens deixados por seu marido, a importância de Cr$ 4.811,95 depositados em banco, devido sua necessidade.	Requerimento julgado procedente, devendo a requerente comprovar a aplicação do dinheiro.	15/07/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/07/1975	949/75	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a baixa na distribuição de um processo trabalhista movido contra si, mas que houve conciliação e a ação foi extinta. Pede baixa porque precisa de uma certidão negativa.	Solicitação concedida.	04/07/1975
04/07/1975	951/75	Executiva		Pessoa Jurídica; Osasco - SP	Pessoa Física; brasileira; agricultor; casado; Roncador - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 4.037,16.	Houve desistência da ação em função de acordo entre as partes.	03/11/1975
04/07/1975	952/75	Executiva		Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; casado; agricultor; Roncador - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 10.000,00.	Houve desistência da ação em função de acordo entre as partes.	03/11/1975
04/07/1975	953/75	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileira; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 5.200,00.	Houve desistência da ação em função de acordo entre as partes.	28/07/1975
04/07/1975	956/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 11.228,30.	Houve desistência da ação.	16/05/1976
08/07/1975	962/75	Embargos	Art. 233 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor e do lar; casados; Maringá - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que seja embargada a execução que recai contra si em ação, pois alega que a citação contra ele deveria ser feita por Carta Precatória e não por Edital, conforme ele afirma ter ocorrido.	Julgado improcedente o pedido.	28/08/1975
09/07/1975	969/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita para um advogado, para defender seus interesses, já que foi despejado imóvel onde morava.	Pedido indeferido.	15/07/1975
09/07/1975	971/75	Executiva	Art. 566, 585, 646 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileira; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 18.000,00.	Houve desistência da ação.	26/04/1977
09/07/1975	972/75	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 4.728/65	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileira; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita mandado de busca e apreensão de veículo em posse do requerido, por este ter sido adquirido por meio de financiamento com parcelas em atraso, faltando o pagamento de Cr$ 30.833,25.	Houve desistência da ação.	23/12/1975
09/07/1975	974/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; da lavoura; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 10.300,00.	Houve desistência da ação.	03/11/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
10/07/1975	979/75	Cancelamento de Protesto		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o cancelamento de protestos feitos contra si, sobre duplicatas que ele alega e comprova, por meio de documentação, ter pago.	Pedido deferido.	28/07/1975
10/07/1975	981/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; viúvo; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita um alvará judicial para fazer financiamentos e negociações, dando como garantia as terras que tem em co-propriedade de sua filha, menor de idade.	Solicitação concedida, sob a condição de o requerente prestar contas em juízo das negociações e pagamentos do financiamento.	23/07/1975
11/07/1975	983/75	Cancelamento de Protesto		Pessoa Física; português; do comércio; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o cancelamento de um protesto contra si, sobre o qual alega já ter pago a duplicata antes do protesto.	Pedido deferido.	14/08/1975
14/07/1975	989/75	Executiva		Pessoa Jurídica; Belo Horizonte - MG	Pessoa Física; brasileira; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 25.727,20.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	13/09/1975
16/07/1975	1002/75	Executiva	Art. 580 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Marechal Cândido Rondon - PR	Pessoa Física; brasileira; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 45.000,00.	Houve desistência da ação.	04/08/1975
16/07/1975	1003/75	Executiva		Pessoa Jurídica; Londrina - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância de Cr$ 1.179,00 representada por duplicatas.	Homologada por sentença a desistência da ação.	23/11/1977
16/07/1975	1006/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Londrina - PR	Pessoa Física; brasileira; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 2.222,67.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	26/09/1975
16/07/1975	998/75	Cobrança		Pessoa Jurídica; Porto Alegre - RS	Pessoa Jurídica; Mamborê - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 3.060,00.	Houve desistência da ação.	22/09/1976
16/07/1975	999/75	Alvará	Lei 5.107/66	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará judicial para retirar o seu FGTS com justificativa legal de que irá casar.	Solicitação concedida.	05/08/1975
17/07/1975	1008/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará de autorização judicial para contratar um financiamento para correção em terras que são suas e de sua filha, menor de idade.	Pedido concedido.	31/07/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/07/1975	1010/75	Executiva	Art. 580, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 14.440,20.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	18/03/1976
18/07/1975	1013/75	Executiva	Art. 580, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 14.440,20.	Houve desistência da ação.	18/03/1976
18/07/1975	1016/75	Executiva	Art. 646 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Marialva - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 25.000,00.	Houve desistência da ação.	19/08/1975
21/07/1975	1022/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará judicial para suprimento de idade para sua filha, para que esta estabeleça matrimônio.	Solicitação concedida.	19/09/1975
22/07/1975	1027/75	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 117.065,67.	Houve desistência da ação.	15/06/1976
22/07/1975	1028/75	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 9.735,00.	Houve desistência da ação.	29/12/1975
22/07/1975	1030/75	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 46.609,68.	Houve desistência da ação.	16/06/1976
22/07/1975	1031/75	Revogação		Pessoa Física; brasileiro; do lar, motorista, professora de datilografia, lavrador; viúva, casado, casado, solteira, casado, casado; Campo Mourão - PR	Brasileiro; lavrador; casado; Jandaia do Sul - PR	O requerente move a ação de Revogação de Procuração, por ter feito procuração na pessoa do requerido, porém não mais convém manter a mesma. Pede notificação do requerido para que não faça mais uso da procuração.	Homologado por sentença o pedido de notificação, bem como de revogação de procuração.	17/10/1975
22/07/1975	1032/75	Executiva		Pessoa Física; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileira; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 8.000,00.	Houve desistência da ação, tendo em vista o pagamento.	30/01/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/07/1975	1035/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; mecânico; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará para autorização de sacar o FGTS para fins de construção de uma casa.	Solicitação concedida.	31/07/1975
22/07/1975	1038/75	Justificação	Art. 861 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileira; lavradora; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente solicita que se justifique, para fins de inventário, que o nome mencionado erroneamente em atestado de óbito se trata da requerente.	Pedido concedido.	06/10/1975
22/07/1975	1041/75	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará judicial para suprimento de idade de sua filha, menor de idade, para que possa efetivar matrimônio.	Suprimento de idade concedido.	03/10/1975
22/07/1975	1042/75	Tutela		Pessoa Física; brasileira; de prendas domésticas; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A autora requer a tutela da menor, órfã de pai e mãe, a quem vem criando desde criança.	Solicitação concedida.	30/09/1975
24/07/1975	1048/75	Executiva		Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Bourbônia - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 6.800,00.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	29/04/1976
25/07/1975	1059/74	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita justiça gratuita e nomeação de um advogado.	Solicitação concedida.	28/07/1975
25/07/1975	1062/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; solteiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 20.579,75.	Houve desistência da ação.	29/08/1975
30/07/1975	1078/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; viúvo; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará judicial para contratar financiamento para compra de maquinário com garantia em terras que também são de sua filha, menor de idade.	Solicitação concedida.	15/08/1975
31/07/1975	1079/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da Justiça Gratuita.	Solicitação concedida.	01/08/1975
31/07/1975	1080/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 4.392,00.	Houve desistência da ação.	06/10/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
31/07/1975	1081/75	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 3.385,00.	Houve desistência da ação.	06/10/1975
31/07/1975	1082/75	Executiva		Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 13.500,00.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	04/02/1976
31/07/1975	1084/75	Executiva	Art. 580 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 13.300,00.	Houve desistência da ação.	04/12/1975
31/07/1975	1085/75	Executiva	Art. 580, 583, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Iretama - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 2.353,62.	Houve desistência da ação.	13/10/1975
31/07/1975	1086/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 38.900,00.	Houve desistência da ação.	05/07/1977
31/07/1975	1088/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Boa Esperança - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Janiópolis - PR	A requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 4.000,00.	Houve desistência da ação.	09/09/1975
31/07/1975	1091/75	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiros; agricultores; casados; Boa Esperança - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 41.809,47.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	24/10/1975
31/07/1975	1092/75	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiros; agricultores; casados; Boa Esperança - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 68.142,15.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	24/10/1975
31/07/1975	1093/75	Executiva	Art. 585 e 653 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 38.520,79.	Houve desistência da ação.	24/10/1975
31/07/1975	1095/75	Executiva	Art. 659, 652, 669 e 653 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 11.916,33.	Houve desistência da ação.	25/11/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
31/07/1975	1096/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 7.000,00.	Houve desistência da ação.	02/04/1976
04/08/1975	1105/75	Renovatória	Art. 1.218 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; proprietário; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita renovação de contrato de locação do imóvel por mais cinco anos, apresentando todos os documentos necessários. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	02/02/1976
04/08/1975	1108/75	Depósito		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido que entregue móvel descrito no processo, que faz parte de um conjunto de bens que foram apreendidos anteriormente em outra ação. O requerido devolveu o bem, sendo solicitada desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	15/06/1976
04/08/1975	1110/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	19/09/1975
04/08/1975	1111/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agrônomo; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	11/02/1976
04/08/1975	1114/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Brasileiro; agrônomo; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicatas, já vencidas. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	27/08/1975
04/08/1975	1115/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicatas, já vencidas. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	26/01/1976
05/08/1975	1124/75	Executiva		Brasileiro; casado; Peabiru - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	15/09/1975
05/08/1975	1133/75	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente move a ação, tendo em vista ter firmado com o requerido Contrato Particular de Compra e Venda, porém este está descumprindo algumas cláusulas do contrato, e recusa-se a liquidar as últimas parcelas da dívida. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	24/09/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/08/1975	1134/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Fênix - PR	Pessoa Física; brasileiro; Fênix - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	02/12/1975
06/08/1975	1136/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por uma nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	14/10/1975
06/08/1975	1141/75	Executiva	Art. 580 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	17/10/1975
07/08/1975	1145/75	Executiva	Art. 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	11/09/1975
07/08/1975	1146/75	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	25/08/1976
07/08/1975	1147/75	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; comércio; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, foi requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	21/08/1976
07/08/1975	1149/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; viúvo; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente, representando seus filhos menores, solicita autorização para em nome deles dar em penhor agrícola safra de trigo, bem como hipotecar um lote de terras, em razão de contrato de financiamento, uma vez que a instituição exigia essas duas condições. O pedido foi aceito, expedindo-se alvará.	Julgado procedente o pedido de alvará judicial.	20/08/1975
07/08/1975	1151/75	Indenização		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campina da Lizeta - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campina da Lizeta - PR	O requerente possui um lote de terra vizinho do requerido, o qual colocou fogo na palhada de milho e acabou por incendiar as terras do requerente, causando grandes prejuízos. Por fim, as partes entraram em acordo amigável.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/12/1975
07/08/1975	1156/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicatas, já vencidas. O requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	26/08/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
07/08/1975	1157/75	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente moveu a ação de despejo alegando atraso nos aluguéis pactuados. Todavia, a requerida desocupou voluntariamente o imóvel, ficando a ação sem objeto.	Julgada sem objeto a ação, visto que a requerida desocupou o imóvel locado.	05/11/1975
07/08/1975	1164/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casados; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover alvará judicial.	Solicitação concedida.	08/08/1975
08/08/1975	1167/75	Executiva	Art. 580, 585, 646 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Maringá - PR	O requerente é credor de importância representada por uma nota promissória rural, já vencida. No curso dos autos, a parte requerida procedeu ao pagamento, sendo julgada extinta a ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	08/03/1976
08/08/1975	1168/75	Executiva	Art. 580, 585, 646 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Goioerê - PR	O requerente é credor de importância representada por uma nota promissória, já vencida. No curso dos autos, a parte requerida procedeu ao pagamento, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/09/1976
08/08/1975	1173/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Goioerê - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por três notas promissórias, já vencidas. No curso dos autos, a parte requerida procedeu ao pagamento sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	08/11/1976
11/08/1975	1175/75	Executiva	Art. 566, 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	13/12/1976
11/08/1975	1176/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	23/10/1975
11/08/1975	1177/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	08/10/1975
11/08/1975	1179/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	11/05/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/08/1975	1180/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	14/10/1975
11/08/1975	1181/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	08/10/1975
11/08/1975	1182/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	08/09/1975
11/08/1975	1183/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	19/11/1975
11/08/1975	1184/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/11/1975
11/08/1975	1185/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Julgada extinta ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	22/11/1976
11/08/1975	1187/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	20/10/1975
11/08/1975	1190/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	04/03/1976
11/08/1975	1191/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	29/09/1975
11/08/1975	1192/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerido está em dívida com a Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/02/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/08/1975	1199/75	Indenização		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente, quando trafegava por determinada rua, foi atingido por um carro da firma requerida. O requerente teve grandes gastos por causa do acidente, pela reforma do carro e pelos gastos hospitalares. Por fim, as partes entraram em composição amigável, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	14/05/1976
13/08/1975	1206/75	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; 2) Pessoa Física; brasileira; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicatas, já vencidas. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	21/01/1977
14/08/1975	1215/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; zeladora; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita assistência judiciária para promover ação de busca e apreensão de seus filhos menores, contra seu ex-companheiro.	Solicitação concedida.	18/08/1975
15/08/1975	1220/75	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileiro; auxiliar da escrivania criminal da Comarca de Campo Mourão; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente move a ação para solicitar cinco dias licença para tratamento de saúde.	Pedido concedido.	15/08/1975
15/08/1975	1221/75	Despejo		Pessoa Física; brasileira; do lar; desquitada	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente é proprietária de imóvel alugado para fins comerciais ao requerido, por meio de contrato. O requerido está em atraso no pagamento do aluguel de quatro meses. As partes entraram em acordo amigável, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/10/1975
19/08/1975	1232/75	Embargos	Art. 741, 743 e 745 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	O requerido moveu ação de execução contra o requerente, a dívida foi paga, porém num valor superior ao que a ela correspondia, contrariando assim as normas legais. Portanto, o requerente solicita receber os embargos, determinando assim suspensão da execução movida contra ele.	Julgado improcedente o pedido de embargos à execução.	13/10/1975
19/08/1975	1233/75	Embargos	Art. 741, 743 e 745 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	O requerido moveu ação de execução contra o requerente, a dívida foi paga, porém num valor superior ao que a ela correspondia, contrariando assim as normas legais. Portanto, o requerente solicita receber os embargos, determinando assim suspensão da execução movida contra ele.	Julgado improcedente o pedido de embargos à execução.	29/09/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
20/08/1975	1242/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita assistência judiciária, a fim de promover ação de Indenização por ato ilícito.	Solicitação concedida.	21/08/1975
21/08/1975	1246/75	Cancelamento de Protesto		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente necessita de cancelamento de protesto de dívida representada por duplicata já paga, pois este deseja firmar financiamento e está impossibilitado legalmente.	Homologado por sentença o pedido de cancelamento de protesto.	09/09/1975
21/08/1975	1247/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Ubiratã - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita assistência judiciária, a fim de promover ação civil.	Solicitação concedida.	22/08/1975
21/08/1975	1251/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casados; Roncador - PR	O requerente é credor de importância representada por uma nota promissória, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	19/09/1975
22/08/1975	1252/75	Impugnação		Brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente move a ação, baseada em processo de Execução movido contra ela anteriormente, onde a execução teve um valor maior do que realmente era de direito do requerido. Porém, como da primeira ação houve a desistência por parte do requerido, fora julgada extinta esta ação.	Julgada extinta a ação de impugnação.	02/07/1976
22/08/1975	1253/75	Embargos	Art. 655 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita penhora de bem imóvel do espólio, um lote de terras.	Julgado improcedente o pedido de embargos do devedor.	14/10/1975
25/08/1975	1259/75	Executiva	Art. 585, 652, 659 e 669 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor de importância representada por uma nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	16/06/1976
25/08/1975	1262/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	17/10/1975
26/08/1975	1268/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicatas, já vencidas. Por fim foi requerida a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	15/01/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/08/1975	1271/75	Justificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente compareceu ao Cartório do Distribuidor público a fim de solicitar certidão de negativa de ações em geral contra sua pessoa. Fora encontrada uma Ação de Execução, a qual, segundo o requerente da execução, declarou ser outra pessoa, tratando-se de homônimo.	Pedido deferido.	08/10/1975
27/08/1975	1275/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita assistência de justiça gratuita para promover ação de busca e apreensão de seus filhos menores que se encontram em companhia da sua mãe.	Solicitação concedida.	28/08/1975
27/08/1975	1276/75	Alvará	Art. 386 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente, representando seus filhos menores, necessita alvará judicial para solicitar empréstimo ao banco, destinado a custeio da plantação de feijão e milho híbrido.	Julgado procedente o pedido de alvará.	26/09/1975
27/08/1975	1277/75	Alvará		Pessoa Física; brasileira; estudante; solteira; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente, menor, solicita alvará judicial para que possa ocorrer transação bancária através de cédula rural hipotecária, pois todos os irmãos já maiores, e a mãe viúva, pretendem comprar um trator e grade para o plantio de soja e trigo.	Julgado procedente o pedido de alvará.	04/09/1975
27/08/1975	1289/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; costureira; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita assistência de justiça gratuita para promover ação de busca e apreensão de sua filha menor que se encontra em companhia de seu pai e de sua companheira.	Solicitação concedida.	01/09/1975
28/08/1975	1286/75	Busca e Apreensão	Art. 839 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileira; do comércio; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Ivaiporã - PR	A requerente move a ação tendo em vista que seu ex-companheiro levou seus sete filhos. Requer a guarda dos mesmos, por apresentar melhores condições para criá-los. O requerente devolveu os filhos, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	20/10/1975
29/08/1975	1290/75	Despejo		1) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Maringá - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Maringá - PR; 3) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Umuarama - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casados; Borbônia - PR	Os requerentes são proprietários de imóvel alugado aos requeridos para cultivo de cereais, por meio de contrato. Os requerentes querem retomar o imóvel e os requeridos se recusam a devolvê-lo, pois não existe mais contrato entre eles. Os requeridos desocuparam o imóvel reclamado, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista a desocupação do imóvel.	28/06/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/08/1975	1293/75	Executiva	Art. 586 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casados; Maringá - PR	O requerente é credor de importância representada por 3 duplicatas, já vencidas, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	12/03/1976
29/08/1975	1294/75	Embargos de Terceiros		Pessoa Física; brasileiro; do comércio e do lar; casados; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Campo Mourão - PR	O requerente move a ação tendo em vista a penhora de seu bem, que estava sob cuidados de outros. Por fim, o autor dos embargos liquidou a dívida, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	02/09/1976
03/09/1975	1303/75	Executiva	Art. 585 e 652 da Lei 5.869/73	Brasileiro; casado; Janiópolis - PR	Brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	16/09/1976
03/09/1975	1307/75	Falência		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de importância líquida proveniente de vendas, comprovada por duplicata, já vencida. O requerido, porém, está em estado de falência. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, solicitando a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/10/1975
03/09/1975	1309/75	Depósito	Decreto-Lei 911/69	Brasileiro; do comércio; casado; Iretama - PR	Brasileiro; professora; casada; Roncador - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Homologada por sentença o pedido de desistência da ação.	27/06/1977
03/09/1975	1310/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira; Farol - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de dissolução de sociedade com perdas de danos.	Solicitação concedida.	04/09/1975
05/09/1975	1317/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Janiópolis - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de indenização por ato ilícito.	Solicitação concedida.	08/09/1975
05/09/1975	1328/75	Executiva	Art. 646, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por certidão. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento de débito.	28/04/1976
05/09/1975	1329/75	Executiva	Art. 646, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por certidão. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento de débito.	27/11/1975
05/09/1975	1330/75	Executiva	Art. 646, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por certidão. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento de débito.	24/10/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
05/09/1975	1331/75	Executiva	Art. 646, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por certidão. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	19/11/1975
05/09/1975	1334/75	Executiva	Art. 646, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	14/10/1975
05/09/1975	1335/75	Executiva	Art. 646, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	11/03/1976
05/09/1975	1336/75	Executiva	Art. 646, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	14/10/1975
05/09/1975	1338/75	Executiva	Art. 646, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	13/04/1976
05/09/1975	1339/75	Executiva		Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 14.146,15.	Houve desistência da ação.	11/03/1976
05/09/1975	1340/75	Executiva	Art. 11 do Decreto-Lei 167/67	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	13/11/1975
05/09/1975	1342/75	Executiva	Art. 11 do Decreto-Lei 167/67	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente tornou-se credor dos executados, representada por uma Nota de Crédito Rural, já vencida, a qual o segundo requerido era avalista. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	11/03/1976
08/09/1975	1349/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campina do Amaral - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para ação de execução.	Solicitação concedida.	09/09/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/09/1975	1350/75	Notificação		1) Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Boa Esperança - PR; 3) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR ; 4) Pessoa Física; brasileira; professora; desquitada; Campo Mourão - PR; 5) Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Ponta Grossa - PR	Pessoa Física; brasileiro; Jandaia do Sul - PR	Fora elaborado um contrato de arrendamento tendo como postulantes os requerentes e do outro lado o requerido, porém o requerido não vem cumprindo o acordo, causando prejuízos aos requerentes. Por fim houve homologação do pedido de notificação.	Homologado pedido de notificação.	01/12/1975
09/09/1975	1353/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite.	Solicitação concedida.	10/09/1975
10/09/1975	1356/75	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido licença para fins de tratamento de saúde, requerendo também que se designe nomear um substituto.	Solicitação concedida.	10/09/1975
10/09/1975	1366/75	Pedido de Baixa na Distribuição		Brasileiro; industrial; casado	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita baixa na distribuição de carta precatória, que já fora quitada. Porém a não averbação da mesma vem lhe causando vários prejuízos, pois necessita de negativa para financiamento.	Pedido concedido.	06/10/1975
11/09/1975	1367/75	Justificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; Mandaguari - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido a justificação da quantia certa de quantos funcionários assalariados trabalham em suas terras, pois o número está equivocado e o sindicato se recusa a emitir tal documento.	Homologado por sentença o pedido de justificação judicial.	17/11/1975
12/09/1975	1369/75	Executiva	Art. 646, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavradores; solteiro e casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	08/10/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/09/1975	1371/75	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casados; Mamborê - PR	O requerente solicita que os requeridos desocupem imóvel de posse do requerente, ocupado indevidamente.	Homologado por sentença o pedido notificação.	21/01/1976
12/09/1975	1376/75	Executiva	Art. 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Peabiru - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	01/10/1975
12/09/1975	1377/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação judicial.	Solicitação concedida.	15/09/1975
12/09/1975	1378/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite com pedido de sequestro contra seu marido.	Solicitação concedida.	15/09/1975
15/09/1975	1382/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite, bem como ação de busca e apreensão de seus filhos menores.	Solicitação concedida.	16/09/1975
15/09/1975	1385/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por cheque devolvido por falta de fundos. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/12/1975
15/09/1975	1596/75	Alvará		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará para vender bens e investir em terras, representando seus filhos menores.	Solicitação concedida.	01/10/1975
16/09/1975	1392/75	Despejo	Art. 350 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; cirurgião dentista; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerente moveu a ação de despejo alegando atraso nos aluguéis pactuados. Todavia, o requerido desocupou voluntariamente o imóvel, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado o pedido de desistência da ação.	26/12/1975
17/09/1975	1400/75	Declaratória	Art. 1071 e 1018 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente é credora do requerido por quantia representada por duplicata, já vencida, inclusa no processo. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo, o requerente aceitou devolver o objeto causador da dívida, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	25/10/1976
17/09/1975	1401/75	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a notificação do requerido para que entregue o veículo do requerente que mantém em sua posse.	Homologado o pedido de notificação.	19/09/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/09/1975	1408/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente, representando seu dois filhos menores, solicita autorização para a liberação de uma quantia que se encontra em banco e que lhe pertence por direito.	Pedido concedido.	30/11/1975
18/09/1975	1411/75	Executiva	Art. 580, 583, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; português; do comércio; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casados; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Houve desistência da ação.	13/03/1976
18/09/1975	1414/75	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos, representando sua filha menor.	Solicitação concedida.	18/09/1975
19/09/1975	1416/75	Executiva	Art. 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença a desistência da ação.	20/02/1976
19/09/1975	1421/75	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para a liberação de uma quantia que se encontra em banco e que lhe pertence por direito.	Pedido concedido.	06/07/1976
23/09/1975	1431/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, fora julgada extinta a ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	03/11/1975
23/09/1975	1433/75	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casados; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; Barbosa Ferraz - PR	O requerente contratou o requerido para vender lotes de terra de propriedade dos requerentes. Porém o requerido se omitiu das responsabilidades bancárias para com os imóveis, sendo um desses vendido para quitar a dívida gerada por omissão do requerido, e ficando acordado o pagamento do dinheiro usado. Os requerentes solicitam a notificação do requerido. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo desnecessária a ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	19/11/1975
23/09/1975	1434/75	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido, de cheques com saldo insuficiente. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo amigável.	Homologado pedido de desistência da ação.	10/11/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/09/1975	1435/75	Indenização		Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casados; Campo Mourão - PR	Brasileiro; agricultores e do lar; Campo Mourão - PR	O requerente solicita recebimento de perdas e danos que sofreu em razão de ação ordinária de reivindicação movida pelos requeridos. Os requeridos procederam ao pagamento da indenização solicitada. Foi homologado o pedido de desistência da ação, bem como baixa na distribuição.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	26/11/1975
26/09/1975	1447/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover inventário dos bens deixados por seu falecido pai.	Solicitação concedida.	26/09/1975
26/09/1975	1448/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos contra seu marido.	Solicitação concedida.	26/09/1975
30/09/1975	1462/75	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Brasileiro; funcionário público; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Física; brasileiros; agricultores; casados; Rondonópolis - MT	O requerente é credor dos requeridos de importância líquida representada por nota promissória, já vencida. Esgotando-se os meios amigáveis o requerente recorreu à ação. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	24/11/1975
30/09/1975	1468/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	27/10/1976
30/09/1975	1475/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casados; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/11/1975
30/09/1975	1476/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiros; do comércio e do lar; casados; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/11/1975
30/09/1975	1478/75	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; funcionário público; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido baixa na distribuição de carta precatória movida contra ele, para que possa obter certificação que acompanha a mesma.	Pedido deferido.	13/10/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
01/10/1975	1509/75	Interdito Proibitório	Art. 932 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Boa Esperança do Sul - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Jandaia do Sul - PR	A requerente celebrou com o requerido contrato de arrendamento rural, porém a requerente não cumpriu com as legalidades impostas pelo mesmo, e vem tentando impedir que o requerido também deixe de cumprir. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, com a rescisão do contrato, solicitando-se a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	02/04/1976
01/10/1975	1512/75	Executiva	Art. 580 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerente vendeu ao requerido mercadorias de sua propriedade e fabricação, comprovadas por duplicatas, que este recusou a aceitar, omitindo-se também dos protestos movidos contra ele. Por fim, o requerente desistiu da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/11/1975
02/10/1975	1537/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; zeladora; viúva	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover alvará judicial.	Solicitação concedida.	02/10/1975
03/10/1975	1568/75	Cancelamento de Registro		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o cancelamento de registro feito por equívoco do requerente, para que possa registrar seu título no 2º Ofício, que é o competente.	Solicitação concedida.	13/10/1975
06/10/1975	1591/75	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, uma vez que o requerido está em débito com o requerente. Por fim, houve desistência da ação de busca e apreensão.	Homologada desistência da ação.	16/03/1976
06/10/1975	1592/75	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileiro; servente; casado; Campo Mourão - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para ação de busca e apreensão de seus filhos menores que encontravam-se em poder de sua companheira.	Solicitação concedida.	07/10/1975
07/10/1975	1594/75	Falência		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente vendeu determinada quantidade de mercadorias para pagamento a prazo, com dívida representada por duplicata e que, mesmo protestada, o requerido não se dignou a resgatá-la. Solicita-se que sejam executados os devedores, porém pede auto de falência da empresa. No decorrer dos autos, o requerente solicitou o pedido de desistência da ação.	Homologado o pedido de desistência da ação.	11/06/1976
08/10/1975	1598/75	Executiva	Art. 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 10.400,00.	Houve desistência da ação.	26/01/1976
08/10/1975	1600/75	Homologação		Pessoa Física; brasileiro; bancário; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a opção pelo FGTS retroativamente até o período de 2 de janeiro de 1969.	Solicitação concedida.	04/11/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/10/1975	1626/75	Revogação	Art. 1316 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiros; do comércio; solteiros; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Goioerê - PR	Os requerentes solicitam revogação de mandato em que davam ao requerido plenos poderes de venda de um imóvel da propriedade deles.	Houve desistência da ação em função de acordo entre as partes.	30/01/1976
09/10/1975	1628/75	Pedido de baixa na distribuição		Pessoa Física; brasileira; serventuária da justiça; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente teve contra si uma ação executiva cuja dívida foi saldada, e requer que se dê baixa no Cartório do Distribuidor Público.	Pedido concedido.	20/11/1975
13/10/1975	1633/75	Notificação	Art. 26, 29 e 36 do Decreto 59.566/66	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	O requerente solicita que o requerido seja notificado quanto a encerramento do contrato de meação de café em propriedade do requerente.	Pedido concedido.	17/11/1975
13/10/1975	1634/75	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Osasco - SP	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por notas promissórias, já vencidas. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	27/11/1975
13/10/1975	1636/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos contra o pai de seus filhos menores.	Solicitação concedida.	14/10/1975
15/10/1975	1650/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; servente; solteiro	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará de justiça gratuita.	Solicitação concedida.	17/10/1975
17/10/1975	1651/75	Consignação em Pagamento		Pessoa Física; do comércio; casado	Pessoa Física do comércio; casado	O requerente solicita quitação da dívida da locação do imóvel. Por fim houve a desistência da ação.	Houve desistência da ação em função de acordo entre as partes.	07/11/1975
17/10/1975	1660/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; telefonista; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará judicial para liberação do FGTS, visto estar desempregada há mais de 120 dias. No entanto, não apresentou provas necessárias do seu desligamento da empresa em que trabalhava anteriormente.	O requerente não apresentou as provas necessárias.	04/11/1975
17/10/1975	1661/75	Consignação em Pagamento	Art. 974 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerido recusa-se sem justa causa a receber valor referente a um mês de aluguel, alegando que só receberá dois meses de aluguel, um correspondente ao início da locação, pago adiantado, e o outro correspondente ao aluguel vencido. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/11/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
17/10/1975	1662/75	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 4, I da Lei 1.060/50	Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica	A autora requer o benefício da gratuidade de Justiça para que possa promover ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos. Apresenta atestado de pobreza expedido pela delegacia local.	Solicitação concedida.	21/10/1975
21/10/1975	1768/75	Embargos	Art. 745, 741 e da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mamborê - PR	Brasileiro; agricultor; casado; Goioerê - PR	O requerido moveu ação de título extrajudicial contra o requerente. Este nunca foi procurado para uma possível composição amigável. A dívida reclamada é maior que a dívida real. Por isso, solicita receber os embargos. Por ter efetuado o pagamento depois da data estipulada, seu pedido foi julgado improcedente.	Julgado improcedente o pedido de embargos à execução.	03/12/1975
22/10/1975	1771/75	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro naturalizado; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a notificação judicial para que o requerido desocupe imóvel, conforme previsto em contrato de locação.	Homologada notificação judicial.	21/01/1976
22/10/1975	1781/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária para mover ação, visto não possuir condições para bancar um processo.	Solicitação concedida.	23/10/1975
23/10/1975	1783/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Piquirivaí - PR	O requerente solicita o pagamento de dívida no valor de Cr$ 16.910,00.	Houve desistência da ação.	28/07/1977
24/10/1975	1784/75	Embargos	Art. 745 e 741 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileira; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o embargo da execução de ação pois, segundo ele, a cobrança feita naquela ação não corresponde à dívida do requerente.	Não consta.	Não consta.
24/10/1975	1788/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileira; do comércio	O requerente solicita o pagamento de dívida no valor de Cr$ 360,00.	Processo arquivado, tendo em vista o pagamento da dívida.	06/11/1975
24/10/1975	1789/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	28/01/1976
24/10/1975	1791/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileira; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 330,00.	Processo arquivado, tendo em vista o pagamento da dívida.	06/11/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/10/1975	1796/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 221,36.	Houve composição amigável entre as partes.	18/11/1975
24/10/1975	1801/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileira; do lar; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 761, 10.	Processo arquivado, tendo em vista composição amigável entre as partes.	27/01/1976
24/10/1975	1806/75	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 167,31.	Houve desistência da ação.	07/04/1976
24/10/1975	1807/75	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileira; do comércio; Boa Esperança - PR	O requerente solicita o recebimento de Cr$ 442,80.	Houve desistência da ação.	08/04/1976
24/10/1975	1818/75	Executiva		Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiros; agricultores; casados; Boa Esperança - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 45.444,40.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	12/08/1976
24/10/1975	1819/75	Executiva	Art. 585, 645, 653, 652 e 669 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por Nota de Crédito Rural, da qual o segundo requerido era avalista. No curso dos autos, a parte requerida procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	14/06/1976
24/10/1975	1821/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos contra seu marido.	Solicitação concedida.	21/11/1975
24/10/1975	1829/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita alvará judicial, para movimento de quantia de dinheiro que se encontra em banco, visto ser menor emancipado.	Não consta.	Não consta.
29/10/1975	1835/75	Cobrança		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; mecânico; viúvo; Campo Mourão - PR	O requerido adquiriu, do requerente, peças e acessórios para veículos, pagando somente uma parte da dívida representada por duplicatas, já protestadas. O requerente solicita que seja determinada a citação do réu para responder aos termos do processo. No decorrer dos autos a parte requerida procedeu ao pagamento, sendo solicitada a desistência da ação, bem como baixa na distribuição.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	16/09/1977

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
31/10/1975	1854/75	Notificação		Pessoa Física; bancário	Pessoa Física; lavrador	O requerente solicita que o requerido desocupe uma área de dois alqueires, dando um prazo de cinco dias. Por fim houve um acordo amigável.	Houve o cumprimento da sentença de desocupar a área, no prazo de 5 dias.	15/12/1975
31/10/1975	1855/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita que haja em seu favor um alvará de justiça gratuita.	Solicitação concedida.	04/11/1975
31/10/1975	1858/75	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Mamborê - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dívida no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens. Por fim houve acordo amigável.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	09/04/1976
31/10/1975	1859/75	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Tibagi - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dívida no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens. Por fim houve acordo amigável.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	09/04/1976
03/11/1975	1862/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite contra seu marido.	Solicitação concedida.	05/11/1975
03/11/1975	1864/75	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Brasileiro; agricultor; casado; Maringá - PR	O requerente vendeu ao requerido mercadorias de sua propriedade, sendo a dívida representada por notas fiscais inclusas no processo. Porém, o requerido não pagou a dívida, e recusa-se a pagar. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/06/1976
03/11/1975	1865/75	Alvará de Assistência Judiciária	Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Palmital - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos contra seu irmão.	Solicitação concedida.	04/11/1975
04/11/1975	1870/75	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; Iretama - PR	O requerente solicita execução do requerido com o objetivo de receber a importância de Cr$ 34.700,00.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	18/12/1975
04/11/1975	1872/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita alvará de justiça gratuita em seu favor, para que seja promovida uma justificação judicial que prove a morte de seu marido, para fins de aposentadoria no Funrural. Para tanto, apresenta atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	11/11/1975
04/11/1975	1873/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; contador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; funcionário público estadual; casado	O requerente solicita ao requerido que quite sua dívida, sob pena de se efetivar a Execução de Títulos Extrajudicial, sendo-lhe tomados os bens. Por fim, a sentença defere o pedido do requerente, solicitando os bens do requerido como pagamento da dívida.	Pedido deferido.	03/06/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/11/1975	1875/75	Executiva	Art. 580, 582 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; bancário; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	15/12/1975
05/11/1975	1877/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover tutela de sua neta.	Solicitação concedida.	05/11/1975
05/11/1975	1878/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita alvará de justiça gratuita, sendo nomeado um advogado para propor ação de alimentos contra seu marido.	Solicitação concedida.	11/11/1975
06/11/1975	1888/75	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita alvará para retirada da importância de Cr$ 4.000,00 da poupança de sua filha, menor de idade, para custeios da menina.	Pedido improcedente.	02/12/1975
06/11/1975	1893/75	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Araruna - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	O requerente solicita o recebimento da importância de Cr$ 15.700,00.	Houve composição amigável entre as partes.	09/08/1976
07/11/1975	1895/75	Embargos	Art. 736 e 741 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; italiano; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita embargo à execução movida contra si por determinada indústria.	Houve desistência da ação.	26/01/1976
11/11/1975	1909/75	Justificação		Pessoa Física; brasileiro; técnico em contabilidade; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a justificação de seu nome, escrito no registro de nascimento de forma errada.	Pedido deferido.	18/03/1976
11/11/1975	1911/75	Busca e Apreensão	Lei 5.768/71	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física	O requerente solicita busca e apreensão do veículo obtido por consórcio pelo requerido, por estarem em atraso várias parcelas.	Pedido indeferido.	14/11/1975
13/11/1975	1920/75	Executiva	Art. 580 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Araruna - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 17.000,00	Houve composição amigável entre as partes.	21/09/1976
14/11/1975	2047/75	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; funcionário público estadual	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 2.000,00.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	29/12/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/11/1975	2194/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; lavrador; solteiro; Fênix - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	19/11/1975
18/11/1975	2195/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; viúva; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	18/11/1975
19/11/1975	2201/75	Executiva	Art. 580, 585 e 614 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; contador; solteiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 9.000,00.	Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	15/12/1975
19/11/1975	2204/75	Executiva	Art. 580, 585, 646, 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Maringá - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 12.599,00.	Houve desistência da ação.	07/06/1976
19/11/1975	2205/75	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 4.728/65	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Iretama - PR	O requerente solicita busca e apreensão do veículo, financiado no valor de Cr$ 18.900,00 pelo requerido.	Houve desistência da ação.	22/01/1976
19/11/1975	2207/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; vigia; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	20/11/1975
19/11/1975	2208/75	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 4 da Lei 1.060/50	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita os benefícios da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	20/12/1975
21/11/1975	2232/75	Executiva	Art. 219 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileira; Cambé - PR	Pessoa Física; brasileira; agricultor; solteiro; Boa Esperança - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 40.000,00.	Houve desistência da ação.	02/07/1976
21/11/1975	2233/75	Executiva	Art. 219 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Cambé - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mamborê - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida calculada em Cr$ 20.000,00.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	31/08/1976
24/11/1975	2267/75	Busca e Apreensão	Art. 159	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão do veículo que está com o requerido, cuja posse o requerente comprova por meio de recibo de compra e venda.	Houve composição amigável entre as partes.	19/02/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/11/1975	2272/75	Embargos		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita do requerido pagamento de dívida.	Homologado pedido de desistência da ação.	18/03/1976
24/11/1975	2275/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita a gratuidade de justiça.	Solicitação concedida.	25/11/1975
24/11/1975	2276/75	Rescisória	Art. 274 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiros; lavradores; casados; Colorado - PR	Pessoa Física	O requerente solicita a rescisão do contrato de compra e venda de um imóvel e a reintegração de posse do bem em questão.	Houve composição amigável entre as partes.	16/06/1976
25/11/1975	2279/75	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita alvará judicial a fim de receber saldo de PIS.	Solicitação concedida.	23/01/1976
25/11/1975	2280/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita autorização para movimentar conta poupança instituída em sua menoridade por alvará judicial.	Houve desistência da ação.	06/01/1976
26/11/1975	2285/75	Executiva	Art. 585, 646 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileira; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileira; do comércio; casado; Boa Esperança - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 2.070,00.	Houve desistência da ação.	12/08/1976
26/11/1975	2287/75	Executiva	Art. 585, 646 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 5.500,00.	Houve desistência da ação.	24/03/1977
27/11/1975	2316/75	Notificação		Pessoa Física; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita notificação da requerida a fim de informar que não autoriza a ampliação da primeira estrada que passa pelo pasto de sua propriedade, mas que autoriza a ampliação da segunda estrada.	Solicitação concedida.	27/01/1976
28/11/1975	2356/75	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente, inventariante de terras, solicita alvará judicial para contratar financiamento junto a banco para replantio de café, dando em garantia as próprias terras, cujos herdeiros são menores de idade.	Solicitação concedida.	22/12/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/11/1975	2358/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Londrina - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará judicial para garantia de financiamento para plantio, sobre terras que são de seus filhos, menores de idade. O pedido se dá por perdas na geada de 1975.	Solicitação concedida, sob a condição de o requerente prestar contas e comprovar pagamento de cada parcela do financiamento.	23/01/1976
01/12/1975	2361/75	Suprimento de idade		1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Iretama - PR	Pessoa Jurídica	Os requerentes solicitam suprimento de idade à menor, sua filha, para fins de casamento.	Solicitação concedida.	10/02/1976
01/12/1975	2362/75	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 991 e 992 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; carpinteiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	02/12/1975
01/12/1975	2369/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	A requerente solicita a gratuidade da justiça.	Solicitação concedida.	02/12/1975
02/12/1975	2377/75	Executiva	Art. 580, 585 e 614 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; português; do comércio; solteiro; Barbosa Ferraz - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 35.900,00.	Houve desistência da ação por composição amigável.	22/06/1976
02/12/1975	2379/75	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Boa Esperança - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 5.500,00.	Houve desistência da ação, tendo em vista o pagamento.	09/09/1977
03/12/1975	2386/75	Executiva	Art. 580, 583, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Jurídica; Mamborê - PR	O requerente solicita o recebimento da importância de Cr$ 2.411,46.	Houve composição amigável entre as partes.	06/12/1976
03/12/1975	2387/75	Executiva	Art. 580, 583, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileira; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileira; do comércio; casado; Mamborê - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 16.276,00.	Houve composição amigável entre as partes.	11/06/1976
04/12/1975	2389/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça.	Solicitação concedida.	05/12/1975

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/12/1975	2391/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Quinta do Sol - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Fênix - PR	O requerente solicita o recebimento de Cr$ 61.000,00.	Houve a desistência da ação por composição amigável.	04/03/1976
05/12/1975	2392/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente solicita o recebimento do valor de Cr$ 33.000,00.	Houve desistência da ação.	20/02/1976
05/12/1975	2394/75	Justificação	Art. 861 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita lavratura do atestado de óbito de seu marido.	Solicitação concedida.	23/03/1976
05/12/1975	2397/75	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 4 da Lei 1.060/50	Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	09/12/1975
05/12/1975	2398/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar, costureira; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o benefício da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	09/12/1975
09/12/1975	2400/75	Executiva	Art. 580, 585, 646 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Maringá - PR	Pessoa Jurídica, português; do comércio; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente solicita o recebimento de dívida no valor de Cr$ 6.720,00.	Houve desistência da ação, por composição amigável entre as partes.	20/04/1977
09/12/1975	2401/75	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o beneficio da justiça gratuita, por não dispor de meios para pagar a custas judiciais.	Solicitação concedida.	10/12/1975
12/12/1975	2408/75	Executiva		Brasileiro; engenheiro agrônomo; viúvo	Brasileiro; do comércio; solteiro	O requerente solicita ao requerido o pagamento de sua dívida, no prazo de 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, sob pena de penhora de bens. Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	29/11/1976
12/12/1975	2409/75	Despejo		Brasileiro; agricultor; casado	Brasileiro; do comércio; casado	Por ter o requerido faltado com o pagamento dos aluguéis do imóvel, conforme estipulado em contrato, o requerente solicita o pagamento dos aluguéis atrasados, sob pena de lhe ser decretada ação de despejo. Por fim, houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	11/03/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/12/1975	2414/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; casado; Curitiba - PR	1) Pessoa Física; Janiópolis - PR; 2) Pessoa Física; Janiópolis - PR; 3) Pessoa Física; Janiópolis - PR	O requerente solicita aos requeridos o pagamento de seus débitos, no prazo de 24 horas, acrescido de juros e demais cominações legais, sob pena de penhora de bens. Houve desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	26/03/1976
12/12/1975	2423/75	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	02/01/1976
12/12/1975	2424/75	Alvará de Assistência Judiciária		Brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o beneficio da justiça gratuita, para que possa promover ação de alimentos contra seu companheiro.	Solicitação concedida.	12/12/1975
15/12/1975	2428/75	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor e do lar; casados; Peabiru - PR	O requerente é credor de importância representada por Cédula Rural Hipotecária. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	11/08/1976
15/12/1975	2429/75	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente possui determina quantidade de dinheiro, depositado em banco enquanto era menor. Porém está casada, tornando se capaz, e deseja o levantamento dessa importância.	Solicitação concedida.	29/12/1975
17/12/1975	2435/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de tutela.	Solicitação concedida.	18/12/1975
17/12/1975	2436/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de dissolução de sociedade de fato cumulada com partilha de bens.	Solicitação concedida.	18/12/1975
17/12/1975	2437/75	Executiva		Brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da justiça gratuita, para que possa promover ação de dissolução de sociedade de fato contra seu companheiro.	Solicitação concedida.	13/11/1978
17/12/1975	2440/75	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; engenheiro; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; estudante; solteiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por notas promissórias, já vencidas. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/10/1976

Data da Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/12/1975	2453/75	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; proprietários; casados; Campo Mourão - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente firmou com o requerido compromisso de compra e venda, acordando 220 prestações para compra do imóvel. Ocorre que já se passaram 04 anos da composição do contrato e o requerido pagou apenas 02 parcelas.	Homologado por sentença o pedido de notificação judicial.	06/02/1976
22/12/1975	2459/75	Executiva	Art. 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Houve desistência da ação.	28/06/1977
22/12/1975	2460/75	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite.	Solicitação concedida.	23/12/1975
23/12/1975	2464/75	Notificação	Decreto 59.566/64	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente firmou com o requerido parceria agrícola de uma parte de seu imóvel, pelo prazo de três anos, e deseja retomá-lo para explorá-lo no término do contrato. Para tanto, requer a notificação do requerido para que fique ciente da futura atitude do requerente.	Homologado por sentença o pedido de notificação judicial.	08/04/1976
24/12/1975	2471/75	Executiva		Pessoa Jurídica	Brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seus débitos, no prazo de 24 horas, acrescidos de juros e demais cominações legais, sob pena de penhora de bens. Tendo em vista o pagamento da dívida, foi extinta a ação de execução.	Julgada extinta a ação de execução.	26/05/1976
30/12/1975	2485/75	Notificação	Art. 865 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mandaguaçú - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; Campo Mourão - PR	O requerente é proprietário de terra, na qual o requerido reside, mantendo exploração agrícola, sem qualquer tipo de contrato. O requerente deseja manter cultura efetiva e a ocupação do imóvel que vem sendo ocupado indevidamente pelo requerido, por isso necessita que o mesmo seja notificado.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	26/02/1976
30/12/1975	2487/75	Notificação	Art. 865 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mandaguaçú - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; Campo Mourão - PR	O requerente é proprietário terra, na qual o requerido reside, mantendo exploração agrícola, sem qualquer tipo de contrato. O requerente deseja manter cultura efetiva e a ocupação do imóvel que vem sendo ocupado indevidamente pelo requerido, por isso necessita que o mesmo seja notificado.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	26/02/1976

Processos

1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/01/1976	05/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita a assistência gratuita, com base no seu atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	07/01/1976
06/01/1976	06/76	Executiva		Pessoa Física; português; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dívida. Por fim, houve a desistência da ação em função do acordo amigável entre as partes.	Homologada desistência da ação em função de acordo amigável.	25/11/1976
07/01/1976	09/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita a assistência gratuita, com base no seu atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	12/01/1976
07/01/1976	10/76	Pedido de Férias		Pessoa Física		O requerente solicita férias.	Pedido deferido.	07/01/1976
07/01/1976	11/76	Pedido de Aproveitamento		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o encerramento dos livros, bem como seu aproveitamento.	Pedido deferido.	09/01/1976
07/01/1976	12/76	Pedido de Aproveitamento		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o encerramento das escriturações, bem como o aproveitamento dos livros.	Pedido deferido.	15/01/1976
07/01/1976	13/76	Pedido de Aproveitamento		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o encerramento dos livros, bem como seu aproveitamento.	Pedido deferido.	15/01/1976
07/01/1976	14/76	Pedido de Aproveitamento		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o encerramento dos livros, bem como seu aproveitamento.	Pedido deferido.	05/01/1976
07/01/1976	15/76	Pedido de Aproveitamento		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o encerramento dos livros, bem como seu aproveitamento.	Pedido deferido.	05/01/1976
09/01/1976	27/76	Homologação		Pessoa Física; brasileiro; bancário; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a homologação da opção pelo FGTS.	Pedido deferido.	21/01/1976
12/01/1976	31/76	Tutela		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Lar Paraná; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita a tutela de uma menor, a qual ela já cuida há mais de 4 anos, após o falecimento da mãe legitima.	Tutela concedida.	22/01/1976
12/01/1976	34/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileira; serventuário da justiça, escrivão de paz; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que sejam marcadas suas férias regulares.	Pedido deferido.	15/01/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/01/1976	37/76	Pedido de Aproveitamento		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita encerramento dos livros, bem como o seu aproveitamento.	Pedido deferido.	09/01/1976
12/01/1976	38/76	Pedido de Aproveitamento		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; casado	O requerente solicita encerramento dos livros, bem como o seu aproveitamento.	Pedido deferido.	09/01/1976
12/01/1976	39/76	Pedido de Aprovação		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita aprovação de modelo de fichas.	Pedido deferido.	07/01/1976
12/01/1976	42/76	Pedido de Aproveitamento		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o aproveitamento dos livros.	Pedido deferido.	13/01/1976
12/01/1976	43/76	Pedido de Aproveitamento			Pessoa Jurídica	O requerente solicita o aproveitamento dos livros.	Pedido deferido.	07/01/1976
12/01/1976	44/76	Pedido de Encerramento de Livro		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente solicita o encerramento dos livros, bem como seu aproveitamento.	Pedido deferido.	15/01/1976
13/01/1976	45/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o auxilio judicial para defender seus interesses.	Solicitação concedida.	15/01/1976
13/01/1976	47/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita assistência judiciária a fim de promover ação contra seu marido e outras providências.	Solicitação concedida.	15/01/1976
14/01/1976	49/76	Pedido de Remoção		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita remoção de cartório.	Pedido arquivado.	12/01/1976
14/01/1976	50/76	Pedido de Opção		Pessoa Física; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; casado	O requerente solicita a opção de tabelionato de notas em Barboza Ferraz.	Pedido deferido.	12/01/1976
14/01/1976	51/76	Pedido de Opção		Pessoa Física; profissão	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a opção pela 2° Vara desta comarca.	Pedido deferido.	15/01/1976
14/01/1976	52/76	Pedido de Encerramento de Livro		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o encerramento das escriturações.	Pedido deferido.	09/01/1976
15/01/1976	54/76	Pedido de Reabertura de Livro		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a reabertura do livro de óbitos.	Pedido deferido.	12/01/1976
15/01/1976	55/76	Pedido de Reabertura de Livro		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a reabertura dos livros de nascimento.	Pedido deferido.	12/01/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
15/01/1976	56/76	Pedido de reabertura de livro		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica; casado	O requerente solicita a reabertura do livro de registro de casamentos.	Pedido deferido.	14/04/1976
15/01/1976	57/76	Pedido de Remoção		Pessoa Física; comissário de vigilância de menores; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita sua remoção para o cargo de oficial de justiça da vara de família e registros públicos desta comarca.	Pedido deferido.	15/01/1976
15/01/1976	58/76	Pedido de Remoção		Pessoa Física; oficial de justiça da vara criminal e de menores; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita sua remoção para a 1° ou 2° vara cível desta comarca.	Pedido deferido.	15/01/1976
15/01/1976	59/76	Pedido de Remoção		Pessoa Física; oficial de justiça da vara criminal e de menores; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; casado	O requerente solicita remoção para a 1° ou 2° vara desta comarca.	Pedido deferido.	15/01/1976
15/01/1976	60/76	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileira; escrevente juramentada; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; casado	O requerente solicita 15 dias de licença para tratamento de saúde.	Pedido deferido.	15/01/1976
19/01/1976	61/76	Executiva		Pessoa Física; advogado; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de débito em 24 horas, ou que nomeie bens a penhora. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	11/06/1976
19/01/1976	64/76	Executiva		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Ubiratã - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seus débitos, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve acordo amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação	26/02/1976
19/01/1976	65/76	Busca e Apreensão		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seus débitos, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve acordo amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação.	11/02/1976
20/01/1976	66/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária a fim de garantir seus direitos.	Solicitação concedida.	21/01/1976
20/01/1976	67/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o direito de assistência judiciária, mediante sua condição econômica.	Solicitação concedida.	21/01/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
21/01/1976	68/76	Pedido de Aproveitamento		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o aproveitamento dos livros do cartório.	Pedido deferido.	19/01/1976
22/01/1976	74/76	Executiva		Pessoa Física; Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dívida. Por fim, houve a desistência da ação, em função do pagamento da dívida.	Homologada desistência da ação em função de acordo amigável.	10/08/1976
22/01/1976	75/76	Executiva		Pessoa Física; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dívida. Por fim, houve a desistência da ação, em função do pagamento da dívida.	Homologada desistência da ação em função de acordo amigável.	29/02/1976
23/01/1976	77/76	Consignação em Pagamento		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de prestações de um imóvel vendido ao requerido. Por fim, houve desistência da ação mediante acordo amigável.	Homologada a desistência da ação.	06/10/1976
23/01/1976	80/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária a fim de garantir seus direitos.	Solicitação concedida.	26/01/1976
26/01/1976	84/76	Executiva		Pessoa Jurídica; Maringá - PR	Pessoa Física	O requerente solicita o pagamento da dívida. Houve desistência da ação mediante acordo amigável.	Homologada desistência da ação em função de acordo amigável.	12/07/1977
27/01/1976	87/76	Pedido de Aproveitamento		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita autorização para encerramento e reaproveitamento de livro do cartório.	Solicitação concedida.	23/01/1976
27/01/1976	88/76	Pedido de Aproveitamento		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o aproveitamento dos livros do cartório.	Pedido deferido.	27/01/1976
27/01/1976	89/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Jurídica; brasileira; enfermeira; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita assistência da justiça, para mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	26/01/1976
27/01/1976	90/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária a fim de garantir seus direitos.	Solicitação concedida.	28/01/1976
27/01/1976	91/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; operária; casada	Pessoa Jurídica	A requerente solicita assistência judiciária a fim de garantir seus direitos.	Solicitação concedida.	28/01/1976
28/01/1976	101/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileira; escrevente juramentada; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que sejam marcadas suas férias regulares.	Pedido deferido.	27/01/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/01/1976	102/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileira; oficial vitalício do cartório de registros civil; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que sejam marcadas suas férias regulares.	Pedido deferido.	27/01/1976
28/01/1976	103/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; ensacador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária a fim de garantir seus direitos.	Solicitação concedida.	28/01/1976
28/01/1976	105/76	Executiva		Pessoa Física; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de uma duplicata no valor de Cr$ 48.763,50. Por fim, houve a desistência da ação em função do pagamento da dívida.	Homologada desistência da ação em função de acordo amigável.	28/01/1976
28/01/1976	106/76	Busca e Apreensão		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente solicita ao requerido a devolução do seu material de trabalho bem como o pagamento das notas promissórias. Por fim, foi homologada a sentença, havendo arquivamento da ação.	Homologada a sentença.	04/06/1976
28/01/1976	093/76	Pedido de Adiamento de Férias		Pessoa Física; oficial do registro civil	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o adiamento de suas férias por motivo de doença na família.	Pedido deferido.	27/01/1976
28/01/1976	095/76	Busca e Apreensão		Pessoa Física; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agropecuarista; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento das notas promissórias. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	29/03/1976
28/01/1976	096/76	Depósito		Pessoa Física; São Paulo - SP	Pessoa Física; advogado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido o pagamento das notas promissórias. Por fim, houve o pagamento da dívida.	Homologada a desistência da ação.	09/03/1977
28/01/1976	098/76	Executiva		Pessoa Física; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agropecuarista; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dívida. Por fim, houve a desistência da ação em função do pagamento da dívida.	Homologada desistência da ação em função de acordo amigável.	12/10/1976
29/01/1976	109/76	Executiva		Pessoa Física; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dívida o mais rápido possível, sob pena de penhora de bens.	Homologada a execução.	08/06/1977
29/01/1976	110/76	Indenização		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; motorista; Paranavaí - PR	O requerente solicita ao requerido uma indenização devido a acidente causado pelo mesmo. Por fim, houve desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	31/05/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/01/1976	114/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; lavradora; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita assistência judiciária com base em atestado de pobreza. O pedido foi deferido, concedendo-se à requerente o direito a assistência judiciária.	Solicitação concedida.	30/01/1976
30/01/1976	118/76	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; São Sebastião do Ivaí - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido o pagamento de seus débitos, sob pena de penhora de bens. Por fim, houve acordo amigável entre as partes.	Homologada a desistência da ação em função de acordo amigável.	02/09/1976
30/01/1976	123/76	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido em função do não pagamento de débitos, Por fim, houve acordo amigável entre as partes.	Homologada sentença e acordo amigável.	30/09/1976
30/01/1976	126/76	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente é credor do requerido devido a empréstimo não pago. Por fim, houve a desistência da ação em função de acordo amigável entre as partes.	Homologada por sentença a desistência da ação.	12/08/1976
30/01/1976	129/76	Pedido de Adiamento de Férias		Pessoa Física; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o adiamento de suas férias devido ao acúmulo de tarefas.	Pedido deferido.	28/01/1976
02/02/1976	131/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; casado	O requerente solicita assistência judiciária a fim de garantir seus direitos.	Solicitação concedida.	05/02/1976
03/02/1976	133/76	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido o devido pagamento de dívida. Por fim, houve desistência da ação em função de acordo amigável entre as partes.	Homologada desistência da ação em função de acordo amigável.	18/03/1976
03/02/1976	139/76	Pedido de Aproveitamento		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o pagamento de dívida. Por fim, a ação foi arquivada tendo em vista o pagamento da dívida.	Homologada sentença com o pagamento da dívida.	15/06/1976
03/02/1976	147/76	Executiva		Brasileiro; agricultor; casado	Pessoa Física; agricultor	O requerente solicita o pagamento de dívida. Por fim, houve desistência da ação com um acordo amigável.	Homologação da desistência da ação.	18/01/1977
03/02/1976	148/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária a fim de promover ação contra seu marido e outras providências.	Solicitação concedida.	28/01/1976
04/02/1976	149/76	Pedido de Licença		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que se encaminhe os pedidos de licença.	Pedido deferido.	03/02/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/02/1976	150/76	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que suas férias sejam transferidas para outra data, devido ao acúmulo de atividades no cartório.	Pedido deferido.	04/02/1976
04/02/1976	155/76	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; português; lavrador; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita baixa na distribuição, uma vez que ação anterior movida contra o requerente vem prejudicando seu crédito. A dívida anterior já havia sido paga e o pedido foi deferido.	Pedido deferido.	25/02/1976
06/02/1976	160/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária a fim de fazer valer seus direitos mediante atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	09/02/1976
06/02/1976	161/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Física	A requerente solicita assistência judiciária a fim de promover ação de investigação de paternidade, cumulada com ação de alimentos.	Solicitação concedida.	09/02/1976
06/02/1976	162/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita assistência judiciária para promover ação de desquite.	Solicitação concedida.	09/02/1976
09/02/1976	168/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva	Pessoa Jurídica	A requerente solicita assistência judiciária a fim de mover ação civil, não tendo recursos para custear a ação.	Solicitação concedida.	10/02/1976
09/02/1976	169/76	Alvará		Pessoa Física; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita alvará judicial para que possa, juntamente com banco, refinanciar dívidas acumuladas de propriedade. Por fim, houve parecer favorável à requerente.	Pedido deferido.	25/08/1977
10/02/1976	172/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Roncador - PR	Pessoa Jurídica; casado	A requerente solicita assistência judiciária para mover ação de alimentos contra seu marido, em favor do seus filhos menores de idade.	Solicitação concedida.	11/02/1976
11/02/1976	173/76	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido que desocupe o imóvel num prazo de 15 dias. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação.	02/04/1976
12/02/1976	175/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência judiciária a fim de mover ação de alimentos contra seu marido em favor de seus filhos menores de idade.	Solicitação concedida.	13/02/1976
12/02/1976	176/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita o beneficio da justiça gratuita para mover ação de retificação do registro civil de seus filhos menores.	Solicitação concedida.	13/02/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/02/1976	177/96	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência da justiça, visto não ter condições para promover ação judicial.	Solicitação concedida.	13/02/1976
12/02/1976	179/76	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita ao requerido o pagamento de dívida tributária. Por fim, houve desistência da ação tendo em vista o pagamento da dívida.	Homologada a desistência da execução.	14/05/1976
12/02/1976	180/76	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita o pagamento de dívida em 24 horas. Por fim, houve desistência da ação, com acordo amigável.	Homologada por sentença a desistência da ação.	08/04/1976
12/02/1976	181/76	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, diante do não pagamento de nota promissória.	Homologado por sentença o acordo entre as partes.	30/04/1976
12/02/1976	187/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário de justiça	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias, conforme escala estabelecida pelo Juiz.	Pedido concedido.	11/02/1976
13/02/1976	189/76	Executiva	Art. 586 e 653 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; Mamborê - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, tendo sido efetuado o pagamento do valor que cabia à parte autora, a ação fora julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	27/07/1976
16/02/1976	197/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite.	Solicitação concedida.	17/02/1976
17/02/1976	199/76	Executiva	Art. 566, I e 585, VI da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Mamborê - PR	O requerido é devedor da Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No decorrer dos autos, tendo em vista o pagamento da dívida, houve a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	29/03/1976
17/02/1976	200/76	Executiva	Art. 566, I e 585, VI da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Mamborê - PR	O requerido é devedor da Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No decorrer dos autos, tendo em vista o pagamento da dívida, houve a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	29/03/1976
17/02/1976	201/76	Executiva	Art. 566, I e 585, VI da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Mamborê - PR	O requerido é devedor da Fazenda Pública Municipal, correspondente a débitos tributários. No decorrer dos autos, tendo em vista o pagamento da dívida, houve a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	29/03/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
17/02/1976	205/76	Cancelamento de Registro		Pessoa Jurídica; brasileiro; operária; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido cancelamento de registro de determinado imóvel, que pertence à primeira circunscrição imobiliária.	Pedido deferido.	09/03/1976
17/02/1976	206/76	Cancelamento de Registro		Pessoa Jurídica; brasileiro; operário; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ao requerido cancelamento de registro de determinado imóvel, que pertence à primeira circunscrição imobiliária.	Pedido deferido.	09/03/1976
17/02/1976	207/76	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita autorização para levantamento de depósito em caderneta de poupança, visto que se emancipou, tornando-se de maior. Solicitou ainda alvará para liberação do dinheiro.	Solicitação concedida.	09/04/1976
18/02/1976	213/76	Executiva	Art. 585, I; 586 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	29/03/1976
18/02/1976	216/76	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércios; casados; Campo Mourão - PR e Pitanga - PR	O requerente é credor de importância representada por notas promissórias, já vencidas. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista composição amigável entre as partes.	24/05/1976
18/02/1976	221/76	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão de um televisor, já que o requerido adquiriu um financiamento junto ao requerente e não efetuou o pagamento das parcelas estipuladas pelo contrato. Por fim, houve composição amigável, sendo solicitada a desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista composição amigável entre as partes.	05/08/1976
19/02/1976	233/76	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; doméstica; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente viveu maritalmente por mais de 10 anos com companheiro, já falecido, de cujo relacionamento nasceram 3 filhos. Antes do falecimento de seu companheiro, este instituiu seguro de vida, porém neste documento consta o nome incorreto da requerente, que está, portanto, impedida de receber pensão no INSS, bem como os outros benefícios, por causa de seu nome.	Solicitação concedida.	02/04/1976
20/02/1976	236/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Osasco - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casados; Janiópolis - PR e Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	01/09/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
20/02/1976	237/76	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; casado; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicatas, já vencidas, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	26/06/1976
20/02/1976	241/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavradora; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação judicial, para provar morte de seu marido, a fim de instruir pedido de benefício junto ao funeral.	Solicitação concedida.	23/02/1976
23/02/1976	303/76	Justificação	Art. 861 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Roncador - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente teve seu nome foi escrito incorretamente em escritura pública.	Pedido deferido.	29/04/1976
25/02/1976	310/76	Executiva	Art. 566, I; 585 e 654, I da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; advogado; casado;	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	21/07/1976
25/02/1976	311/76	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	31/05/1976
25/02/1976	312/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	14/12/1976
25/02/1976	319/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteira	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para defender seus interesses particulares, não especificados no processo.	Solicitação concedida.	26/02/1976
25/02/1976	320/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; espanhola; viúva	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação para assento de óbito de seu esposo.	Solicitação concedida.	26/02/1976
26/02/1976	351/76	Executiva	Art. 585, I; 652 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Corumbataí do Sul - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicatas, já vencidas. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	11/03/1977
26/02/1976	352/76	Executiva	Art. 585, I; 652 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Corumbataí do Sul - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicatas, já vencidas. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	24/03/1977

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/03/1976	363/76	Embargos	Art. 13, I da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerido moveu, anteriormente, ação de execução contra o requerente. O requerente solicita embargos, alegando que a ação foi apresentada sem a devida representação legal, bem como de não ter sido avisado, visto não ter correio na cidade, não estando ciente dos prazos para que pudesse recorrer. Tendo em vista a desistência da primeira ação, o pedido foi indeferido.	Julgado improcedente o pedido de embargos à execução.	18/04/1977
05/03/1976	360/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite.	Solicitação concedida.	08/05/1976
05/03/1976	364/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Umuarama - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavradores; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	26/04/1976
09/03/1976	397/76	Executiva		Pessoa Física; Japonês; do comércio; solteiro; Londrina - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cheque, devolvido por falta de fundos. No curso dos autos, o requerido procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	07/07/1977
09/03/1976	398/76	Executiva	Art. 566, I; 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Apucarana - PR	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Corumbataí do Sul - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, foi solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	05/07/1976
09/03/1976	399/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; viúva; Cascavel - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para defender seus interesses.	Solicitação concedida.	09/03/1976
10/03/1976	400/76	Reivindicatória		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casados; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casados; Barboza Ferraz - PR	O requerente teve sua propriedade invadida pelos requeridos, que arrancaram todas as plantas, inclusive as proibidas por lei, causando grandes danos ao requerente. Por fim, os requeridos deixaram a propriedade, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	12/08/1976
10/03/1976	401/76	Executiva	Art. 585, VI da Lei 5.869/73; Art. 18 da Lei Delegada 4/62	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de dívida correspondente a multa imposta por infração. No decorrer dos autos, a parte requerida procedeu ao pagamento, sendo solicitada a desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	29/09/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
10/03/1976	403/76	Executiva	Art. 585, VI da Lei 5.869/73; Art. 18 da Lei Delegada 4/62	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de dívida correspondente a multa imposta por infração. No decorrer dos autos, a parte requerida procedeu ao pagamento, sendo solicitada a desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	09/07/1976
10/03/1976	404/76	Executiva	Art. 585, VI da Lei 5.869/73; Art. 18 da Lei Delegada 4/62	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de dívida correspondente a multa imposta por infração. No decorrer dos autos, a parte requerida procedeu ao pagamento, sendo solicitada a desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	19/04/1979
10/03/1976	405/76	Executiva	Art. 585, VI da Lei 5.869/73; Art. 18 da Lei Delegada 4/62	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Mamborê - PR	O requerente é credor do requerido de dívida correspondente a multa imposta por infração. No decorrer dos autos, a parte requerida procedeu ao pagamento, sendo solicitada a desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	20/05/1976
10/03/1976	406/76	Executiva	Art. 585, VI da Lei 5.869/73; Art. 18 da Lei Delegada 4/62	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de dívida correspondente a multa imposta por infração. No decorrer dos autos, a parte requerida procedeu ao pagamento, sendo solicitada a desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	25/11/1976
10/03/1976	409/76	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita licença para fins de tratamento de saúde, requerendo ainda que se designe nomear um substituto.	Solicitação concedida.	11/03/1976
10/03/1976	410/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; doméstica; solteira	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de reconhecimento de paternidade, cumulada de ação de alimentos.	Solicitação concedida.	11/03/1976
10/03/1976	411/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos representando sua filha.	Solicitação concedida.	11/03/1976
10/03/1976	412/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; costureira; casado	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite.	Solicitação concedida.	11/03/1976
11/03/1976	415/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite.	Solicitação concedida.	12/03/1976
11/03/1976	417/76	Cobrança		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; motorista; Campo Mourão - PR	O requerente locou imóvel ao requerido, e este não pagou os aluguéis em atraso, mesmo sendo despejado do imóvel. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Houve desistência da ação.	09/04/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
11/03/1976	419/76	Executiva	Art. 580, 585, I e 614 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR e Barboza Ferraz - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/05/1976
12/03/1976	421/76	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; professor; casado; Maringá - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita baixa na distribuição de carta precatória, movida contra ele, porém já paga, pois deseja contrair financiamento em instituição bancária.	Pedido deferido.	31/03/1976
12/03/1976	422/76	Despejo	Art. 350 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Engenheiro Beltrão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ação de despejo alegando atraso nos aluguéis pactuados. Todavia, o requerido desocupou voluntariamente o imóvel, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	10/05/1976
16/03/1976	430/76	Pedido de Encerramento de Livro		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para que possa ser iniciada nova numeração e escrituração dos registros de nascimento, casamentos, editais e óbitos, enviando ainda os termos de fechamentos de livro já fechado.	Pedido deferido.	12/03/1976
16/03/1976	432/76	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; do comércio e do lar; casados	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Os requerentes, representando sua filha menor, solicitam suprimento de idade para realizar casamento, já que a menor manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Suprimento de idade concedido.	23/04/1976
17/03/1976	435/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de indenização por ato ilícito.	Solicitação concedida.	18/03/1976
17/03/1976	437/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR e Corumbataí do Sul - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	20/05/1976
17/03/1976	438/76	Executiva	Art. 585, I da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Jandaia do Sul - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Iretama - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, a ação foi julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	17/06/1977
17/03/1976	440/76	Consignação em Pagamento	Art. 890 e 972 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casada	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; desquitada; Campo Mourão - PR	O requerente move a presente ação tendo em vista que o requerido recusou-se a receber aluguel, sem uma majoração. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	24/05/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
18/03/1976	442/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavradores e do lar; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia, da qual o terceiro requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	25/11/1976
18/03/1976	454/76	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteira; Campo Mourão - PR	O requerente solicita que a requerida seja notificada, visto que esta começou a construir uma casa na propriedade do requerido.	Notificação concedida.	16/05/1976
18/03/1976	456/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; viúva; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de dissolução de sociedade, cumulada com ação de partilha de bens, que promoverá em nome de sua filha menor.	Solicitação concedida.	22/03/1976
18/03/1976	457/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos em nome de seus filhos menores.	Solicitação concedida.	22/03/1976
22/03/1976	511/76	Executiva	Art. 41 do Decreto-Lei 167/67	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiros; avicultor e do lar; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural hipotecária, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	14/12/1976
23/03/1976	513/76	Executiva	Art.566, 585 e 5.474 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão – PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	19/08/1976
23/03/1976	516/76	Tutela	Art. 409 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o pedido de tutela, porque a mãe do menor está falecida há oito anos, o pai está desaparecido, em lugar incerto, e o menor pretende convolar núpcias, necessitando para tanto de tutor para aprovação.	Tutela concedida.	31/05/1976
23/03/1976	517/76	Retificação	Art. 860 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Piquirivaí- PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a retificação de seu nome, que em determinado documento consta apenas o sobrenome de seu pai.	Pedido deferido.	28/04/1976
24/03/1976	521/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Umuarama - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Luiziana- PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, foi solicitada a desistência da ação para desentranhamento dos documentos.	Homologado o pedido de desistência da ação.	27/05/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/03/1976	523/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Umuarama - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, foi solicitada a desistência da ação para desentranhamento dos documentos.	Homologado o pedido de desistência da ação.	05/07/1977
24/03/1976	531/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para defender seus direitos.	Solicitação concedida.	25/03/1976
25/03/1976	536/76	Executiva	Art. 580 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Barboza Ferraz - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado o pedido de desistência da ação.	17/05/1976
25/03/1976	541/76	Alvará		Brasileiro	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente, representando seus filhos menores, solicitou autorização para em nome deles dar em penhor agrícola safra de trigo, bem como hipotecar um lote de terras, em razão de contrato de financiamento celebrado com banco, uma vez que a instituição exigia essas duas condições.	Julgado procedente o pedido de alvará judicial.	09/04/1976
26/03/1976	543/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; enfermeira; desquitada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de investigação de paternidade cumulada com ação de alimentos.	Solicitação concedida.	29/03/1976
26/03/1976	546/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; técnico em rede telefônica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o requerido era avalista. Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	31/05/1976
29/03/1976	558/76	Cancelamento de Protesto		Espanhol; agricultor; casado; Iretama - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o cancelamento de protesto, em razão de já ter pago duplicata vencida. O Ministério Público manifestou-se favorável ao pedido, porém como averbação.	Homologado por sentença o pedido, como averbação.	03/05/1976
30/03/1976	562/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	06/08/1976
30/03/1976	563/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo julgada extinta a ação tendo em vista o pagamento da dívida.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento de débito.	05/07/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/03/1976	564/76	Executiva	Art.172 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro	1) Pessoa Física; brasileiro; pecuarista; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR; 3) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR; 4) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o requerido era avalista. Foi solicitada a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	18/06/1976
30/03/1976	565/76	Executiva	Art.172 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro		O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o requerido era avalista. Foi solicitada a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	27/10/1976
30/03/1976	566/76	Executiva	Art.172 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; do comércio, do lar; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por carta finança, já vencida, da qual o requerido era avalista. Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	07/06/1976
01/04/1976	570/76	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física; brasileiro; oficial de justiça; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita transferência das férias de 1 de Abril para 1 de Junho.	Pedido deferido.	06/04/1976
01/04/1976	572/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita assistência judiciária, para poder efetivar seu benefício do Fundo de Assistência ao Trabalhador.	Pedido deferido.	02/04/1976
02/04/1976	580/76	Protesto	Art. 10 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Moreira Sales - PR	Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de cédula rural pignoratícia e hipotecária, destinada ao financiamento do custeio de lavoura de algodão herbáceo. O requerente solicita que seja sustado o levantamento de penhora de bens feito antes da inscrição hipotecária.	Solicitação indeferida.	02/04/1976
02/04/1976	581/76	Executiva	Decreto-Lei 167/67	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédulas rurais pignoratícias, já vencidas. Homologado pedido de desistência da ação.	Homologado pedido de desistência da ação.	20/05/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
02/04/1976	582/76	Executiva	Decreto-Lei 167/67	Pessoa Jurídica; brasileiro; Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por cédulas rurais pignoratícias, já vencidas. Homologado pedido de desistência da ação.	Homologado pedido de desistência da ação.	12/08/1976
02/04/1976	583/76	Executiva	Decreto-Lei 167/67	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; da lavoura; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por notas promissórias, já vencidas. Homologado pedido de desistência da ação.	Homologado pedido de desistência da ação.	18/05/1976
02/04/1976	586/76	Pedido de Reabertura de Livro	Art. 294 da Lei 6.015/73; Lei 6.216/75	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita reabertura de livro, para promover averbação no livro aberto.	Pedido concedido.	05/04/1976
02/04/1976	587/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; titular do 1° ofício de notas; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita que lhe sejam concedidas as férias a que tem direito.	Pedido concedido.	05/04/1976
02/04/1976	588/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; lavradora; viúva	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita gratuidade de justiça para que possa promover justificação sobre situação de dependência econômica de seu neto.	Solicitação concedida.	05/04/1976
05/04/1976	589/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; pedreiro; solteiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita gratuidade de justiça para que possa promover justificação judicial.	Solicitação concedida.	06/04/1976
05/04/1976	590/76	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; estudante; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para a liberação de uma quantia que se encontra em banco e que lhe pertence por direito.	Pedido concedido.	30/04/1976
05/04/1976	597/76	Juramentação de Funcionário		Pessoa Física; brasileiro; serventuário de justiça	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita juramentação do empregado do cartório que é titular.	Pedido deferido.	05/04/1976
05/04/1976	598/76	Justificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador e motorista; casado; Farol - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente move a ação tendo em vista ter seu nome negativado no cartório, porém trata-se de um caso de homonímia.	Homologado por sentença o pedido de justificação judicial.	19/08/1976
06/04/1976	602/76	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casada; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; Janiópolis - PR	O requerente é devedor de Cr$ 237,60 referentes a taxas de melhoramento de lote. Homologado pedido de desistência da ação.	Homologado o pedido de desistência da ação.	21/07/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
06/04/1976	603/76	Executiva	Art.566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; Janiópolis - PR	O requerido é devedor junto à Fazenda Pública Municipal. Homologado o pedido de desistência da ação.	Homologado o pedido de desistência da ação.	06/09/1976
06/04/1976	604/76	Executiva	Art.566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; Janiópolis - PR	O requerido é devedor junto à Fazenda Pública Municipal. Homologado o pedido de desistência da ação.	Homologado o pedido de desistência da ação.	21/07/1976
06/04/1976	607/76	Executiva	Art.566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; Janiópolis - PR	O requerido é devedor junto à Fazenda Pública Municipal. Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	Julgada extinta ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	24/06/1976
07/04/1976	608/76	Executiva	Art.566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; Janiópolis - PR	O requerido é devedor junto à Fazenda Pública Municipal. Homologado o pedido de desistência da ação.	Homologado o pedido de desistência da ação.	19/04/1976
07/04/1976	611/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita assistência judiciária, para promover ação de investigação de paternidade cumulada com ação de alimentos.	Solicitação concedida.	08/04/1976
07/04/1976	612/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	08/04/1976
08/04/1976	613/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita assistência judiciária, para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	09/04/1976
08/04/1976	614/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita assistência judiciária, para propor ação de dissolução de sociedade, cumulada de partilha.	Solicitação concedida.	20/04/1976
09/04/1976	618/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Belo Horizonte - MG	Pessoa Física; brasileiro; lavrador e funcionário de prefeitura; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota de crédito rural, já vencida, da qual o segundo executado era avalista. Homologado o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	25/06/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
09/04/1976	621/76	Retificação		Pessoa Física; brasileiro naturalizado; agricultor; Campo Mourão - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita retificação de registro imobiliário, pois seu nome está escrito errado.	Pedido concedido.	04/05/1976
12/04/1976	627/76	Cobrança		Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; comércio; Campo Mourão - PR	O requerente solicita indenização de Cr$ 1.957,00, acrescido de juros, por mercadorias não pagas. Homologado o pedido de desistência da ação.	Homologado pedido de desistência da ação.	14/01/1977
12/04/1976	633/76	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; mecânico; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o recebimento de bem alienado. Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	24/05/1976
12/04/1976	638/76	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	1) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por notas promissórias, já vencidas, da qual o requerido era avalista. Homologado pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	14/05/1976
12/04/1976	643/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicatas aceitas, já vencidas, da qual o segundo requerido era avalista. Por fim, houve a homologação do pedido de desistência da ação.	Homologado pedido de desistência da ação.	27/01/1977
12/04/1976	648/76	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente é credor de importância representada por cheque, recusado por falta de fundos, e por duplicata já vencida. No decorrer dos autos, foi homologado pedido de desistência da ação, devido ao pagamento da dívida.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	02/09/1976
14/04/1976	663/76	Embargos		Pessoa Física; português; do comércio; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	O requerente interpôs embargos à execução, que lhe movia o requerido, apresentado que o requerido não poderia mover a ação, pois não poderia representar isoladamente a empresa sem no mínimo 6 sócios. Alega também que a data de vencimento das duplicatas estava errada, e que não havia prova da entrega da mercadoria, nem nota fiscal. Julgado improcedente o pedido.	Julgado improcedente o pedido de embargos à execução.	25/05/1976
14/04/1976	667/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; viúva; Mamborê- PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover autorização judicial.	Solicitação concedida.	19/04/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
14/04/1976	668/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para deliberação da certidão de óbito de seu esposo, apresentando atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	19/04/1976
14/04/1976	669/76	Pedido de Baixa na Distribuição		Brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita baixa em carta precatória, pois isto tem o impedido de fazer financiamentos bancários.	Solicitação concedida.	13/05/1976
14/04/1976	671/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o requerido era avalista. Por fim, houve o pedido de desistência da ação, para liberação dos documentos.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	20/05/1976
14/04/1976	673/76	Executiva	Art. 652 da Lei 5.869/73	Brasileiro; Curitiba - PR	Brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	26/11/1976
19/04/1976	696/76	Busca e Apreensão	Art. 66 da Lei 4.728/65 e Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; português; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão de veículo, tendo em vista que o requerido deixou de cumprir com os compromissos assumidos em contrato de financiamento. As partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	03/06/1976
19/04/1976	697/76	Busca e Apreensão	Lei 4.728/65 e Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Boa Esperança - PR	O requerente solicita busca e apreensão de veículo, tendo em vista que o requerido deixou de cumprir com compromissos assumidos em contrato de adesão consistente no pagamento de parcelas mensais devidas do consórcio. O requerido pagou as prestações em atraso, razão pela qual parte autora solicitou a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação, julgando-se extinta, nos termos do Artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil.	03/06/1976
19/04/1976	698/76	Busca e Apreensão	Lei 4.728/65 e Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão de veículo, tendo em vista que o requerido deixou de cumprir com os compromissos assumidos em contrato de adesão consistente no pagamento de parcelas mensais devidas do consórcio. O requerido pagou as prestações em atraso, razão pela qual a parte autora requereu a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação, julgando-se extinta, nos termos do Artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil.	12/11/1976
22/04/1976	717/76	Executiva Fiscal	Art. 585 da Lei 5.869/73		Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	A Fazenda Nacional ajuizou a presente para cobrar dívida representada por certidão, sendo a origem do débito uma multa. O requerido foi citado e pagou o débito, sendo o processo extinto.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	23/08/1976
22/04/1976	719/76	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Londrina - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia representada por cheque, que foi devolvido por falta de fundos. O requerido foi citado e pagou o montante devido, sendo a ação extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	21/06/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
30/04/1976	754/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos em desfavor de seu marido em seu nome e de sua filha menor.	Solicitação concedida.	03/05/1976
03/05/1976	755/76	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias conforme escala.	Solicitação concedida.	29/04/1976
03/05/1976	757/76	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita tutela, para que a menor possa contrair núpcias, visto que seus pais estão desaparecidos há anos.	Tutela concedida.	08/06/1976
03/05/1976	761/76	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileira; de prendas domésticas; casada; Campo Mourão - PR	O requerente ajuizou a presente para cobrar dívidas tributárias. A requerida foi citada e pagou o débito, sendo o processo extinto.	Homologada por sentença a desistência da ação.	27/05/1976
04/05/1976	763/76	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita baixa na distribuição de ação que ajuizou, tendo em vista que a parte interessada liquidou a demanda.	Pedido deferido.	18/08/1976
04/05/1976	764/76	Alvará de Assistência Judiciária	Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos em desfavor de seu marido em seu nome e de seus filhos.	Solicitação concedida.	05/05/1976
04/05/1976	765/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; lavrador; solteiro; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a nomeação de advogado da comarca para defender seus interesses referentes a arrendamento de terras, do qual está sendo expulso sem o pagamento de seus direitos.	Solicitação concedida.	06/05/1976
06/05/1976	772/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de busca e apreensão de sua filha menor.	Solicitação concedida.	07/05/1976
10/05/1976	785/76	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileiro; tabelião e oficial do registro civil; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita licença, para ausentar-se de seu cargo por 30 dias, em virtude de realização de intervenção cirúrgica.	Pedido deferido.	07/05/1976
11/05/1976	788/76	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita tutela, para que o menor possa contrair núpcias, visto que este ficou órfão.	Tutela concedida.	08/06/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/05/1976	789/76	Executiva	Art. 580, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória vencida e não paga. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação, julgando-se extinta.	23/06/1976
12/05/1976	798/76	Busca e Apreensão	Art. 6 do Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Mamborê - PR	O requerente solicita busca e apreensão de um bem alienado, tendo em vista que figurou como avalista em contrato de abertura de crédito por alienação fiduciária, sendo que o requerido deixou de cumprir com os compromissos assumidos, deixando vencer as notas promissórias. As partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	23/08/1976
12/05/1976	810/76	Cobrança		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Brasileiro; do comércio; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente é credor do requerido de dívida representada por duplicatas, já vencidas. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	27/10/1976
12/05/1976	811/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 4 da Lei 1.060/50	1) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR; 3) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR; 4) Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	Os requerentes pediram o benefício da justiça gratuita para mover ação cível.	Solicitação concedida.	13/05/1976
12/05/1976	812/76	Embargos		Pessoa Jurídica	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado	O requerente solicita o embargo da dívida. Houve a desistência da ação por meio de um acordo amigável.	Homologada a desistência da ação.	03/09/1976
13/05/1976	816/76	Executiva	Decreto-Lei 167/67 e Art. 583 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casados; Campo Mourão - PR	O requerente firmou com os requeridos compromisso de nota de crédito rural, com a finalidade de plantio de café em fazendas. Houve o cancelamento do financiamento, com base em laudo de vistoria na propriedade, bem como o vencimento de parcelas que não foram pagas. No curso da ação, o requerente desistiu do feito.	Homologada por sentença a desistência da ação.	22/12/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
13/05/1976	828/76	Executiva	Art. 795 da Lei 3.071/16; Decreto-Lei 167/67; Art. 585, III da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente firmou com os requeridos cédula rural hipotecária, objetivando a formação de lavoura cafeeira. Ocorre que foram constatadas irregularidades na formação das lavouras, conforme laudo juntado aos autos. No curso do processo, efetuou-se a liquidação da dívida, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	30/07/1976
13/05/1976	831/76	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Araruna - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória vencida e não paga. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação, julgando-se extinta.	06/09/1976
17/05/1976	842/76	Executiva		Pessoa Jurídica	Pessoa Física	O requerente é credor de importância representada por nota de crédito rural.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	06/10/1976
17/05/1976	843/76	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro naturalizado; agricultor; casado; Peabiru - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita baixa na distribuição de uma ação trabalhista proposta em seu desfavor. Efetuadas as buscas nos livros de registro nada foi encontrado, determinando-se a baixa requerida.	Pedido deferido.	18/05/1976
18/05/1976	846/76	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente é credor de importância representada por nota promissória vencida e não paga.	Homologada por sentença a desistência da ação.	06/08/1976
20/05/1976	876/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite em desfavor de seu marido.	Solicitação concedida.	21/05/1976
20/05/1976	880/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite em desfavor de seu marido, o qual está em lugar incerto e não sabido, sendo que a requerente já convive com outro homem.	Solicitação concedida.	21/05/1976
20/05/1976	881/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação judicial sobre fato que precisa provar junto ao Funrural.	Solicitação concedida.	21/05/1976
20/05/1976	891/76	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	O requerente solicita baixa na distribuição em razão da extinção e arquivamento das cartas precatórias em que figurava como requerida.	Pedido deferido, como averbação.	29/05/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
21/05/1976	617/76	Executiva	Art. 204 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro naturalizado; do comércio; casado; Maringá - PR	Brasileiro; Médico; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Houve desistência da ação.	19/11/1976
24/05/1976	898/76	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barboza Ferraz - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	O requerente é credor de importância representada por nota promissória vencida e não paga. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação, julgando-se extinta.	06/08/1976
26/05/1976	907/76	Suprimento de Idade		Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita suprimento de idade para sua filha menor poder contrair casamento, já que manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Suprimento de idade concedido.	21/07/1976
26/05/1976	908/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 4 da Lei 1.060/50	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação cível.	Solicitação concedida.	27/05/1976
27/05/1976	911/76	Busca e Apreensão	Lei 4.728/65 e Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão de um veículo, tendo em vista que o requerido deixou de cumprir com os compromissos assumidos em contrato de adesão consistente no pagamento de parcelas mensais devidas do consórcio. o requerido pagou as prestações em atraso, razão pela qual parte autora requereu a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação, julgando-se extinta, nos termos do Artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil.	24/06/1976
31/05/1976	920/76	Reclamação Trabalhista	Art. 158 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; do comércio; casados; Campo Mourão - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	Os requerentes solicitam notificação ao requerido, para comparecer a audiência de conciliação e julgamento, já que o requerido não efetuou o pagamento dos serviços prestados pelos requerentes. Por fim, houve desistência da reclamatória trabalhista, em função do pagamento aos requerentes.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	15/10/1976
31/05/1976	923/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; servente; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite em desfavor de sua mulher.	Solicitação concedida.	01/06/1976
01/06/1976	945/76	Executiva		Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; escriturário; casado; Campo Mourão - PR	O requerente move a presente execução por título extrajudicial em desfavor dos requeridos, que figuraram como fiadores em contrato de consórcio. Fundamentou seu pedido na responsabilidade solidária dos requeridos diante do débito decorrente do inadimplemento do contrato. No curso do processo, tendo em vista composição amigável, foi solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência.	21/10/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
01/06/1976	946/76	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por aluguéis vencidos, decorrente de contrato de locação firmando com o requerido, o qual não cumpriu com as obrigações pactuadas. No curso do processo, o requerente recebeu seu crédito e solicitou a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação, julgando-se extinta.	03/08/1976
01/06/1976	947/76	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória vencida e não paga. No curso do processo, recebeu seu crédito e solicitou a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação, julgando-se extinta.	15/10/1976
01/06/1976	948/76	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória vencida e não paga. No curso do processo, recebeu seu crédito e requereu a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação, julgando-se extinta.	23/06/1976
01/06/1976	949/76	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Física	O requerente é credor de importância representada por nota promissória vencida e não paga.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/09/1976
01/06/1976	952/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; oficial de justiça	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias, que foram concedidas.	Pedido deferido.	01/06/1976
02/06/1976	965/76	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita baixa na distribuição de uma ação de sequestro, alegando que tal processo não foi localizado, todavia, efetuadas as buscas ele foi encontrado, não sendo determinado o cancelamento, apenas a averbação. Foi constatado que o processo referia-se a pedido de sequestro de área invadida pelo ora requerente, entretanto não se tem notícia da ação principal, o que motivou a averbação ora descrita.	Determinada a averbação, junto ao registro da distribuição requerida.	02/07/1976
03/06/1976	966/76	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Arapuã - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Paraguaçu Paulista - SP	O requerente solicita que o requerido seja notificado, visto terem firmado contrato de compra e venda a respeito de área de terras, onde aparece cláusula penal em caso de arrependimento. Depois de procedida a transação, o requerido entregou ao requerente uma nota promissória da qual não se sabe o paradeiro dos que assinam e avalizam a mesma. Portanto, requer-se que o comprador avalize a nota promissória que deu como pagamento, sob pena de desfazer o negócio.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	28/06/1976
03/06/1976	967/76	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente, necessitando de certidão negativa do cartório distribuidor, solicitou baixa na distribuição de ação trabalhista que fora distribuída em seu desfavor, pois o cartório cível não localizou a dita ação.	Pedido deferido, como averbação.	04/06/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/06/1976	976/76	Consignação em Pagamento	Art. 890 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Paraguaçu Paulista - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultores; casado; Janiópolis - PR	O requerido recusa-se a receber a primeira parcela de imóvel comprado. Requer-se que sejam citados os requeridos para receberem o valor. No decorrer dos autos as partes entraram em acordo sendo solicitada a desistência da ação.	Houve desistência da ação, em função de acordo entre as partes.	02/09/1976
08/06/1976	1011/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Barboza Ferraz - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos contra seu marido.	Solicitação concedida.	08/06/1976
08/06/1976	993/76	Cobrança		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Mamborê - PR	O requerente é credor do requerido de dívida referente a venda de 150 camisas, representada por 3 duplicatas, sendo que duas delas não foram pagas. No decorrer dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	22/07/1976
08/06/1976	998/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação judicial sobre a existência de dois nomes pelos quais é conhecida.	Solicitação concedida.	09/06/1976
09/06/1976	1012/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite contra sua mulher.	Solicitação concedida.	10/06/1976
09/06/1976	1013/76	Alvará		Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; viúvo; Paraguai - PY	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente, representando sua filha menor, solicita expedição de alvará, para efetuar venda de menos de um alqueire de terra, visto que, por ser pouca terra, não é tão viável fazer exploração agrícola e passa a ser mais lucrativa a venda.	Pedido deferido.	12/08/1976
10/06/1976	1045/76	Executiva	Art. 585, 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Leopoldo - RS	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por triplicata, já vencida. Por fim, o pedido foi indeferido, visto que a execução para cobrança de crédito deve ter como base título líquido.	Pedido indeferido.	16/06/1976
10/06/1976	1046/76	Executiva	Art. 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; São Leopoldo - RS	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Fênix - PR	O requerente solicita execução. Contudo, a ação não pode prosperar, pois estava alicerçada em duplicata sem aceite, a qual não constitui título certo, líquido e exigível. Ainda, considerando que o réu residia em Fênix - PR, o foro competente para a ação seria a Comarca de Engenheiro Beltrão e não Campo Mourão - PR. Os fatos motivaram o indeferimento.	Solicitação indeferida, com fulcro no Artigo 276, VI, do Código de Processo Civil.	16/06/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
10/06/1976	1050/76	Executiva	Art. 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Corumbataí do Sul - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Corumbataí do Sul - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória vencida e não paga. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação, julgando-se extinta.	06/08/1976
10/06/1976	1051/76	Executiva	Art. 566, 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Piquirivaí - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória vencida e não paga. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, pois o crédito foi pago, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada a desistência da ação, julgando-se extinta.	06/08/1976
14/06/1976	1076/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite contra seu marido.	Solicitação concedida.	15/06/1976
14/06/1976	1077/76	Pedido de Reabertura de Livro	Art. 294 da Lei 6.015/73	Pessoa Física; brasileira; oficial do 2º cartório de registro de imóveis; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a abertura de livros, para o fim especial de lavrar as averbações, transcrições ou inscrições que não tenham espaço a margem.	Pedido deferido.	10/06/1976
14/06/1976	1079/76	Entrega de Certificado de Naturalização		Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica	Foi expedido Certificado de Naturalização, sendo marcada audiência para efetivar a entrega, mediante o juramento prestado pelo naturalizando.	Em audiência, foi deferido o juramento prestado pelo naturalizando, sendo entregue o Certificado de Naturalização.	24/06/1976
15/06/1976	1085/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita assistência da justiça, para mover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	15/06/1976
15/06/1976	1098/76	Executiva		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente é credor do requerido, no valor de Cr$ 154,74.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	18/10/1976
15/06/1976	1099/76	Pedido de Férias		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias, conforme tabela estabelecida pelo juiz.	Solicitação concedida.	18/06/1976
16/06/1976	1100/76	Alvará de Assistência Judiciária	Lei 1.060/50	Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação judicial sobre a morte de seu marido, visto que não houve registro do óbito, uma vez que pretende pleitear aposentadoria junto ao Funrural.	Solicitação concedida.	18/06/1976
16/06/1976	1101/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação judicial sobre a morte de seu marido, visto que não houve registro do óbito.	Solicitação concedida.	18/06/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
16/06/1976	1102/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a nomeação de defensor dativo para processo civil.	Solicitação concedida.	18/06/1976
18/06/1976	1111/76	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Cascavel - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita notificação ao requerido, para comparecer a audiência de conciliação e julgamento, já que o requerido não efetuou o pagamento dos serviços prestados pelo requerente. Por fim, houve desistência da reclamatória trabalhista.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	19/08/1976
18/06/1976	1112/76	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente, com 15 anos, não podia se casar. Representada por sua genitora, requer suprimento de idade e dispensa do alvará de proclamas, pois estava grávida e desejava casar-se. Foi produzida prova testemunhal. Os pedidos foram acolhidos, sendo expedido o competente alvará.	Suprimento de idade concedido.	08/07/1976
21/06/1976	1115/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; cozinheira; desquitada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação rescisória de sentença que decretou seu desquite.	Solicitação concedida.	22/06/1976
22/06/1976	1120/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casado	Pessoa Jurídica	O requerente solicita férias, que foram concedidas, mediante portaria, sendo indicado substituto para sua função.	Pedido deferido.	21/06/1976
22/06/1976	1121/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos contra seu marido em favor de suas duas filhas.	Solicitação concedida.	23/06/1976
22/06/1976	1122/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 267, 1 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos contra seu marido em favor de seus 05 filhos menores.	Solicitação concedida.	23/06/1976
22/06/1976	1126/76	Executiva		Pessoa Jurídica; Rolândia - PR	Pessoa Física; brasileira; do comércio; casado; Luiziana - PR	O requerente é credor de quantia representada por cheque, desprovido de fundos. No curso do processo, o requerido efetuou o pagamento, sendo o processo extinto.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	08/09/1976
22/06/1976	1127/76	Executiva		Pessoa Jurídica; Rolândia - PR	Pessoa Física; brasileira; do comércio; casada; Luiziana - PR	O requerente é credor de quantia representada por duplicata que não foi quitada. No curso do processo, a requerida efetuou o pagamento, sendo o processo extinto.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	13/10/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/06/1976	1128/76	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita baixa na distribuição referente à carta de citação e penhora, oriunda da Comarca de Uraí, visto que o autor da ação principal desistiu da mesma, o que foi comprovado.	Pedido deferido.	02/07/1976
24/06/1976	1148/76	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; corretor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita notificação do requerido, visto que firmaram contrato de alienação fiduciária, como participante de consórcio oferecido pela empresa requerente. O requerido deixou de efetuar pagamentos que se obrigou no contrato. Por fim, houve a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	12/08/1976
24/06/1976	1149/76	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Londrina - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; do comércio	O requerente solicita notificação, por edital, do requerido, em razão de estar em lugar incerto e não sabido, para efetuar o pagamento de débito em atraso. No curso do processo, o requerente desistiu da ação.	Homologada por sentença a desistência da notificação judicial.	12/08/1976
24/06/1976	1151/76	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73; Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; português; do comércio; casado	O requerente solicita notificação do requerido, tendo em vista que este deixou de efetuar o pagamento das quotas decorrentes da aquisição de veículo. O requerente solicita a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência.	13/08/1976
24/06/1976	1153/76	Pedido de Dispensa de Férias		Pessoa Física; brasileira; serventuária da justiça; desquitada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a dispensa de férias referentes ao exercício de 1975, para que fossem incluídas na contagem de tempo para fins de aposentadoria.	Pedido deferido.	04/11/1976
24/06/1976	1154/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1 e 2 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Roncador - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação de alimentos em seu nome e de seus filhos.	Solicitação concedida.	25/06/1976
25/06/1976	1156/76	Reclamação Trabalhista		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Mamborê - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente foi despedido sem justa causa e solicita o recebimento de verbas, como férias, 13° salário, aviso prévio e indenização. No curso do processo, as partes entraram em acordo, sendo o processo arquivado.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	16/09/1977
28/06/1976	1157/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Iretama - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação de alimentos em seu nome e de seus 04 filhos.	Solicitação concedida.	30/06/1976
28/06/1976	1158/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a nomeação de advogado para defesa de seus interesses em ação cível.	Solicitação concedida.	30/06/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/06/1976	1159/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1 e 2 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Piquirivaí - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação de alimentos em seu nome e em favor de seus 04 filhos menores.	Solicitação concedida.	30/06/1976
28/06/1976	1160/76	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Iretama - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a nomeação como tutor de menor, para o fim exclusivo de consentir com casamento. O requerente, avô do menor, o criou desde tenra idade, visto que seus pais encontram-se em lugar incerto.	Tutela concedida.	05/08/1976
28/06/1976	1163/76	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; casado	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de quantia representada por nota promissória.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o não pagamento das custas processuais.	31/08/1977
30/06/1976	1171/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a nomeação de advogado para defesa de seus direitos.	Solicitação concedida.	01/07/1976
30/06/1976	1172/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1 e 2 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação de alimentos em seu nome e de seus filhos menores.	Solicitação concedida.	01/07/1976
30/06/1976	1173/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1 e 2 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover em juízo pedido de visita de sua filha menor.	Solicitação concedida.	01/07/1976
01/07/1976	1175/76	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama- PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita suprimento de idade e dispensa do alvará de proclamas em favor de sua filha menor, tendo em vista que esta foi desvirginada por seu namorado. Foi produzida prova testemunhal.	Suprimento de idade concedido.	14/10/1976
01/07/1976	1178/76	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física; brasileira; oficial do registro civil	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a transferência de férias tendo em vista o acúmulo de serviço.	Pedido deferido.	30/06/1976
01/07/1976	1180/76	Justificação	Art. 861 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira	Pessoa Jurídica	O requerente solicita justificação de óbito, tendo em vista que não foi lavrada a respectiva certidão quando do falecimento de seu marido.	Homologado por sentença o pedido de justificação judicial, determinando-se o registro de óbito do marido da requerente.	07/10/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
01/07/1976	1183/76	Executiva	Art. 580, 583, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente é credor por endosso de uma duplicata. No curso do processo, as partes entraram em acordo, sendo o processo extinto.	Homologada por sentença a desistência da ação, tendo em vista composição amigável entre as partes.	19/11/1976
01/07/1976	1184/76	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiros; lavradores; ambos são casados; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiros; lavradores; casados; Boa Esperança - PR	O requerente solicita notificação para impedir que os requeridos transfiram, endossem ou recebam nota promissória que fora dada quando da compra de imóvel rural. O lote não tinha as dimensões que foram informadas pelo vendedor, faltando 05 alqueires. As partes firmaram acordo e foi homologada por sentença a desistência da ação.	Homologada a desistência do pedido de notificação.	04/10/1976
01/07/1976	1185/76	Busca e Apreensão	Lei 4.728/65 e Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; vendedor; casado; Roncador - PR	O requerente solicita busca e apreensão de um veículo, tendo em vista que o requerido deixou de cumprir com os compromissos assumidos em contrato de adesão consistente no pagamento de parcelas mensais devidas do consórcio. O requerido pagou as prestações em atraso, razão pela qual parte autora requereu a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação, julgando-se extinta, nos termos do Artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil.	20/12/1976
01/07/1976	1188/76	Busca e Apreensão	Lei 4.728/65 e Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão de um veículo, tendo em vista que o requerido deixou de cumprir com os compromissos assumidos em contrato de adesão consistente no pagamento de parcelas mensais devidas do consórcio. O requerido pagou as prestações em atraso, razão pela qual parte autora requereu a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação, julgando-se extinta, nos termos do Artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil.	20/12/1976
01/07/1976	1191/76	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileiro; titular do cartório criminal e menores; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita dois anos de licença sem vencimentos.	Pedido deferido.	05/07/1976
05/07/1976	1192/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita, bem como a nomeação de patrono para defendê-la em processo de desquite.	Solicitação concedida.	02/07/1976
05/07/1976	1193/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; lavradora; viúva	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita, bem como a nomeação de patrono para promover justificação judicial para fins de pensão junto ao Funrural.	Solicitação concedida.	06/07/1976
05/07/1976	1194/76	Pedido de Transferência de Férias		Pessoa Física; brasileiro; oficial de justiça	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a transferência de férias tendo em vista o acúmulo de serviço.	Pedido deferido.	02/07/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
05/07/1976	1210/76	Executiva	Art. 1.418 da Lei 3.071/16 e 580 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor da quantia de Cr$ 23.756,08. O requerente solicitou a desistência da ação, tendo em vista composição amigável.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	21/09/1976
05/07/1976	1212/76	Executiva	Art. 646 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiros; lavradores; casados; Janiópolis - PR	O requerente é credor dos requeridos da quantia de Cr$ 25.000,00, representada por nota promissória não paga. O requerente solicita a desistência da ação, tendo em vista composição amigável diante do pagamento da dívida.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	03/08/1976
06/07/1976	1218/76	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita suprimento de idade e dispensa do alvará de proclamas em favor de sua filha menor, tendo em vista que esta manteve um namoro, foi deflorada e pretendia contrair núpcias.	Suprimento de idade concedido.	17/08/1976
06/07/1976	1219/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover notificação judicial. Requereu ainda a nomeação de advogado para tanto. Apresentou atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	07/07/1976
06/07/1976	1227/76	Executiva	Art. 585 e 566 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiros; do comércio/ lavrador; casados; Peabiru/ Roncador - PR	O requerente promoveu a presente ação tendo em vista ser credora de quantia representada por nota promissória emitida pelo primeiro requerido e avalizada pelo segundo, a qual não foi resgatada, estando os devedores em mora. No curso do processo as partes entraram em acordo, ocorrendo o pagamento da dívida, sendo o processo extinto.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	20/10/1976
07/07/1976	1228/76	Entrega de Certificado de Naturalização		Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	Foi expedido Certificado de Naturalização, sendo marcada audiência para efetivar a entrega, mediante o juramento prestado pelo naturalizando.	Em audiência, foi deferido o juramento prestado pela naturalizanda, sendo entregue o Certificado de Naturalização.	28/07/1976
07/07/1976	1230/76	Despejo	Decreto-Lei 04/66; Art. 4, I e III; Art. 1.194 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ação de despejo, cuja demanda foi julgada procedente. Foi iniciada a execução da sentença para entrega do imóvel, pagamento de aluguéis, custas e honorários advocatícios. O requerido entregou as chaves do imóvel, e houve composição amigável das partes.	Julgada procedente a ação de despejo. No curso dos autos, foi iniciada a execução, sendo homologado o pedido da desistência da ação, em função de composição amigável entre as partes.	13/10/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
07/07/1976	1232/76	Alvará	Art. 1.112 e 1.113 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileira; do lar; viúva; Maringá - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão de alvará judicial, visando o recebimento de seguro pelo falecimento de seu marido, em virtude de acidente de trabalho, pois a empresa onde ele trabalhava mantinha Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais para os funcionários. Juntou aos autos provas, como por exemplo, a apólice. O Ministério Público opinou favorável ao pedido, que foi acolhido pelo Juízo.	Pedido deferido.	08/09/1976
07/07/1976	1233/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de despejo, bem como a nomeação de advogado para patrocinar a causa. O pedido foi indeferido, sob o fundamento de que o requerente não é pobre na acepção da palavra, porque possui bens, uma vez que pretende mover ação de despejo.	Solicitação indeferida.	09/07/1976
09/07/1976	1241/76	Busca e Apreensão	Lei 4.728/65 e Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Juranda - PR	O requerente solicita busca e apreensão de um veículo, tendo em vista que o requerido deixou de cumprir com os compromissos assumidos em Contrato de Adesão consistente no pagamento de parcelas mensais devidas do consórcio. Expedido Mandado de Busca e Apreensão, o requerido não foi encontrado. O requerente solicita a desistência da ação, pedido foi acolhido, sendo o processo extinto.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação, julgando-se extinta nos termos do Artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil.	11/10/1976
12/07/1976	1242/76	Retificação	Art. 1.218 da Lei 5.869/73 e Lei 6.015/73	Pessoa Física; alemão; gerente de cooperativa; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente (detentor da guarda e responsabilidade do menor) moveu a presente ação em razão de constar erros no registro de nascimento, no tocante ao sexo do registrando que é masculino e não feminino e também quanto ao prenome que está errado. Apresentou prova documental, sendo deferido o pedido, determinando-se a retificação do assento de nascimento.	Pedido deferido.	02/08/1976
13/07/1976	1249/76	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; Porecatu - PR	O requerente é credor de quantia proveniente de multa de autuação devidamente formalizada e inscrita em certidão de dívida ativa. No curso do processo, as partes entraram em acordo, ocorrendo o pagamento do valor devido, sendo o processo extinto.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	26/07/1977

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
13/07/1976	1251/76	Despejo	Art. 1.218, II da Lei 5.869/73 e Lei 4.494/64	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Barbosa Ferraz - PR	O requerente solicita ação de despejo, tendo em vista que locou um imóvel de sua propriedade para o requerido, o qual não pagou os aluguéis devidos, descumprindo obrigação contratual. No curso do processo, as partes entram em acordo, razão pela qual a parte autora requereu a desistência da ação.	Homologado o pedido de desistência da ação.	25/05/1977
14/07/1976	1254/76	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Campina do Amaral - PR	Pessoa Jurídica	A requerente, com 15 anos, solicita suprimento de idade e dispensa do alvará de proclamas. Foi produzida prova testemunhal.	Suprimento de idade concedido.	02/09/1976
14/07/1976	1255/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileira; solteira; oficial do 2º Ofício de Registro de Imóveis; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	A requerente solicita férias, sendo concedido o período de 30 (trinta) dias, ficando designada funcionária juramentada para substituí-la.	Pedido deferido.	01/07/1976
15/07/1976	1258/76	Busca e Apreensão	Lei 4.728/65 e Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileira; do comércio; casada; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão de um veículo, tendo em vista que a requerida deixou de cumprir com os compromissos assumidos em contrato de adesão consistente no pagamento de parcelas mensais devidas do consórcio. O requerente solicita a desistência da ação, tendo em vista a composição amigável.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação, em virtude de composição amigável das partes.	03/09/1976
15/07/1976	1259/76	Busca e Apreensão	Lei 4.728/65 e Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; solteiro	O requerente solicita busca e apreensão de um veículo, tendo em vista que o requerido deixou de cumprir com os compromissos assumidos. O requerente solicita a desistência da ação, tendo em vista a composição amigável.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação, em virtude de composição amigável das partes.	27/10/1976
15/07/1976	1260/76	Busca e Apreensão	Lei 4.728/65 e Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão de um veículo, tendo em vista que o requerido deixou de cumprir com os compromissos assumidos. O requerente solicita a desistência da ação, tendo em vista a composição amigável.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação, em virtude de composição amigável das partes.	20/09/1976
16/07/1976	1269/76	Embargos	Art. 861 da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiros; agricultores; casados; Paraguai - PY	Campo Mourão - PR	O requerente interpôs embargos à execução promovida pelo banco em seu desfavor, alegando a carência da ação de execução, pois o banco antecipou o vencimento da dívida por não ter o devedor construído uma casa, conforme determinava o contrato de financiamento. Durante o curso do processo realizou-se o pagamento da dívida, sendo o processo extinto.	Julgado extinto o processo, tendo em vista o pagamento da dívida.	12/08/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
16/07/1976	1271/76	Retificação	Art. 109 da Lei 6.015/73	Pessoa Física; brasileira; lavrador; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; lavrador; Campo Mourão - PR	O requerente move a presente ação em razão de constar em seu registro de nascimento “sexo feminino”, quando em verdade deveria constar “sexo masculino”. Solicitou-se a retificação do registro.	Homologado por sentença o pedido de retificação.	06/09/1976
16/07/1976	1272/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação de alimentos contra o pai de seus 05 filhos menores.	Solicitação concedida.	19/07/1976
16/07/1976	1273/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	19/07/1976
19/07/1976	1276/76	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	1) Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Paraná do Oeste - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Paraná do Oeste - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a notificação judicial, visto que adquiriu do requerido dois lotes de terras mediante compromisso quitado de compra e venda, datado de 1963, que integraram a ação, pagando inclusive os tributos devidos. Quando foram escriturar os lotes, receberam a informação de que eles foram vendidos para terceiros.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	12/08/1976
20/07/1976	1278/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita, bem como a nomeação de patrono para defender seus interesses na ação de desquite que proporá contra seu marido.	Solicitação concedida.	21/07/1976
20/07/1976	1281/76	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileiro; oficial do registro civil	Pessoa Jurídica; casado	O requerente solicita dois anos de licença sem vencimentos.	Pedido deferido.	20/07/1976
21/07/1976	1282/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita, bem como a nomeação de patrono para defender seus interesses de seus dois filhos menores impúberes na ação de alimentos que irá propor contra seu marido.	Solicitação concedida.	22/07/1976
21/07/1976	1284/76	Despejo		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; funcionário público estadual; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita ação de despejo, tendo me vista que locou um imóvel de sua propriedade para o requerido, o qual não pagou os aluguéis devidos, descumprindo obrigação contratual. Citado da ação, o requerido desocupou o imóvel, razão pela qual parte autora requereu a desistência da ação.	Homologado o pedido de desistência da ação.	12/10/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/07/1976	1292/76	Entrega de Certificado de Naturalização		Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica	Foi expedido Certificado de Naturalização, sendo marcada audiência para efetivar a entrega, mediante o juramento prestado pelo naturalizando.	Em audiência, foi deferido o juramento prestado pelo naturalizando, sendo entregue o Certificado de Naturalização.	28/09/1976
22/07/1976	1293/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita, bem como a nomeação de patrono para promover uma ação cível.	Solicitação concedida.	25/07/1976
23/07/1976	1299/76	Interpelação		Pessoa Física; português; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita interpelar os requeridos para assinarem e outorgarem as escrituras públicas ao requerido, tendo em vista que decorrido o prazo acordado os mesmo negaram-se a fazê-lo, sem motivo contratual justo.	Homologada por sentença o pedido de interpelação.	09/08/1976
23/07/1976	1300/76	Interpelação		Pessoa Física; brasileiro; médico; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita interpelar os requeridos para assinarem e outorgarem as escrituras públicas ao requerido, tendo em vista que decorrido o prazo acordado os mesmo negaram-se a fazê-lo, sem motivo contratual justo.	Homologada por sentença o pedido de interpelação.	09/08/1976
26/07/1976	1301/76	Indenização	Art. 88 da Lei 7.036/44	Pessoa Física; vendedor de bilhete de casa lotérica; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física	O requerente solicita perícia em sua mão, tendo em vista que, ao estourar fogos de artifícios, foi atingido. Alegava o requerente que era empregado da casa lotérica e que a ação de soltar fogos foi solicitada por seu patrão quando um prêmio saiu para a lotérica. Apurados os fatos, não foi verificado vínculo empregatício, sendo determinada a baixa da distribuição da ação.	Não foi encontrado vínculo empregatício, sendo determinada a baixa na distribuição.	27/09/1976
26/07/1976	1305/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para defender seus interesses em processo de justificação judicial.	Solicitação concedida.	27/07/1976
26/07/1976	1306/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para defender seus interesses em processo de justificação judicial, sendo a petição assinada por outra pessoa, em razão da requerente ser analfabeta.	Solicitação concedida.	27/07/1976
27/07/1976	1307/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação ordinária de indenização.	Solicitação concedida.	28/07/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/07/1976	1312/76	Arresto	Art. 813 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; japonês; agricultor; casado; Peabiru - PR	Pessoa Física; Diamantina - MG	O requerente solicita o arresto de título, consistente em nota promissória, tendo em vista que é credor de dívida vencida e não paga. No curso do processo, as partes entram em acordo, razão pela qual parte autora requereu a desistência da ação.	Homologado o pedido de desistência da ação.	24/03/1977
28/07/1976	1316/76	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; pedreiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a nomeação como tutor de sua irmã menor, tendo em vista o falecimento de seus pais e a necessidade da abertura de inventário, pois o casal falecido deixou um lote de terras.	Tutela concedida.	24/09/1976
29/07/1976	1319/76	Cobrança	Art. 275 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente move a presente ação de cobrança tendo em vista que recebeu do requerido um cheque sem provisão de fundos, no valor de R$ 5.500,00. No curso do processo, o requerente desistiu do feito, tendo em vista composição amigável, sendo o processo extinto.	Homologada por sentença a desistência da ação.	06/09/1976
02/08/1976	1326/76	Busca e Apreensão	Lei 4.728/65 e Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão de um veículo, tendo em vista que o requerido deixou de cumprir com os compromissos assumidos. O requerente solicita a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	20/09/1976
02/08/1976	1328/76	Busca e Apreensão	Lei 4.728/65 e Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; médico; casado; Campo Mourão - PR	O requerente solicita busca e apreensão de um veículo, tendo em vista que o requerido deixou de cumprir com os compromissos assumidos. O requerente solicita a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	01/10/1976
02/08/1976	1332/76	Busca e Apreensão	Lei 4.728/65 e Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; funcionário público; casado; Cruzeiro do Oeste - PR	O requerente solicita busca e apreensão de um veículo, tendo em vista que o requerido deixou de cumprir com os compromissos assumidos. O requerente solicita a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	20/01/1977
03/08/1976	1338/76	Consignação em Pagamento		Pessoa Física; brasileiro; casado; Maringá - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente promoveu a ação tendo em vista a recusa do requerido em receber a quantia devida referente a pagamento de parcelas vencidas e vincendas de terras devolutas que foram requeridas, impossibilitando os requerentes de cumprirem com suas obrigações. No curso da ação as partes entraram em acordo, sendo o processo extinto.	Homologada por sentença a desistência da ação.	16/09/1976
03/08/1976	1341/76	Alvará		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita alvará judicial para a liberação de Cr$ 6.409,57, depositado em juízo, uma vez que foi emancipada pela sua mãe, podendo, portanto, movimentar a quantia referida.	Pedido deferido.	21/09/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/08/1976	1343/76	Executiva	Art. 580 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Boa Esperança - PR	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de quantia representada por nota promissória avalizada pelo requerido, vencida e não quitada. No curso do processo, as partes entraram em acordo, sendo o processo extinto.	Homologada por sentença a desistência da ação.	14/10/1976
04/08/1976	1345/76	Notificação	Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Nova Cantu - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a notificação judicial do requerido para manifestar a intenção de que não deseja mais adquirir um lote, objeto de compromisso de compra e venda.	Homologado por sentença o pedido de notificação.	06/09/1976
05/08/1976	1368/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Barbosa Ferraz - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação judicial.	Solicitação concedida.	06/08/1976
06/08/1976	1380/76	Desquite	Art. 1.120 e 1.121 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiros; soldado da polícia militar/ do comércio; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Os requerentes comparecem em juízo para dizer que não mais possuem interesse na continuidade da sociedade conjugal, pretendo o desquite por mútuo consentimento. Todavia, no curso do processo, não mais pretenderam a dissolução.	Homologada por sentença a desistência da ação.	09/09/1976
06/08/1976	1381/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1 e 2 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; enfermeira; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação de alimentos em favor de sua filha menor.	Solicitação concedida.	09/08/1976
09/08/1976	1450/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; casada; Boa Esperança - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para recorrer ao poder jurisdicional para garantia de seus direitos, pois foi abandonada por seu esposo.	Solicitação concedida.	10/08/1976
09/08/1976	1451/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação de desquite cumulada com busca e apreensão dos filhos menores.	Solicitação concedida.	10/08/1976
09/08/1976	1452/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita, bem como a nomeação de patrono para promover ação de indenização por danos ocorridos em sua lavoura.	Solicitação concedida.	10/08/1976
10/08/1976	1457/76	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória vencida, no valor de Cr$ 6.877,10. Solicita a citação do requerido para que efetue o pagamento em 24 horas, somados os juros, as custas, honorários e demais cominações legais, ou que nomeie bens a penhora. O requerente solicita a desistência da ação, em razão de composição amigável.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação, declarando-se extinta, de acordo com Artigo 267, III, do Código de Processo Civil.	29/09/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
10/08/1976	1458/76	Executiva	Art. 585 e 652 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de quantia representada por 04 (quatro) cheques, todos sem fundos emitidos pelo requerido. No curso do processo as partes entraram em acordo, ocorrendo o pagamento da dívida, sendo o processo extinto.	Homologada por sentença a desistência da ação, tendo em vista composição amigável entre as partes.	24/09/1976
11/08/1976	1500/76	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Farol - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita suprimento de idade e dispensa do alvará de proclamas em favor de sua filha menor, tendo em vista que esta fugiu com seu namorado e estava vivendo com o noivo como se casados fossem.	Suprimento de idade concedido.	22/09/1976
11/08/1976	1502/76	Pedido de baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; industrial; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	O requerente solicita baixa na distribuição, referente a carta precatória oriunda de Curitiba. Realizadas buscas no Cartório Cível de Campo Mourão - PR, nada foi encontrado. Juntou aos autos Certidão do Distribuidor de Curitiba, noticiando a inexistência de qualquer ação, razão pela qual requereu a presente baixa.	Pedido deferido.	31/08/1976
11/08/1976	1504/76	Pedido de Afastamento de Cargo		Pessoa Física; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita afastamento do cargo em virtude de ter sido indicado para vice-prefeito.	Oficiado para apreciação do Presidente do Tribunal de Justiça, determinando-se, por fim, lavratura de portaria e apostila.	12/08/1976
13/08/1976	1529/76	Pedido de Afastamento de Cargo		Pessoa Física; tabelião do ofício do registro civil; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita afastamento do cargo em virtude de ter sido indicado para prefeito.	Oficiado para apreciação do Presidente do Tribunal de Justiça, determinando-se, por fim, lavratura de portaria e apostila.	12/08/1976
16/08/1976	1531/76	Suprimento de Idade	Art. 180, III da Lei 3.071/16	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Farol - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita suprimento de idade e dispensa do alvará de proclamas em favor de sua filha menor, tendo em vista que esta fugiu com seu namorado e estava vivendo com o noivo como se casados fossem.	Suprimento de idade concedido.	22/09/1976
18/08/1976	1537/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação de alimentos em nome de seus cinco filhos menores.	Solicitação concedida.	19/08/1976
20/08/1976	1566/76	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileira; oficial do registro civil	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a pedido de licença e designação de serventuário da justiça para responder pela escrivania, em razão do falecimento de seu progenitor, uma vez que estava impedida de proceder ao assento de óbito deste, pois o titular do ofício do cartório estava em férias.	Pedido deferido.	20/08/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
24/08/1976	1594/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação de desquite.	Solicitação concedida.	25/08/1976
24/08/1976	1608/76	Executiva	Art. 580, 583, 585, e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de dívida representada por duplicata vencida e não quitada. No curso do processo, as partes entraram em acordo, ocorrendo o pagamento da dívida, sendo o processo extinto.	Homologada por sentença a desistência da ação, tendo em vista composição amigável entre as partes.	19/09/1977
24/08/1976	1609/76	Executiva	Art. 580, 583, 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de dívida representada por duplicata vencida e não quitada. No curso do processo, as partes entraram em acordo, ocorrendo o pagamento da dívida, sendo o processo extinto.	Homologada por sentença a desistência da ação, tendo em vista composição amigável entre as partes.	19/09/1977
24/08/1976	1618/76	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita baixa em distribuições, tendo em vista que possuía ações penais e cíveis em seu desfavor, mas que na verdade seriam homônimos, o que ficou demonstrado pela filiação.	Pedido deferido.	21/10/1976
25/08/1976	1626/76	Executiva	Art. 585 e 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; casado; Marechal Candido Rondon - PR	Pessoa Física; brasileiros; agricultores; casados; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de dívida representada por duplicata vencida e não quitada. No curso do processo, as partes entraram em acordo, ocorrendo o pagamento da dívida, sendo o processo extinto.	Homologada por sentença a desistência da ação, tendo em vista composição amigável entre as partes.	16/11/1976
26/08/1976	1630/76	Executiva	Art. 809 e 826 da Lei 3.071/16	Pessoa Jurídica; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiros; do comércio/do lar; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de dívida oriunda de escritura pública de hipoteca. As partes entraram em acordo, ocorrendo o pagamento da dívida, sendo o processo extinto.	Homologada por sentença a desistência da ação, tendo em vista composição amigável entre as partes.	02/05/1977
26/08/1976	1630/76	Executiva	Art. 566, 568, 585, 646 e 659 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por hipoteca. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	02/05/1977
26/08/1976	1634/76	Pedido de Baixa na Distribuição		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Roncador - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita baixa da distribuição de carta de ordem-intimação provinda da Comarca de Prudentópolis, expedida nos autos de ação rescisória, tendo em vista que o requerente não possuía em seu desfavor qualquer ação naquela comarca.	Pedido deferido.	22/09/1976
26/08/1976	1637/76	Tutela	Art. 412 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a nomeação como tutor de menor, para o fim exclusivo de consentir com o casamento dela, visto que a mantinha sob sua guarda e criação desde tenra idade.	Tutela concedida.	20/09/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
26/08/1976	1638/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; doméstica; viúva; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita.	Solicitação concedida.	27/08/1976
26/08/1976	1639/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1 e 2 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; do lar; casada; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	27/08/1976
26/08/1976	1640/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1 e 2 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Luiziana - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação de alimentos em favor de seus dois filhos menores.	Solicitação concedida.	27/08/1976
26/08/1976	1641/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileira; do lar; solteira; Iretama - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita para promover ação judicial contra a seguradora, pelo não pagamento de seguro de vida pela morte de seu companheiro.	Solicitação concedida.	27/08/1976
27/08/1976	1651/76	Executiva		Pessoa Jurídica; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de duplicata vencida e não paga, no valor de Cr$ 1.290,00, requerendo a citação do requerido para que efetue o pagamento em 24 horas, somados as custas, honorários e demais cominações legais, ou que nomeie bens a penhora. O requerente solicita a desistência da ação, em razão de composição amigável.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação, declarando-se extinta.	22/10/1976
30/08/1976	1671/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Iretama - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita, bem como a nomeação de patrono para promover ação cominatória cumulada com perdas e danos.	Solicitação concedida.	31/08/1976
30/08/1976	1672/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica	O requerente solicita a concessão dos benefícios da justiça gratuita, bem como a nomeação de patrono.	Solicitação concedida.	31/08/1976
31/08/1976	1673/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da assistência judiciária gratuita por não possuir recursos suficientes para patrocinar qualquer ação judiciária.	Solicitação concedida.	09/09/1976
31/08/1976	1675/76	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; juiz de direito; Campo Mourão - PR	O requerente solicita suprimento de idade para realizar casamento, já que manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Suprimento de idade concedido.	13/10/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
01/09/1976	1689/76	Executiva	Art. 7.911 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	21/09/1977
01/09/1976	1693/76	Retificação		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Umuarama - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a retificação de escritura pública de compra e venda, que constava seu nome incorreto.	Pedido deferido.	13/10/1976
01/09/1976	1694/76	Retificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a retificação de escritura pública de compra e venda, que constava seu nome incorreto.	Pedido deferido.	25/10/1976
01/09/1976	1700/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Roncador - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para ação de alimentos contra seu marido.	Solicitação concedida.	06/09/1976
02/09/1976	1703/76	Executiva Fiscal	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Mamborê - PR	A ação executiva foi promovida em razão de débito representado por certidões inclusas. Citado, o executado procedeu ao pagamento, sendo a ação julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	16/09/1976
02/09/1976	1713/76	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de valor representado por certidão de dívida ativa. Tendo em vista o pagamento, a ação foi julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	22/12/1976
02/09/1976	1714/76	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Maringá - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido, de valor representado por certidão de dívida ativa. Tendo em vista o pagamento, a ação foi julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	11/10/1976
03/09/1976	1717/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de investigação de paternidade e petição de herança.	Solicitação concedida.	02/09/1976
03/09/1976	1718/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	06/09/1976
06/09/1976	1732/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	08/09/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
08/09/1976	1740/76	Suprimento de Idade		1) Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Física; brasileira; do comércio; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Os requerentes solicitam suprimento de idade para realizar casamento, já que manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Suprimento de idade concedido.	09/09/1976
08/09/1976	1741/76	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; operário; casado; Farol - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Os requerentes solicitam suprimento de idade para realizar casamento, já que manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Suprimento de idade concedido.	25/10/1976
08/09/1976	1742/76	Pedido de Licença		Brasileiro; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita licença para concorrer a cargo eletivo. Solicitação indeferida, pois o pedido não atende aos prazos estipulados.	Pedido indeferido, por não atenderem o prazo para tal recurso.	09/11/1976
15/09/1976	1757/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; empregada doméstica; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para anulação de ação de ato jurídico.	Solicitação concedida.	16/09/1976
16/09/1976	1769/76	Alvará		Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira; Roncador - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para a liberação de uma quantia que se encontra em banco e que lhe pertence por direito.	Pedido concedido.	06/10/1976
17/09/1976	1771/76	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Luiziana - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita suprimento de idade para realizar casamento, já que manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Suprimento de idade concedido.	11/10/1976
17/09/1976	1772/76	Tutela		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; Luiziana - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita tutela, por motivo do menor ser órfão e desejar contrair matrimônio.	Tutela concedida.	13/10/1976
20/09/1976	1776/76	Alvará	Art. 386 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para a liberação de uma quantia que se encontra em banco e que lhe pertence por direito.	Pedido concedido.	21/10/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
21/09/1976	1781/76	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; casado; Roncador - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, já que o requerido está em débito com o requerente. Tendo em vista que o autor da ação não demonstrou interesse na liquidação e execução da sentença, os autos foram arquivados.	Houve condenação do réu ao pagamento. Porém, tendo em vista que o autor da ação não demonstrou interesse na liquidação e execução da sentença, os autos foram arquivados.	21/03/1977
21/09/1976	1784/76	Alvará	Art. 386 da Lei 5.869/73	Brasileiro; do lar; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro	O requerente solicita autorização para a liberação de benefício junto a banco.	Pedido concedido.	13/10/1976
21/09/1976	1785/76	Alvará de Assistência Judiciária	Decreto 1.060/50	Pessoa Física; brasileiro; do lar; viúva; Mamborê - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de justificação judicial.	Solicitação concedida.	22/09/1976
21/09/1976	1786/76	Alvará de Assistência Judiciária	Decreto 1.060/50	Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Roncador - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação civil.	Solicitação concedida.	23/09/1976
22/09/1976	1789/76	Executiva	Art. 585, VII da Lei 5.869/73; Art. 41 do Decreto-Lei 167/67	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; casado; solteiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota de crédito rural, já vencida, da qual o requerido era avalista. Foi solicitada a desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	10/06/1977
22/09/1976	1790/76	Executiva	Art. 585, VII da Lei 5.869/73; Art. 41 do Decreto-Lei 167/67	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota de crédito rural pignoratícia, já vencida, da qual o requerido era avalista. Foi solicitada a desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	10/06/1977
23/09/1976	1798/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1, II da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	24/09/1976
23/09/1976	1799/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1, II da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos.	Solicitação concedida.	24/09/1976
23/09/1976	1801/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação apropriada a pessoa que lhe causou dano.	Solicitação concedida.	27/09/1976
27/09/1976	1810/76	Retificação	Decreto 1.060/50	Pessoa Física; brasileiro; do lar; viúva; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a retificação de nome constado no registro imobiliário, pois o erro em seu nome impossibilita a matrícula do imóvel nas legislações exigidas.	Pedido concedido.	10/11/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
28/09/1976	1811/76	Juramentação de Funcionário		Pessoa Física; brasileiro; escrivão de paz; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente move o presente pedido devido ao aumento considerado de serviço do cartório, necessitando de auxiliar para ajudá-lo nos trabalhos desse ofício.	Solicitação concedida.	27/10/1976
30/09/1976	1841/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação judicial, apresentando atestado de pobreza, comprovando a necessidade da assistência.	Solicitação concedida.	01/10/1976
30/09/1976	1842/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos, apresentando atestado de pobreza, comprovando a necessidade da assistência.	Solicitação concedida.	06/10/1976
01/10/1976	1843/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos, apresentando atestado de pobreza, comprovando a necessidade da assistência.	Solicitação concedida.	04/10/1976
01/10/1976	1844/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos, apresentando atestado de pobreza, comprovando a necessidade da assistência.	Solicitação concedida.	04/10/1976
01/10/1976	1847/76	Executiva	Art. 566, 585, 652 da Lei 5.869/73	Brasileiro; Curitiba - PR	Brasileiro; agricultor; desquitado; Mamborê - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural pignoratícia e hipotecária, já vencida, da qual o requerido era avalista. Homologado o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	08/03/1977
01/10/1976	1848/76	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; português; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por contrato de alienação fiduciária. O dinheiro fora usado para aquisição de veiculo, porém o requerido não cumpriu com os compromissos assumidos. Devido a mudança do requerido para lugar não sabido, homologou-se o pedido de desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	19/01/1977
01/10/1976	1850/76	Busca e Apreensão		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; corretor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por contrato de alienação fiduciária. O dinheiro fora usado para aquisição de veiculo, porém o requerido não cumpriu com os compromissos assumidos. Devido a mudança do requerido para lugar não sabido, homologou-se o pedido de desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	19/01/1977
04/10/1976	1860/76	Executiva	Art. 158 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; soldado da polícia militar; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por notas promissórias, já vencidas. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologada desistência da ação.	03/08/1977

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
04/10/1976	1862/76	Retificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador e do lar; casados; Peabiru - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Os requerentes solicitam retificação de registro imobiliário, justificando o erro na escrita de seus nomes.	Solicitação concedida.	18/07/1977
04/10/1976	1863/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos, apresentando atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	05/10/1976
04/10/1976	1864/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador, lavrador e borracheiro; casados; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação judicial.	Solicitação concedida.	05/10/1976
06/10/1976	1870/76	Pedido de Baixa na Distribuição		1) Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR; 2) Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR; 3) Pessoa Jurídica; brasileiro; borracheiro; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Os requerentes solicitam baixa na distribuição de reclamação trabalhista, pois a ação não existe, e tem impedido os requerentes de conseguir financiamento.	Solicitação concedida.	21/10/1976
06/10/1976	1871/76	Retificação		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campina da Lagoa - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita retificação de seu nome em escritura pública, que fora escrito errado por semelhança oral dos termos.	Solicitação concedida.	17/12/1976
06/10/1976	1872/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação judicial.	Solicitação concedida.	07/10/1976
07/10/1976	1874/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação Judicial, visando comprovar o estado concubinato da requerente para fins de benefício junto ao Funrural.	Solicitação concedida.	08/10/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
13/10/1976	1917/76	Pedido de Licença		Pessoa Física; brasileiro; oficial de justiça; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita licença de 15 dias, para poder submeter-se a tratamento de saúde, comprovado por atestado médico.	Solicitação concedida.	11/10/1976
18/10/1976	1938/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; viúva; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação judicial.	Solicitação concedida.	19/10/1976
20/10/1976	1966/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; desquitada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos, apresentando atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	21/10/1976
21/10/1976	1971/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; motorista; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por letra de câmbio, vencida e protestada. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada a solicitação de desistência da ação.	18/04/1977
21/10/1976	1973/76	Justificação	Lei 765/49	Pessoa Física; brasileiro; lavrador	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita justificação judicial, para comprovação de idade, pois já possui 74 anos, porém não possui nenhum documento de comprovação, apresentando portanto testemunhas, audiência e exames médicos.	Pedido deferido.	01/11/1976
26/10/1976	1982/76	Busca e Apreensão	Decreto-Lei 911/69	Pessoa Jurídica; brasileiro; lavrador; Curitiba - PR	Pessoa Física; brasileiro; solteiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita a busca e apreensão do bem descrito no processo, já que o requerido está em débito com o requerente. Devido a apreensão do bem, solicitou-se o desentranhamento dos documentos.	Réu julgado culpado.	06/07/1977
27/10/1976	1986/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; solteiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação cível contra determinada empresa, apresentando atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	29/10/1976
29/10/1976	2000/76	Retificação		Pessoa Física; brasileiro; do comércio e agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerido solicita alteração de seu nome que se encontra escrito errado em escritura pública de compra e venda.	Pedido deferido.	24/11/1976
29/10/1976	2001/76	Cancelamento de Protesto		Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerido solicita averbação de protesto de duplicata, que nunca foi paga e nem reclamado pagamento.	Solicitação concedida.	23/11/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/10/1976	2002/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação judicial de fato a ser demonstrado junto ao Instituto Nacional de Previdência Social.	Solicitação concedida.	01/11/1976
01/11/1976	2003/76	Alvará de Assistência Judiciária	Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos, representando seus filhos menores, apresentando atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	03/11/1976
01/11/1976	2008/76	Notificação	Art. 2, 12, IX; 13, V do Decreto 59.566/64 e Art. 867 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Física; brasileiro; Janiópolis - PR	O requerente move a presente tendo em vista que o requerido se recusa assinar carta de anuência para liberação de benefício rural ao requerente, que se encontra impedido de acionar empréstimos financeiros no PROAGRO, pela recusa do requerido, que é seu parceiro agrícola judicialmente. O requerido procedeu à assinatura.	Homologado por sentença o pedido de notificação judicial.	16/03/1977
03/11/1976	2014/76	Executiva	Lei 5.474/68; Decreto-Lei 436/69; Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida. Por o executado encontrar-se em lugar incerto, o requerente solicitou o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	02/12/1976
09/11/1976	2090/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; agricultor e do lar; casados; Roncador - PR	O requerente é credor de importância representada por cédula rural hipotecária, já vencida. Foi requerida a desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	21/10/1977
09/11/1976	2116/76	Suprimento de Idade		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita suprimento de idade para realizar casamento, já que manteve relações sexuais com seu futuro cônjuge.	Solicitação concedida.	10/12/1976
09/11/1976	2117/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação civil, não especificada no processo.	Solicitação concedida.	10/11/1976
11/11/1976	2169/76	Retificação		Pessoa Física; brasileiro; do lar; Campo Mourão - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	A requerente solicita retificação de seu nome na certidão de casamento que fora escrito erroneamente por equívoco do oficial do registro civil, e isso vem lhe causando grandes problemas.	Pedido deferido.	06/12/1976
11/11/1976	2170/76	Tutela	Art. 406 e 1.187 da Lei 5.869/73	Pessoa Física; brasileiro; administrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita tutela, porque o menor fora abandonado pelos pais quando criança, e criado pelo requerente até o presente momento.	Tutela concedida.	28/12/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
12/11/1976	2172/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de busca e apreensão, apresentando atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	16/11/1976
16/11/1976	2190/76	Alvará		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita autorização para a liberação de uma quantia que se encontra em banco e que lhe pertence por direito.	Pedido concedido.	18/01/1977
17/11/1976	2196/76	Executiva	Art. 795 e 794 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Umuarama - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultores; Boa Esperança - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual os dois últimos executados eram avalistas. Julgada extinta ação tendo em vista a penhora de bens.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida através de penhora de bens.	27/09/1977
19/11/1976	2201/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite, apresentando atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	19/11/1976
23/11/1976	2213/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; desquitada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos para si e para seus filhos menores, apresentando atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	24/11/1976
23/11/1976	2214/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; desquitada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover reclamação trabalhista, apresentando atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	24/11/1976
23/11/1976	2215/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação judicial a ser demonstrado junto ao Funrural.	Solicitação concedida.	24/11/1976
24/11/1976	2221/76	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; agricultor e do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; agricultores; casados; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por duplicata, já vencida, da qual o segundo executado era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	17/12/1976
24/11/1976	2224/76	Entrega de Certificado de Naturalização		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita entrega de Certificado de naturalização de Cidadão brasileiro.	Ofício ao requerente comprovando a entrega do Certificado e carteira de estrangeiro naturalizado.	17/12/1976
25/11/1976	2225/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação cautelar de separação de corpos, apresentando atestado de pobreza, comprovando a necessidade da assistência.	Solicitação concedida.	26/11/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
25/11/1976	2230/76	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; casada	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por certidão de dívida ativa, já vencida. No curso dos autos, o executado procedeu ao pagamento, julgada extinta a ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	26/11/1976
25/11/1976	2232/76	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; casada; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância, já vencida. No curso dos autos, o executado procedeu ao pagamento, julgada extinta a ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	18/01/1977
30/11/1976	2246/76	Executiva		Brasileiro; São Paulo - SP	Pessoa Física; brasileiro; bancário e escriturário; solteiros; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por 06 notas promissórias, já vencidas, da qual o requerido era avalista. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	18/03/1977
02/12/1976	2261/76	Executiva	Art. 585 da Lei 5.869/73	Brasileiro; médico; casado; Goioerê - SP	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente recebeu do requerido um cheque, porém desprovido de fundos. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	21/01/1977
06/12/1976	2278/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para ação de alimentos, representando de seus filhos menores.	Solicitação concedida.	07/12/1976
07/12/1976	2289/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; funcionário público; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para ação de desquite contra sua esposa, para tanto juntando atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	09/12/1976
07/12/1976	2292/76	Sustação de Protesto		Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita sustação de protesto de duplicata emitida por determinada empresa, que ofereceu ao cartório local de protestos, para protestar por falta de aceite. Ocorre que a empresa não tem nenhuma transação comercial, sendo, portanto aquele documento oferecido a protesto nulo. Por fim, homologado por sentença o pedido de sustação de protesto.	Homologado por sentença o pedido de sustação de protesto.	18/01/1977
07/12/1976	2296/76	Entrega de Certificado de Naturalização		Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; Espanha; Campo Mourão - PR	O requerente move a presente ação, para solicitar seu Certificado de Naturalização de cidadão brasileiro.	Solicitação concedida.	21/07/1977
09/12/1976	2298/76	Executiva	Art. 646 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; fiscal de rendas estaduais; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de quantia líquida, proveniente de multa de autuação devidamente formalizada. Devido pagamento, a ação foi julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	05/08/1977

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
10/12/1976	2315/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de quantia líquida, proveniente de multa de autuação devidamente formalizada. Devido pagamento, a ação foi julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	04/07/1977
10/12/1976	2318/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; Curitiba - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente é credor do requerido de quantia líquida, proveniente de multa de autuação devidamente formalizada. Devido pagamento, a ação foi julgada extinta.	Julgada extinta a ação, tendo em vista o pagamento da dívida.	25/02/1977
13/12/1976	2374/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos, apresentando atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	14/12/1976
14/12/1976	2375/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de investigação de paternidade e alimentos, representando seus filhos menores.	Solicitação concedida.	15/12/1976
15/12/1976	2403/76	Executiva	Art. 566 e 585 da Lei 5.869/73	Pessoa Jurídica; brasileiro	Pessoa Física; brasileiro; casado; Campo Mourão - PR	O requerido é devedor da Fazenda Pública Municipal. Foi solicitada a desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	08/11/1977
16/12/1976	2424/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; viúva; Janiópolis - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação judicial para garantir-lhe direitos sobre uma área de terras, da qual é proprietária, para que receba escritura da referida área.	Solicitação concedida.	17/12/1976
16/12/1976	2426/76	Executiva		Pessoa Física; brasileiro; do comércio; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; agricultor; casado; Campo Mourão - PR	O requerente é credor de importância representada por nota promissória, já vencida. No curso dos autos, as partes entraram em acordo, sendo solicitada a desistência da ação.	Homologada por sentença a desistência da ação.	12/01/1977
16/12/1976	2428/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuária da justiça	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita 30 dias de férias.	Pedido concedido.	16/12/1976
16/12/1976	2429/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; distribuidor público; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita 30 dias de férias.	Pedido concedido.	16/12/1976
16/12/1976	2430/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; servente da vara cível; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita 30 dias de férias.	Pedido concedido.	16/12/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
16/12/1976	2431/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; escrivão; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita 30 dias de férias.	Pedido concedido.	16/12/1976
17/12/1976	2438/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover retificação de nome e de sexo de sua filha menor, que fora registrado errado.	Solicitação concedida.	16/12/1976
17/12/1976	2439/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; balconista; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite contra seu marido.	Solicitação concedida.	15/12/1976
20/12/1976	2456/76	Alvará de Assistência Judiciária	Art. 1 da Lei 5.478/68	Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de alimentos contra seu marido, representando seu filho menor.	Solicitação concedida.	21/12/1976
20/12/1976	2457/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; solteira; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de dissolução de sociedade de fato, cumulada com partilha de bens.	Solicitação concedida.	21/12/1976
21/12/1976	135/76	Carta Precatória		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	O requerente solicita que o seu nome e o de sua esposa sejam corrigidos na escrituração de um imóvel em Peabiru.	Pedido devolvido.	14/02/1977
21/12/1976	2461/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover justificação judicial, à ser demonstrado junto ao INPS, apresentando atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	23/12/1976
22/12/1976	2462/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de desquite contra seu marido, apresentando atestado de pobreza.	Solicitação concedida.	23/12/1976
22/12/1976	2463/76	Alvará de Assistência Judiciária		Pessoa Física; brasileiro; do lar; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita o benefício da gratuidade da justiça para promover ação de busca e apreensão de seu filho menor.	Solicitação concedida.	23/12/1976
22/12/1976	2469/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; casada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias por 30 dias.	Pedido deferido.	23/12/1976

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
22/12/1976	2470/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; escrivão de paz; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias por 30 dias.	Pedido deferido.	23/12/1976
23/12/1976	2473/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário de justiça; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias por 30 dias.	Pedido deferido.	23/12/1976
24/12/1976	2474/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário de justiça; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias por 30 dias.	Pedido deferido.	20/12/1976
24/12/1976	2475/76	Pedido de Férias		Pessoa Física; brasileiro; escrevente juramentada; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita férias por 30 dias.	Pedido deferido.	20/12/1976
24/12/1976	2476/76	Pedido de Desistência das Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; desquitado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita desistência de seu direito de férias devido a acúmulo de serviços existentes nesta comarca.	Pedido deferido.	28/12/1976
24/12/1976	2477/76	Pedido de Desistência das Férias		Pessoa Física; brasileiro; serventuário da justiça; desquitado; Campo Mourão - PR	Pessoa Jurídica; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente solicita desistência de seu direito de férias devido a acúmulo de serviços existentes nesta comarca.	Pedido deferido.	28/12/1976
29/12/1976	2481/76	Notificação		Pessoa Física; brasileiro; lavrador; casado; Campo Mourão - PR	Pessoa Física; brasileiro; Campo Mourão - PR	O requerente firmou contrato de compra e venda com o requerido, porém este não quer manter nem acertar a transação acordada, e nega-se a pagar e a passar escritura do imóvel, conforme o contrato previa. Solicita-se que o executado seja notificado para regularizar a escritura.	Pedido deferido.	28/01/1977

Data de Autuação	N°	Tipo	Lei-Artigo	Requerente	Requerido	Da Descrição	Da Sentença	Data da Sentença
29/12/1976	2485/76	Executiva		Pessoa Jurídica; brasileiro; São Paulo - SP	1) Brasileiro; do comércio e agricultor; casado; Campo Mourão - PR; 2) Brasileira; secretária executiva; casada; Campo Mourão - PR	O requerente celebrou com os requeridos contrato de abertura de crédito, destinado ao financiamento de operações de serviços, representado por 24 notas promissórias. Por fim, houve o pedido de desistência da ação.	Homologado por sentença o pedido de desistência da ação.	29/03/1977

Este catálogo é resultado da pesquisa Organização, catalogação, descrição e digitalização dos Processos da Vara Civil da Comarca de Campo Mourão (1961-1976), dsenvolvida durante o período de 2010 a 2013 com apoio financeiro da Fundação Araucária e CNPq - Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores: Programa Primeiros Projetos. O *Catálogo dos Processos Civis da Comarca de Campo Mourão*, elaborado após o processo de higienização, organização e catalogação dos processos, constitui-se como um guia que sintetiza as principais informações referentes aos processos dos anos de 1961 a 1966 e 1971 a 1976. Esperamos que tal catálogo possa ser utilizado enquanto instrumento para pesquisas desenvolvidas sobretudo na área de Ciências Humanas.

O ORGANIZADOR

Frank Antonio Mezzomo é coordenador e professor do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e desenvolvimento, ofertado pela Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão. Líder do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder e Editor da Revista NUPEM. Entre suas obras publicadas constam: *In uno Spirito*: Bispo e Sociedade, *Igreja e Conflitos Sociais*; *Memórias dos Movimentos Sociais no Oeste do Paraná*; *Religião, nomos e eu-topia*: práxis do catolicismo no Oeste do Paraná. Atualmente conta com Bolsa Produtividade da Fundação Araucária.

ISBN 978-85-7628-598-4

9 788576 285984